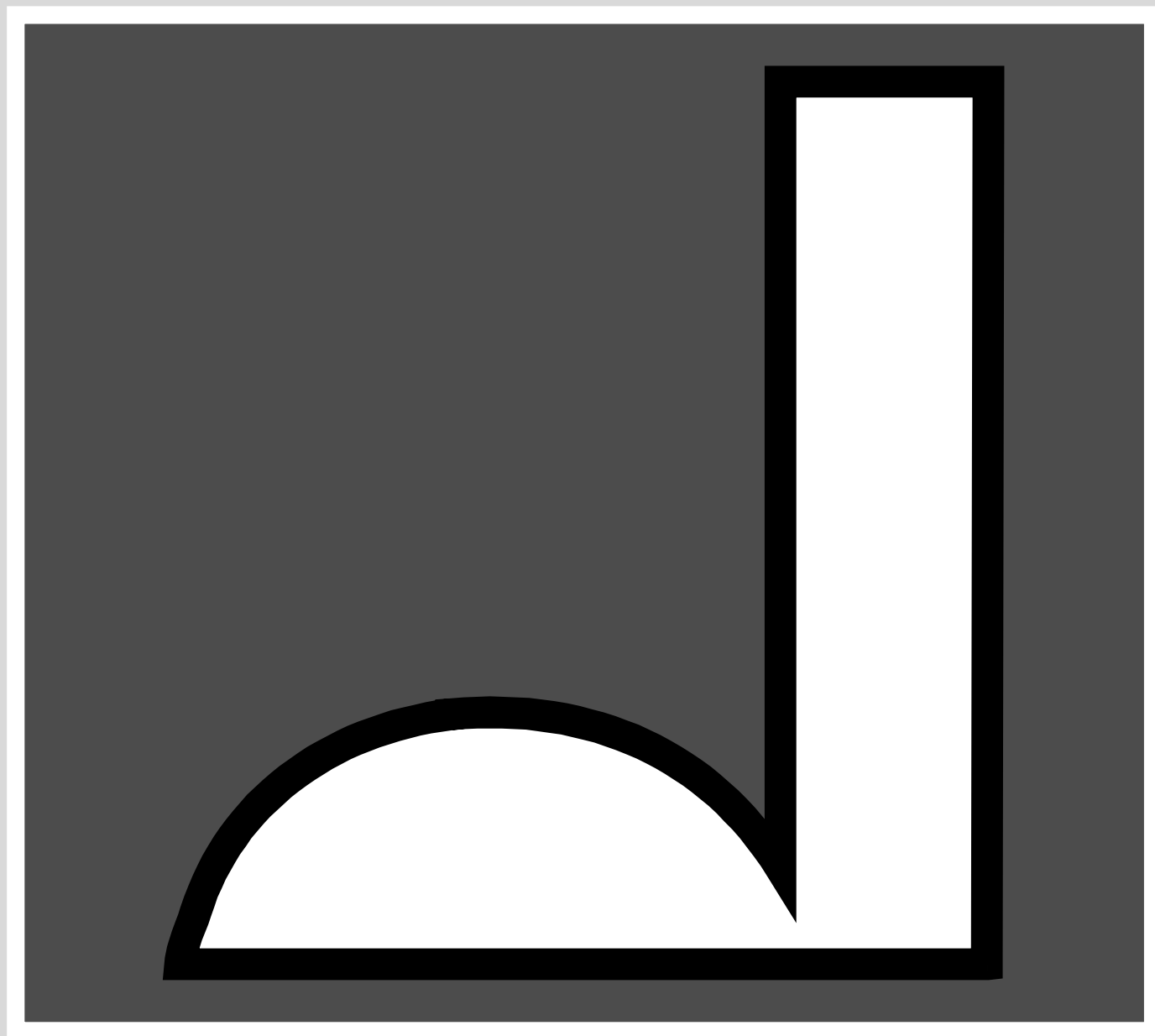




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 055 - QUINTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2002 - BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – PTB – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT	3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO Jefferson Pérez – Bloco Oposição – AM	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Artur da Távola Vice-Líder Romero Jucá Eduardo Siqueira Campos Lutz Odrício LIDERANÇA DO PMDB – 24 Líder Renan Calheiros Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mesquita Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Francisco Escórcio	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17 Líder Geraldo Melo Vice-Líderes Vago Romero Jucá Vago Freitas Neto Vago LIDERANÇA DO PFL – 16 Líder José Agripino Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Moreira Mendes Maria do Carmo Alves	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 9 Líder Eduardo Suplicy Vice-Líderes Emília Fernandes Tião Viana Roberto Freire LIDERANÇA DO PDT – 5 Líder Sebastião Rocha Vice-Líder Álvaro Dias LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder Carlos Patrocínio Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder Ademir Andrade Vice-Líder Paulo Harrung LIDERANÇA DO PL – 1 Líder José Alencar

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Director-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Director da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Director da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Directora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Directora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n.º 31, RISF)

Atualizado em 08.5.2002

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 73, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.	07529
Nº 74, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.....	07529
Nº 75, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.	07529
Nº 76, de 2002, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.....	07529

2 – RESOLUÇÃO

Nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.....	07530
--	-------

SENADO FEDERAL

3 – ATA DA 56ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE MAIO DE 2002

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 132, de 2002 (nº 330/2002, na origem), de 6 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	07534
---	-------

3.2.2 – Pareceres (*)

Nºs 331 e 332, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações	
--	--

Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.....	07537
---	-------

Nº 333, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.....	07541
--	-------

Nº 334, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que denomina Rodovia Governador Virgílio Távora trecho da BR-116.	07543
--	-------

(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 3.3.3)

3.2.3 – Ofício do Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal do Paraná

Nº 1.923/2001, de 15 de agosto de 2001, solicitando originais de documentos referentes à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos/Precatórios, criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 (Anexado ao Requerimento nº 1.101, de 1996). Os documentos solicitados foram enviados, a título de empréstimo, à autoridade requerente em 31 de agosto de 2001 e devolvidos a esta Casa em 17 de abril último. 07545

3.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 29/2002, de 16 de abril último, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal, em reunião realizada naquela data. 07546

3.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, cujos pareceres pela rejeição foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário 07546. 07546

3.2.6 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nº 23/2002, de 30 de abril último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que denomina Rodovia Governador Virgílio Távora trecho da BR-116, em reunião realizada naquela data. 07546

Nº 24/2002, de 30 de abril último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, em reunião realizada naquela data. ... 07546

3.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 244, de 2001, e 44, de 2002, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 07546

3.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que dis-

põe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para os estudantes de estabelecimentos regulares de ensino, públicos ou privados. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. 07546

Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 07547

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 07550

3.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 232, de 2002, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 178, de 2001, e 15, de 2002, de autoria dos Senadores Antero Paes de Barros e Renan Calheiros, respectivamente, que alteram o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Especializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros, por regularem a mesma matéria. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 07552

3.2.10 – Ofício

Nº 51/2002, de 7 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação do Senador Moreira Mendes para ocupar vaga de vice-líder daquele Partido. À publicação. 07552

3.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 233, de 2002, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 329, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. Aprovado. O projeto figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária. 07552

Nº 234, de 2002, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 330, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002 (nº 1.487/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Joséfá Alvares, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco. Aprovado. O projeto figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária. 07553

3.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que acrescenta o art. 58-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o § 14 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a flexibilidade da jornada de trabalho do trabalhador responsável por portador de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 07553

Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2002, de autoria do Senador Paulo Hartung, que denomina Sérgio Ceotto, a ponte sobre o Rio Doce na variante da BR-259, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. 07555

3.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 235, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de congratulações pelo octogésimo segundo aniversário do Papa João Paulo II. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 07556

Nº 236, de 2002, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de aplausos e congratulações ao treinador da Seleção Brasileira Luiz Felipe Scolari. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 07556

3.2.14 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 23, de 2002, de autoria dos Senadores Carlos Wilson e Ney Suassuna, que acrescenta inciso ao artigo 103 do Regimento Interno. 07556

3.2.15 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 23, de 2002, lido anteriormente. 07557

Término de prazo, ontem, com apresentação da Emenda nº 1-Plen ao Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o apro-

veitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na região de Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, para exame da emenda. 07557

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 07557

Recebimento do Ofício nº 1.206.2/2002, de 29 de abril último, do Banco Central do Brasil, informando as operações de crédito de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de janeiro a março de 2002, em montante equivalente a sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil e quinhentos dólares norte-americanos (Anexado ao processado da Resolução nº 23, de 1996). À Comissão de Assuntos Econômicos. 07558

3.2.16 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY SUASSUNA – Questionamento à excessiva lucratividade dos bancos no Brasil. Defesa da criação de subcomissão da CAE destinada a estudar a legislação sobre assuntos financeiros. Prejuízos aos cofres públicos causados pela intermediação bancária no recolhimento de tributos. 07558

SENADOR BERNARDO CABRAL – Considerações sobre a crise na aviação civil nacional e a necessidade de modernizar as normas de regulamentação e fiscalização do setor. Transcrição de editorial do Jornal do Brasil sobre o endividamento da Varig. Solicitação do envio do pronunciamento de S.Exa. aos Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Fazenda; bem como, aos órgãos correlatos da aviação e ao presidente da Varig. 07561

SENADOR OSMAR DIAS – Crítica à retirada da pauta, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 24, de 2002, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Procer e Pronaf. Equívocos na aplicação de recursos públicos destinados à área social. Defesa do prazo mínimo de

um ano para que os agricultores familiares possam saldar débitos contratados para o plantio desta safra.

07567

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Surpresa com a retirada da pauta, por solicitação do Senador Luiz Otávio, do projeto que regula as franquias e concessões no Brasil. Comentários à reportagem de 1993 da revista IstoÉ, que publicou o valor irrisório pago pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na compra de fazenda no município de Buritis/MG.

07570

3.2.17 – Leitura de requerimentos

Nº 237, de 2002, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.

07571

Nº 238, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 3 seja submetida ao Plenário antes do item 2. Aprovado.

07572

3.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2002 (nº 1.334/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre a Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001. Aprovado, após apresentação do Parecer nº 335, de 2002, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo usado da palavra o Sr. Bernardo Cabral. À promulgação.

07572

Item 3 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 238, de 2001, lido e aprovado anteriormente)

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos). (Votação nominal e sobrecartas). Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), em primeiro turno, tendo usado da palavra os Srs. José Eduardo Dutra, José Fogaça, Antonio Carlos Valadares, Roberto Requião, Ademir Andrade, Jefferson Péres, Luiz Otávio e Artur da Távola (Votação nominal). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para redação para o segundo turno.

07574

Redação para o segundo turno do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002 (Parecer nº 336, de 2002-CCJ). À publicação. A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente.

07582

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Usam da palavra no encaminhamento da votação, em primeiro turno, os Srs. Ney Suassuna e Roberto Saturnino.

07583

3.3.1 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Roberto Requião, com fundamento no § 2º do art. 7º da Resolução que trata da tramitação das medidas provisórias, referente ao esgotamento do prazo para apreciação das referidas matérias, situação em que as deliberações legislativas estariam eivadas de ilegalidade; tendo o Sr. Presidente Ramez Tebet esclarecido que não há, no Senado Federal, medida provisória alguma obstruindo a pauta.

07584

3.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Aprovada com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, em primeiro turno, tendo usado da palavra os Srs. Luiz Otávio, Lauro Campos, Roberto Requião, Geraldo Cândido, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra, Gilvam Borges, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Artur da Távola, a Sra. Marina Silva e os Srs. José Fogaça e Romeu Tuma (Votações nominais). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para redação para o segundo turno.

07585

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (Parecer nº 337, de 2002-CCJ). À publicação. A matéria constará da Ordem do Dia do próximo dia 16.

07600

Item 4

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana, sobre a Mensagem nº 75, de 2002 (nº 87/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Aprovado o Parecer nº 338, de 2002-CRE. (Votação secreta – sobrecartas) 07601

Item 5

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana, sobre a Mensagem nº 76, de 2002 (nº 88/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia. Aprovado o Parecer nº 339, de 2002-CRE. (Votação secreta – sobrecartas) 07601

Item 6

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 87, de 2002 (nº 125/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja. Aprovado o Parecer nº 340, de 2002-CRE. (Votação secreta – sobrecartas) 07601

Item 7

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 88, de 2002 (nº 126/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à União Mianmar. Aprovado o Parecer nº 340, de 2002-CRE. (Votação secreta – sobrecartas) 07601

Item 8

Parecer nº 302, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Marluce Pinto, sobre a Mensagem nº 125, de 2002 (nº 279/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Luiz Francisco Silva Marcos, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco

de Paula Magalhães Gomes. Aprovado. (Votação secreta – sobrecartas) 07603

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. Usa da palavra na segunda sessão de discussão, em primeiro turno, o Sr. Leomar Quintanilha. 07604

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais. Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 07604

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2001 (nº 3.049/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), após usarem da palavra os Senadores Sebastião Rocha, Eduardo Suplicy e Geraldo Melo. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar. 07604

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2001 (nº 3.717/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS. Aprovado. À sanção. 07607

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001 (nº 3.614/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Fancelino Pereira. À sanção. 07607

3.3.3 – Leitura de parecer

Nº 341, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2002 (nº 289/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o art. 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais Militares do extinto Território Federal de Rondônia aos Quadros da União. 07608

3.3.4 – Offícios

Nº 71/2002, de 8 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do

Senador Francisco Escórcio como Vice-Líder daquele Partido. À publicação. 07611

Nºs 72 a 75/2002, de 8 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de remanejamento e indicação de membro para as Comissões Permanentes. Designação do Senador Francisco Escórcio para integrar, como titular, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura; e como suplente, as Comissões de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Fiscalização e Controle. 07611

3.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CARLOS BEZERRA – Elogios à atuação da sociedade na luta por uma educação de qualidade, em particular, o êxito das cooperativas educacionais. 07612

SENADOR CARLOS WILSON – Realização no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, do Encontro Nacional do cabos, sargentos e taifeiros que pleiteiam a incorporação aos benefícios da lei da anistia. 07613

SENADOR ROMERO JUCÁ – Abordagem sobre as atribuições do Serviço Social do Comércio – SESC, por ocasião da divulgação do relatório das atividades culturais e sociais desenvolvidas por aquela instituição no ano de 2001, no âmbito da administração de São Paulo. 07613

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Considerações sobre o envolvimento de sacerdotes da igreja católica em casos de abuso sexual e pedofilia. 07614

3.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia designada. 07616

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RAMEZ TEBET, EM 8-5-2002

5 – UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO (UNILEGIS)

Ata da sessão solene de instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, realizada em 8 de maio de 2002, sob a presidência do Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet. 07617

6 – ATAS DE COMISSÕES

1ª a 3ª Reuniões da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 81, de 2000-CN, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002, realizadas em 2, 9 e 17 de abril de 2002, respectivamente. 07626

12ª a 14ª Reuniões da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê, realizadas em 19 de março, 3 e 10 de abril de 2002, respectivamente. 07655

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TUCANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 29 de agosto de 1989, que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda. para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 458, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 389, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2002

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-

no da República da Coréia, sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30-4-2002.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2002-CN

Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Esta Resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, de Medidas Provisórias adotadas pelo Presidente da República, com força de lei, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 2º Nas 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à publicação, no Diário Oficial da União, de Medida Provisória adotada pelo Presidente da República, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional fará publicar e distribuir avulsos da matéria e designará Comissão Mista para emitir parecer sobre ela.

§ 1º No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato.

§ 2º A Comissão Mista será integrada por 12 (doze) Senadores e 12 (doze) Deputados e igual número de suplentes, indicados pelos respectivos Líderes, obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade dos partidos ou blocos parlamentares em cada Casa.

§ 3º O número de membros da Comissão Mista estabelecido no § 2º é acrescido de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será preenchida em rodízio, exclusivamente, pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participar da Comissão (Res. nº 2, de 2000-CN).

§ 4º A indicação pelos Líderes deverá ser encaminhada à Presidência da Mesa do Congresso Nacional até as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

§ 5º Esgotado o prazo estabelecido no § 4º, sem a indicação, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fará a designação dos integrantes do respectivo partido ou bloco, recaindo essa sobre o Líder e, se for o caso, os Vice-Líderes.

§ 6º Quando se tratar de Medida Provisória que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, conforme os arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, o exame e o parecer serão realizados pela Comissão Mista prevista no art. 166, § 1º, da Constituição, observando-se os prazos e o rito estabelecidos nesta Resolução.

§ 7º A constituição da Comissão Mista e a fixação do calendário de tramitação da matéria poderão ser comunicadas em sessão do Senado Federal ou conjunta do Congresso Nacional, sendo, no primeiro caso, dado conhecimento à Câmara dos Deputados, por ofício, ao seu Presidente.

Art. 3º Uma vez designada, a Comissão terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sua instalação, quando serão eleitos o seu Presidente e o Vice-Presidente, bem como designados os Relatores para a matéria.

§ 1º Observar-se-á o critério de alternância entre as Casas para a Presidência das Comissões Mistas constituídas para apreciar Medidas Provisórias, devendo, em cada caso, o Relator ser designado pelo Presidente dentre os membros da Comissão pertencentes à Casa diversa da sua.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente deverão pertencer a Casas diferentes.

§ 3º O Presidente designará também um Relator Revisor, pertencente à Casa diversa da do Relator e integrante, preferencialmente, do mesmo Partido deste.

§ 4º Compete ao Relator Revisor exercer as funções de relatoria na Casa diversa da do Relator da Medida Provisória.

§ 5º O Presidente designará outro membro da Comissão Mista para exercer a relatoria na hipótese de o Relator não oferecer o relatório no prazo estabelecido ou se ele não estiver presente à reunião programada para a discussão e votação do parecer, devendo a escolha recair sobre Parlamentar pertencente à mesma Casa do Relator e também ao mesmo Partido deste, se houver presente na reunião da Comissão outro integrante da mesma bancada partidária.

§ 6º Quando a Medida Provisória estiver tramitando na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, a substituição de Relator ou Relator Revisor, na hipótese de ausência, ou a designação desses, no caso de a Comissão Mista não haver exercido a prerrogativa de fazê-lo, será efetuada de acordo com as normas regimentais de cada Casa.

Art. 4º Nos 6 (seis) primeiros dias que se seguirem à publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, poderão a ela ser oferecidas emendas, que deverão ser protocolizadas na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

§ 1º Somente poderão ser oferecidas emendas às Medidas Provisórias perante a Comissão Mista, na forma deste artigo.

§ 2º No prazo de oferecimento de emendas, o autor de projeto sob exame de qualquer das Casas do Congresso Nacional poderá solicitar à Comissão que ele tramite, sob a forma de emenda, em conjunto com a Medida Provisória.

§ 3º O projeto que, nos termos do § 2º, tramitar na forma de emenda à Medida Provisória, ao final da apreciação desta, será declarado prejudicado e arquivado, exceto se a Medida Provisória for rejeitada por ser inconstitucional, hipótese em que o projeto retornará ao seu curso normal.

§ 4º É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória, cabendo ao Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar.

§ 5º O autor da emenda não aceita poderá recorrer, com o apoio de 3 (três) membros da Comissão, da decisão da Presidência para o Plenário desta, que decidirá, definitivamente, por maioria simples, sem discussão ou encaminhamento de votação.

§ 6º Os trabalhos da Comissão Mista serão iniciados com a presença, no mínimo, de 1/3 (um terço) dos membros de cada uma das Casas, aferida mediante assinatura no livro de presenças, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas.

Art. 5º A Comissão terá o prazo improrrogável de 14 (quatorze) dias, contado da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União para emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º.

§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

§ 2º Ainda que se manifeste pelo não atendimento dos requisitos constitucionais ou pela inadequação financeira ou orçamentária, a Comissão deverá pronunciar-se sobre o mérito da Medida Provisória.

§ 3º Havendo emenda saneadora da inconstitucionalidade ou injuridicidade e da inadequação ou incompatibilidade orçamentária ou financeira, a votação far-se-á primeiro sobre ela.

§ 4º Quanto ao mérito, a Comissão poderá emitir parecer pela aprovação total ou parcial ou alteração da Medida Provisória ou pela sua rejeição; e, ainda, pela aprovação ou rejeição de emenda a ela apresentada, devendo concluir, quando resolver por qualquer alteração de seu texto:

I – pela apresentação de projeto de lei de conversão relativo à matéria; e

II – pela apresentação de projeto de decreto legislativo, disciplinando as relações jurídicas decorrentes da vigência dos textos suprimidos ou alterados, o qual terá sua tramitação iniciada pela Câmara dos Deputados.

§ 5º Aprovado o parecer, será este encaminhado à Câmara dos Deputados, acompanhado do processo e, se for o caso, do projeto de lei de conversão e do projeto de decreto legislativo mencionados no § 4º.

Art. 6º A Câmara dos Deputados fará publicar em avulsos e no Diário da Câmara dos Deputados o parecer da Comissão Mista e, a seguir, dispensado o interstício de publicação, a Medida Provisória será examinada por aquela Casa, que, para concluir os seus trabalhos, terá até o 28º (vigésimo oitavo) dia de

vigência da Medida Provisória, contado da sua publicação no Diário Oficial da União.

§ 1º Esgotado o prazo previsto no caput do art. 5º, o processo será encaminhado à Câmara dos Deputados, que passará a examinar a Medida Provisória.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a Comissão Mista, se for o caso, proferirá, pelo Relator ou Relator Revisor designados, o parecer no Plenário da Câmara dos Deputados, podendo estes, se necessário, solicitar para isso prazo até a sessão ordinária seguinte.

§ 3º Na hipótese do § 2º, se o parecer de Plenário concluir pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão, poderá, mediante requerimento de Líder e independentemente de deliberação do Plenário, ser concedido prazo até a sessão ordinária seguinte para a votação da matéria.

Art. 7º Aprovada na Câmara dos Deputados, a matéria será encaminhada ao Senado Federal, que, para apreciá-la, terá até o 42º (quadragésimo segundo) dia de vigência da Medida Provisória, contado da sua publicação no Diário Oficial da União.

§ 1º O texto aprovado pela Câmara dos Deputados será encaminhado ao Senado Federal em autógrafos, acompanhado do respectivo processo, que incluirá matéria eventualmente rejeitada naquela Casa.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no caput do art. 6º, sem que a Câmara dos Deputados haja concluída a votação da matéria, o Senado Federal poderá iniciar a discussão dessa, devendo votá-la somente após finalizada a sua deliberação naquela Casa (CF, art. 62, § 8º).

§ 3º Havendo modificação no Senado Federal, ainda que decorrente de restabelecimento de matéria ou emenda rejeitada na Câmara dos Deputados, ou de destaque supressivo, será esta encaminhada para exame na Casa iniciadora, sob a forma de emenda, a ser apreciada em turno único, vedadas quaisquer novas alterações.

§ 4º O prazo para que a Câmara dos Deputados aprecie as modificações do Senado Federal é de 3 (três) dias.

§ 5º Aprovada pelo Senado Federal Medida Provisória, em decorrência de preferência sobre projeto de lei de conversão aprovado pela Câmara dos Deputados, o processo retornará à esta Casa, que deliberará, exclusivamente, sobre a Medida Provisória ou o projeto de lei de conversão oferecido a esta pelo Senado Federal.

§ 6º Aprovado pelo Senado Federal, com emendas, projeto de lei de conversão oferecido pela Câmara dos Deputados, o processo retornará à Câmara

dos Deputados, que deliberará sobre as emendas, vedada, neste caso, a apresentação, pelo Senado Federal, de projeto de lei de conversão.

§ 7º Aplicam-se, no que couber, os demais procedimentos de votação previstos nos Regimentos Internos de cada Casa.

Art. 8º O Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá, em apreciação preliminar, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de Medida Provisória ou de sua inadequação financeira ou orçamentária, antes do exame de mérito, sem a necessidade de interposição de recurso, para, ato contínuo, se for o caso, deliberar sobre o mérito.

Parágrafo único. Se o Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal decidir no sentido do não atendimento dos pressupostos constitucionais ou da inadequação financeira ou orçamentária da Medida Provisória, esta será arquivada.

Art. 9º Se a Medida Provisória não for apreciada em até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua publicação no Diário Oficial da União, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas do Plenário da Casa em que estiver tramitando.

Art. 10. Se a Medida Provisória não tiver sua votação encerrada nas 2 (duas) Casas do Congresso Nacional, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação no Diário Oficial da União, estará automaticamente prorrogada uma única vez a sua vigência por igual período.

§ 1º A prorrogação do prazo de vigência de Medida Provisória será comunicada em Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional publicado no Diário Oficial da União.

§ 2º A prorrogação do prazo de vigência de Medida Provisória não restaura os prazos da Casa do Congresso Nacional que estiver em atraso, prevalecendo a seqüência e os prazos estabelecidos nos arts. 5º, 6º e 7º.

Art. 11. Finalizado o prazo de vigência da Medida Provisória, inclusive o seu prazo de prorrogação, sem a conclusão da votação pelas 2 (duas) Casas do Congresso Nacional, ou aprovado projeto de lei de conversão com redação diferente da proposta pela Comissão Mista em seu parecer, ou ainda se a Medida Provisória for rejeitada, a Comissão Mista reunir-se-á para elaborar projeto de decreto legislativo

que discipline as relações jurídicas decorrentes da vigência de Medida Provisória.

§ 1º Caso a Comissão Mista ou o relator designado não apresente projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes de Medida Provisória não apreciada, modificada ou rejeitada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da decisão ou perda de sua vigência, poderá qualquer Deputado ou Senador oferecê-lo perante sua Casa respectiva, que o submeterá à Comissão Mista, para que esta apresente o parecer correspondente.

§ 2º Não editado o decreto legislativo até 60 (sessenta) dias após a rejeição ou a perda de eficácia de Medida Provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 3º A Comissão Mista somente será extinta após a publicação do decreto legislativo ou o transcurso do prazo de que trata o § 2º.

Art. 12. Aprovada Medida Provisória, sem alteração de mérito, será o seu texto promulgado pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional para publicação, como lei, no Diário Oficial da União.

Art. 13. Aprovado projeto de lei de conversão será ele enviado, pela Casa onde houver sido concluída a votação, à sanção do Presidente da República.

Art. 14. Rejeitada Medida Provisória por qualquer das Casas, o Presidente da Casa que assim se pronunciar comunicará o fato imediatamente ao Presidente da República, fazendo publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de rejeição de Medida Provisória.

Parágrafo único. Quando expirar o prazo integral de vigência de Medida Provisória, incluída a prorrogação de que tratam os §§ 3º e 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Presidente da República, fazendo publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência de Medida Provisória.

Art. 15. A alternância prevista no § 1º do art. 3º terá início, na primeira Comissão a ser constituída, após a publicação desta Resolução, com a Presidência de Senador e Relatoria de Deputado.

Art. 16. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal adaptarão os seus Regimentos Internos

com vistas à apreciação de Medidas Provisórias pelos respectivos Plenários de acordo com as disposições e os prazos previstos nesta Resolução.

Art. 17. Norma específica disporá sobre o funcionamento das Comissões Mistas de que tratam os arts. 2º a 5º desta Resolução.

Art. 18. Os prazos previstos nesta Resolução serão suspensos durante o recesso do Congresso Nacional, sem prejuízo da plena eficácia de Medida Provisória.

Parágrafo único. Se for editada Medida Provisória durante o período de recesso do Congresso Nacional, a contagem dos prazos ficará suspensa, iniciando-se no primeiro dia da sessão legislativa ordinária ou extraordinária que se seguir à publicação de Medida Provisória.

Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória.

Art. 20. Às Medidas Provisórias em vigor na data da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, aplicar-se-ão os procedimentos previstos na Resolução nº 1, de 1989-CN.

§ 1º São mantidas em pleno funcionamento as Comissões Mistas já constituídas, preservados os seus respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Relatores, e designados Relatores Revisores, resguardada aos Líderes a prerrogativa prevista no art. 5º do Regimento Comum.

§ 2º São convalidadas todas as emendas apresentadas às edições anteriores de Medida Provisória.

§ 3º São convalidados os pareceres já aprovados por Comissão Mista.

Art. 21. Ao disposto nesta Resolução não se aplica o art. 142 do Regimento Comum.

Art. 22. Revoga-se a Resolução nº 1, de 1989-CN, prorrogando-se a sua vigência apenas para os efeitos de que trata o art. 20.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 8 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Ata da 56ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 8 de maio de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares
Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior –
Antônio Carlos Valadares – Ari Stadler – Arlindo
Porto – Artur da Tavola – Benício Sampaio – Bernar-
do Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casil-
do Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Edu-
ardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília
Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Ribeiro
– Francelino Pereira – Francisco Escórcio – Freitas
Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo
Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gil-
vam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jef-
ferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro
– José Agripino – José Alencar – José Eduardo Du-
tra – José Fogaça – José Jorge – José Serra – Ju-
vêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quin-
tanhilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio
Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Maria do
Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro
Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti –
Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Te-
bet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Ricardo
Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Ro-
berto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma –
Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio
Machado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck
Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 77 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz
Otávio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 132, DE 2002 (Nº 330/02, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, §
1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,
aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro
de 1986, no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº
3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apre-
ciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo
fazer, do Senhor Sérgio Luiz Pereira Bezerra Caval-
canti, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de
Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das
Relações Exteriores, para exercer o cargo de Emba-
ixador do Brasil junto à República de Honduras.

Os méritos do Senhor Sérgio Luiz Pereira Bezer-
ra Cavalcanti, que me induziram a escolhê-lo para o
desempenho dessa elevada função, constam da ane-
xa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Hen-
rique Cardoso.**

EM 139/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 30 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 42, § 1º, do Anexo 1 ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador Senhor Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Osmar Chohfi**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULLUM VITAE

Ministro de Segunda Classe

Sergio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 2 de junho de 1945. Filho de Humberto Pessoa Bezerra Cavalcanti e Guiomar Pereira Cavalcanti.

CPF: 04737130710

ID: 2564

CPCD, IRBr. Bacharel em Direito, PUC/RJ. Curso de Prática Diplomática e Consular. III Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, Brasília.

Terceiro Secretário, 17 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, merecimento, 12 de maio de 1972.

Primeiro Secretário, merecimento, 12 de junho de 1978.

Conselheiro, merecimento, 16 de junho de 1982.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1992.

Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1968/69.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1969/70.

Assistente do Chefe do Departamento Cultural, 1971/73.

Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1978/81.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1981/82.

Chefe, substituto, da Divisão de Informação Comercial, 1982/83.

Chefe do Centro de Processamento de Dados, 1987/90.

Chefe, Substituto, do Departamento de Comunicações e Documentação, 1990.

Subsecretário de Acompanhamento, Avaliação, Orientação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno, 1991/93.

Coordenador-Geral de Acompanhamento da Execução do Projeto MRE/BID, 1998/2002.

Milão, Cônsul-Adjunto, 1973/75.

Sófia, Segundo Secretário, 1975/78.

Nova York, Cônsul-Geral Adjunto, 1984/87.

Santa Cruz de La Sierra, Cônsul Geral, 1994/98.

Reunião da Comissão Mista Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1971.

LII Feira Internacional de Milão, 1974 (chefe).

VI Sessão do Comitê de Transportes Marítimos, UNCTAD, Genebra, 1974 (delegado).

XXV Sessão do Conselho de Administração do PNUID, Genebra, 1978 (delegado).

Conferência da ONU sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, Buenos Aires, 1978 (delegado).

Encontro Ministerial para o Desenvolvimento Industrial entre Países em Desenvolvimento, Istambul, Turquia, 1979 (delegado).

Encontro de Solidariedade para o Desenvolvimento Industrial do Haiti, Porto Príncipe, 1979 (delegado).

Encontro de Avaliação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, Genebra, 1980 (delegado).

XXVII Sessão do Conselho de Administração do PNUD, Genebra, 1980 (delegado).

Missão de Cooperação Técnica Brasileira ao México em Administração Municipal, México, 1980 (chefe).

Missão Comercial Brasileira a Países do Sudeste Asiático (Malásia, Indonésia, Cingapura, I Filipinas e Tailândia) 1981 (membro).

Missão brasileira na área da Educação a Moçambique e Angola, 1981 (membro).

II Conferência de Coordenação do Desenvolvimento dos Países da África Austral, Blantyre, Maláui, 1981 (membro).

Reunião sobre a Fase II da participação do Brasil no Programa do Carvão de Moçambique, Maputo, 1984 (chefe da delegação).

Reunião da UNIDO para o Desenvolvimento Industrial da República Árabe do Iêmen, Sanaa, 1984 (chefe da delegação).

Grupo Especial de Apoio do MIRE à XIII Copa do Mundo de Futebol, México, 1986 (membro).

Reunião Sobre informatização de Chancelarias, CEPAL, Santiago, 1988.

Seminário Ibero-Americano sobre a Organização e Procedimentos do Trabalho

Governamental, Lisboa, 1999. – Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento de Serviço Exterior.

HONDURAS

Presidente:

Formado em Economia pela Universidade de Standford, EUA.

Ocupou cargos em empresas pertencentes à sua família. Foi Gerente-Geral da Xerox Honduras.

Empresário do ano (1983) pela Câmara de Comércio Hondurenho-Americana (HAMCHAM).

Ex-Presidente do Banco Central (Governo Rafael Callejas, 1990-94).

Membro fundador do movimento político "Unidad y Cambio" que teve por objetivo a renovação e reestruturação do Partido Nacional de Honduras. Esse movimento acabou obtendo o controle do Partido e, em 1989, levou Rafael Callejas à Presidência da República.

Nascido no Panamá, passou a viver em Honduras aos dezessete anos de idade. Sua inscrição como candidato à Presidência só foi possível após a promulgação, em fevereiro de 2001, de decreto que atribuiu a Maduro a condição de hondurenho por nascimento.

A instituição "Gerentes e Empresários Associados de Honduras" conferiu-lhe, em 1997, o prêmio "Boris Goldstein" como empresário mais destacado do ano.

Em março de 2001, lançou-se candidato pelo Partido Nacional de Honduras à Presidência da Re-

pública, sagrando-se vitorioso no pleito de 25 novembro, com 52,21% dos votos.

Assumiu a Presidência em 27-1-02.

Divorciou-se duas vezes.

Tem três filhas e três netos.

Chanceler:

Guillermo Pérez Arias

Síntese

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: Em clima de absoluta tranquilidade, realizaram-se, em 25-11-2001, eleições gerais sob a fiscalização de observadores da OEA e da Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais (IFES). Foi vitorioso o Partido Nacional (PN), cujo candidato, Ricardo Maduro, eleito com 52,21% dos votos, assumiu a Presidência do país em 27-1-02. Seu principal adversário, Rafael Piñeda Ponce, do Partido Liberal (PL), obteve 44,26% dos votos. Para o Congresso Nacional, que conta com um total de 128 deputados, foram eleitos 61 deputados do PN (4 votos abaixo da maioria absoluta) e 55 do PL. A vitória do PN, que já era esperada, afasta do poder o PL, que governou Honduras por dois mandatos consecutivos.

A Delegação brasileira às cerimônias de posse do Presidente Maduro foi chefiada pelo Senador Artur da Távola.

POLÍTICA INTERNA: Mar/02 – Presidente Ricardo Maduro anunciou o programa de seu governo, bem como discorreu sobre os resultados já obtidos decorridas seis semanas de seu mandato, sobretudo no que diz respeito à pedra pilar de seu governo: a aplicação da política "zero tolerância" no combate à delinquência. Segundo as estatísticas apresentadas, houve uma redução no índice da delinquência no país entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2002: aquele diminuiu de 1.453 ocorrências para 138. Esse índice compreende assaltos a bancos, de automóveis, roubo de indivíduos, assaltos a lojas e residências particulares e homicídios. Maduro anunciou uma "injeção" de 400 milhões de lempiras adicionais, aproximadamente US\$25 milhões, a contratação de dois mil novos agentes de polícia e a adoção de um sistema integral de reformas do sistema penal hondurenho. Afirmando que o futuro de Honduras reside na redução e eliminação da pobreza, Maduro anunciou que seu governo porá à disposição US\$123 milhões em moeda local, a serem aplicados, basicamente, em bens de capital e equipamentos que possibilitem reabilitar as atividades agrícolas do pequeno e médio agricultor.

MISSÃO DE VERIFICAÇÃO INTERNACIONAL DA OEA NA FRONTEIRA HONDURAS–NICARÁGUA: O Brasil participou do processo de verificação dos acordos de distensão da fronteira entre Honduras e Nicarágua (vide seção Relações Exteriores), tendo enviado observadores técnicos militares às três visitas realizadas sob a égide da OEA. O Adido Militar brasileiro na Guatemala participou da primeira e da segunda visitas, realizadas respectivamente em junho e outubro de 2001, ambas com o objetivo de vistoriar a fronteira terrestre. Oficial da Marinha do Brasil participou da segunda visita para verificação das fronteiras marítimas no Mar do Caribe, em agosto de 2001.

Cuba: Em 26-1-02, teve lugar em Tegucigalpa a cerimônia de restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e Honduras. Causou certa perplexidade o fato de a decisão haver sido tomada dez dias antes do término do mandato do Presidente Carlos Roberto Flores.

VISITA DO INSPETOR-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR: o Embaixador Sérgio Damasceno Vieira, Inspetor-Geral do Serviço Exterior, realizou visita a Tegucigalpa, de 20 a 23 de março de 2002. Foi recebido pela Embaixadora Olmeda Rivera, Secretária-Geral das Relações Exteriores, quem se mostrou muito interessada em conhecer o trabalho do Inspetor-Geral para, possivelmente, tentar desenvolver o mesmo sistema na Chancelaria hondurenha.

COMÉRCIO BILATERAL: em 2000, as exportações brasileiras para Honduras (US\$31,62 milhões) responderam por 11,32% do total de US\$279,28 milhões exportados para o bloco, contrastando com a participação dos demais países: 3,34% Nicarágua; 27,45% Guatemala; 14,94% El Salvador; e 42,89% Costa Rica. Quanto às importações, o Brasil adquiriu US\$630 mil de Honduras em 2000. Em 2001 houve um aumento de 7,7% das exportações brasileiras em relação a 2000, totalizando US\$32 milhões. Esse montante raramente alcançou, nos últimos dez anos, 0,1% das exportações brasileiras. Não obstante a modestia do comércio bilateral, na América do Sul o Brasil é o segundo maior exportador para Honduras após a Venezuela (fornecedora de petróleo em condições especiais).

DECRETO SOBRE NACIONALIDADE HONDURENHA DO PRESIDENTE-ELEITO RICARDO MADURO:

O brasileiro Dr. João Grandino Rodas, atual Presidente da Comissão Jurídica Interamericana e ex-Consultor Jurídico do Itamaraty, participou, na qualidade de jurista estrangeiro, do processo de apro-

vação do decreto legislativo sobre nacionalidade hondurenha, que possibilitou a inscrição de Ricardo Maduro como candidato do PN ao cargo de Presidente da República. Recorde-se que o Presidente eleito nasceu no Panamá, passando a viver em Honduras aos 17 anos.

COOPERAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: Brasil e Honduras mantêm ativo programa de cooperação na área de formação de recursos humanos e especialização de mão-de-obra. Destacam-se: o programa de bolsas para cursos universitários e de pós-graduação (média de 15 bolsas anuais); cursos oferecidos pela Marinha do Brasil a oficiais hondurenhos; a participação de bolsistas daquele país no IRBr (uma candidata hondurenha cursou o ano letivo de 1999-2000); e a realização de cursos de português na Universidade Nacional Autônoma de Honduras. Por várias razões, entre as quais restrições orçamentárias de ambos os lados, verificou-se um decréscimo no contingente de bolsistas nos últimos anos.

(DCS, 19-4-02)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PARECERES

PARECERES Nºs 331 e 332, DE 2002

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.

PARECER Nº 331, DE 2002

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

I – Relatório

De autoria do ilustre Senador Pedro Simon, chega à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para parecer, o projeto de lei em epígrafe.

O objetivo da proposta é determinar o comparecimento bienal, perante o Senado Federal, para prestação de contas, dos Chefes de Missões Diplomáticas de caráter permanente.

Para tal fim, o Ministério das Relações Exteriores, mediante entendimento com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, estabelecerá uma escala de comparecimento em rodízio, de modo a completar o ciclo a cada dois anos.

O Tribunal de Contas da União deveria realizar auditoria prévia, em cada Missão Diplomática, a tempo de fornecer a esta Casa relatório circunstanciado de sua investigação.

Por fim, caberia à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, fixar uma pauta de itens a serem auditados, de temas a serem discutidos, de informações e dados a serem apresentados pelos Chefes de Missões Diplomáticas.

Ressalta o ilustre Senador Pedro Simon que um projeto de lei de sua autoria, com idêntico propósito, tramitou na legislatura anterior sob o nº 261, de 1997, mas foi arquivado.

Considera o nobre parlamentar que a matéria continua a merecer a maior atenção, tendo em vista que a liturgia que cerca a designação de um chefe de missão diplomática revela a importância da função, que conta com a aprovação prévia do Senado Federal.

Tal fato evidencia a responsabilidade do Poder Legislativo ao emitir seu pronunciamento, quanto à escolha feita pelo Presidente da República.

Entretanto, segundo o autor do presente Projeto, a intervenção do Senado vai somente até à aprovação dessa escolha ou pouco além, não sendo prevista nenhuma avaliação de desempenho dos delegados da Nação brasileira.

Por essa razão, têm surgido numerosas irregularidades em algumas das representações brasileiras no exterior, quando de auditorias executadas pelo Tribunal de Contas da União.

Daí porque, insiste o Senador Pedro Simon, “mais que exercer o controle sobre a correta aplicação de recursos e sobre a guarda de bens colocados à disposição dessas representações, necessária se faz uma avaliação periódica do desempenho da missão que é confiada aos nossos representantes junto aos diversos países e organismos internacionais”

É o relatório.

II – Análise

Se o projeto, ora analisado, tivesse por base apenas organizar, de modo racional e produtivo, o comparecimento dos Chefes de Missão Diplomática à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prestar as informações que lhe forem solicitadas, na forma constitucional (art. 50, caput e § 2º)

e regimental (art. 216), não teria dúvida quanto à sua necessidade e constitucionalidade.

Entretanto, seu art. 1º exige um comparecimento bienal, ao Senado, dos titulares de missões permanentes no exterior para fins de prestação de contas de sua missão. E tal modificação legislativa, em minha opinião, só poderia ser implementada por via de emenda à Constituição.

Quando a Lei Magna exige a aprovação prévia do Senado Federal para que o Presidente da República proceda à escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente, ela não cria para os nossos representantes externos uma obrigação de prestar contas a esta Casa. Depois de nomeadas, as mencionadas autoridades só têm tal dever para com o Presidente da República, a quem cabe, constitucionalmente, a tarefa de manter relações com estados estrangeiros, pedir contas a seus mandatários externos e, eventualmente, destituí-los das funções diplomáticas que lhes foram confiadas, com o aval do Senado Federal.

É, sem dúvida, lamentável que a Constituição Brasileira dê aos Senadores o direito de participar da escolha das autoridades diplomáticas e não lhes atribua, a partir desse momento inicial de suas carreiras, nenhuma outra forma de co-responsabilidade com o Presidente da República na avaliação do desempenho das missões exercidas no exterior.

Todavia, introduzir por via de lei ordinária corretivos ao silêncio constitucional se apresenta indevido.

III – Voto

Do que acabo de expor, conclui-se pela não aprovação à proposta examinada, tendo em vista que ela me parece inconstitucional ao utilizar uma técnica legislativa inadequada.

O voto é, portanto, pela rejeição do PLS nº 429, de 1999.

Sala da Comissão, 13 de março de 2002. – Osmar Dias, Vice-Presidente, no exercício da presidência. – Bernardo Cabral, Relator.

Sala da Comissão, 13 de março de 2002. – **Osmar Dias**, Vice-Presidente (no exercício da Presidência) – **Bernardo Cabral**, Relator – **Romeu Tuma** – **Waldeck Ornelas** – **José Eduardo Dutra** – **Bello Parga** – **Sebastião Rocha** – **Íris Rezende** – **Sérgio Machado** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Maria do Carmo Alves**.

PARECER Nº 332, DE 2002

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Relator: Senador **Ari Stadler**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que visa a disciplinar o comparecimento bienal dos chefes de missões diplomáticas perante o Senado Federal, de autoria do nobre Senador Pedro Simon.

O projeto foi apresentado em 18 de junho de 1999, tendo sido na mesma data distribuído às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a proposição teve como Relator o ilustre Senador Bernardo Cabral, cujo voto pela rejeição foi aprovado em sessão realizada no dia 13 de março de 2002.

No dia 19 de março subsequente o processado foi distribuído, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Relator signatário.

É o Relatório.

II – Análise

Cuida-se aqui de uma proposta de lei ordinária, vazada em três artigos relativos ao seu objetivo, determinando basicamente o comparecimento, perante o Senado Federal, para prestação de contas, a cada dois anos, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Para esta finalidade, o Ministério das Relações Exteriores, em entendimento com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, estabeleceriam a escala de comparecimento ao longo do ciclo de dois anos. Caberia também à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o estabelecimento da pauta de itens a serem auditados, de temas a serem discutidos e dados a serem providenciados pelos embaixadores. Paralelamente, o Tribunal de Contas da União realizaria auditorias prévias em cada missão diplomática, de forma a fornecer material para o questionamento pelo Senado.

Este, sucintamente, o escopo do projeto de lei, cujo conteúdo, segundo seu autor, foi também objeto de um projeto de lei na legislatura anterior, tendo sido arquivado.

Em sua justificação, o eminente Senador Pedro Simon considera que "mais que exercer o controle sobre a correta aplicação de recursos e sobre a guarda dos bens colocados à disposição dessas representa-

ções, necessária se faz uma avaliação periódica do desempenho da missão que é confiada aos nossos representantes junto aos diversos países e organismos internacionais".

A proposta em análise, no acurado parecer do Senador Bernardo Cabral na CCJ, incorre em vício de inconstitucionalidade, por demandar a prestação de contas dos embaixadores brasileiros junto ao Congresso, quando tal dever, segundo a Carta Magna, determina ser cumprido apenas no âmbito do Executivo, que é a quem cabe manter relações com os estados estrangeiros, pedir contas a seus mandatários externos e, se for o caso, destituí-los das funções diplomáticas que lhes foram confiadas, esta última atribuição com o aval do Senado Federal.

Ao Senado Federal, nesse universo de controle entre poderes, cabe, segundo o art. 50 da Constituição Federal e o art. 216 do Regimento Interno, pedir informações sobre qualquer setor da administração pública, incluindo-se aí as nossas representações diplomáticas.

De outra parte, ademais do vício de inconstitucionalidade apontado na CCJ, pode-se também aceitar-se que a sistemática prevista na proposta em tela tem o inconveniente de tratar igualmente todas as representações diplomáticas, desde aquelas nos menores países até às nos Estados Unidos e Europa, impondo uma infindável sequência de depoimentos na Comissão de Relações Exteriores, que fatalmente comprometeria toda sua agenda. Acreditamos que a fiscalização pelo Senado, até o momento em que se defina uma nova arquitetura constitucional de co-participação do parlamento no acompanhamento da gestão das missões diplomáticas, pode e deve ser executada por meio de requerimentos de informações e demais atribuições regimentais dos órgãos técnicos desta Casa.

III – Voto

Pelo exposto, corroborando a tese de inconstitucionalidade aprovada pela CCJ, reforçada aqui pela argumentação de inconveniência técnica da sistemática proposta, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 429, de 1999.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2002. – ab –
Jefferson Péres, Presidente – **Ari Stadler**, Relator –
Lúdio Coelho – **Luiz Otávio** – **Francelino Pereira** –
João Alberto Souza – **José Agripino** – **Romeu Tuma** – **Bernardo Cabral** – **José Jorge** – **Roberto Saturnino** (vencido) – **Emília Fernandes** (contra) –
Geraldo Cândido (contra) – **Pedro Simon** (o autor assina o parecer sem voto).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL DO PLS 429/1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO MESTRINHO					MAURO MIRANDA				
IRIS REZENDE					VAGO				
JOÃO ALBERTO SOUZA		X			PEDRO SIMON			X	
JOSÉ SARNEY					ROBERTO REQUIÃO				
SÉRGIO MACHADO					WELLINGTON ROBERTO				
VALMIR AMARAL					NABOR JÚNIOR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA		X			MOREIRA MENDES				
BERNARDO CABRAL		X			BELLO PARGA				
ROMEU TUMA		X			WALDECK ORNELAS				
JOSÉ AGRIPINO		X			GERALDO ALTHOFF				
JOSÉ JORGE		X			PAULO SOUTO				
TITULARES - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PARLAMENTAR - PSDB/PPB					PARLAMENTAR - PSDB/PPB				
GERALDO MELO					ARTUR DA TAVOLA				
LÚDIO COELHO		X			TEOTÔNIO VILELA FILHO				
JOSÉ SERRA					FREITAS NETO				
ARI STADLER		X			LUIZ OTÁVIO		X		
TITULARES - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)					OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)				
GERALDO CÂNDIDO	X				EDUARDO SUPLICY				
JEFFERSON PERES					EMÍLIA FERNANDES	X			
TIÃO VIANA					ÁLVARO DIAS				
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO	X				ADEMIR ANDRADE				

TOTAL 13 SIM 03 NÃO 09 AUTOR 01 ABS 11 SALA DE REUNIÃO, EM 16/04/2002.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RJSF)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONALPLS Nº 429 de 1999
de 13

OF. 29/2002-CRE

Brasília, 16 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 16 de abril de 2002, rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, que "Dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal", de autoria do Senador Pedro Simon, com votos vencidos dos Senadores Saturnino Braga, Geraldo Cândido, Pedro Simon e Senadora Emilia Fernandes.

Cordialmente, – Senador **Jefferson Peres**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
(*) Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 7-6-94:

"Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada."

.....
(*) Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº2, de 7-6-94:

"§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não – atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."

PARECER Nº 333, DE 2002

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da

Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Marina Silva**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001, de autoria do nobre Senador Lúcio Alcântara, promove alterações no texto da Lei nº 8.313, de 1991, a chamada Lei Rouanet, relativas à distribuição de ingressos gratuitos de espetáculos e exposições culturais e artísticos aos alunos da rede pública de ensino.

O art. 1º do projeto em epígrafe altera a redação da alínea a do inciso IV do art. 3º da referida legislação, tomando explícita a prioridade dos alunos da rede pública, em todos os níveis, para o recebimento de ingressos gratuitos de espetáculos e exposições culturais e artísticos, conforme determina o dispositivo em apreço.

O art. 2º da proposição inclui novo parágrafo no art. 25 da Lei nº 8.313, de 1991, determinando a destinação gratuita de cinco por cento do total de ingressos de exposições, espetáculos e sessões de exibição comercial, referidos nos incisos I, II, IV e V do art. 25, aos estudantes da rede pública.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

A proposição em comento vem assegurar o benefício da gratuidade aos alunos da rede pública para ingresso em espetáculos e eventos culturais e artísticos. Como informa a justificação do projeto, o ilustre autor implementa sugestão oferecida pelo jornalista e escritor Gilberto Dimenstein, em artigo na **Folha de S. Paulo**.

O art. 215 da Constituição Federal define como dever do Estado a garantia do exercício dos chamados direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional a todos os cidadãos. Nesse sentido, nada mais oportuno que a iniciativa de ampliar os instrumentos disponíveis para o pleno cumprimento do ditame constitucional.

O projeto em análise propõe essa ampliação ao apresentar alterações para o texto da Lei nº 8.313, de 1991. Essa legislação, ao instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), torna obrigatória, para os projetos beneficiados pelos recursos do Pronac, a promoção do "estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais", por intermédio, inclusive, da distribuição gratuita de ingressos para espetáculos culturais e artísticos.

A proposição em comento, ao tempo em que toma prioritária a obrigatoriedade da oferta dos referi-

dos ingressos aos alunos da rede pública, estipula idêntica destinação para cinco por cento do total dos ingressos de exposições, espetáculos e sessões de exibição comercial, que tenham se beneficiado dos incentivos fiscais previstos na legislação.

Como aponta a justificação do projeto, as dificuldades enfrentadas pelos alunos da rede pública são sobrejamente conhecidas. Nesse sentido, não há dúvida que a iniciativa ora analisada contribuirá para minorar as eventuais deficiências do processo de aprendizado. A nosso ver, o valor dos conteúdos apreendidos a partir da convivência com as diferentes manifestações artísticas e culturais é inequívoco, o que confere pertinência e oportunidade ao projeto em tela.

III – Voto

Pelo exposto, tendo apreciado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2002. **Ricardo Santos**, Presidente – **Marina Silva**, Relatora – **Emília Fernandes** – **Geraldo Cândido** – **Reginaldo Duarte** – **Waldeck Ornélas** – **Lindberg Cury** – **Valmir Amaral** – **Arlindo Porto** – **Romeu Tuma** – **Mauro Miranda** – **Eduardo Suplicy** – **Gilvam Borges** – **Antônio Carlos Júnior** – **Freitas Neto**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 244 / 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA	X-			
CASILDO MALDANER					PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					VAGO				
GILVAM BORGES	X-				SÉRGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY	X-				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
NEY SUASSUNA					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO ALTHOFF					LINDBERG CURY	X-			
MOREIRA MENDES					VAGO				
WALDECK ORNÉLAS	X-				FRANCELINO PEREIRA				
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					ROMEU TUMA	X-			
MARIA DO CARMO ALVES					VAGO				
ARLINDO PORTO - PTB (I)	X-				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X-			
TITULARES - PSD/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X-				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					CHICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB					ROMERO JUCA				
REGINALDO DUARTE	X-				LUÍZ OTÁVIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPICÝ - PT	X-				LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT	X-				GERALDO CÂNDIDO - PT	X-			
MARINA SILVA - PT	X-				SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
ÁLVARO DIAS - PDT					TIÃO VIANA - PT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 14 SIM: 14 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/04/2002

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

OF. Nº CE/24/2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2001, de Sua Excelência o Senhor Senador Lúcio Alcântara que, “altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 334, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2002 de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que denomina Rodovia Governador Virgílio Távora o trecho da BR-116.

Relator: Senador **Luiz Pontes**Relator **ad hoc**: Senador **Reginaldo Duarte****I – Relatório**

De autoria do Senador Lúcio Alcântara, o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2002, destina-se a denominar “Rodovia Governador Virgílio Távora” o trecho da rodovia BR-116, que liga a cidade de Fortaleza ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará.

Ao justificar a proposição, o autor destaca aspectos da “extensa biografia, pautada por notáveis serviços prestados ao Ceará, ao Nordeste e ao Brasil”, que “o ilustre cearense Virgílio de Moraes Fernandes Távora construiu ao longo de quase quarenta anos de vida pública”.

Distribuída a esta Comissão para deliberação de natureza terminativa, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Nos termos da Constituição Federal, as questões relativas a transportes incluem-se na reserva de competência legislativa da União (art. 22, inciso XI). Como tal, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto (art. 48, **caput**), assegurada a possibilidade de iniciativa parlamentar na proposição de leis atinentes à matéria (art. 61, **caput**).

A Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, por sua vez, faculta atribuir a terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Transpor-

tes, mediante lei especial, designação supletiva àquela de caráter oficial estabelecida no Plano Nacional de Viação. São admissíveis, para esse fim, as designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade. Antes dessa norma específica, a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, já dispunha genericamente sobre a proibição de atribuir “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

Tal como formulada, a proposta de designação supletiva de trecho da rodovia BR-116 mostra que o PLS nº 44, de 2002, atende aos requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade, a par de estar disposto em boa técnica legislativa.

No mérito, revela grande oportunidade e pertinência. Figura de especial destaque na vida pública estadual, regional e nacional, Virgílio Távora exerceu com notável habilidade política e arrojo administrativo os mais importantes cargos dos poderes executivo e legislativo – deputado federal por três legislaturas, duas vezes governador do Ceará, Ministro de Estado de Viação e Obras, e duas vezes senador da República.

Os registros biográficos oferecidos mais do que justificam a homenagem pretendida. A vida pública do homenageado, marcada por conquistas de valor inestimável para o Ceará e para o Nordeste, são a prova inconteste de sua imensa capacidade de trabalho e descortino político.

É justo, portanto, que um vulto da estatura de Virgílio Távora, nome que se tomou conhecido além das fronteiras do Ceará e do Nordeste, mereça ficar preservado na memória de todos.

Para isso, o Senador Lúcio Alcântara identificou na BR-116 uma excelente oportunidade. De fato, com a duplicação em curso no trecho compreendido entre Fortaleza e Pacajus (localidade ao sul da Capital), a “nova BR-116” habilita-se para representar o arrojo, a pujança e o espírito empreendedor do homenageado, conforme exigem os registros constantes de sua extensa biografia.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do PLS nº 44, de 2002.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator **ad hoc** – **Marina Silva** – **Geraldo Cândido** – **Waldeck Ornélas** – **Lindberg Cury** – **Valmir Amaral** – **Arlindo Porto** – **Romeu Tuma** – **Mauro Miranda** – **Eduardo Suplicy** – **Gilvam Borges** – **Antonio Carlos Júnior** – **Freitas Neto**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 044/2002

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA	X-			
CASILDO MALDANER					PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					VAGO				
GILVAM BORGES	X-				SÉRGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY					JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL	X-				VAGO				
NEY SIASSUNA					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO ALTHOFF					LINDBERG CURY	X-			
MOREIRA MENDES					VAGO				
WALDECK ORNELAS	X-				FRANCELINO PEREIRA				
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					ROMEU TUMA	X-			
MARIA DO CARMO ALVES					VAGO				
ARLINDO PORTO - PTB (1)	X-				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X-			
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X-				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TAVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					CHICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENICIO SAMPAIO - PPB					ROMERO JUCA				
REGINALDO DUARTE	X-				LUIZ OTÁVIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT	X-				LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT					GERALDO CÂNDIDO - PT	X-			
MARINA SILVA - PT	X-				SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
ÁLVARO DIAS - PDT					TIÃO VIANA - PT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 13 SIM: 13 NÃO: 1 ABS: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/04/2002

Senador
SENADOR RICARDO SANTOS
 Presidente da Comissão de Educação

Of nº CE-23-2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 44 de 2002, de Sua Excelência o Senhor Senador Lúcio Alcântara que, "Denomina Rodovia Governador Virgílio Távora trecho da rodovia BR- 116."

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras de arte e trechos de via aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

Ofício 1.923/01-98.0024672-0

Curitiba, 15 de agosto de 2001

Senhor Presidente:

Por intermédio do presente, em razão do encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos, rogo a Vossa Excelência as necessárias determinações objetivando a remessa, a este Juízo Federal, dos *originais* das autorizações que, segundo relatou o ora Acusado Silviano Tenório Câmara Filho, teriam sido entregues ao Relator daquela digna Comissão, então Senador Roberto Requião, quando da audiência de acareação realizada em 7 de julho de 1997, conforme cópias em anexo.

Tal solicitação destina-se a possibilitar a realização de exame pericial grafotécnico nos citados documentos, consoante requerido pela Defesa do Denunciado Silviano Tenório Câmara Filho nos autos de Ação Penal nº 98.0024672-0, que o Ministério Público Federal move em face de Gerhard Fuchs e Outros.

Esclareço, por fim, que expediente de igual teor está sendo encaminhado ao Senador Bernardo Cabral, o qual presidiu a sobrecitada Comissão.

Ao ensejo, apresento a Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Marcos Josegrei da Silva, Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Criminal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 1.101, de 1996.

Os documentos solicitados foram enviados, a título de empréstimo, à autoridade requerente em 31.8.2001 e devolvidos a esta Casa em 17 de abril último.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 29/2002-CRE

Brasília, 16 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 16 de abril de 2002, rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, que “Dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal”, de autoria do Senador Pedro Simon, com votos vencidos dos Senadores Saturnino Braga, Geraldo Cândido, Pedro Simon e Senadora Emília Fernandes.

Cordialmente, – Senador **Jefferson Péres**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com referência ao Ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestou-se, de forma unânime, pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999.

Entretanto, tendo em vista que coube à comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a apreciação em caráter terminativo da proposição, manifestando-se esta Comissão, também, pela rejeição por inconstitucionalidade, a presidência determina a abertura do prazo de cinco dias úteis, previsto no art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno, para interposição de recurso por um décimo dos membros do Senado, no sentido de que seja submetido à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

Of.º CE/23/2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 44 de 2002, de Sua Excelência o Senhor Senador Lúcio Alcântara que, “Denomina “Rodovia Governador Virgílio Távora” trecho da rodovia BR-116.”

Atenciosamente, **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Of.º. CE/24/2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2001, de Sua Excelência o Senhor Senador Lúcio Alcântara que, “Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.”

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com referência aos ofícios lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para os Projetos de Lei do Senado nºs 244, de 2001, e 44, de 2002, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2002

Dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para os estudantes de estabelecimentos regulares de ensino, públicos ou privados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui diretriz para o desenvolvimento urbano, nos termos do art. 21, XX, da Constituição

Federal, a gratuidade do transporte coletivo para os estudantes de todos os níveis, matriculados e comprovadamente freqüentes nas instituições, públicas ou privadas, integrantes dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º A comprovação da matrícula e da freqüência se fará mediante a apresentação pelo estudante ou, quando for o caso, pelos pais ou responsáveis, sempre que solicitada, de declaração da instituição de ensino em que o beneficiário estiver matriculado.

§ 2º A declaração de que trata o § 1º terá validade de noventa dias, contados da expedição.

§ 3º Excetuam-se do disposto neste artigo os serviços seletivos de transporte, assim compreendidos os que ofereçam condições excepcionais de conforto.

Art. 2º Os Municípios observarão o disposto nesta lei na organização e prestação, direta ou indireta, dos serviços públicos de transporte coletivo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando – ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assegurar o acesso universal à educação, mais que um dever ético, constitui obrigação constitucional que alcança indistintamente governantes e governados.

Sabe-se, contudo, que um dos maiores obstáculos à efetivação desse direito reside na dificuldade do acesso às instituições de ensino. Seja para os estudantes de escolas públicas, que comumente integram famílias carentes, seja para aqueles matriculados em estabelecimentos privados, cujas famílias têm os orçamentos pesadamente onerados, o custo do transporte tende a ser importante fator de desestímulo à freqüência escolar.

Nesse sentido, assegurar a gratuidade para o transporte de estudantes significa, na verdade, dar materialidade ao mencionado mandamento constitucional.

Vez que se trata de sistema operado pelo poder público, direta ou indiretamente, por meio de concessões ou permissões, deve-se considerar que as franquias tarifárias ensejam efeitos financeiros que deverão ser sopesados pelos Municípios, entes que detêm a titularidade da prestação desses serviços. As fontes para as renúncias legais de receita – orçamentárias, na forma de subsídios, ou operacionais, mediante acréscimos a serem suportados pelos usuários pagantes – deverão ser indicadas nos termos da res-

pectiva concessão ou permissão. Assim, fixada a diretriz ora proposta, caberá aos entes municipais adotá-la por meio do procedimento que melhor convenha a suas peculiaridades.

Por fim, adotou-se a precaução – sem a qual restaria desnaturado o caráter de justiça social do projeto – de excluir do benefício os usuários que podem pagar por sistemas de transporte de elevado padrão de conforto.

Dada a importância social que o fundamenta, estou certo de que o presente projeto de lei merecerá o apoio dos ilustres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – **Carlos Bezerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 21. Compete à União:

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2002

Altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que "Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescido ao art. 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, um inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 2º
....."

VIII – partes, peças, componentes, acessórios e pneumáticos dos veículos das posições 8.711 a 8.713 da Nomenclatura Comum do Merco sul.

.....”(NR)

Art. 2º O Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 1º e a considerará na estimativa de receita da lei orçamentária relativa ao exercício em que deva iniciar-se a aplicação da isenção, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No mesmo dia em que criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com vistas a implantar um pólo industrial, comercial e agropecuário em pleno coração da Amazônia, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº 291, definiu à Amazônia Ocidental. O objetivo foi integrar a região mais remota do País à economia nacional, bem como promover sua ocupação e elevar o nível de segurança para manutenção de sua integridade. A Amazônia Ocidental abrange os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, estendeu à Amazônia Ocidental “favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquela área”. Seu art. 2º, na redação dada pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, assim dispõe:

“Art. 2º As isenções fiscais previstas neste Decreto-lei aplicar-se-ão aos bens de produção e de consumo e aos gêneros de primeira necessidade de origem estrangeira, a seguir enumerados:

I – motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios e pertences, bem como outros utensílios empregados na atividade pesqueira, exceto explosivos e produtos utilizados em sua fabricação;

II – máquinas, implementos e insumos utilizados na agricultura, na pecuária e nas atividades afins;

III – máquinas para construção rodoviária;

IV – máquinas, motores e acessórios para instalação industrial;

V – materiais de construção;

VI – produtos alimentares; e

VII – medicamentos.

Parágrafo único. Através de portaria interministerial, os Ministros Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Fazenda e do Interior fixarão, periodicamente, a pauta das mercadorias a serem comercializadas com os benefícios instituídos neste Decreto-lei, levando em conta, inclusive, a capacidade de produção das unidades industriais localizadas na Amazônia Ocidental.”

A lista de produtos passíveis de serem importados com isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), atualmente em vigor, foi aprovada pela Portaria Interministerial nº 300, de 20 de dezembro de 1996, subscrita pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento e Orçamento.

Os produtos fabricados na ZFM com componentes importados, e internados no resto do País, gozam de isenção do IPI. Como regra geral, os insumos importados neles empregados gozam de redução de 88% do II, e estão, pois, sujeitos à tributação residual de 12% das alíquotas fixadas na Tarifa Externa Comum (TEC). Entretanto, se a internação se der na Amazônia Ocidental, os componentes estrangeiros serão isentos do II.

O Pólo Industrial de Manaus se destaca pela produção, entre outros bens, dos veículos de duas rodas, compreendidos nas seguintes posições da Nomenclatura Comum do Mercosul:

87.11 – motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais;

87.12 – bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos), sem motor;

87.13 – cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão.

Praticamente toda a produção brasileira de motocicletas e bicicletas está concentrada em Manaus.

Os veículos de duas rodas transformaram-se no principal meio de transporte individual nos Estados da Amazônia Ocidental. Vários fatores impulsionaram a expansão desse mercado, entre os quais se destacam:

a) a baixa renda **per capita** dos consumidores amazônidas, que inviabiliza a aquisição de automóveis de passageiros;

b) a facilidade de compra, proporcionada pelo amplo desenvolvimento do sistema de consórcio, que reduz as prestações mensais a preços irrisórios.

c) a relativa proximidade do grande centro produtor desses veículos, que contribui para o barateamento do frete;

d) o baixo consumo de combustível, que barateia a respectiva utilização.

Há um problema, contudo. Muitas peças, como por exemplo, a corrente de transmissão, o câmbio e a roda livre, não têm similar nacional e são necessariamente importadas para suprir as necessidades de reposição e manutenção. E, nesse caso, todas as localidades da Amazônia Ocidental, à exceção da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio de Guajará-Mirim-RO e Tabatinga-AM são obrigadas a pagar II, IPI e ICMS incidentes sobre essas partes. Tais encargos mais que duplicam o custo das peças, acarretando ônus insuportável para a maioria dos proprietários de motocicletas e bicicletas.

Ademais, é ilógico isentar de tributos os componentes importados destinados à industrialização dos veículos de duas rodas em Manaus, desonerar de impostos os próprios veículos remetidos à Amazônia Ocidental e, depois, fazer incidir as mesmas espécies de gravames fiscais sobre peças idênticas, destinadas à reposição.

Para corrigir a distorção apontada é que apresento o presente projeto, que, de maneira simples, acrescenta um inciso ao art. 2º do Decreto-Lei nº 356, de 1968, permitindo a extensão do benefício fiscal às "partes, peças, componentes, acessórios e pneumáticos dos veículos das posições 8711 a 8713 da Nomenclatura Comum do Mercosul".

Confio no apoio dos meus Pares para a rápida aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – Senador **Moreira Mendes**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

**DECRETO-LEI Nº 356,
DE 15 DE AGOSTO DE 1968**

**Estende Benefícios do Decreto-Lei
nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, as Áreas
da Amazônia Ocidental e dá outras
Providências.**

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 2º As isenções fiscais previstas neste decreto-lei aplicar-se-ão aos bens de produção e de consumo e aos gêneros de primeira necessidade, de origem estrangeira, a seguir enumerados: (artigo com redação dada pelo DEL nº 1.435, de 16-12-75)

I – motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios e pertences, bem como outros utensílios empregados na atividade pesqueira, exceto explosivos e produtos utilizados em sua fabricação;

II – máquinas, implementos e insumos utilizados na agricultura, na pecuária e nas atividades afins;

III – máquinas para construção rodoviária;

IV – máquinas, motores e acessórios para instalação industrial;

V – materiais de construção;

VI – produtos alimentares; e

VII – medicamentos.

Parágrafo único. Através de portaria interministerial, os Ministros Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Fazenda e do Interior fixarão, periodicamente, a pauta das mercadorias a serem comercializadas com os benefícios instituídos neste decreto-lei, levando em conta, inclusive, a capacidade de produção das unidades industriais localizadas na Amazônia Ocidental. (Parágrafo com redação dada pelo DEL nº 1.435, de 16-12-75)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das

despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível; das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção II

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata

o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2002

Dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 13

§ 3º Podem ser deduzidas as contribuições, a cargo do empregador, devidamente pagas à Previdência Social no ano-base, incidentes sobre a folha de pagamento de novos contratados, que representem ampliação no quadro de pessoal, relativas aos três meses subsequentes ao término do contrato de experiência.

§ 4º As deduções previstas no parágrafo anterior serão asseguradas desde que, no momento da declaração anual de rendimentos, o empregador esteja adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).“ (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2003.

Justificação

O desemprego é, juntamente com a segurança, um dos maiores motivos de preocupação do brasileiro. Ele exerce um efeito devastador sobre o tecido social e sobre as relações familiares. Isso sem falar no sofrimento individual do trabalhador vitimado. Não se trata, é claro, de um problema de fácil solução. Devemos reconhecer que o desenvolvimento econômico é a melhor alternativa para a criação de novos empregos. Como as variáveis das quais depende o crescimento são muitas, precisamos, pelo menos, tomar ini-

ciativas legais que possam servir para a diminuição dos impactos dessa tragédia em setores localizados e em benefício de algumas categorias.

O governo federal tem se mostrado sensível com o problema, embora as iniciativas aprovadas, como o contrato por prazo determinado e o trabalho em tempo parcial, não tenham trazido os resultados esperados. É preciso, mais do que nunca, retomar estímulos e incentivos aos empregadores e aumentar a empregabilidade do trabalhador. Só assim poderemos melhorar os padrões de distribuição de nossa renda e reativar o mercado de trabalho, com resultados positivos em toda a economia dado o aumento do poder aquisitivo da população.

Os especialistas vêem nos elevados encargos sociais um fator importante de inibição do desenvolvimento e, conseqüentemente, da criação de novas vagas. Realmente, a incidência de contribuições sobre a folha de pagamentos das empresas e os salários dos trabalhadores não é a melhor forma de encontrar recursos para cobrir as despesas com as políticas sociais. Esse problema precisa ser solucionado, mas a busca de novas fontes de recursos ainda depende de uma ampla reforma tributária e de medidas que demandam estudos e projeções demoradas e difíceis.

Enquanto essa solução mais ampla não é implementada, como dissemos, a concessão de incentivos a novas contratações de trabalho pode representar uma alternativa para o legislador. Nossa proposição prevê a dedução do imposto de renda das contribuições devidas e pagas pelo empregador, nas novas contratações, durante três meses cruciais para a estabilização da relação de emprego. Os primeiros três meses são, via de regra, experimentais. A passagem desse limite é importante para o trabalhador pois, normalmente, representa a indeterminação do prazo de contrato e uma relação duradoura.

Com a possibilidade de deduzir as contribuições previdenciárias relativas aos três meses subseqüentes ao término do contrato de experiência, esperamos estimular a durabilidade dos contratos e premiar os empregadores que formalizam suas relações de trabalho e regularizam a situação de seus empregados. Esse pode ser um fator a mais trabalhando para a redução da informalidade e para permitir que a empresarialidade latente nos cidadãos brasileiros não seja inibida.

O impacto orçamentário do estímulo proposto será, com certeza, plenamente compensado pelo aumento no número de contratados e pela formalização dos contratos. Por cautela, estamos também prevenindo a dedução apenas para os empregadores que, no

momento da declaração anual, estiverem adimplentes com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Cremos que a proposta que estamos apresentando merece a análise e a atenção de nossos Pares, especialmente porque ampliará a justiça social e trará resultados econômicos e sociais consideráveis. Esperamos contar com o apoio parlamentar durante a sua tramitação.

Sala das sessões, 8 de maio de 2002. – **Edison Lobão.**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

**Altera a legislação do imposto de
renda das pessoas jurídicas, bem como
da contribuição social sobre o lucro líquido,
e dá outras providências.**

.....
Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I – de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o art. 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável;

II – das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III – de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV – das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V – das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da

previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI – das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII – das despesas com brindes.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I – as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II – as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III – as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2002

Exmº Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos dos artigos 258 *usque* 260 do Regimento Interno, que os Projetos de Lei nºs 178 de 2001 e 15 de 2002, de autoria dos Senadores Antero Paes de Barros e Renan Calheiros, respectivamente, “que alteram o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Especializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros”; sejam apensados para tramitação em conjunto em razão de regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – **Antero Paes de Barros**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 051/02-GLPFL

Brasília, 7 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 7º do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, indico, para ocupar a vaga de vice-líder do Partido da Frente Liberal, o Senhor Senador Moreira Mendes.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 233, DE 2002

Requeiro, nos termos do art. 281, combinado com o art. 375, inciso IV, do Regimento Interno, dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 329, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa, para executar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – Senador **Carlos Wilson**.

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2002

Requeiro, nos termos do art. 281, combinado com o art. 375, inciso IV, do Regimento Interno, dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 330, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002 (nº 1.487/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Joséfá Alvares, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – Senador **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação os requerimentos que acabam de ser lidos.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

As matérias a que se referem os requerimentos figurarão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2002

Acrescenta o art. 58-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o § 14 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a flexibilização da jornada de trabalho do trabalhador responsável por portador de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 58-B:

Art. 58-B As empresas com mais de dez empregados assegurarão horário especial, ou móvel, para cumprimento da jornada, ou a redução da jornada de trabalho,

sem prejuízo da remuneração, ao trabalhador responsável por portador de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado.

§ 1º O horário especial, ou móvel, ou a redução da jornada de trabalho de que trata o **caput** só será permitido nos casos em que a atenção permanente do responsável seja indispensável, a critério médico, ou quando houver coincidência de horário entre a jornada de trabalho e a agenda de tratamento em instituição pública ou privada.

§ 2º A permissão de cumprimento de horário especial, ou móvel, ou a redução da jornada de trabalho fica condicionada à apresentação de laudo médico, que deverá pormenorizar:

I – o tipo e o grau da deficiência ou o tipo e o estágio da doença que exija tratamento continuado;

II – o tempo diário que o responsável precisará ficar afastado da empresa. (NR)

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 14:

Art. 22.....

.....

§ 14. Os valores correspondentes às horas reduzidas da jornada diária de trabalho, de que trata o art. 58-B da Consolidação das Leis do Trabalho, não integram a contribuição prevista no inciso I.

.....(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei busca criar as condições mínimas para que as pessoas portadoras de deficiência ou de doença que exija tratamento continuado recebam o necessário acompanhamento diário de seus responsáveis legais. Nesse sentido, ele assegura aos trabalhadores da iniciativa privada responsáveis por essas pessoas o direito ao horário flexível ou móvel no cumprimento da jornada de trabalho ou a redução desta, sem prejuízo da remuneração.

A adoção dessa medida justifica-se pela necessidade de garantir aos citados trabalhadores a disponibilidade parcial de tempo indispensável para suprir os cuidados especiais demandados por seus dependentes portadores de deficiência ou doentes, sobre-

tudo no que diz respeito ao seu acompanhamento educacional e clínico.

Esses cuidados, traduzidos na supervisão direta e no carinho constante, constituem, segundo a própria medicina, a forma mais eficaz de incentivo já encontrada para o máximo desenvolvimento dos portadores de deficiência e o restabelecimento mais pronto possível dos doentes crônicos.

Isso se revela especialmente verdadeiro quando tais cuidados são oferecidos pelas pessoas que lhes são mais próximas e caras, como pais, irmãos e avós, normalmente seus representantes legais.

Importa lembrar, ainda, a existência de medida semelhante à que agora se propõe no âmbito do serviço público. Com efeito, a matéria acha-se regulada na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que concede ao servidor licença por motivo de doença em pessoa da família (art. 83). Inclusive, algumas normas do Poder Executivo tratam, igualmente, da matéria, ao recomendar ao administrador público considerar na flexibilização do horário de trabalho as necessidades dos servidores responsáveis legais por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais que requeiram atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada.

Afora configurar a garantia da igualdade de tratamento entre os trabalhadores da iniciativa privada e aqueles do serviço público no que concerne à matéria em debate, à medida aqui sugerida implementa as garantias de assistência à família e de dignidade da pessoa humana consagradas no Texto Constitucional.

Diga-se, por fim, que a adoção dessa medida não gerará prejuízos para as empresas. Isso porque é pequeno o universo de trabalhadores cujos dependentes portadores de deficiência ou doentes crônicos demandem acompanhamento diário por exigência médica ou estejam submetidos a tratamento em horário que coincida com a jornada de trabalho de seus responsáveis. Ademais, caso haja redução da jornada, a proposição assegura que a empresa ficará desobrigada de pagar à Seguridade Social o valor correspondente às horas reduzidas.

Diante da indubitável contribuição da medida aqui proposta para a implementação da desejada justiça social no País, espero contar com o apoio de todos os membros do Congresso para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. — **Lauro Campos.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

.....
Art. 58. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
.....

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

.....
Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I – 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, empresários, trabalhadores avulsos e autônomos que lhe prestem serviços;

II – para o financiamento da complementação das prestações por acidente do trabalho, dos seguintes percentuais, incidentes sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no art. 23, é devida a contribuição adicional de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre a base de cálculo definida no inciso I deste artigo.

2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 8º do art. 28.

3º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.

4º O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional da Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiência física, sensorial e/ou mental, com desvio do padrão médio.

.....
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

.....
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10-12-97).

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até noventa dias. (Redação dada pela Lei nº 9.517, de 10-12-97)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2002

Denomina Sérgio Ceotto, a ponte sobre o Rio Doce na variante da BR-259, no município de Colatina – ES.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada "Sérgio Ceotto" a ponte sobre o Rio Doce, na variante da BR-259, no município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nascido em Castelo, em 23-2-43, Sérgio Ceotto adotou Colatina como sua cidade do coração. Nesta, desenvolveu sua carreira de médico e entrou para a vida política, fundando o MDB daquela cidade na década de 70. Foi Secretário de Estado de Interior e Transportes, Secretário de Estado de Transportes e Obras do Governo e Secretário da Casa Civil do Estado do Espírito Santo.

Em sua atuação política, destacou-se no processo de luta pela democratização do país e, em especial, do Espírito Santo, sendo um referencial na política capixaba para aqueles que lutavam pela humanização da atuação governamental, pela conduta ética na política, pelo desapego a cargos ou vaidade pessoal em benefício de uma causa, pela abertura ao confronto de idéias. Neste caso, porém, era intransigente na defesa da coisa pública.

Entre suas bandeiras, sempre defendeu a posição estratégica do Rio Doce e a necessidade de outras alternativas para o eixo rodoviário que liga o Norte do Estado do Espírito Santo e Nordeste de Minas. Com sua habitual antevisão, já defendia que a ponte Florentino Avidos, originariamente destinada ao tráfego ferroviário (1928) e posteriormente adaptada ao tráfego rodoviário (1950) não suportaria o aumento do fluxo de veículos, o que de fato aconteceu, impulsionando a construção da variante da BR-259, sendo um dos responsáveis pelo início das obras da ponte.

Denominar "Sérgio Ceotto" a ponte sobre o Rio Doce na variante da BR-259, por seu caráter estratégico para a região, é marcar de forma indelével na história de Colatina e do Espírito Santo o nome de um homem que tanto marcou a vida pública capixaba e, em especial, de Colatina. Um homem que, falecido em 3-5-98, foi e para sempre será referencial de toda uma geração.

Essas as razões e fundamentos do projeto que submeto à apreciação dos meus pares.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – Senador Paulo Hartung, PSB/ES.

(À Comissão de Educação –
decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelos Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 235, 2002**Requer voto de congratulações pelo octogésimo segundo aniversário do Papa João Paulo II**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, seja manifestado, pelo Senado Federal, voto de congratulações a Sua Santidade o Papa João Paulo II, pelo transcurso do seu octogésimo segundo aniversário, a transcorrer no próximo dia 18 de maio.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

REQUERIMENTO Nº 236, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado pelo Senado Federal voto de aplausos e congratulações ao treinador da Seleção Brasileira – Luiz Felipe Scolari.

Justificação

O treinador da seleção brasileira, Luiz Felipe Scolari, anunciou no último dia 6 de maio os nomes dos 23 jogadores que irão defender o Brasil na Copa do Mundo do Japão e da Coréia.

Independente das opções individuais de cada um, Scolari demonstrou coerência e firmeza de caráter em sua escolha, elegendo aqueles que ele e a comissão técnica entendem como os jogadores mais bem preparados neste momento.

A escolha foi feita em cima de critérios técnicos estabelecidos por aqueles que receberam a incumbência de formar e treinar a seleção do Brasil. Scolari não cedeu a nenhum tipo de pressão política, uma delas acenada até pelo presidente da República e pelo presidente da CBF, e manteve-se firme em seus princípios, não dando espaço à nenhuma forma de expressão do famigerado “jeitinho brasileiro”.

É disso que o Brasil está precisando não apenas no esporte, mas sobretudo na política. Seriedade, disciplina e firmeza de caráter. Já passa da hora de abandonarmos de uma vez por todas a “Lei de Gerson”, onde todos tem que tirar proveito em tudo e adotarmos uma nova ordem, onde a ética e a competência valham mais do que o poder do “quem indica”.

Apresento esse requerimento de Voto de Aplauso ao treinador da seleção, Luiz Felipe Scolari, extensivo a

toda a comissão técnica. E os votos sinceros de muito sucesso na Copa do Mundo que, esperamos nós, termine com a conquista do penta-campeonato para o Brasil.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – Senador **Maguito Vilela**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão despachados às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2002**Acrescenta inciso ao artigo 103 do Regimento Interno.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 103 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII, remunerado-se o atual como inciso IX:

”Art. 103
.....

VIII – emitir parecer conclusivo oferecendo o competente diploma legislativo à proposta de criação de Grupo Parlamentar integrado por parlamentares brasileiros e de países amigos.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No contexto de uma economia extremamente globalizada onde as dificuldades de superação das desigualdades que separam os países hegemônicos de primeiro mundo dos países ditos periféricos cresce de importância o estreitamento dos laços econômicos, culturais e comerciais de natureza bilateral.

Igualmente, assume conotação de extraordinária relevância o papel que os Parlamentos podem desempenhar no tocante à identificação de espaços de aproximação com vistas a facilitar o estreitamento desses laços, de modo a promover um intercâmbio verdadeiramente produtivo para os interesses dos países integrantes de Grupos Parlamentares de Amizade, como freqüentemente temos observado no Senado do Brasil e nos seus similares estrangeiros.

Formalizar a existência desses Grupos, reconhecendo-lhes a legitimidade ao abrigo da Comissão de Relações Exteriores, parece-nos à maneira mais segura e correta de ampliar a participação do Congresso no encaminhamento de uma política de intercâmbio parlamentar mais consentânea com as exigências da nova ordem econômica e política mundial.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – **Carlos Wilson – Ney Suassuna.**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

Art. 103. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

I – proposições referentes aos atos e relações internacionais (Const., art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores;

II – comércio exterior;

III – indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte (Const., art. 52, IV);

IV – requerimentos de votos de censura, de aplauso ou semelhante, quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;

V – Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz; (Const., art. 49, II);

VI – assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;

VII – autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional (Const., art. 49, III);

VIII – outros assuntos correlatos.

.....
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 40,1 § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Srs. Senadores, encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *autoriza, nos termos do § 3º*

do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na Região de Ponte de Pedra, Estado do Mato Grosso, e dá outras providências; e

– Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.*

Ao projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, foi apresentada uma emenda, que vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

O Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001 – Complementar, não tendo recebido emendas, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda ao Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001:

EMENDA (de plenário)

Apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 145, DE 2001, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que autoriza nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, e aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na região de Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1–PLEN

Acrescente-se parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, 2001, dando a seguinte redação:

”Art.1º.....

.....

Parágrafo único. Cabe à Comissão Técnica competente realizar audiência pública com a comunidade indígena diretamente afetada e o órgão ambiental federal responsável pelo estudo de impacto ambiental do empreendimento, como condição mínima de informação indispensável à pretendida autorização.”

Justificação

Considerando a falta de Lei Complementar de regulamentação do disposto no art. 231 da Constituição, especialmente no que se refere aos critérios definidores do que seja o relevante interesse público como elemento condicionante de autorização desta natureza, é necessário reunir um mínimo de dados concretos e assegurar plena clareza à manifestação do consentimento prévio informado das populações afetadas e ao parecer do órgão ambiental responsável pela avaliação dos impactos da obra pretendida, de modo a informar e validar a decisão do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2002. – **Marina Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.206.2/2002, de 29 de abril último, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de janeiro a março de 2002, em montante equivalente a sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil e quinhentos dólares norte-americanos.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passa-se à lista de oradores inscritos.

O primeiro orador é o Senador Ney Suassuna, do PMDB do Estado da Paraíba.

S. Exª dispõe de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento, nobre Senador Ney Suassuna, que fala por cessão do Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, quem olha a história da humanidade verifica que este animal racional, o homem, teve em sua trajetória muitas, mas muitas situações diversas. Em seu processo de evolução – *Ean-troptos Dalsoni*, *Sinanthropus pekinensis*, homem de Neandertal, Cro-Magnon –, em cada uma de suas etapas, havia transformações. O homem, que era apenas coletor, descobriu a agricultura e, com isso, não precisou mais ser nômade. Passou a viver em lugares mais férteis, de melhor defesa, e dominou não só as plantas, mas também os animais. Essa fartura

maior fez com que mudasse o perfil da humanidade: as mulheres não precisavam mais esperar que os filhos andassem para ter outros filhos, o que aumentou a fertilidade, aumentou o número de membros das famílias. Surgiram, então, as vilas, as cidades. E, com elas, surgiram as doenças, os germes – varíola, sarampo, peste e tudo mais.

Por muito tempo, as populações esparsas não tinham esses problemas, tanto é que, quando os europeus chegaram aos continentes cuja população era mais esparsa, trouxeram com eles não só os cavalos, que atemorizaram os astecas, não só as armas de fogo, que pareciam transformá-los em Deus – apertavam o gatilho e caía alguém lá na frente, fulminado –, não só as espadas de aço que cortavam os bastões, as únicas armas que tinham os índios, mas trouxeram os germes, que mataram populações inteiras nas Américas do Norte e do Sul e na Oceania, porque não havia anticorpos para esses germes. Naquela época, isso era um mal.

Depois, houve a evolução. Estabilizaram-se as populações, e alguns países começaram a deter qualidade de armas. Foi a política da canhoeira, cuja primazia coube à Inglaterra. Ou se fazia como aquele país queria, ou ele bombardeava as cidades. Era o grande poder da época.

Avançamos. Chegamos à guerra química, como aconteceu na Primeira Guerra Mundial. Chegamos às poderosas máquinas de guerra, como foi o caso da Segunda Guerra Mundial. Este era o temor das nações: o poder militar de alguns, misturado inclusive com a ideologia.

Não parou por aí, porque este mundo é mutante. De repente, passou a haver a guerra da tecnologia: a bomba atômica, a comunicação pelo rádio, pela televisão, por satélites, tudo o que se possa esperar. Veio a bomba orbital – já circulam várias –, que pode explodir a qualquer momento, acabando imediatamente com o oxigênio num diâmetro de 100 km e provocando a morte de todo ser vivo, ou, até mesmo, como acabamos de ver, no Afeganistão, as bombas de 600 toneladas, que caem e acabam com tudo em volta.

É um temor. O mundo está passando por novas modificações, que atemorizam até mais do que tudo que mencionei – os germes, as armas de fogo, os canhões, as bombas. Estamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vivendo numa aldeia global, onde um fato que acontece na Cochinchina pode refletir-se, hoje, no Brasil, com muita seriedade. Esse é o mundo financeiro, capaz de fazer a derrocada da economia de um país em minutos.

O pobre do Brasil tem tido pouca sorte na sua área econômica. Para se tornar independente, teve de assumir a dívida que Portugal adquirira com a Inglaterra – o dinheiro que aquele país havia tomado deste para combater a nossa independência – e, desde então, nunca parou de dever. Mesmo na época em que nos capitalizamos, vendendo produtos durante a Segunda Guerra Mundial, gastamos dinheiro com plástico – quem não se lembra disso? – e continuamos aumentando a nossa dívida, que hoje é astronômica. São R\$18 bilhões para investimento e mais de R\$600 bilhões para pagar a dívida.

A nossa vulnerabilidade econômica é enorme. E talvez seja este o País, seja esta a terra, neste mundo globalizado, onde o lucro dos bancos é o maior. Atualmente, ficamos pasmos ao compararmos o percentual de lucro dos bancos nos Estados Unidos e no Brasil.

Não estou contra os bancos. Estou, Sr^{as} e Srs. Senadores, impressionado com a mudança geral que o mundo sofreu. A segurança está cada vez mais periclitante, desde aquele setembro negro, nos Estados Unidos, com o atentado contra as torres gêmeas. Hoje, qualquer cidadão, quando pega um avião para ir a qualquer lugar, é revistado várias vezes. Na semana passada, para V. Ex^{as} terem uma idéia, estive nos Estados Unidos e, numa mesma tarde, fui revistado quatro vezes; tive que tirar o sapato quatro vezes, para passar no raio x. Tive que explicar por que estava com tanto dinheiro no bolso para entrar no país e, para minha surpresa, por que tinha tanto dinheiro no bolso ao sair. Na maior potência do mundo, é obrigatório declarar-se com quanto se está entrando – o que era normal no caso de valores acima de US\$5 mil dólares – e, agora, é também obrigatório declarar-se com quanto se está saindo. No Brasil e em todos os países, saem milhões e bilhões por meio eletrônico, a qualquer momento, sem nenhum controle. Mas não é esse o pior problema, nem o nosso temor ou a razão que me traz à tribuna.

Houve uma época em que os europeus tinham muito medo dos vikings. Estavam em suas vilas, e, de repente, enconstavam barcos. Homens cabeludos, vestidos de peles, machados na mão, entravam e matavam todos, levavam o gado, as mulheres bonitas e tudo que podiam. Era o temor. Por séculos, ocorreu isso na Europa. Hoje, o temor não são os vikings, os germes, as canhoneiras, a bomba atômica, mas o problema financeiro.

Surpreendo-me quando vejo um país onde o índice de lucro dos bancos é astronômico, onde bancos importantes vieram para comprar bancos nacionais, a preços alguns justos outros vis. Fizeram cadeias gi-

gantescas. E são eles mesmos que se encarregam de dizer que o Brasil, que conhecem tão bem, um país continental e com tantas riquezas, é vulnerável. Pergunto-me: por que dizem isso? A desculpa era ora a crise na Argentina, ora a crise na Rússia, ora a crise na Venezuela. A toda hora, havia uma crise, e nós é que “pagávamos o pato”. Caía a nossa economia.

A esse respeito, comecei a raciocinar e peço a cada um de V. Ex^{as} que o façam comigo. Houve uma época, num determinado governo, em que se dizia, por exemplo, que importaríamos arroz. Na Bolsa de Futuros, o preço desse produto caía. Alguém, então, comprava o produto, e depois vinha a ordem de que não mais importaríamos. O preço do arroz subia, e alguém ganhava uma fortuna.

Será que não está acontecendo o mesmo no Brasil hoje?

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Francisco Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a está trazendo a esta Casa um tema que nos preocupa muito: a questão da economia misturada com os bancos. Temos visto que só quem não quebra no Brasil são os bancos. E, no passado, quando algum se encontrava em dificuldade, recebia um empréstimo benevolente do Governo brasileiro. O País está parado, nossa economia não cresce, não traz riquezas e empregos. Eu, que vim da iniciativa privada, estou preocupado, bem como todos os colegas, com a situação de calmaria na nossa economia. Vejo, ao meu lado, o nobre Senador Bernardo Cabral, que usará da tribuna nesta tarde e falará sobre a situação do transporte aéreo brasileiro, que está quebrado. Enquanto isso, ouve-se que os bancos vão muito bem. E, a cada dia, são mais bancos chegando. Trata-se de um bom negócio. Ótimo negócio! Excelente negócio! Mas será que o é para a população? E eles ainda se acham no direito de fazer chantagem, num processo democrático como o nosso, dizendo que, se o candidato A ganhar as eleições, pegarão a mala e irão embora. É muito preocupante essa situação que V. Ex^a está trazendo. Enquanto isso, estamos aqui na expectativa de aprovar ou não a CPMF. Todos correndo para cima e para baixo, à procura daquele imposto chato, enjoado, que a população não quer, e que foi introduzido, na época, em caráter temporário, destinado à saúde. No entanto, não foi temporário, nem é da saúde, que está um caos no Brasil inteiro. Sr. Senador Ney Suassuna, o assunto que V. Ex^a

está trazendo nesta tarde é preocupante, ainda mais por causa da situação da Argentina. A única diferença que temos em relação àquele país vizinho é o fato de que ainda temos crédito no FMI. Sou solidário a V. Ex^a, por sua preocupação, pelo tema que traz a esta Casa, que é muito oportuno. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Francisco Escórcio.

Quando trago esse tema – repito –, não estou sendo contrário aos bancos, mas acredito que, como todos estão fazendo revisão na legislação sobre os assuntos financeiros, cabe a nós, do Senado da República, criarmos uma subcomissão na Comissão de Economia e nos aprofundarmos nessa questão.

Uma potência como os Estados Unidos, que antes somente perguntava se estávamos entrando com mais de US\$5 mil no país, agora questiona sobre quantos dólares estão saindo. Se um país como aquele começa a se preocupar com isso, como é que nós, que estamos passando por uma situação econômica mais difícil, não estamos analisando e atualizando a nossa legislação?

Penso que este é o momento de verificarmos o que está acontecendo nesse sistema e, inclusive, criarmos aqui a legislação existente nos Estados Unidos. Quando ocorre uma situação de privilégio de informação, quando ocorre um boato deliberado para fazer baixar ou subir determinada ação, pessoas vão para cadeia. Aqui só conheço dois exemplos, que também não deram em nada.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço o aparte do nobre Senador Lindberg Cury, representante do Distrito Federal.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Ney Suassuna, confirmo também o que foi dito antes: realmente o pronunciamento de V. Ex^a promove uma série de reflexões, e uma delas diz respeito a essa situação dos bancos em nosso País. São lucros fabulosos que, segundo dados, até nesse primeiro semestre, ultrapassaram R\$18 bilhões, numa época em que a economia está estagnada, com uma média de 2,2% de crescimento ao ano, e em que o desemprego é realmente muito grande. Temos que medir essas consequências. Uma dessas sugestões sobre as quais V. Ex^a começou a falar diz respeito à reforma tributária. Precisamos passar por essa reforma. Um sistema em que há 60 tipos de impostos, taxas e contribuições não pode enfrentar a competitividade das nossas empresas. V. Ex^a, que, como eu, veio do meio empresari-

al, sabe das dificuldades existentes. A indústria e o comércio não têm possibilidade de crescimento e simplesmente estão marcando passo, estão tentando sobreviver numa época como esta, num país que tem um potencial de crescimento enorme, num país de extensão continental. Vale a pena refletirmos um pouco sobre uma proposta. A propósito, tenho defendido a tese da simplificação tributária. Não me refiro à reforma tributária, porque entendemos que se trata de um ano político; ao mesmo tempo, é impossível aprová-la. Mas a simplificação já traz um contexto que poderia fazer com que as empresas comessem a crescer, dentro do seguinte princípio: muitos pagando pouco e não poucos pagando muito. Aproveitaria o ensejo para perguntar a V. Ex^a, dentro da sua visão macroeconômica, se realmente esse aspecto é um dos que merecem ser abordados com referência ao crescimento do nosso País.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não tenho dúvida, nobre Senador Lindberg Cury, de que esse é um dos aspectos que merecem a nossa reflexão. E, quando venho na tarde de hoje à tribuna, volto a insistir: os bancos são necessários. Fui o presidente do programa que buscou a revitalização dos bancos. Não foi um programa caro, custou menos de 2% do PIB. Na Venezuela, esse programa custou 17% do PIB; em alguns países, custou mais de 20% do PIB. O nosso programa ficou dentro dos limites mínimos. Mas há algumas questões sobre as quais temos que repensar. É essa a provocação que trago à tribuna. É hora de analisarmos a situação.

Há os que soltam os boatos, e, pela primeira vez, vi bancos assumirem posições danosas à nossa honra econômica. E, imediatamente, houve reflexos: caiu bolsa, subiu dólar. Isso é possível? Num país qualquer de primeiro mundo, haveria uma punição.

Mas me pergunto mais. Quero deixar para a reflexão de V. Ex^{as}, ao encerrar o meu pronunciamento, a seguinte indagação: como se recolhem os impostos nos Estados Unidos? Sr^{as} e Srs. Senadores, nos Estados Unidos, quando alguém quer pagar um imposto – o INSS, por exemplo –, vai ao banco e deposita na conta do Tesouro. A conta é do Tesouro; o dinheiro entra no mesmo dia. Como é feito no Brasil? Depositamos no banco, que tem, na teoria, D + 1. O banco fica com aquele dinheiro em seu nome. Primeiramente, algo que é público é transformado em privado. Mas todos os bancos que quebraram, em vez de D + 1, deviam 60, 120, 360 dias. Ou seja, por mais de trezentos dias, não recolheram o dinheiro do INSS! Isso merece ser repensado. Isso que estou falando é muito grave.

Por que não simplificarmos e depositarmos diretamente na conta do Tesouro, mesmo com a cobrança de taxa? Nós pagamos a taxa! Mas por que, além de cobrar a taxa, colocamos o dinheiro em uma conta genérica, o qual só será recolhido posteriormente, 30, 60 ou 90 dias depois? Ao analisarmos as contas dos bancos que quebraram, verificamos que em nenhum havia menos de 60 dias.

É preciso repensarmos essa questão. Proporei, na Comissão de Economia, a criação de uma subcomissão para analisar e atualizar a nossa legislação. Já que estamos vivendo num mundo de tempo real, que a nossa legislação seja a do tempo real em que estão vivendo as potências financeiras, que hoje nos escravizam de certa forma!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador pelo PFL do Estado do Amazonas, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos da indignação havida com a demissão de membros da diretoria da Associação de Pilotos da Varig, a ponto de ser considerada uma retaliação da empresa a manifestações contrárias à redução de seu quadro de funcionários.

Sem querer retomar a discussão sobre o fato, a respeito do qual, aliás, a empresa apresentou uma versão diferenciada dos atingidos, gostaria, entretanto, de recuperar o debate a respeito da verdadeira motivação desse e de outros episódios análogos, que é a gigantesca crise que atinge a aviação aérea brasileira.

Não quero, com isso, minimizar a ocorrência das demissões nem negar-lhes o componente dramático na atual conjuntura empregatícia do País. Desejo, tão-somente, reconduzir a discussão para o seu foco principal, o que nos exigirá um esforço de reconstituição histórica dos fatores que concorreram para a instalação da maior crise já vista no setor.

O transporte aéreo, praticamente iniciado em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, cresceu de 5% a 6% ao ano, até o início da década de 90, quando a competição das telecomunicações fez, pela primeira vez, cair a demanda.

Tomando como referência o ano de 1960, época em que o transporte aéreo começou a operar com aviões a jato, muita coisa mudou. O preço de compra

dos aviões foi multiplicado por mais de 1.200%. Adicionalmente, se selecionarmos...

Adicionalmente, se selecionarmos os custos típicos de uma empresa de transporte aéreo, como, por exemplo, os da infra-estrutura aeroportuária, de pessoal, dos seguros, das refeições de bordo, das peças de reposição e dos combustíveis, todos, sem exceção, tiveram seus preços majorados de maneira significativa.

Dentro do quadro mundial de crise, se ficarmos somente em nosso País, poderemos comprovar: os impostos no Brasil são mais altos do que os que afetam nossos concorrentes lá fora; os custos de operação da infra-estrutura em geral são bem mais altos do que os encontrados em países que ostentam as melhores empresas do setor; os combustíveis e lubrificantes custam o dobro do que pagam as operadoras norte-americanas; as compras financiadas dos aviões importados são mais custosas, e os prazos para pagamento são menores; os estoques de peças de reposição, devido às típicas dificuldades de importação, são mais altos. Tudo isso concorre para que nossas empresas operem em condições desvantajosas em relação aos concorrentes.

No plano internacional, a partir da década de 80, a sociedade produtiva e os governos passaram a se preocupar com as bases operativas das empresas exploradoras dos serviços aéreos. Novas regulamentações nacionais foram estabelecidas, e diferentes bases começaram a ser articuladas para as operações internacionais, visando a melhorar o nível de segurança. Métodos foram buscados para a redução das interferências exageradas dos governos, em prol de níveis mais altos de eficiência e de custos mais baixos. Conferências mundiais foram convocadas na busca de contextos mais simples, capazes de assegurar melhores ajustes nas complexas interfaces criadas pelos interesses gerais.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Ney Suassuna, gostaria de desenvolver um pouco mais a tese que me traz à tribuna antes de conceder o aparte a V. Ex^a e aos Senadores Francisco Escórcio e Amir Lando, que também demonstram a intenção de apartear-me.

Falava nos métodos e continuo: o Brasil, infelizmente, atrasou-se nesse processo de mudanças, e, somente no final de 2000, vimos o Governo reagir, remetendo ao Congresso Nacional um projeto de lei criando novas bases regulatórias e prevendo a criação de uma Agência Nacional de Aviação Civil indepen-

dente, como órgão central de regulamentação e de fiscalização. O projeto, aliás, foi posteriormente retirado pelo Executivo e ainda não retornou.

A modernização do quadro regulatório é essencial para se determinar o tipo de serviço que convém à sociedade brasileira. Claramente, o público está interessado em serviços que ofereçam eficiência, abrangência, disponibilidade alta e custos progressivamente mais baixos, conquistando níveis de segurança crescentes, no contexto do tráfego aéreo, doméstico e internacional.

Entretanto, sendo uma atividade que depende de concessão do Poder Público, as soluções não podem simplesmente ser atribuídas aos empreendedores ou aos proprietários das empresas. Esses têm obrigações sólidas para com seus investidores e acionistas, mas as autoridades governamentais precisam compreender e agir, não deixando que a omissão comprometa um dos pilares da sustentação do desenvolvimento nacional.

Eminentes Colegas, observem que a diferença entre a crise brasileira e as dificuldades observadas em outros países fica por conta da maior ou menor capacidade de articulação de políticas e regras capazes de preservar, apesar das dificuldades empresariais, algum horizonte para o setor em seu conjunto.

O desenho de uma política setorial para a aviação civil não é tarefa fácil, mas é possível, como se observou nas decisões tomadas pelo governo norte-americano em favor da sustentação dos negócios do setor depois dos atentados em Nova Iorque.

O episódio terrorista também atingiu as empresas brasileiras, mas uma série de problemas específicos do Brasil agravou o quadro, como a elevada carga tributária, os altos custos de operação de infra-estrutura, o peso mais expressivo dos combustíveis e lubrificantes sobre as despesas da companhia e – o que é mais importante – a grande onerosidade nas compras financiadas de aeronaves ante os competidores norte-americanos e europeus.

Tenho aqui um editorial do **Jornal do Brasil** de ontem, em que, por uma dessas coincidências, fala-se sobre a crise da Varig. E os dados divulgados mostram que essa crise afeta principalmente a Varig, a mais tradicional companhia aérea brasileira, que chega aos 75 anos com o quarto prejuízo consecutivo e uma dívida de US\$900 milhões. Desde 1997, quando lucrou R\$27,8 milhões, a Varig não vê a cor azul em seu balanço. Em 1998, fechou o ano com perdas de R\$25,3 milhões, subindo para um prejuízo de R\$94,8 milhões em 1999 e de R\$148,6 milhões em 2000.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que é homem do Nordeste, observe que o patrimônio líquido da empresa está no vermelho desde 2000 e, no ano passado, fechou negativo em R\$523,1 milhões. A receita líquida da companhia ficou praticamente estável em relação ao ano anterior, fechando o ano em R\$5,2 bilhões, em comparação à receita de R\$5,3 bilhões em 2000.

Vou fazer mais algumas considerações, Sr. Presidente, mas não posso deixar, de logo, de ouvir os eminentes Senadores que querem me apartear, para a minha alegria: os Senadores Ney Suassuna, Francisco Escórcio, Lindberg Cury e Romeu Tuma e o eminente mestre de todos nós, professor Lauro Campos, meu caro Senador. O Senador Amir Lando faz parte da classe dos juristas.

Senador Ney Suassuna, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sempre que ouço V. Ex^a, faço-o com muita alegria, pela clareza do raciocínio que sempre coloca à nossa disposição. Esse é um quadro realmente muito complexo. Quando Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, abrimos um debate muito profundo. Chamamos aqui todos os presidentes de companhias, todos os responsáveis pela Aeronáutica, pelos aeroportos; enfim, ouvimos todo o setor. No Brasil, o clima é extremamente hostil às empresas. Não há empresa que sobreviva neste País. Coloquem Cristo para conduzir uma empresa de aviação do porte da Varig no Brasil, e ela irá à falência. É impossível resolver esse problema, nem por milagre! Por que isso acontece? Por tudo o que V. Ex^a falou: petróleo, impostos e peças mais caros. Tudo é mais caro; tudo cria muitos problemas. Um País continental como o nosso não pode dar-se ao luxo de não ter suas linhas aéreas. E mais: o Brasil é o único país da América do Sul que ainda tem linhas aéreas próprias. Todos os outros já as venderam e se arrependeram. Estive no Senado argentino, e um Senador me disse: “Vendemos a nossa empresa e, agora, temos de ir para Madri, para de lá seguirmos para qualquer outro lugar. Acabou nossa liberdade de viajarmos para onde quisermos”. Esse é um risco. Nobre Senador Bernardo Cabral, não devemos pensar somente na área privada. Temos de pensar também na área militar. Temos 749 aeronaves militares, e apenas 70 delas estão voando.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – E sucateadas.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Estão precisando de peças e não geram dinheiro. Este é um País continental, onde a Aeronáutica e o avião são os primeiros a sofrer as consequências por qualquer

problema. Então, não podemos abrir mão! V. Ex^a está debatendo um tema incrivelmente importante. Nos Estados Unidos, as Forças Armadas pagam 30% de todo avião comprado, porque, se precisarem usá-lo, já baratearam o custo para empresa, tendo primazia para usá-lo. Há fórmulas. Inúmeros países usaram fórmulas diferentes. Nós, aqui, temos cruzado os braços. Há um relatório inteiro aconselhando, mas medida alguma foi tomada. Enquanto isso, assistimos ao declínio dessas empresas. Até quando isso prosseguirá, não sei. Parabéns pelo tema escolhido! V. Ex^a está falando de algo muito importante em um país continental como o nosso. Parabéns!

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado, Senador Ney Suassuna. Depois respondi a todos os eminentes Senadores que me apartearam.

Ouçõ neste momento o Senador Francisco Escórcio, que tão bem representa o Maranhão e está me dando a alegria do aparte.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a é um mestre.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador mestre, temos de fazer elogios a V. Ex^a. Há pouco, conversávamos a respeito desses temas, tanto o trazido pelo Senador Ney Suassuna, como o de V. Ex^a. Eles se completam. V. Ex^a apresentou dados a respeito da Varig, mas não o fez quanto à Transbrasil.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Primeiramente, quis ter o prazer de ouvi-los, mas, daqui a dois minutos, falarei da Transbrasil.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Há também que se falar sobre a Vasp e a Gol. Para minha surpresa, há alguns dias, fiquei sabendo que a Gol, tão nova, já está no vermelho. Pergunto: a quem interessa isso? Eu sei a resposta: interessa ao capital estrangeiro. Como se trata de uma concessão do Governo brasileiro, se nossas companhias quebrarem, eles estarão prontos para obter ganhos. Parabéns pelo tema, que é de grande utilidade para a economia do Brasil, já que o transporte aéreo impulsiona a economia brasileira. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado, Senador Francisco Escórcio.

Concedo um aparte ao Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Bernardo Cabral, é sempre prazeroso ouvi-lo pelo

estilo e arte, pela sabedoria e profundidade com que aborda os temas.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Hoje, V. Ex^a aborda um tema aparentemente distante daquilo que deveria ser a preocupação do Congresso. Mas não é assim. Ao contrário: V. Ex^a trata de um tema muito atual, ao qual temos que prestar muita atenção, porque senão perderemos as nossas empresas aéreas e, conseqüentemente, o direito de ir e vir. Eu poderia, como foi salientado pelo Senador Ney Suassuna, citar a Argentina. Cito a Bolívia, que tinha o Lloyd Aéreo Boliviano, uma empresa longeva, uma das empresas de maior segurança de todo o mundo. Hoje é impossível tomar qualquer avião, como fazíamos a tempos atrás – inclusive, a tarifas mais baixas –, e voar para qualquer lugar do mundo. Hoje, praticamente, não há mais esse direito de ir e vir para aqueles cidadãos. Não podemos perder as nossas empresas. Acredito que isso não acontecerá, pois o mercado brasileiro é muito maior do que o de outros países latino-americanos. Não há dúvida de que V. Ex^a aborda um ponto importante. É até uma questão de soberania nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – É exatamente isso.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Sobre tudo, nós, da vastidão amazônica, temos que prestar atenção a esse assunto. A nossa dependência é absoluta. Imagine V. Ex^a se ficarmos apenas nas mãos de empresas estrangeiras! Elas vão olhar exclusivamente a rentabilidade das rotas. Possivelmente, ficaremos isolados. Vamos novamente tomar os gaiolas, como fizeram os nordestinos no século retrasado, e, possivelmente, as distâncias vão novamente aumentar entre a Capital da República e os nossos longínquos Estados amazônicos. Portanto, mais uma vez, V. Ex^a merece parabéns. Felizmente, alerta o Congresso, enquanto há tempo – isso é importante que se diga. É preciso, urgentemente, que o Governo formule uma política de recuperação da aviação civil. Se isso não acontecer, vamos perdê-la. Isso será um desastre para o País, para todos nós, para a nossa economia, porque os reflexos imediatos advirão e a nossa economia perderá muito. Sobre tudo, as nossas regiões sofrerão com isso, pois, em grande parte, os alimentos são trasladados via aérea, principalmente aqueles mais perecíveis. Vamos perder qualidade de vida, mas perderá muito mais o Centro-Sul, perderão muito mais os Estados mais desenvolvidos. Portanto, para-

benizo V.Exª e ouço, com atenção, o discurso que se segue.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o aparte do Senador Lauro Campos, meu mestre.

O Sr. Lauro Campos (PDT – DF) – Senador Bernardo Cabral, para mim é sempre uma satisfação ouvi-lo. Gostaria de tecer alguns comentários ligeiros porque são muitos aqueles que pretendem parabenizá-lo pelo tema escolhido e pela maneira segura pela qual o está tratando. V. Exª se referiu a certas especificidades da crise de nossa aviação, do nosso transporte aéreo, e as comparou àquelas relacionadas à problemática norte-americana. Gostaria apenas de frisar uma diferença que me parece essencial. Assistimos a alguns casos representativos no Brasil, como foi o da Vasp. Essa empresa foi praticamente doada. É uma empresa paulista, que foi doada a certos grupos privados, com todos os auxílios e benefícios – inclusive, houve uma tentativa de fornecimento de gasolina a preços abaixo dos de mercado. Mesmo assim, essa empresa, por exemplo, não está conseguindo sobreviver. Algumas crises são resolvidas por meio da doação: as empresas estatais são entregues a preço de banana. O capital investido, então, é muito pequeno. A lucratividade deveria ser muito alta, mas não acontece isso. Em artigo que publiquei em 1982, previ que haveria a privatização. Com a privatização, os capitais novos que entram e que compram barato o grande patrimônio que foi privatizado passam a ter uma rentabilidade, uma lucratividade maior. Mas existem outras crises que perturbam ainda aquelas empresas que foram beneficiadas com o processo de privatização. No Brasil, parece-me que um dos graves problemas é justamente esse que assola outras empresas privatizadas, como por exemplo, as do setor de eletricidade. Entre nós, há o problema de insuficiência de demanda também. Há uma crise que sempre ronda as empresas brasileiras: a insuficiência de demanda. O brasileiro é pobre. Calculo que 80% da população brasileira jamais viajou de avião. Desse modo, estamos impedidos de poder contribuir, como consumidores, para grandes e importantes setores da atividade nacional. Na aviação, acontece em parte isso, e, de tempos em tempos, o Governo socializa os prejuízos, porque não há como não fazê-lo diante de uma ameaça concreta e inarredável de falência. Para manter os aviões no ar, o Governo é obrigado, de tempos em tempos, a injetar recursos, sob pena de ver inviabilizada a sobrevivência das empresas de transporte aéreo do Brasil, por mais eficientes que elas sejam. V. Exª tratou muito bem do problema, e eu

gostaria apenas de acrescentar esse pequeno grão de observações particulares a respeito do que diz V. Exª, que, com maestria, consegue desenvolver, aprofundar o tema. Continuo sendo esclarecido pelo discurso de V. Exª. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado a V. Exª, Senador Lauro Campos.

Ouç o Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Bernardo Cabral, como sei que seu tempo está quase no final e o Senador Romeu Tuma ainda quer apartear-lo, gostaria de sugerir, baseado nas informações que foram colocadas anteriormente por todos e pela abrangência do seu discurso, que esse tema fosse motivo de uma discussão maior, quem sabe em uma audiência pública, com os representantes das companhias, a fim de que possamos tomar conhecimento do que vem ocorrendo. Como sabemos que esse é um fenômeno mundial e entendemos que o dólar complicou a vida das empresas, visto que elas compraram aeronaves com base em valores atrelados ao dólar, quando existia a paridade de um por um, e pagaram duas vezes e meia o valor original, gostaria de propor a V. Exª um debate sobre este assunto com um pouco mais de tempo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Caro irmão, Senador Bernardo Cabral, depois da participação dos Senadores em apartes ao inteligente discurso de V. Exª, que, com conhecimento de causa, pesquisa e busca as razões da decadência da nossa aviação comercial civil, eu nada teria a acrescentar. O Senador Lindberg Cury já falou do câmbio flutuante, que causa um prejuízo enorme, porque as companhias aéreas compram as suas peças e têm as suas despesas em dólar, mas vendem as passagens em real. Os impostos, por sua vez, são praticamente impagáveis pelas companhias. Estou dizendo isso porque houve uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, com os diretores de todas as companhias aéreas. E se alguma providência não for tomada, das cinco ou seis companhias que existem atualmente, poderemos ter, daqui a algum tempo, apenas uma, se muito. Desculpe-me a projeção meio macabra, mas é a consequência do que vem acontecendo. V. Exª falou da Varig, cujo crescimento é histórico, por tudo aquilo que desenvolveu na aviação comercial brasileira desde a sua fundação. Hoje, no entanto, seu Presidente luta desesperadamente pela sobrevivência. Segundo notícias dos jornais de ontem, a TAM cancelou vários

vôos internacionais, para evitar que o prejuízo atinja os vôos nacionais, o que poderia vir a impossibilitar o nosso deslocamento por todo o território nacional. Os vôos regionais praticamente foram extintos. No meu Estado, mais de 10 grandes Municípios têm pista para o pouso de qualquer tipo de avião, mas não há mais nenhuma companhia servindo essas cidades, de importância vital. A Transbrasil surgiu com o sacrifício de Omar Fontana – que, infelizmente, já não está mais vivo – e luta desesperadamente para tentar reequacionar a sua situação. Omar Fontana, como sócio de grandes empresas em Santa Catarina, sacrificou todo o seu patrimônio para investir na aviação. Depois de algumas décadas, chegou ao insucesso, pela política econômica que o Governo impõe. A Vasp também está lutando pela sua sobrevivência. Ainda há pouco eu falava ao Senador Ney Suassuna a respeito da aviação militar. Conversei com o comandante do Exército sobre um projeto de mobilização nacional de grande importância, da mesma forma como foi feito nos Estados Unidos, após a ocorrência do 11 de setembro, para tentar minimizar o sofrimento com o impacto tanto psicológico quanto físico. Quando houve o incidente com a Polícia Militar da Bahia, a FAB levou cinco dias para conseguir levar a tropa para lá, pois está sem aviões à altura de transportar tropas e a aviação nacional está quase impossibilitada de ceder. Estou tentando mostrar a grande importância da manutenção das companhias aéreas, até porque é uma questão de risco de vida. Sei que eles têm uma manutenção séria, têm cortado vôos, diminuído o número de equipamentos, mas chega um determinado momento em que isso deixa de ser possível. E quem sofre é a população que usa o avião como meio de transporte. Também não nos podemos esquecer da grande importância dos Correios, que usam as companhias aéreas para fazer que a correspondência não mais atrase. Os Correios são um exemplo vivo da boa organização, pois usam as companhias aéreas para seu serviço de transporte de cartas e volumes. Parabéns, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço apenas que V. Ex^a me conceda mais um minuto, porque sabe-se que, nos Parlamentos, quando o orador ocupa uma tribuna e o seu discurso é claudicante na forma ou não tem substância no conteúdo, os apartes o enriquecem. São os apartes que dão valor à temática do discurso abordado. Quando o orador recebe um ou dois apartes, já se sente devidamente recompensado por ocupar a tribuna e tomar o tempo dos colegas. Mas quando ouve seis apartes, a começar pelo do Senador Francisco Escórcio, pas-

sando pelo do Senador Amir Lando, pelo do Senador Lindberg Cury, pelo do Senador Romeu Tuma, e pelo dessa figura a quem tanto estimo, o Senador Lauro Campos, vejo que o pontapé inicial dado pelo Senador Ney Suassuna encontrou eco na Casa.

Assim, Sr. Presidente, é que gostaria de me reportar ao editorial do **Jornal do Brasil** que fala sobre o endividamento da Varig – e peço que seja transcrito na íntegra –, quando, a certa altura, diz:

Não se trata de retomar as malfadadas operações hospital com recursos públicos. As empresas demandam, sim, mecanismos de capitalização liderados pelo BNDES, exatamente com a preocupação de mudar o perfil de endividamento. Em entrevista ao **Jornal do Brasil**, o presidente da Varig, Ozires Silva, abordou o problema com clareza meridiana: “Talvez agora as empresas aéreas brasileiras precisem de ajuda, mas por outro período extremamente longo sofreram desvantagens em relação à competição externa, em termos de tributação e regulamentação”.

Ora, Sr. Presidente, eu dizia ainda há pouco – e retomo a parte final do meu discurso com esse registro do Presidente Ozires Silva, a quem conheço de perto, porque ambos já compusemos um Ministério neste País, portanto lhe afianço o que é um trabalho sério – que o Governo já anunciou sua posição de não– interferência oficial na gestão ou no alívio da situação financeira das empresas aéreas. De fato, é inadmissível despendar recursos públicos para salvar empreendimentos privados sem que antes haja a definição de uma política de transporte aéreo voltada para os interesses gerais. Entretanto, não é admissível, também, a omissão diante da forte crise que se abate sobre uma das grandes conquistas da iniciativa brasileira, que criou companhias aéreas que operam em pé de igualdade com as empresas estrangeiras, muitas vezes superando-as no que se refere à qualidade dos serviços de bordo.

É nesse difícil contexto, Sr^{as} e Srs. Senadores, que trabalha a indústria de transporte aéreo em nosso País. As empresas precisam reduzir seus custos para não desaparecerem, como a Transbrasil – e eu dizia ao Sr. Ney Suassuna que se esperasse um pouco S. Ex^a veria este meu depoimento –, engolfada pelo emaranhado da competição e dos regulamentos impeditivos.

Consciente dos riscos e de suas obrigações para com seus passageiros e para com seus 16 mil

funcionários, a Varig iniciou um profundo esforço para reduzir seus custos. Trabalhou no preço das prestações dos seus aviões alugados, na melhoria da eficiência dos seus fornecedores, na implementação de métodos e processos de aumento de sua produtividade, na redução dos custos das vendas, na maior velocidade de colocar seus recebíveis no caixa, e assim por diante.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos isolar o episódio da demissão dos pilotos do contexto geral das dificuldades da empresa e das medidas de superação que vem empreendendo, sob pena de cometermos um grave equívoco de julgamento.

Finalizando, há uma quantidade de problemas a serem discutidos para que o transporte aéreo brasileiro encontre seu caminho de recuperação, e o momento que vivemos é extremamente crítico, ameaçando até o próprio futuro das empresas. Não é a hora para “operações-padrão”, ou outras ações isoladas, que podem enfraquecer, ainda mais, um setor tão seriamente debilitado.

A nós, do Congresso Nacional, cabe, neste momento, um importante papel mediador. Precisamos interceder junto aos envolvidos para fazê-los compreender que a gravidade da situação requer a adoção de medidas amargas, mas absolutamente necessárias para a sobrevivência das empresas de transporte aéreo em nosso País.

Quero deixar bem clara a posição deste Senado: a presente postura não implica, nem de leve, a defesa de qualquer interesse privado, mas de um patrimônio da Nação brasileira, imprescindível ao seu desenvolvimento e garantia do seu futuro.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, quero fazer um requerimento a V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a o deferirá, na forma regimental. Peço a V. Ex^a que determine a expedição deste discurso, com os apartes que o enriqueceram, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e aos órgãos correlatos da aviação, como o DAC...

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Se o Sr. Presidente permitir que eu feche com chave de ouro este pronunciamento, com muita honra ouvirei V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O tempo do orador já está esgotado. Mas, tendo em vista que houve precedentes, V. Ex^a terá a palavra, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado, Senador Bernardo Cabral. Mesmo percebendo que V. Ex^a já estava encerrando o seu pronunciamento e tratando dos requerimentos finais à Mesa, quero fazer aquilo que considero um dever: registrar, mais um vez, o quanto nutro de admiração pela postura de V. Ex^a, que está demonstrando consciência de um grave problema de grande amplitude na economia brasileira. Dizer que o serviço de transporte aeroviário é um serviço “privilegiado”, ou de uma classe privilegiada, é interpretar de uma forma não absolutamente correta e não absolutamente precisa o papel que uma empresa de aviação opera no contexto de uma economia. O transporte aéreo, como qualquer outro meio de transporte – seja o rodoviário ou o aquaviário –, é uma atividade-meio da economia. É uma atividade que liga o consumo e a produção, que liga atividades que são complementares e necessárias entre si. Sem um meio de transporte moderno e rápido, como o transporte aéreo, o nosso País estaria, evidentemente, ainda no princípio do século passado – estaríamos operando a economia no contexto das primeiras décadas do século XX e, portanto, estaríamos um século atrasados em relação às outras economias mundiais. Embora o transporte aéreo seja utilizado por pessoas que ocupam uma posição privilegiada na sociedade, é graças a essa circulação de pessoas que é possível, também, fazer circular inteligência, circular investimentos, expandir a economia, expandir empregos, expandir oportunidades. Enfim, o transporte aéreo é uma atividade-meio imprescindível ao crescimento da economia. Portanto, mesmo o trabalhador mais humilde, no setor ou na área geográfica mais longínqua do País, estaria em condições muito piores se o Brasil fosse desprovido de transporte aéreo, principalmente o transporte aéreo comercial, que permite, como eu disse, a circulação de serviços de inteligência e de mercadorias, o que propicia um incremento extraordinário no funcionamento da economia. Portanto, faço este registro para dizer que V. Ex^a fala no sentido do bem público, do bem comum, do interesse maior da população brasileira, ao fazer o seu pronunciamento, e, por isso, cumprimento V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado, Senador José Fogaça. V. Ex^a sabe que a admiração que há entre mim e V. Ex^a é recíproca e, de minha parte, amplia-se cada dia mais, sem dúvida alguma.

Sr. Presidente, quero concluir o meu requerimento. V. Ex^a já anotou os nomes das autoridades a que pedi a V. Ex^a que envie o meu pronunciamento.

Ao cabo e ao fim, quando esses expedientes forem devidamente dirigidos a essas autoridades, peço que V. Exª determine a extração de uma cópia e faça-a chegar ao conhecimento do nosso prezado amigo Ozires Silva, Presidente da Varig, que merece essa deferência.

É o requerimento, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR BERNARDO CABRAL EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

AVIAÇÃO COMERCIAL
Questão de Justiça

A crise da aviação comercial brasileira pede resposta urgente. Quanto mais tempo se gasta, mais grave fica o quadro financeiro das companhias aéreas. E quem perde é o país. Com dimensões continentais e deficiências crônicas no transporte rodoviário e ferroviário e na navegação de cabotagem, o Brasil depende visceralmente do transporte aéreo. O que implica empresas fortes e saudáveis. O setor faz esforço extraordinário para reduzir custos mas dificilmente conseguirá vencer as dificuldades com as próprias asas. Basta ver os balanços negativos do primeiro trimestre. O endividamento é de tal ordem (no caso da Varig atinge US\$ 900 milhões) que não há alternativa, a não ser o imediato apoio oficial.

Não se trata de retomar as mal-fadadas operações hospitalares com recursos públicos. As empresas de mandam, sim, mecanismos de capitalização liderados pelo BNDES, exatamente com a preocupação de mudar o perfil de endividamento. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*,

o presidente da Varig, Ozires Silva, abordou o problema com clareza meridiana: "Talvez agora as empresas aéreas brasileiras precisem de ajuda, mas por outro período extremamente longo sofriam desvantagens em relação à competição externa, em termos de tributação e regulamentação".

Ozires Silva fala com a autoridade de quem conhece a fundo a aviação comercial. Lembra, em primeiro lugar, que as companhias aéreas são concessionárias de serviço público subordinadas ao governo e à regulamentação oficial. Em segundo lugar, elas operam em condições francamente desvantajosas em relação aos concorrentes estrangeiros. "Não somos choibões", afirma.

Os fatos estão do lado do presidente da Varig. As empresas aéreas perdem competitividade em parte por erros do Estado. A ajuda é questão de justiça. Por iniciativa do ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, o BNDES estuda as melhores saídas. Pediu de três a seis meses de prazo. Já é hora de pôr a solução em prática.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª é o primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Roberto Requião informou-me, há poucos minutos, que o projeto de conversão da Medida Provisória nº 24 foi retirado de pauta na Câmara dos Deputados.

É lamentável, porque lutamos muito para que os pequenos agricultores tivessem a aprovação do direito adquirido há muito pelos grandes agricultores de renegociarem os seus débitos e, dessa forma, adimplentes, continuarem contribuindo para a produção de alimentos, para a geração de empregos, para a geração de renda.

Esperamos que seja temporária a suspensão da votação na Câmara dos Deputados e que os pequenos agricultores do Brasil possam ter o respeito do Congresso e do Governo, para que possam negociar suas dívidas.

Neste momento, Sr. Presidente, o Paraná, o Sul do País e parte do Centro-Oeste sofrem com a estiagem. Cerca de 30% da safra de milho safrinha, e parte do trigo semeado, além do final do ciclo da soja, foram prejudicados. Quanto ao milho safrinha, calcula-se uma perda de 30%, que pode chegar a 40%, em algumas regiões.

Fico imaginando por que os programas sociais no Brasil vão se ampliando, vão crescendo. Por que todos os dados divulgados tanto pelos Senadores da Oposição quanto do Governo demonstram que o Brasil tem hoje 54 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da miséria; que não ganham, portanto, R\$80 por mês.

Fui pesquisar quem são esses 54 milhões de pessoas e cheguei a uma triste constatação. Quatorze milhões dentre elas vivem no campo e não se alimentam de forma adequada – o que é um paradoxo –, de forma a atender às recomendações mínimas da Organização Mundial de Saúde, de 2000 calorias por dia. Esses 14 milhões representam, em comparação com o total da população rural, muito mais do que aqueles que vivem na cidade.

Então, a origem da miséria, da pobreza, da falta de condições de vida daqueles que estão vivendo no campo, na periferia ou na marginalidade das cidades está exatamente na desatenção do Governo com os problemas pontuais que vão acontecendo, que não

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Bernardo Cabral, os requerimentos de V. Exª serão atendidos na totalidade, de acordo com o nosso Regimento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem requero tempo para uma comunicação.

vão sendo solucionados e, portanto, vão se avolumando, se acumulando, transformando-se no caos social que está aí.

Sr. Presidente, V. Ex^a foi um dos que mais batalharam para que a Medida Provisória nº 24 fosse aprovada com novos critérios – inclusive com a emenda da Senadora Heloísa Helena que permitiu ampliar de 15.000 para 35.000 o valor dos débitos a serem negociados.

Só que, agora, a retirada de pauta dessa matéria deixa na expectativa milhares de pequenos produtores. Eu estava animado em vir à tribuna para pedir que o Governo negociasse os débitos dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares, que estão perdendo suas safras neste momento com a estiagem – não incluindo, evidentemente, nessa rolagem por 25 anos, nas condições que estão sendo oferecidas para aqueles que tinham débitos e estavam inadimplentes. Mas que esses que hoje têm crédito junto ao Pronaf e que perderam a sua safra com a estiagem, com a seca, possam ter, pelo menos, a prorrogação do prazo por um ano para ter uma nova safra e, assim, pagar o que devem.

É impossível que alguém que tenha contratado um crédito de custeio para plantar uma safra tenha condições agora de cobrir o débito junto ao banco, junto ao agente financeiro. É claro que aí nascerá um novo problema social, Sr. Presidente, porque o cidadão que deve hoje por não ter colhido, não poderá pagar e, inadimplente, não poderá tomar crédito para plantar a nova safra. E, assim, estaremos excluindo mais algumas centenas de milhares de famílias que se encontram nesse situação.

Então, se todos os problemas que temos no País – acumulados como estão – fossem resolvidos a tempo, com certeza o caos social não seria esse. Teríamos um quadro social muito diferente. Temos, hoje, 4,2 milhões de família que vivem em regime de agricultura familiar, em que 80% da renda é proveniente do trabalho na lavoura e os membros das famílias são aqueles que tocam a propriedade, fazendo parte dos 18,2 milhões de trabalhadores que ainda estão dependendo de uma lavoura, de uma agricultura produtiva para continuar no campo.

Se para cada emprego no campo é gerado um equivalente na cidade, pelo agronegócio que se forma em torno da agricultura, são 36 milhões de empregos, Sr. Presidente. No entanto, precisamos ver a qualidade desses empregos, que está cada vez pior, porque a renda da agricultura, em que pese o aumento da produção, não tem crescido. A renda da agricultura tem ficado praticamente estabilizada em termos

reais, apesar de a produção de grãos ter dobrado no País, de 1980 até hoje, portanto em vinte e dois anos, na mesma área plantada, em função do alto nível de tecnologia que foi aplicado na agricultura.

Sr. Presidente, é preciso estratificar esses 4,2 milhões para ver qual tem sido o papel do Governo. Trezentos e cinquenta mil podem ser considerados pequenos empresários rurais; 2 milhões têm renda inferior a R\$1,5 mil por ano e, portanto, estão naquela conta que acabamos de fazer que não dá meio salário mínimo por mês. Um mil e quinhentos reais é a renda máxima dessas famílias que perfazem 2 milhões de agricultores familiares, de minifúndios espalhados pelo Brasil, inviáveis, e que só se tornarão viáveis se o Pronaf se transformar em um programa de Governo a atingir todas as famílias de agricultores familiares e não uma parcela – porque o Pronaf tem atendido cerca de 20%, isto é, em torno de 600 mil a 800 mil famílias por ano. É muito pouco diante desse quadro que pode agravar o caos social.

Essas famílias não encontram o apoio do Governo, e a desigualdade já começa na base, na agricultura. Falei de 350 mil famílias que têm uma renda superior a R\$8,5 mil por ano e que, portanto, podem viver de forma digna e podem continuar no campo, na sua pequena propriedade. Mas, do outro lado, estão os 2 milhões que não têm uma renda de meio salário mínimo. Esses são candidatos a ficar na fila do desemprego ou a tentar voltar para o campo, para ficar na fila da reforma agrária, que é interminável, que cresce cada vez mais.

Por que, então, o Governo não resolve esse problema enquanto ele custa menos? Existe um cálculo feito pelo Banco Mundial e pela própria FAO que indica que um condomínio rural, para ser mantido no campo por um governo, custará US\$2,8 mil; mas quando esse condomínio se desfaz e o agricultor é obrigado a abandonar o campo e ir para a cidade, ele custa para o mesmo governo US\$8 mil. Então, os US\$2,8 mil que o governo gastaria para manter, com políticas públicas eficientes, aquela família no campo, passarão a US\$8 mil quando essa mesma família for para a cidade. Esse é um cálculo da FAO e do Banco Mundial. Por que, então, em vez de permitir que essas famílias sejam agora condenadas a abandonar as suas propriedades, já que elas perderam a safra, não se aplica uma política de socorro a elas, de forma a resolver esse problema?

Venho pregando, desde que cheguei ao Senado, a constituição de um seguro rural, não nos moldes daquele que já existe, em que uma empresa da iniciativa privada ou uma empresa mista, em São Paulo,

atende a uma parte dos produtores do País, mas com o Governo criando um fundo de estabilização do seguro rural, o que permitiria que, no caso de intempéries climáticas atingirem grandes regiões, grandes extensões, elas pudessem ser cobertas por esse fundo. Nenhuma companhia estrangeira ou nacional vai investir no seguro rural enquanto não tivermos esse fundo. As intempéries são imprevisíveis, e quando elas atingem uma região ou um Estado, acabam quebrando a companhia de seguro. E é por isso que ninguém investe nesse setor.

Se tivéssemos o fundo de estabilização, poderíamos atrair o capital estrangeiro – sobre o qual tanto se fala – para ficar no País, para investir e criar empregos aqui, para criar companhias de seguro no setor rural, o que permitiria que os agricultores que perdessem sua safra por frustração pudessem ser atendidos.

Portanto, Sr. Presidente, este seria o momento, a ocasião de o Governo assumir essa política, ou até de candidatos a Presidente que estão debatendo as suas políticas tomarem essa proposta como uma meta a ser perseguida, um compromisso a ser assumido.

O atual Governo – que está no final – não terá evidentemente tempo nem autoridade mais para implantar o fundo de estabilização. Entretanto, um novo governo poderia assumir essa proposta como meta, como compromisso, proporcionando segurança total aos agricultores familiares, aos médios agricultores, e a todos os agricultores brasileiros, que poderiam contratar seguro e, dessa forma, ficar livres desse caos que se apresenta quase sempre quando é frustrada a safra.

De outro lado, Sr. Presidente, tenho ouvido aqui o discurso do combate à desigualdade social. É claro que o reflexo desse problema que estou apresentando aqui será o crescimento das desigualdades sociais no Brasil, o empobrecimento de mais famílias, que deixarão o campo para invadir regiões metropolitanas, já superlotadas de desempregados, e, evidentemente, mais favelas aparecerão pela marginalização a que se condenam essas famílias.

Fui verificar porque se fala tanto que o Governo brasileiro não cumpre o seu papel nos investimentos na área social. E constatei que não é pouco o dinheiro investido na área social, só que esse volume de recursos está sendo aplicado, no meu entendimento, de forma totalmente inadequada. Foram 135 bilhões alocados no Orçamento de 2002 para a área social, só que praticamente a metade vai para a Previdência Social e o restante é dividido da seguinte maneira: 1%

do PIB, ou seja, 1% da renda bruta nacional vai para as universidades públicas, e sabemos que 93% dos alunos que freqüentam as universidades públicas no Brasil são filhos dos 40% mais ricos da sociedade – isso significa transferência de riqueza da classe mais pobre para a classe mais rica; no caso do SUS, que é o Sistema Único de Saúde, cerca de 65% dos seus recursos são aproveitados pelos 40% mais ricos da população, o que significa também mais uma transferência de recursos num setor fundamental para a classe mais rica da população. Na Previdência, o caos é ainda maior. Na distribuição dos recursos, há um déficit de quase 20 bilhões por ano. É exatamente aí onde se concentram as maiores aposentadorias.

Sr. Presidente, para que se coloque em prática uma política de melhor distribuição de renda no Brasil, é preciso que esses focos sejam combatidos. No Congresso, há projetos de leis que recomendam que, pelo menos, 50% das vagas nas universidades públicas sejam garantidas aos alunos provenientes de escolas públicas, atingindo assim os mais necessitados. Caso contrário, o dinheiro gerado com os impostos pagos, principalmente a CPMF, que é paga proporcionalmente pelo movimento bancário de todos os cidadãos, não estará beneficiando diretamente os cidadãos de baixa renda, porque, como eu disse, mais da metade do dinheiro vai para os 40% da classe mais rica da população.

Se não combatermos esses focos que criam a desigualdade social, o País continuará convivendo com um drama que, hoje, aflige 25 milhões de crianças abaixo de 15 anos. Dos 54 milhões de pessoas com renda mensal abaixo de R\$80,00, 25 milhões são crianças abaixo de 15 anos. É claro que uma boa parte dessas crianças não estão apenas afastadas das necessidades básicas de consumo diário de comida, mas estão também afastadas das escolas.

É essa situação que vem agravando o quadro social brasileiro. Agora mesmo, o Brasil recebeu nota zero de um enviado da ONU no quesito Índice de Desenvolvimento Humano, à frente apenas de dois países, em função exatamente da alta concentração de riqueza na mão de poucos e do alto empobrecimento das camadas mais pobres da população. O IDH brasileiro é um dos piores do mundo.

Sr. Presidente, alguns Senadores dizem que o Paraná é um Estado rico, que não precisa de recursos. O Paraná é um Estado que produz muito – 25% da produção agrícola nacional –, mas que tem 2,1 milhões de paranaenses vivendo na faixa da miséria, com renda mensal menor que R\$80,00. O que representa, sem dúvida nenhuma, uma contradição no

caso de um Estado que produz tanto e onde se fala tanto na conquista da industrialização, como se ela tivesse resolvido o problema de todos, mas onde há essa enorme concentração de renda.

Sr. Presidente, concluo, pedindo ao Congresso Nacional que nos ajude a gestionar junto ao Governo Federal neste momento em que Estados da Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste sofrem com a estiagem e em que milhares de produtores estão perdendo suas safras. Esperamos que o Governo permita que, pelo menos aos agricultores familiares, seja concedido um prazo mínimo de um ano para que possam saldar os débitos contratados para o plantio desta safra. Caso contrário, mais pessoas aumentarão a fila de desemprego, mais famílias ficarão na fila da reforma agrária, intermináveis exatamente por falta de uma política que viabilize os agricultores familiares em nosso País.

Se não socorrermos, agora, esses agricultores que passam por essa necessidade, sem dúvida nenhuma, eles serão inviabilizados no campo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião e, em seguida, ao Senador Lindberg Cury, para uma comunicação inadiável.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, também peço para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Prorrogo por quinze minutos a Hora do Expediente, para que também o Senador Luiz Otávio possa fazer sua comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui surpreendido, hoje, juntamente com os Senadores Osmar Dias e Lindberg Cury, por um pedido de retirada de pauta de um projeto que regularizava, a exemplo da legislação francesa, as franquias e concessões.

Esse projeto, inicialmente de autoria do Senador Carlos Bezerra, teve um substitutivo, a partir do entendimento entre os Senadores que eu citei e o seu Relator, Senador Luiz Otávio. O entendimento que acabava com a exploração dos franqueados pelos franqueadores nacionais e internacionais. Como eu disse, é um projeto muito próximo da legislação francesa e limitava a participação do franqueado no pagamento da publicidade, que era contida em 30%, uma vez que a grande publicidade de uma franquias é a publicidade de marca do produto, pouco aproveitando o

franqueado que pode deixar de sê-lo de uma hora para outra. E limitava, também, a possibilidade de repasses dos aluguéis além do limite real do aluguel pago

Era um projeto que definia a possibilidade de um acordo de franquias estabelecer um território que não poderia ser, na seqüência, invadido por uma loja de propriedade do franqueador, uma vez que o contrato estabelecesse em sentido contrário. Este projeto genérico para as franquias no País surgiu do conflito entre a cadeia americana McDonald's e os seus franqueados. A partir desse problema específico, partimos para uma regulamentação da legislação brasileira.

E, hoje, surpreendo-me com o fato de o Senador Luiz Otávio, que já pediu a palavra para fazer uma comunicação e, provavelmente, vai explicar o que eu também vou explicar, retirou o projeto de pauta ou pretende retirar, por determinação ou solicitação, segundo disse-me há pouco, de alguns Ministérios.

Senador Fernando Bezerra, será que nem sanduíche mais pode ser nacional? O Governo Federal não tem mais o que fazer para vir interferir no Senado da República na defesa de cadeias internacionais que se dedicam à venda de sanduíches?

Aliás, provocado, quero aprofundar essa discussão num outro sentido, completamente diferente, nesta breve comunicação.

O Presidente da República, segundo uma revista **IstoÉ** que tenho em mão, de 1993, adquiriu, em Minas Gerais, uma fazenda com 746 hectares de campo, mais 300 hectares de cerrado, perfazendo o total de 1.046 hectares. Eles pagaram ao proprietário anterior, o Sr. Motta, a quantia ridícula de US\$1,90 por hectare.

Por que levanto esse problema? Porque o meu raciocínio se encadeou. O Presidente da República comprou uma fazenda pelo preço de um McDonald's por hectare, em Minas Gerais, e ficamos discutindo o caixa 2 da Roseana Sarney e a probabilidade de o tesoureiro do Senador José Serra ter pedido, mas não ter recebido, uma soma, na ocasião da venda da companhia Vale do Rio Doce. Mas o Presidente escriturou a sua propriedade, que ficou contabilizada oficialmente, para efeito do Imposto de Renda, em cerca de US\$2 mil. Hoje, essa propriedade está avaliada em US\$1 milhão.

Diz a revista **IstoÉ**:

(...) o resto do preço certamente foi pago no chamado "por fora", prática normal-

mente utilizada quando se trata de dinheiro sem origem, sobras de campanha, por exemplo. Para que se tenha idéia de valores, na mesma época, uma caminhonete Chevrolet, modelo D-20, muito apreciada pelos fazendeiros da região, custava NCz\$15,300 (quinze mil e trezentos cruzados novos) ou duas vezes e meia mais o preço registrado pelos 1.046 hectares.

Mais significativo ainda é que, a título de avaliação da fazenda para lançamento e taxaço, a prefeitura de Buritis estabeleceu a cifra de NCz\$131.000,00 (cento e trinta e um mil cruzados novos, mais de US\$40 mil ao câmbio da época) — e ela foi registrada por US\$2 mil —, importância mais do que 20 vezes superior ao preço oficialmente registrado na transação.

Diria o Presidente da República que estou “re-quentando” uma notícia que nunca teve explicação. Como é que podemos viver em um País moralizado, com um sistema eleitoral correto, quando o Presidente da República compra um hectare de terra, em Minas Gerais, ao preço de um “quarteirão com queijo”?

O Presidente da República, em vez de se preocupar com coisas mais sérias, dedica-se a tentar prejudicar franqueados no Brasil, por meio de uma ação direta do Executivo, pressionando um Senador honrado, que assinou embaixo de um substitutivo. Se S. Ex^a o assinou, sabia o que estava fazendo, havia discutido o processo comigo e com os Senadores Lindberg Cury e Osmar Dias. O Presidente força a retirada para privilegiar uma cadeia de multinacionais. Talvez exista um elo de pouca identificação, um elo de difícil reconhecimento entre um “quarteirão com queijo”, da McDonald's, e um hectare de terra em Minas Gerais.

Este Governo, decididamente, não é sério, e o Brasil está exausto de tanto entreguismo e de tanta submissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 237, DE 2002

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Pedro Malan, sobre o pagamento de serviços da dívida junto ao Grupo Banco Mundial.

Senhor Presidente,

Com base no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Pedro Malan, solicitação de informações sobre a dívida brasileira e pagamentos dessa junto ao Grupo Banco Mundial, entre os anos de 1990 e 2002, a serem obtidas junto à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Banco Central.

O Grupo Banco Mundial — através de seus vários documentos, em especial o CAS (Country Assistance Strategy) — tem elaborado uma série de estratégias para nortear o seu apoio financeiro (concessão de empréstimos) ao Brasil. Esses empréstimos têm financiado atividades das diversas esferas de governos estaduais e federal, voltadas, nos anos mais recentes, para áreas sociais e de ajustes. O Grupo Banco Mundial tem feito ainda uma série de empréstimos a diferentes setores, com a garantia da União.

Por outro lado, de acordo com a Constituição brasileira, é prerrogativa do Senado Federal avaliar e decidir sobre todos os empréstimos com recursos externos, tomados ou garantidos pela União. Nos faltam, no entanto, informações mais detalhadas sobre a aplicação desses recursos para que o Senado cumpra a sua função de acompanhar e fiscalizar as atividades do Executivo.

Solicito, portanto, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro Malan sobre o montante da dívida brasileira junto ao Grupo Banco Mundial e os respectivos pagamentos desde 1990, fornecendo o seguinte:

1 – Montante da dívida (saldo anual) de 1990 a 2002, discriminando os saldos dos empréstimos tomados e os garantidos pela União;

2 – Dados dos pagamentos anuais, feitos pelo Brasil ao Grupo Banco Mundial, discriminando os valores destinados ao pagamento de serviços (juros, comissões e demais encargos) e amortizações do principal da dívida em cada ano, desde 1990 até 2002;

3 – Taxa média de juros e encargos anuais, pagos ano a ano, nesse mesmo período.

Brasília, 8 de maio de 2002 _ Senadora Heloísa Helena.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, de acordo com o Regimento Interno, inciso III do art. 216.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador **Carlos Wilson**.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº seja submetida ao Plenário antes do item 2.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2002. – **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 227, de 2002)

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2002 (nº 1.334/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre a Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001*.

(Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Geraldo Melo).

O Senador Geraldo Melo, Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, encaminhou à Mesa relatório que concluiu favoravelmente à matéria e que será publicado na forma regimental, cujas cópias encontram-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores em suas bancadas.

É a seguinte a íntegra do parecer:

PARECER Nº 335, DE 2002 (De Plenário)

Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2002 (nº 1.334, de 2001, na Câmara dos Deputados), que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

Relator: Senador **Geraldo Melo**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, através da Mensagem nº 708, de 3 de julho de 2001, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

Em 4 de julho de 2001, a referida mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados que, após apreciar o acordo que a acompanha, aprovou, em 18 de abril de 2002, o projeto de decreto legislativo pertinente, formulado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que reconheceu a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa da proposição.

A tramitação do projeto no Senado Federal foi iniciada no dia 26 de abril do ano corrente, e sua distribuição a esta Comissão se deu três dias após, ou seja, em 29 de abril.

É o relatório.

II – Análise

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas de veras importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre Brasil e Coreia, decidiram eles firmar instrumento em que regulam a isenção de vistos em passaportes no trânsito de brasileiros e coreanos entre os dois países. Esse caráter do acordo está bem resumido no trecho da exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem presidencial, a seguir transcrito:

O referido acordo reflete o anseio dos dois países em intensificar suas relações culturais, tendo como objetivo facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro, incrementando o fluxo de intercâmbio turístico, bem como estreitando ainda mais os laços de amizade existentes.

Há que salientar, por último, a importância da Coréia do Sul como potência tecnológica emergente, destino, portanto, de muitas visitas de grupos de estudo e pesquisas e de missões comerciais brasileiras. Cabe, ainda, lembrar que a Coréia sediará, juntamente com o Japão, a próxima Copa do Mundo de Futebol, acontecimento que, embora isolado, ocasionará o fluxo de milhares de turistas originários do Brasil para aquele país, os quais, sem dúvida, serão beneficiados pelo acordo, caso entre em vigor antes do início do referido evento.

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2002, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

Sala da Comissão, **Geraldo Melo**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Completa a instrução, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao ilustre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ser breve neste comentário para dizer do meu apoio ao relatório do Senador Geraldo Melo, porque, na análise do seu trabalho, S. Ex^a diz textualmente:

“Cuida-se, aqui, da apreciação de um singelo, mas deveras importante acordo internacional. Para se estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre Brasil e Coréia, decidiram eles firmar instrumento em que regulam a isenção de vistos em passaportes no trânsito de brasileiros e coreanos entre os dois países.”

Esse caráter do acordo está bem resumido no trecho da exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores – e cita o Senador Geraldo Melo o trecho sobre a incrementação do fluxo de intercâmbio turístico, dizendo:

“Há que salientar, por último, a importância da Coréia do Sul como potência tecnológica emergente e destino, portanto, de muitas visitas de grupos de estudo e pesquisas de missões comerciais brasileiras.

Cabe ainda lembrar que a Coréia sediará, juntamente com o Japão, a próxima Copa do Mundo de futebol. Acontecimento que, embora isolado, ocasionará o fluxo de milhares de turistas originários do Brasil para aquele país, os quais, sem dúvida, serão beneficiados pelo acordo, caso entre em vigor antes do referido evento”.

Além disso, Sr. Presidente, a minha presença é para destacar que a Coréia tem, por meio de diversos grupos, investimentos no meu Estado. Ali, temos sido beneficiados, e agora muito mais, porque, havendo a aprovação deste acordo, ficará muito mais fácil para os amazonenses deslocarem-se para a Coréia.

Portanto, quero trazer o meu abraço ao povo coreano e as minhas congratulações ao trabalho do Senador Geraldo Melo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2002

(Nº 1334/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do acordo entre o
Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia,
sobre Isenção de Vistos, celebrado em
Seul, em 18 de janeiro de 2001.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicada no **DSF**, de 30-4-2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa faz um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes porque estamos tratando da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 4, DE 2002
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que *dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal* (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos), tendo

Parecer sob nº 244, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril passado, quando teve sua discussão encerrada e a votação transfe-rida para hoje.

Em votação a Emenda nº 1-CCJ, Substitutivo, que tem preferência regimental.

Consulto se há algum Senador ou Senadora que queira encaminhar a votação. (Pausa.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar. Logo a seguir, concederei a palavra, para encaminhar, aos Senadores José Fogaça, Antonio Carlos Valadares e ao Líder do Governo, Senador Artur da Távola.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Proposta de Emenda Constitucional que estamos votando na tarde de hoje é resultado de um debate que surgiu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania logo que o TSE, ao responder a uma consulta formulada por Deputados, instituiu a chamada verticalização nas eleições.

Naquela ocasião, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania travou um debate no sentido de verificar qual seria o instrumento mais eficaz, do ponto de vista jurídico-constitucional, para que o

Congresso Nacional se manifestasse a respeito daquilo que, no entendimento da ampla maioria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, era uma ingerência indevida do Tribunal Superior Eleitoral em uma questão que era, no nosso entendimento, de competência do Poder Legislativo.

Na ocasião, se aventou a possibilidade de a Mesa do Senado patrocinar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Esta, inclusive, era a proposta inicial. Depois, transcorridos os debates, chegou-se à conclusão de que a única forma de o Congresso Nacional se manifestar por meio de um instrumento eficaz e constitucional seria por intermédio de uma Proposta de Emenda à Constituição. A partir daí formou-se uma comissão, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de preparar o texto e solicitar assinaturas para que ela pudesse tramitar. No mesmo dia esse texto preliminar foi assinado, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Coletamos mais de cinquenta assinaturas em apenas um dia e a emenda começou a tramitar.

Posteriormente, o Senador José Fogaça, Relator da matéria, apresentou o seu parecer com uma pequena modificação em relação ao texto original, mas que, de forma nenhuma, modificava o espírito e a vontade que havia sido manifesta por ocasião do debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Alguns poderão dizer que não há mais tempo, pois estaremos votando essa matéria em primeiro turno agora e só iremos votá-la em segundo turno na semana que vem. Então, vai para a Câmara dos Deputados, onde já há manifesta má vontade em relação à tramitação desta matéria, haja visto o encaminhamento dado ao Projeto de Decreto Legislativo que o Senado votou. Além do que, a tramitação de emenda constitucional, na Câmara, passa primeiro pela admissibilidade da Comissão de Constituição e Justiça e da redação para, posteriormente, se criar uma comissão especial.

Acredito até que possam ter razão os que argumentam que não haveria mais tempo hábil para que pudesse ser aprovada antes do prazo das convenções. Só que esta Casa não pode se pautar em função do estado de espírito ou das vontades da Câmara dos Deputados. Já aconteceu diversas vezes de esta Casa, infelizmente, ter-se submetido à vontade daquela. Mas nesse aspecto é preciso que o Senado Federal se manifeste a respeito desta questão, pois, na

minha opinião, transcende uma mera discussão a respeito de quem sai beneficiado ou quem sai prejudicado em relação a esta decisão do TSE. O que deve nortear este debate são os princípios inseridos na nossa Constituição, alguns deles, inclusive, como cláusulas pétreas, sendo um deles a questão da Federação.

Vivemos em uma República Federativa em que há a autonomia relativa das Unidades Federadas. Além disso, a Constituição prevê também a autonomia dos partidos políticos.

Quando o TSE disse que a verticalização se baseava no Princípio Nacional dos Partidos Políticos, na verdade, na minha opinião, é uma falácia, pois o Princípio Nacional dos Partidos Políticos está claramente explicitado na Lei Orgânica dos Partidos, em que se estabelece um percentual mínimo em um número de Estados para que os partidos possam se organizar.

Além disso, como já foi dito aqui em diversos debates, esta lei que está regendo as eleições de 2002, pelo menos no que diz respeito à questão de coligações nacionais e estaduais, não foi modificada em relação à legislação de 1994, e é exatamente a mesma lei que regeu as eleições de 1998. Portanto, embora o TSE diga que não houve qualquer modificação na lei, o fato é que o TSE legislou.

Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal derrubou a Ação Direta de Inconstitucionalidade, na preliminar, o que, inclusive, de forma alguma depõe contra essa Emenda Constitucional. O Supremo Tribunal Federal não analisou o mérito da questão da verticalização. O Supremo Tribunal Federal simplesmente derrubou a ADIN, na sua preliminar, entendendo que não caberia uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra uma Resolução do TSE.

Portanto, a decisão deveria estar nas mãos do Congresso Nacional, que é a Casa que tem a prerrogativa de legislar, como, aliás, está inserido na Constituição.

Como já disse, é possível que a Câmara não vote essa matéria em tempo hábil. Mas entendo que o Senado Federal não poderia, e não pode, se abster de manifestar-se a respeito desse assunto, mesmo que essa Resolução ou que essa votação de hoje não tenha efeitos práticos em relação à eleição deste ano, mas seria uma manifestação inequívoca do Senado Federal de reafirmar aquilo que foi a intenção do Legislador, quando escreveu a Constituição de 1988, quando aprovou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos tanto quando aprovou a Lei que vai reger as eleições de 2002, que, aliás, é a mesma que regeu as eleições de 1988.

Portanto, Sr. Presidente, em respeito à Constituição, que prevê que o Brasil é uma República Federativa, em respeito à Constituição, que prevê a autonomia dos Partidos políticos dentro da Lei, daquilo que está estabelecido na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, é que encaminhamos favoravelmente à votação desta Emenda Constitucional, porque entendemos que essa é uma forma, inclusive, de um sinal que o Senado Federal daria ao TSE de que esta Casa não vai admitir mais que casuísmos venham a ser feitos em tempo inclusive inferior àquilo que havia sido estabelecido pela Constituição, quando a Carta Magna diz que não pode haver modificações nas regras eleitorais em período inferior a um ano. Infelizmente, essa Resolução do TSE acabou passando por cima daquilo que era uma grande vontade do Constituinte de 1988, inclusive já vacinado em função dos sucessivos casuísmos eleitorais que foram impostos na época da ditadura militar para poder garantir a continuidade da sua maioria no Congresso Nacional.

Sabemos, Sr. Presidente, que provavelmente a aprovação dessa matéria não surtirá efeitos em relação às regras das eleições deste ano, mas entendemos como fundamental que o Senado se manifeste de forma inequívoca a respeito do pensamento desta Casa Legislativa em relação a essa questão.

O nosso voto é favorável à aprovação dessa Proposta de Emenda Constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, esta emenda constitucional tem a assinatura do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Relator da Assembléia Nacional Constituinte, Senador Bernardo Cabral. Mais do que ninguém, o Senador Bernardo Cabral, Relator da Constituição, tem o desenho do sistema institucional do País na cabeça e previu que o decreto legislativo não teria andamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados está alegando que não coloca em votação o decreto legislativo por considerá-lo inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal alegou incompetência, inaptidão para julgar uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, lavando as mãos. Os Srs. Deputados tiveram uma má idéia em hora imprópria: intentaram uma lei interpretativa, que também foi derrubada. As lideranças reuniram-se com o Presidente Ramez Tebet, mas, infelizmente, não envidaram, não concentraram seus

esforços para votar esta emenda constitucional apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Só restou esta emenda como instrumento para restaurar, na prática, o que a Constituição, na minha interpretação, sempre assegurou, que é a liberdade plena, a autonomia total dos partidos políticos de se autodeterminarem quanto às suas coligações. Os partidos podem definir-se com relação ao seu programa, aos seus estatutos, à sua organização interna e à forma de se coligarem nos Estados e no Governo Federal.

O Tribunal Superior Eleitoral interpretou que caráter nacional significa todos os partidos terem a mesma coligação de alto a baixo. Mas a Lei Orgânica dos Partidos – texto de que fui relator – dispõe: “Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados”. Então, é partido de caráter nacional aquele que tiver 0,5% dos votos dados na última eleição.

Não é considerado partido de caráter nacional aquele que se coliga de cabo a rabo. Trata-se de um equívoco, de um erro de interpretação, de um amesquinamento do texto da Constituição. Porque não é no episódio eleitoral que os partidos vão demonstrar sua uniformidade ou sua coerência. O episódio eleitoral é para enfrentar questões conjunturais, questões momentosas. O episódio eleitoral é o que há de mais circunstancial na vida de um partido. O episódio eleitoral é para enfrentar o problema da conjuntura econômico-social vivida ali no município, no Estado ou mesmo no País. Ora, os governos não são centenários, não podem durar por décadas e décadas, não podem durar por cem anos. Os partidos, sim. A coerência de um partido político não se mede por um episódio eleitoral. Mas o estranho, Sr. Presidente, o inaceitável é que o Tribunal Superior Eleitoral entende que se a cúpula partidária fizer uma coligação espúria, contraditória, ridícula até, absolutamente inaceitável, até mesmo do ponto de vista ético, não só do ponto de vista programático, mesmo que haja entre os partidos um condenável conúbio de interesses mesquinhos, armado em cima, aí não resta alternativa para os partidos nas regiões. Eles têm que se dobrar e seguir, religiosamente, subjugadamente, a decisão tomada em cima pelas cúpulas.

Vejo, Sr. Presidente, partidos regionais no Brasil inteiro que não podem montar as suas estruturas de campanha, que não podem montar a chapa que constituirá a sua proposta para a eleição de 2002,

porque estão à espera dos vai-e-vem, das idas e vindas, dos acertos e desacertos, das mazelas e das contradições, que se operam aqui em cima, em nível de discussão sobre as candidaturas à presidência da República.

São essas decisões tomadas aqui em Brasília que serão despejadas à força, subjugando a vontade e dobrando os joelhos dos partidos na sua base regional. Partido não tem autonomia. Lá o partido não tem história. Lá o partido não tem vida própria. Lá o partido não tem razão. Lá o partido é, na verdade, uma besta de carga para a vontade das cúpulas!

É isso que está acontecendo no Brasil. Os partidos embaixo das regiões estão sendo transformados em bestas de carga para carregar as contradições das suas cúpulas nacionais!

Entretanto, Sr. Presidente, há uma forma de sair disso, que é aprovar a emenda assinada pelo Senador Bernardo Cabral e 55 Srs. Senadores, capaz de restaurar a interpretação correta do próprio texto constitucional, garantindo a autonomia aos partidos políticos para se coligarem de acordo com suas próprias razões históricas, políticas, ideológicas, circunstanciais e episódicas, de acordo com o contexto socioeconômico de cada Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, o relato do Senador José Fogaça retrata a realidade do País com a imposição do sistema de verticalização determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral. As palavras candentes e verdadeiras de S. Ex^a, tenho certeza, calaram bem fundo em todos nós que compomos o Senado Federal e naqueles que, lendo a Constituição Federal e a legislação pertinente às normas eleitorais, chegam à conclusão de que a decisão do Superior Tribunal Eleitoral foi intempestiva, incoerente, contrária ao texto constitucional.

Sr. Presidente, pertencemos a um partido nacional, o PSB, que tem um candidato a presidente da República. O PSB está impedido de, nos Estados, se coligar a outros partidos que também tenham candidato a presidente da República. Já o partido que não tem pode, em qualquer Estado, a seu bel-prazer, escolher a sigla que melhor lhe convier para fazer suas alianças. É uma verdadeira camisa de força, principalmente contra partidos que resolveram assumir os riscos de apresentar para o eleitorado brasileiro candidatura

majoritária a presidente da República. Os partidos que não assumiram risco algum e que não vão montar palanque nacional podem fazer coligações as mais estranhas e incoerentes, distorcendo até os estatutos partidários. Nesse caso, o Tribunal Superior Eleitoral deixou os que não têm candidato a Presidente da República de mãos livres. São dois pesos e duas medidas.

Sr. Presidente, sabemos que os últimos acontecimentos levaram a praticamente um rompimento entre o PSDB de Fernando Henrique Cardoso e o PFL do Senador Jorge Bornhausen. Tal rompimento certamente levará o PFL, até o dia seis, a tomar a decisão de nem lançar candidato a presidente da República, ou seja, o PFL ficará totalmente à vontade para escolher o candidato da sua preferência nos Estados em que funciona – e funciona em todo o Brasil.

Ora, Sr. Presidente, não estamos condenando que o PFL, nos Estados, escolha o candidato a presidente que bem lhe aprouver; mas estamos pleiteando que, assim como o PFL pode fazer qualquer coligação se não tiver candidato a presidente, seja dada essa mesma oportunidade ao PSB, ao PT, ao PSDB, ao PMDB, enfim, a todos os partidos que, diretamente ou por coligação, tenham candidato a presidente.

Há uma verdadeira incoerência nessa decisão do Tribunal Superior Eleitoral que, na prática, foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, que lavou as mãos e resolveu não entrar no mérito da questão. Mas, se a Constituição diz no seu art. 17 que os partidos são livres, que a organização partidária é livre e autônoma, não há motivo para uma lei ditar as regras de como os partidos devam atuar nos Estados da Federação brasileira. Quem pode tomar a decisão de que a verticalização deve ou não funcionar nos partidos são as convenções ou os congressos partidários, já que a própria Constituição prevê que os partidos são livres. Pois essa liberdade, Sr. Presidente, não está sendo exercida pelos partidos políticos nesse momento em toda a sua plenitude porque ela foi quebrada por uma decisão estapafúrdia do Tribunal Superior Eleitoral. E olhe que tenho o maior respeito pelo Tribunal Superior Eleitoral. É um tribunal de grandes juristas, tomou decisões históricas reveladas à sociedade brasileira, trouxe ao eleitorado maiores facilidades e democratização para as eleições em todos os níveis com as urnas eletrônicas. Mas, Sr. Presidente, o Tribunal Superior Eleitoral cometeu um erro histórico, um equívoco imperdoável ao criar dois pesos e duas medidas, diferenciando os partidos, fazendo a diferenciação ilógica entre partidos que têm e os que não têm candidato a presidente da República que a

seu bel-prazer podem se coligar com Deus e o diabo e não vai acontecer nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para encaminhar, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei impressionado com a emoção com que o Senador Fogaça contestou esse expediente do Tribunal Superior Eleitoral impondo a verticalização. É uma emoção que nasce da indignação ao ver a sua liberdade de expressão partidária duramente atingida.

Do ponto de vista teórico, não há nenhum reparo quanto à verticalização. Do ponto de vista idealístico é um objetivo talvez a se alcançar no futuro no Brasil, mas é evidente que os partidos deveriam ter um período para adaptação porque teríamos uma reorganização partidária. Se se soma, Senador Fogaça, essa interpretação absurda do Tribunal Superior Eleitoral àquela proposta do Senador Bornhausen de fidelidade por quatro anos, que já passou na CCJ, teremos o estabelecimento de uma espécie de escravatura partidária no Brasil. Liberdade deve ser preservada nesse momento.

Teórica e doutrinariamente, poderíamos defender a proposta, mas do ponto de vista prático ela é de uma incongruência absoluta, pois a legislação desta eleição é a mesma que presidiu a anterior, e o Tribunal Superior Eleitoral não teve essa interpretação. Se aceitamos que o tribunal desta feita está certo, teremos que inferir que na eleição passada ele andou completamente errado. Então teríamos uma eleição anulável, nula ou pelo menos ilegítima. Certamente essa orientação do TSE não será obedecida pelos partidos brasileiros. Já citei neste plenário, Senador Roberto Freire, Santo Tomás de Aquino, o **Doctor Angelicus**: “Desobedecer a uma autoridade injusta não é sedição, é dever.” Vai ser a orientação do Tribunal Superior Eleitoral ignorada na prática pelos partidos políticos, mesmo que se tenha flexibilizado a possibilidade das coligações brancas sem a utilização do horário do rádio e da televisão, o que torna ainda mais paradoxal e incompreensível a medida.

Votando essa emenda constitucional, talvez não tenhamos a necessária velocidade para fazê-la aprovar na Câmara dos Deputados porque a influência dos interessados na medida tomada pelo TSE é muito grande. Tanto que o decreto do Senador Renan Calheiros foi considerado inconstitucional por ampla maioria, embora inconstitucional realmente não o fosse.

No entanto, o Senado da República, com a responsabilidade que tem diante dos partidos e do Brasil, deve acolher, como eu acolherei, a emenda constitucional que estabelece absoluta liberdade para os partidos nacionais decidirem sobre as suas questões internas.

Que fique o Tribunal Superior Eleitoral no seu papel de cumpridor da lei. Sem a menor sombra de dúvida, a sua interpretação se caracteriza como **novatio legis**: o tribunal está legislando, e não foi para isso que foi criado. Que tome a providência necessária com tranquilidade e firmeza o Senado da República, votando a favor da emenda que ora se discute.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vou entrar nas razões da emenda constitucional, pois esta é mais do que clara. Os argumentos aqui apresentados pelos Senadores José Fogaça, Antonio Carlos Valadares e outros falam de sua legalidade e importância.

Aproveito a oportunidade para tecer uma crítica contundente ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal, nossa Corte máxima de Justiça. Lamento profundamente que o Ministro Nelson Jobim seja Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Creio que S. Ex^a, pela amizade, pela estima e pela convivência que sempre teve com o Presidente Fernando Henrique e com o candidato José Serra, deveria compreender sua dificuldade de ser hoje o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Creio que fica difícil S. Ex^a exercer um papel isento à frente desse Tribunal, tendo a amizade que tem com o Presidente Fernando Henrique e com o Senador José Serra.

Em segundo lugar, S. Ex^a teve um papel político, não só dentro do Tribunal Superior Eleitoral como fundamentalmente no Supremo Tribunal Federal, S. Ex^a trabalhou, se esforçou, se empenhou, se dedicou, convenceu Ministros da nossa Corte Suprema de Justiça a lavar as mãos, como Pôncio Pilatos, diante de uma questão tão importante quanto esta.

O Tribunal Superior Eleitoral exorbitou de suas funções, desrespeitou o Congresso Nacional, fez o que não podia fazer, desrespeitou a Constituição brasileira e, lamentavelmente, o Poder máximo da Justiça brasileira, que tinha a obrigação e o dever de contestar esse absurdo cometido pelo TSE, resolveu simplesmente lavar as mãos diante de assunto dessa magnitude, dizendo que em questão eleitoral a palavra final é do Superior Tribunal Eleitoral.

Entendo essa atitude como absurda e que nos leva, a todos, à descrença em nosso Poder Judiciário. A decisão do Supremo Tribunal Federal foi política – e este Tribunal não pode tomar decisões políticas –, quando tinha o dever, a obrigação de decidir sobre o mérito da questão que lhe foi apresentada. Lamentavelmente, não o fez porque — volto a dizer — o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, exerceu, dentro do Supremo Tribunal Federal, um papel que não lhe competia: fez interferência política, convenceu, usando da amizade e influência, outros Ministros a lavarem as mãos sobre tão importante matéria. Lamentavelmente, foi mantida a verticalização para as eleições, regra imposta ao Brasil a sete meses do processo eleitoral.

Hoje, estamos votando uma emenda constitucional. Espero que o Senado da República a aprove, para que fique claro à Nação brasileira que o Congresso Nacional não se dobra diante de determinadas imposições e vai cumprir seu papel, porque somente a nós, Senadores e Deputados Federais do Brasil, caberia uma decisão desse porte.

Portanto, falando em nome do Partido Socialista Brasileiro e tecendo uma crítica frontal e contundente à decisão do Tribunal Superior Eleitoral e à omissão do Supremo Tribunal Federal, o Partido Socialista Brasileiro vota a favor desta emenda constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Senador Jefferson Péres, para encaminhar, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o Senado aprovar hoje em segundo turno, como se espera, esta emenda constitucional, estaremos resgatando o nosso poder legiferante, nossa competência constitucional usurpada pelo Tribunal Superior Eleitoral e que o Supremo Tribunal Federal deixou de corrigir, praticando o pecado da omissão.

Sr. Presidente, não aceito essa máxima de que decisão judicial não se discute. Cumpre-se, mas se discute e se critica. Por que o Judiciário é intocável e não pode ser criticado?

O TSE errou gravemente. Em primeiro lugar, porque já havia dado interpretação diferente nas eleições de 1998. Isso era manso e pacífico no mundo político e jurídico do País. De repente mudou, ferindo flagrantemente o princípio da anualidade, a ponto de o Senado Federal ter aprovado aquele decreto legislativo anulando a decisão, contra o qual me insurgi,

porque entendo que o Congresso Nacional não tem competência para anular ato do Poder Judiciário, não pode atribuir-se uma competência que a Constituição não lhe deu e só poderia fazê-lo expressamente. Votei contra aquele decreto.

Contudo, mudar a Constituição para repor o princípio constitucional da anualidade, isso podemos e devemos fazer. Não importa se a Câmara não vai aprovar, Sr. Presidente. Vamos fazer a nossa parte. Esta Casa, repito, se hoje aprovar a matéria vai resgatar a competência do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, como último orador inscrito, o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas deixar registrado nesta Casa que também o Parlamento vive desse antagonismo, dessa discussão do contradição.

Estou convencido da decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Eu já assimilei a decisão daquela Corte e tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros também. Existem alguns aspectos que precisam ser lembrados.

Primeiro, o Congresso Nacional não teve a oportunidade de fazer a reforma da Lei Eleitoral, bem como a reforma tributária. Hoje, contudo, devemos especificamente a reforma eleitoral.

O que aconteceu é que o Tribunal Superior Eleitoral, por intermédio do Ministro Nelson Jobim, interpretou a Lei Eleitoral. Isso é, na verdade o que aconteceu, satisfaça ou não a todos. A grande maioria entendeu. O Supremo Tribunal Federal muito habilmente, a nossa Suprema Corte não entrou no mérito da questão. Manteve a decisão do Tribunal Superior Eleitoral por uma questão de coerência, porque o TSE é a última instância para qualquer dúvida, discussão, recurso na Justiça Eleitoral. O Supremo Tribunal Federal não podia tirar essa responsabilidade do TSE e o Ministro Marco Aurélio de Melo teve, por intermédio de seus Pares, a oportunidade de manter a decisão.

No que se refere ao aspecto abordado nesta discussão, nós precisamos entender que há um Ministro do Supremo indicado pelo Presidente Fernando Henrique porque Sua Excelência foi eleito e reeleito Presidente da República. Amanhã ou um dia – que espero não seja logo –, quando a Oposição estiver no Governo, ela terá a chance de nomear Ministros para o Supremo Tribunal Federal. Então, não podemos di-

zer que os Ministros são aliados do Presidente ou, no caso dos Estados, dos Governadores.

O projeto do Senador Bernardo Cabral traz à realidade esse problema. Sendo PEC, o projeto seguirá para a Câmara Federal. Até as eleições seremos regidos pela verticalização, decisão aprovada no Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, para encerrar vou falar de um fato conhecido pelo Brasil todo. O Governador Mão Santa, depois de três anos de governo, foi afastado e o Tribunal Superior Eleitoral empossou Governador o ex-Senador Hugo Napoleão.

Ninguém pode fugir dessa realidade; pode até demorar, mas isso vai acontecer novamente. Quem for eleito e não cumprir a verticalização vai ter dificuldade. Evidentemente, aqueles que não forem eleitos não terão problema porque não vão querer discutir perengas eleitorais, mas os que forem eleitos fora da verticalização que abram bem os olhos para não ficarem como o Governador Mão Santa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores vamos ao processo de votação.

Trata-se de Emenda Constitucional que necessita do voto favorável de três quintos da composição da Casa. A votação será feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. Quem quiser aprovar a emenda que derruba a verticalização vote “sim”.(Pausa)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador!

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Essa não é uma matéria de Governo; é matéria do foro íntimo de cada Sr. Senador, pois abrange a política nacional como um todo. Portanto, não há posição firmada da Liderança do Governo sobre a matéria. É absolutamente questão aberta. O Líder pessoalmente votará a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Renan Calheiros, vai V. Ex^a encaminhar votação ou orientar a Bancada?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu vou orientar a Bancada, Sr. Presidente. Por todos os motivos aqui expostos, a posição do PMDB – e é esta a recomendação que dou para a minha Bancada – é o

voto favorável. Portanto, o PMDB é pela aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

Senador Ademir Andrade, que está com o microfone levantado, deseja orientar a Bancada ?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – O PSB recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PSB recomenda o voto “sim”.

Senador Moreira Mendes, como vota o PFL?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O PFL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Oposição recomenda o voto “sim”.

Como vota o Bloco PSDB/PPB, ilustre Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – A Liderança libera os membros da Bancada, embora o voto do Líder seja “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PTB, eminente Senador Arlindo Porto?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – O PTB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PTB encaminha o voto “sim”. As Lideranças já se pronunciaram, e os Srs. Senadores já estão votando.

Reitero às Sr^{as} e aos Srs. Senadores os quais, por acaso, não se encontrem em plenário que estamos em processo de votação que exige **quorum** qualificado, 3/5 da Casa.

A Mesa esqueceu de solicitar o voto da Liderança do PPS, caso queira pronunciar-se.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, o PPS não se pronunciou, porque concorda com o Bloco ao qual está integrado. Conforme anunciou o Senador José Eduardo Dutra, o Bloco da Oposição vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa volta a insistir no chamamento às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, para que S. Ex^{as} venham ao plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, dois Senadores estão lá fora dando entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência faz um último apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que ainda não exercitaram o direito de voto que venham ao plenário.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como as Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram, vou declarar encerrado o processo de votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO) À PEC Nº 4, DE 2002

Nº Sessão: 1

Nº vot.: 1

Data Início: 08/05/2002

Hora Início: 17:02:36

Sessão Data: 08/05/2002

Hora: 14:30

Data Fim: 08/05/2002

Hora Fim: 17:10:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	BL-PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PDT	PR	ALVARO DIAS	SIM	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	ABST.	BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	SIM	BL-PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
BL-PPB	SC	ARI STADLER	SIM		RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
BL-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
BL-PPB	PI	BENICIO SAMPAIO	SIM	BL-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PMDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	BL-PT	AC	TIAO VIANA	SIM
PTB	PE	CARLOS WILSON	SIM	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	NÃO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
BL-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
BL-PSDB	PI	FREITAS NETO	SIM				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PL	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BL-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
BL-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PDT	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
BL-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
BL-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	NÃO				
BL-PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSB	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				

Presid.: RAMEZ TEBET

1º Sec.:

2º Sec.:

3º Sec.:

4º Sec.:

Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 60**Votos NÃO: 4****Total: 66****Votos ABST: 2**

Emissão em 08/05/2002 - 17:10:12

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e NÃO 4 Srs. Senadores.

Houve duas abstenções.

Total: 66 votos.

Está aprovada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, que é o substitutivo.

Fica prejudicada a proposta.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania oferecendo a redação para o segundo turno do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 336, DE 2002

(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, que dá nova redação ao parágrafo I do art. 17 da Constituição Federal.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2002.

ANEXO AO PARECER Nº 336, DE 2002

Redação, Para o Segundo Turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 4 de 2002.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2002

Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17

.....

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

....."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às eleições que ocorrerão no ano de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria constará da Ordem do Dia, oportunamente, para o segundo turno constitucional, devendo ser obedecido o interstício regimental.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, para corrigir, no painel, consta abstenção de minha parte, mas eu votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Numericamente a votação é a mesma.

A Ata registrará a observação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 178, de 2002 – art. 357 do
Regimento Interno)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo*

Parecer sob nº 242, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta, com voto contrário do Senador Roberto Requião e abstenções dos Senadores Osmar Dias e Jefferson Péres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril passado, quando teve sua votação transferida para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como no caso da telefonia, seja fixa ou celular, criamos regras mais realistas que o rei. Esperávamos ter um grande número de assinantes de televisão a cabo e serviços correlatos. A expectativa era de que houvesse de 18 a 20 milhões de assinantes, mas o número foi de apenas 3 milhões.

Muitas empresas investiram nesse serviço e têm tido grande prejuízo. É preciso repensar o que ocorreu. A maioria das empresas, para avançar, tomou dinheiro emprestado em dólar. Com o aumento do dólar, endividaram-se enormemente. Pretende-se, agora, manter o capitalismo, além de permitir que os investidores estrangeiros entrem nos negócios e sejam sócios, fato vetado numa série de artigos. Essa é a minha análise.

Estudamos o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos. Elaborei o primeiro projeto com o objetivo de permitir a concorrência e também a partici-

pação do capital estrangeiro nas negociações, com os possíveis riscos e não apenas como um emprestador que está esperando para receber juros. Essa é uma situação justa que permitirá a troca de posição de emprestador para investidor.

Todos nós, no Brasil, desejamos que as pessoas invistam e que não fiquem apenas especulando, emprestando dinheiro a juros altos e aguardando as mudanças de câmbio.

Por isso, recomendo que se vote favoravelmente à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Saturnino pelo prazo de cinco minutos.

Trata-se de encaminhamento de votação. Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Sem partido – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o controle da informação, da indústria cultural e da propriedade intelectual é o instrumento de dominação no mundo de hoje. Nesses campos, definem-se o destino e o futuro das nações. Por esse motivo, Sr. Presidente, não posso ser favorável a uma abertura para o capital estrangeiro de um setor tão decisivo e vital para o futuro e o destino da Nação brasileira.

A PEC que votaremos tem efetivamente aspectos muito positivos. A abertura para a pessoa jurídica é uma questão importantíssima e favorecerá sobremodo a capitalização das grandes e das pequenas empresas – a exemplo de estações de rádio e empresas jornalísticas. Não há sentido em manter um dispositivo retrógrado em face da realidade atual.

As chamadas salvaguardas colocadas nos §§ 2º e 3º também são positivas, embora eu já tenha dito aqui que não confio muito na garantia constante do § 2º. Entendo que a atribuição a brasileiros da responsabilidade editorial e de programação não significa que não se encontrem brasileiros dispostos a vender o seu talento. Esse é o procedimento mais comum que existe.

A outra garantia é mais importante, está inclusa no § 3º e dispõe que os meios de comunicação social, independentemente da tecnologia que adotem, devem respeitar os princípios do art. 221, isto é, aquela prioridade para a produção nacional e tudo o mais. Entretanto, ela ainda vai ter que ser submetida à lei e depois, mesmo de ser transformada em lei, a meu juízo, ainda vai passar por uma disputa no campo judici-

al muito grande. É uma salvaguarda importante, sim, porque pelo menos configura um avanço, uma determinação, uma expressão de vontade política nacional, mas não se pode ainda confiar inteiramente nesse dispositivo. O que quero dizer é que, se fossem só essas as modificações, a abertura para a pessoa jurídica e as salvaguardas dos §§ 2º e 3º, eu votaria a favor da emenda até com bastante entusiasmo.

Agora, para que abrir ao capital estrangeiro, mesmo com a limitação dos 30%? O argumento é de que as empresas estão descapitalizadas, têm que enfrentar a concorrência da mídia com novas tecnologias, que a TV digital e as novas tecnologias vão exigir muito capital, muito investimento. Sr. Presidente, sei disso, quem não sabe disso? É uma definição nacional, uma definição de vontade política da Nação brasileira. A Nação brasileira quer, tem vontade política de sobreviver como nação e de se proteger contra esses novos mecanismos de dominação a que me referi, ou seja, o controle da informação, da indústria cultural etc. A Nação brasileira tem que investir nesses campos. O BNDES, que é o maior banco de investimentos do mundo, depois do Banco Mundial, tem a obrigação de estabelecer um programa de capitalização, de preparação dessas empresas para o enfrentamento das exigências da nova tecnologia.

Este País tem capital, sim; não é necessário abrir para o capital estrangeiro e submeter todos nós ao risco de intromissão e de controle de um setor decisivo para a sobrevivência da nação brasileira.

Esse capital entrará cheio de exigências, porque ele é o fator escasso. Todas as empresas vão correr e oferecer vantagens para obter a escolha do capital estrangeiro. Nesse processo, perde-se o controle, inclusive, das salvaguardas. Muito será feito por acordo de acionistas, invocando a Lei das S.As, dos direitos de minoria.

Enfim, Sr. Presidente, é um risco gigantesco, que põe em cheque o destino da Nação e que não precisa ser assumido, pois o Brasil tem uma economia suficientemente forte para bancar, com capitais próprios, o desenvolvimento desse setor.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Depois, haverá aumento da dependência da economia em relação ao capital estrangeiro, aumento do passivo externo desta Nação, que já é gigantesco.

Sr. Presidente, já discuti o assunto previamente, e por todas essas razões...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

... quero declarar apenas que votarei contrariamente. Sei que a Proposta será aprovada. Espero,

sinceramente, estar equivocado e que não haja prejuízo maior algum para o futuro e o destino da nação brasileira com a adoção desta emenda. Serei o primeiro a voltar a esta tribuna e reconhecer o erro, daqui a dois, três anos, no caso de estar errado hoje, mas minha consciência e minha história de luta não me permitem votar a favor.

Quero encerrar a minha intervenção dizendo que há empresas brasileiras que têm cacife, que têm grandeza, que têm brasilidade, até para admitir esse capital e não se venderem. A **Rede Globo** é uma empresa confiável sob esse ponto de vista. Ela tem dimensão, ela tem brasilidade e suporta isso. As demais, Sr. Presidente, não sei. Espero estar equivocado, não ter razão e poder vir aqui, no futuro, dizer isso. Porém, não posso deixar de rejeitar a emenda pelas razões a que me referi.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a pede a palavra pela ordem, mas está inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Quero levantar uma questão de ordem a respeito da votação desta tarde de hoje. Tenho algumas dúvidas que gostaria que fossem dirimidas pela Mesa do Senado.

A Câmara Federal estava com todas as suas votações sobrestadas, porque não havia votado as Medidas Provisórias nºs 31, 32 e 34. No entanto, no dia 24 de abril de 2002, as medidas provisórias foram votadas e remetidas ao Senado. O prazo constitucional começa a ser contado a partir da publicação. Essas medidas não foram lidas, mas já foram publicadas. O § 2º do art. 7º da Resolução que trata das medidas provisórias diz que, esgotado o prazo previsto no **caput** do art. 6º, sem que a Câmara dos Deputados haja concluído a votação da matéria, o Senado Federal poderá iniciar a discussão da mesma, devendo votá-la somente após a sua deliberação na Câmara Federal. É um prazo de 28 dias.

A minha preocupação, Sr. Presidente, uma vez que essas medidas foram publicadas e não foram lidas, no Senado, é que esse dispositivo que acabo de citar eive de ilegalidade, de nulidade absoluta todas as matérias que, nesse entendimento que acabo de descrever, deveriam estar sobrestadas. É a questão de ordem que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Requião, a Mesa responde a questão de ordem de V. Ex^a. Não há medida provisória alguma, no

Senado Federal, trancando a pauta. As medidas provisórias não foram lidas porque não foram recebidas oficialmente e, conseqüentemente, não foram publicadas. Portanto, a pauta está liberada, e estamos em processo de votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, aceito a decisão de V. Ex^a com uma cautela. O prazo é contado da publicação da medida provisória a partir da Câmara. O fato de elas não terem sido lidas pode eivar de nulidade absoluta as votações que estamos fazendo agora no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Requião, muitos dizem que Senador não pode discutir com a Mesa, mas penso que deve. Em consideração a V. Ex^a, esclareço que a leitura e a publicação são no Senado da República, sob pena de as duas Casas ficarem paralisadas, às vezes, porque foi publicada na Câmara dos Deputados, o que, no meu raciocínio e no meu bom-senso, é inadmissível para nós.

Leio o art. 375, VIII, do Regimento Interno do Senado da República, que diz:

Art. 375. (...)

VII – esgotado o prazo de quarenta e cinco dias contado do recebimento do projeto sem que tenha sido concluída a votação, deverá ele ser incluído em Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre as demais matérias, até que ultime a sua votação.

Penso ter esclarecido V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Uma vez que V. Ex^a abriu a possibilidade de um contraditório, sem querer contestá-lo, quero dizer que, no caso de fazermos valer a medida a partir da publicação pelo Senado e pela leitura, estaríamos burlando o princípio, porque o Senado poderia não publicar mais e continuaria funcionando normalmente, dando andamento às votações, sem dar a menor atenção para as medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu penso que, com a vigilância de Senadores como V. Ex^a, a Mesa tem que ler e publicar assim que receber. Não há esse risco, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero fazer um contraditório ao Senador Roberto Requião. Se V. Ex^a já decidiu, e da decisão da Mesa cabe apenas

um recurso, apresento uma questão de ordem e recorro da sua decisão ao Plenário desta Casa. Ouvido o Plenário, votada e decidida a matéria, não caberá mais nenhuma postergação, nenhum questionamento com relação a ela. Se V. Ex^a assim achar por bem fazer, faça; senão, vou apenas fazer o encaminhamento da minha votação do projeto que foi relatado pelo Senador Romeu Tuma.

Estamos hoje aqui a votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002, de número 203/95, na Câmara dos Deputados, que dá nova redação ao § 1º do art. 222 da Constituição Federal. Na verdade, esse projeto que votaremos logo mais tem que ser entendido e esclarecido, dizendo que: primeiro, as empresas brasileiras de comunicação podem agora, a partir da nossa aprovação, abrir o capital, que hoje é apenas de pessoas físicas, às pessoas jurídicas. As empresas de comunicação, sejam pequenas, médias ou grandes, chegaram muito longe. Devíamos e devemos nos orgulhar, e muito, como brasileiros, de entender que a maioria delas é familiar, de pessoas que lutaram muito, durante tantas décadas, para realmente levar o Brasil para o exterior, com a apresentação do nosso folclore, das nossas indústrias, do nosso modo de viver, da nossa história, da nossa cultura. Essas empresas fizeram também com que brasileiros fossem treinados, formados e pudessem gerar renda com seus empregos, pudessem criar suas famílias. É preciso evitar que essas empresas, ao longo de todos esses anos em que participam da vida brasileira, em todos os níveis, em todas as áreas, deixem de participar neste momento em que só se fala não na vida brasileira, mas na vida mundial, em globalização, em concorrência, em competitividade. Não podemos ficar na idade da pedra ou, melhor dizendo, não podemos deixar de acompanhar a evolução destes tempos, fazendo com que nossas empresas continuem a concorrer e a nos dar orgulho aqui e lá fora.

É importante também registrar que a indústria de comunicação tem um mercado no Brasil que movimenta algo em torno de U\$6,6 bilhões por ano. Por aí se tem a idéia do que isso representa para a nossa economia, para a nossa vida. Quantos brasileiros vivem o seu dia-a-dia não só do seu trabalho, mas também do seu lazer. Quando chegamos em casa, com a nossa família, temos a oportunidade de ver pela televisão o nosso noticiário, a nossa novela, melhorando até a nossa vontade de viver, de continuarmos a ter fé, de termos certeza de que dias melhores já estamos a viver e que outros melhores ainda virão. E temos certeza de que o setor de comunicação social vai fazer com que os dias dos nossos brasileiros possam

realmente representar lá fora mais ainda a nossa economia, possam participar dessa globalização, que, queiramos ou não, é uma realidade. Aqui se discute muito sobre o Mercosul e seu futuro com a Área de Livre Comércio das Américas. Isso é uma realidade.

A globalização, queiramos ou não, é uma realidade. Hoje ligamos a televisão e temos notícias do mundo todo, de imediato, a qualquer tempo. Atualmente, temos o Senado da República com a sua televisão, a qual também leva sua mensagem a todo brasileiro sobre o que ocorre nesta Casa. E hoje inauguramos até mesmo a nossa universidade.

Estes dias, que são aperfeiçoados a todo momento, precisam realmente de mais investimentos, criatividade e recursos, não só na área humana, mas também na financeira.

Portanto, voto favoravelmente, com muita tranquilidade, a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o ilustre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, depois de entregues os anéis ao capital estrangeiro, na mais violenta e insana forma de desnacionalização de nossas riquezas, agora queremos entregar também a produção de nossa consciência, a produção da consciência de nossos filhos, a produção da nossa cultura, a produção da nossa história às mãos do capital estrangeiro.

Não se trata sequer de investimentos diretos. Vêm aqui comprar ações de empresas deste setor importantíssimo, vital, das comunicações e, portanto, sem acrescentar nada de real; apenas transferência patrimonial. É um setor muito sensível. Silvio Berlusconi, na Itália, tornou-se Presidente por ser o maior proprietário de televisão na Itália. Na semana passada, os italianos fizeram uma greve, as televisões foram todas apagadas em uma greve contra o monopólio feito pelo Sr. Berlusconi, que comanda não só as televisões, mas o próprio país.

Vemos agora, também – não por mera coincidência –, pela segunda vez, o Sr. Sílvio Santos, com toda sua simpatia, com toda sua capacidade empresarial, dono de televisão, ser convidado para salvar o PFL como candidato à Presidência da República. Não se trata de um setor qualquer, de uma sapataria, de uma produção de parafusos, mas de um setor muito importante, vital. A segurança nacional, a nacionalidade, a nossa cultura e a nossa identidade cultural

poderão estar em jogo se abrirmos 30% para a penetração do capital estrangeiro nesse setor.

Não há dúvida nenhuma de que o setor está abalado, prova é que o BNDES vai emprestar R\$270 milhões para a **Globo Cabo** e um diretor do Banco afirma, neste jornal, do dia 8 de maio, quarta-feira, página 7, **Tribuna da Imprensa**, que o BNDES vai correr riscos ao emprestar esse dinheiro para a **Globo Cabo**.

Globo Cabo pega dinheiro do BNDES, fazendo com que o nosso capital que lá está depositado, o dinheiro do FAT, o dinheiro dos trabalhadores, o nosso dinheiro corra um sério risco ao ser injetado nesse setor. Nos endividamos, aumentamos a dívida externa, injetamos investimentos nesses setores. E agora não basta, também entregaremos o nosso capital acionário para que eles controlem o nosso patrimônio sem terem acrescido em nada na nossa capacitação, nos nossos investimentos reais, nos nossos avanços nesse setor, porque toda a tecnologia continuará lá comandada do centro e submetendo a periferia cada vez mais.

De modo que sei que, mais uma vez, serei uma voz quase solitária, não tão solitária desta vez porque esta votação aqui e agora não vai ser fácil. Espero que, mais uma vez, no Senado, possamos afirmar uma postura mais consentânea com os interesses nacionais e com o futuro da nossa formação econômica, social, cultural e política.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido. Perdão, nobre Senador, peço escusas, porque achei que o Senador Roberto Requião já havia se pronunciado; é que S. Ex^a se pronunciou pela ordem. Mas como o Senador Requião está inscrito antes de V. Ex^a, darei a palavra a V. Ex^a em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, várias vezes, já externei minha preocupação com essa mudança constitucional. Não se trata de abrir empresas brasileiras para investimentos estrangeiros, o que é, por todos os títulos e maneiras, recomendável. Trata-se de abrirmos uma brecha definitiva no processo civilizatório e na formação cultural do Brasil. Temos cinco ou seis grandes conglomerados internacionais que poderão, se quiserem, subcrever os 30% permitidos pela nova legislação de participação nas empresas brasileiras de comunicação. Não o farão de graça. Não há almoço de graça nem investimento de caridade. Se essas empresas vierem a

participar, para que seus interesses sejam protegidos – são quatro, cinco ou seis –, elas passarão a condicionar a programação das nossas redes de televisão. À exaustão, já deixei clara minha posição. Não faço nenhum reparo ao fato de o BNDES ter ajudado a **Globo Cabo**. Se essas ajudas forem suficientes para manter empresas nacionais funcionando, elas devem ser dadas. De resto, estamos autorizando a venda de uma concessão de serviço público, que é o serviço de radiodifusão e de rádio e televisão. Empresas em dificuldade estão abrindo ao capital estrangeiro uma participação que não é apenas empresarial e econômica, visando a lucros e dividendos, mas é uma participação definitiva no processo de formação cultural do País.

Meu voto é conhecido e é claro: a participação estrangeira é absurda! E a nossa **Rede Globo** sem sombra de dúvida, a melhor rede de televisão do Brasil, pela qualidade de sua programação e pela agilidade de seus noticiários, até ontem, opunha-se a isso radicalmente. Essa medida não foi votada no Congresso porque a **Globo** fazia um **lobby** nacionalista, elogiável por todos os títulos, para que isso não ocorresse. Mas a primeira dificuldade econômica faz a empresa reverter sua opinião, e hoje ela não quer salvar a comunicação nacional, mas salvar-se de uma circunstância empresarial que poderia ser resolvida por outras maneiras, até mesmo abrindo a possibilidade de empresas e acionistas brasileiros entrarem em seu **mix** de participação acionária.

Vou votar contra e dessa forma encaminho a votação, porque essa medida é absurda! Mas os absurdos se sucedem. Ainda há pouco, Sr. Presidente, eu falava da tribuna sobre a interferência do Governo Federal em um projeto que pretendia regulamentar as franquias. O Governo Federal pressiona um Senador, e o Senador retira o seu próprio substitutivo, com a intenção clara de favorecer a rede McDonald's, sob o pretexto de que "o Brasil tem responsabilidades internacionais". Que responsabilidades são essas que o obrigam contra os franqueados e contra os interesses dos consumidores?

Estou assustado com essa privatização unilateral, com esse "dependentismo" tolo e cego, que não negocia uma contrapartida em coisa alguma. Essa abertura não é recomendável, e eu a repudio como cidadão, como brasileiro e como Senador pelo Paraná. E quero registrar, com toda a clareza, o meu voto contrário. E que as votações a respeito disso sejam sempre nominais, porque talvez, para ganhar um bom-dia num Estado brasileiro, alguém esteja vendendo o que não deve ser vendido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta embutida na PEC nº 5/2002, aparentemente, é de ordem econômica; mas sabemos que, por trás, existem outras questões. E entendemos que existem soluções caseiras para esses casos.

Não devemos abrir de vez o setor para o capital estrangeiro antes de analisar a situação interna, mesmo que as soluções internas beneficiem, de forma privilegiada, apenas alguns grupos, como a do BNDES, que, entre 1997 e 2002, liberou R\$695 milhões para a poderosa **Rede Globo**.

Sr. Presidente, não há como enfrentar a crise da mídia brasileira com medidas isoladas, desconsiderando, entre outros, os seguintes problemas:

- a inexistência de um órgão regulador para a comunicação social eletrônica (televisão, rádio e TV por assinatura);

- a pretensão do Ministério das Comunicações de regulamentar os serviços de rádio e televisão à margem das cruciais definições decorrentes da implementação da tecnologia digital na comunicação social eletrônica;

- a exorbitância de competência da Anatel que, sem base legal, tomou a iniciativa de regulamentar e conduzir a implementação da tecnologia digital na televisão e, além disso, nega-se a promover um verdadeiro debate público;

- a desorganização do mercado de comunicação no Brasil com a adoção, pela Anatel, e à margem de políticas públicas, de medidas que se destinam a fortalecer o poderio de empresas de telecomunicações e conglomerados internacionais na produção destinada à veiculação na mídia brasileira, como ocorre com o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM);

- a inexistência de uma Lei de Imprensa atualizada e capaz de acautelar direitos, assegurar deveres e dirimir conflitos de interesses envolvendo as empresas jornalísticas e o público;

- a possibilidade de que, a pretexto de tratar-se de operações privadas, a transferência de controle da mídia brasileira a estrangeiros possa ocorrer de forma escusa e sem conhecimento público, em face do despreparo do Executivo e do Legislativo para fiscalizar tais transações.

A argumentação dos empresários de comunicação quanto à quebra de seus caixas procede. De fato,

o mercado de mídia atravessa uma crise conjuntural com a retração do mercado. Até hoje, entretanto, nenhum estudo com a profundidade necessária foi apresentado. As empresas de mídia não abrem seus números, e a real situação de suas finanças é desconhecida. Ao contrário de diversos outros setores da economia, que temem a concorrência do capital externo, as grandes empresas brasileiras de mídia querem a presença dos estrangeiros no País. As motivações e argumentos, entretanto, são contraditórios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de supostamente resolvermos o problema de caixa dessas empresas e chamarmos gente de fora para interferir no processo, devemos lançar uma luz sobre problemas ainda internos que mal conseguimos resolver, como, por exemplo, as concessões desses serviços pelo Poder Público.

A maior parte dos grandes grupos de mídia do País, utilizando artifícios que não resistem à menor análise, exorbitam os limites legais de propriedade de emissoras de televisão e de rádio. Apesar disso, nem o Congresso Nacional, nem o Governo Federal, nem a Justiça, nem a Procuradoria da República tomam qualquer atitude. O Congresso desrespeita, há dez anos, a Lei nº 8.389/91, que determinou a composição e a instalação do Conselho de Comunicação Social até março de 1992, o que traduz o verdadeiro “vale tudo” na área das comunicações no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de que a minha Bancada, a do Partido dos Trabalhadores, ter assumido a posição favorável, quero declarar minha abstenção, por discordar dessa proposta que considero indecente e imoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pronuncio-me em meu nome e em nome do PDT, do qual sou Líder nesta Casa. Anuncio, de antemão, que acompanho a orientação do meu Partido nesta votação, o qual é contrário à aprovação da matéria. Também informo à Casa que os Senadores do PDT, até pelo fato de a Executiva Nacional do nosso Partido não ter-se reunido com a Bancada para discutir em profundidade este assunto, respeitam o voto divergente dos membros do Partido, pois temos plena confiança nos nossos colegas Senadores, os quais merecem consideração pelas posições que adotarem neste momento.

Sr. Presidente, não se trata de uma posição sectária ou radical do PDT, Partido trabalhista e essencialmente nacionalista. Entendemos perfeitamente que se justifica, perante a Nação brasileira, a posição de cautela do nosso Partido com relação a esta matéria. Podemos ser uma voz isolada, clamando no deserto. Mas há também a voz dos Senadores Geraldo Cândido, Roberto Requião e outros. Contudo, acreditamos que seja o PDT o único Partido nesta Casa com orientação contrária à aprovação desta matéria. Pedimos desculpas ao Senador Roberto Freire por desconhecermos a posição do PPS. A grande preocupação do PDT é exatamente o poder de informação exercido pelas empresas de comunicação social e a influência, portanto, que esses meios de comunicação possam ter na massificação de idéias, de informações, de opiniões. Citarei um exemplo que pode parecer descabido. Alguns até descartam qualquer possibilidade neste âmbito. Suponhamos que houvesse por parte de algum país, de uma dessas potências internacionais, interesse na internacionalização da Amazônia – acredito que haja, embora ainda de maneira velada, poucas vezes explícita. Mas tenho informações, dados que me levam a crer que autoridades de alguns desses países defendem a não-soberania plena do Brasil sobre a Amazônia. Suponhamos que um desses países tenha, por intermédio de uma empresa, investido grandes quantias em uma empresa de comunicação nacional, brasileira, e possa, por meio dessa empresa de comunicação, defender exaustivamente a idéia de internacionalização.

Isso é somente para citar um exemplo que não me parece, de forma nenhuma, despropositado neste debate. Há um ditado popular que diz que em porteira por onde passa um boi, passa uma boiada. Então, hoje, discute-se 30%; amanhã, 50%; mais adiante, 60%, 70% e, quem sabe um dia, ausência de qualquer limite com relação à participação do capital estrangeiro em empresas de comunicação social.

Essa é uma posição partidária. Na condição de Líder, tenho, portanto, a obrigação de acompanhar o meu Partido e o faço com a consciência tranquila. Não temos nenhuma aversão às empresas de comunicação social brasileiras. Entendemos as dificuldades em que vivem, mas consideramos que esse não é o melhor caminho. Por isso, meu voto é contrário, respeitando as opiniões divergentes dos Senadores do PDT, já com o pronunciamento também contrário do eminente Senador Lauro Campos, do nosso Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concordo com diversos colegas que, nas suas intervenções, fizeram ressalvas e registros a respeito da importância deste tema. Sem dúvida alguma, a comunicação tem se transformado – e pode se transformar cada vez mais – em um importante instrumento de dominação, em função da sua influência cultural, regional e, conseqüentemente, ideológica.

Entretanto, alerto que estamos estabelecendo uma mudança na Constituição que possibilitará a modificação da composição acionária das empresas de comunicação. Pergunto: com a atual redação da Constituição, que estabelece a vedação da participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação, temos hoje efetivamente uma comunicação democratizada? Ou não é verdade que, mesmo com essa restrição constitucional em relação à composição acionária, temos, na prática, um instrumento de dominação que se reflete na programação das emissoras de rádio e de televisão, com a importação dos pacotes, dos “enlatados”, que não têm nada a ver com a nossa cultura e que estabelecem, sim, esse processo de dominação cultural?

Se isso é verdade, e está em vigor a atual disposição constitucional, o problema não está na vedação de participação acionária dessa ou daquela empresa, desse ou daquele capital, na composição de empresas de comunicação, mas em outra vertente. E, a partir da aprovação dessa emenda constitucional, o Congresso Nacional deverá elaborar uma lei para regulá-la e também estabelecerá a instalação do Conselho de Comunicação Social. A partir daí, o Congresso Nacional poderá fazer aquilo que o Senador Roberto Saturnino disse que é a vontade política da Nação brasileira: corrigir a situação existente hoje, que não será implantada a partir da modificação da emenda à Constituição, porque já existe hoje esse processo de dominação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por que votarei a favor da emenda? Também pelo fato de, na minha opinião, a atual redação da Constituição não impedir de forma alguma aquilo que, segundo os opositores da emenda, poderá ocorrer após sua aprovação. Se os Srs. Senadores se derem ao trabalho de pesquisar as notas taquigráficas dos debates na Câmara dos Deputados por ocasião da aprovação da emenda constitucional que quebrou o monopólio das telecomunicações, ou se pesquisarem as notas da re-

união da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando tramitava a mesma emenda, verão que, lá na Câmara, por iniciativa do Deputado Jaques Wagner, e, aqui no Senado, por iniciativa minha, foi dito que, se estávamos estabelecendo modificações na Constituição no que dizia respeito às telecomunicações, não havia sentido em se manter a vedação do capital estrangeiro constante do art. 222 da Constituição Federal, que trata da comunicação social. Na época, isso não prosperou, até porque grande parte dos meios de comunicação eram contrários àquela modificação.

Naquela ocasião, alertávamos, em função das inovações tecnológicas e da possibilidade de abertura no setor de telecomunicações, sobre a necessidade de o Brasil passar a tratar da questão da radiodifusão e da comunicação social na mesma lei que dispunha sobre as telecomunicações, até porque assim é em todos os países do mundo. Aqui continua a haver essa separação.

Outro motivo pelo qual votarei a favor diz respeito a um avanço em relação ao atual texto constitucional. Refiro-me ao § 3º do art. 222 que estabelece: “Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma da lei específica que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais”.

Sr. Presidente, essa questão foi debatida na Constituinte. Eu não estava presente, mas, se V. Ex^{as} verificarem os Anais, perceberão que o relatório da Deputada Cristina Tavares, rejeitado naquela época, previa que TV a cabo, videotexto e outros meios eletrônicos modernos deveriam submeter-se aos mesmos critérios de radiodifusão. Na minha opinião, a introdução do § 3º significa uma porta aberta para que nós, quando estabelecermos não apenas a lei específica que regulamenta a participação do capital estrangeiro, mas aquela que tratará da subordinação desses outros meios de comunicação ao art. 221, tenhamos a oportunidade de estabelecer na lei disposições que, infelizmente, têm sido letra morta. Até hoje, não foi aprovada uma lei que desse seqüência ao que está determinado apenas na Constituição.

Para concluir, Sr. Presidente, farei, mais uma vez, uma conclamação ao Presidente da Casa. Quando esta matéria foi votada na Câmara dos Deputados, em primeiro turno, no dia 11 de dezembro de 2001, o Presidente Aécio Neves, respondendo a um questionamento da Deputada Jandira Feghali, falou: “Devo dizer a V. Ex^a e ao Plenário que entrei em contato com o Presidente

do Senado Federal e Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, que também, atendendo ao sentimento daquela e da ampla maioria desta Casa, (...) mais do que uma intenção, há a vontade política de se instalar o Conselho de Comunicação Social". Esse fato ocorreu em 11 de dezembro.

Há seis ou sete anos que, todas as vezes em que estamos votando aqui concessões ou renovações de concessão, insistimos na instalação do Conselho de Comunicação Social que é agora mais do que nunca necessária até porque essa emenda constitucional em votação estabelece que as alterações do controle societário das empresas de que trata o art. 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. Ora, se o Congresso Nacional não tiver instalado o seu órgão auxiliar previsto na Constituição e que trata exatamente desse assunto, essas alterações societárias serão simplesmente encaminhadas ao Congresso Nacional, que as engavetará sem dar a devida importância ao episódio.

Portanto, Sr. Presidente, persistimos mais uma vez nessa questão. Não há justificativa para que esse Conselho não seja instalado. Entendemos que seria possível até a sua instalação independentemente da aprovação do nosso projeto de resolução que está em tramitação desde 1995. Logicamente, o projeto de resolução visa disciplinar a eleição dos novos membros. Isso seria importante se não antes da aprovação dessa matéria em segundo turno pelo menos antes da aprovação da lei que regulamentará essa mudança constitucional.

O fato de estarmos votando a emenda constitucional que prevê a abertura para a participação de capital estrangeiro não significa que entrará em vigor imediatamente, já que a própria emenda diz que lei disciplinará a participação do capital estrangeiro nas empresas de que trata o art. 1.º. Então há tempo suficiente para que o Congresso Nacional, por meio de decisão da Mesa, da Presidência do Senado Federal, que exerce também a Presidência do Congresso Nacional, venha instalar esse Conselho de Comunicação Social antes da aprovação da lei que vai regular essa modificação constitucional. Reconheço, Sr. Presidente, as preocupações dos colegas que votam contra, mas tenho absoluta convicção de que não estamos aqui cometendo nenhum ato de lesa-pátria votando esta matéria. Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª tem conhecimento, o Senador Eduardo Suplicy também, e a Casa pode estar certa de que o acordo feito será cumprido pela Mesa. O Relator da matéria é o Senador Carlos Wilson, que

está trabalhando nesse sentido juntamente com outros Senadores. Se Deus quiser, na próxima quarta-feira, faremos uma nova tentativa, dessa feita para escolher os membros e declarar instalado o Conselho de Comunicação nos termos da legislação que está em vigor e independentemente da resolução e da indicação, ou não, por parte de setores da sociedade; se a sociedade não indicar, a Mesa fará a indicação. V. Exª esteja absolutamente tranquilo.

Vamos dar prosseguimento ao encaminhamento da votação, concedendo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, essa é uma discussão que traz uma reflexão dos embates passados, cujos resquícios ainda permanecem; permanecem de forma transparente, clara, em cada manifestação dos nobres Colegas.

Enfrentar desafios, abrir fronteiras, criar perspectiva de um mundo globalizado numa terceira onda em que observamos e sentimos que daqui a três séculos, quando obviamente não estaremos mais aqui, a humanidade estará falando uma mesma língua, um mesmo idioma, com a padronização cultural na busca da perfeição e do bem-estar da humanidade; gerenciar bens e riquezas, conviver no mundo globalizado é o caminho da convergência.

Das sociedades feudais ao advento da industrialização, iniciou-se então a divisão de capital e trabalho. União Soviética, de um lado, polarizando a teoria marxista, comunista, leninista, trotskista e por aí afora, pregava a estatização completa, em que o gerenciamento das riquezas deveria ser a prioridade.

Passaram-se os anos; passou o tempo. Vimos que a avaliação completa desse quadro foi tida nos fatos de 1917 para cá. Caiu o Muro de Berlim, a União Soviética se refez. E hoje estamos num mundo que caminha para a globalização. Tirar os grilhões, os entulhos, os empecilhos é fundamental. A xenofobia, o retrocesso, a radicalização não são mais o caminho para a humanidade. Lamento quando os ainda saudosistas dizem que isso é uma entrega, que isso é um peleguismo, que isso é um absurdo! Entendo, Sr. Presidente, que a abertura deve ser feita, sim. E quanto mais abertura melhor. Vejo aqui a miscigenação, essa miscigenação fabulosa de negros, índios, europeus, árabes! Aqui se retrata a Nação brasileira!

Os Estados Unidos, quando traçaram a sua política de desenvolvimento e cresceram, fizeram com que chegassem as grandes inteligências no solo nor-

te-americano, e vieram de toda parte do mundo. Com todo o meu respeito àqueles que ainda têm assento no totalitarismo ideológico, no patrulhamento da não renovação, faço um apelo para que abram os seus corações e suas mentes a fim de que possamos retirar da Constituição Federal qualquer tipo de impedimento para nosso crescimento.

Pensem comigo! Pensem no futuro! Acredito que todos os companheiros, todos os colegas têm a convicção de que o Brasil hoje é o celeiro do mundo. Quem anda pelas ruas de São Paulo, quem anda pelos Estados brasileiros pode observar perfeitamente isso. Portanto, não se trata apenas do setor de telecomunicações. A privatização é um passo aberto para que possamos fazer o melhor e competir de forma igual com o mundo que está vindo. Um novo mundo, Sr. Presidente, em que a mentalidade será globalizada. Deixo firmado meu apoio e meu voto de confiança. E faço um apelo a todos aqueles que reagem.

Sr. Presidente, sei que V. Ex^a está cansado e ansioso. V. Ex^a deseja que eu encerre?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, mas procuro cumprir o Regimento da Casa.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Como sou um regimentalista, encerro agora, dizendo que voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores participou da votação dessa matéria, na Câmara dos Deputados, ocasião em que foi considerada a possibilidade de se permitir em até 30% a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação, mantendo-se a responsabilidade editorial, de seleção e de direção de programação veiculada a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e também submetendo ao regime de concessão, prevista no art. 221 da Constituição Federal, todos os meios de comunicação social eletrônica, independentemente de tecnologia utilizada para a prestação de serviço.

Ouvi com muita atenção as observações dos Senadores Roberto Requião, Lauro Campos, Geraldo Cândido, Sebastião Rocha e outros que se opuseram a essa matéria. Da mesma maneira como expressou o Senador José Eduardo Dutra, também avaliamos que houve um avanço no entendimento que resultou na Câmara dos Deputados, que foi inclusive

objeto de deliberação do Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em dezembro último na cidade de Recife.

Quero assinalar, Senador Roberto Requião, que não houve, não há e não haverá qualquer procedimento de favor, seja por parte de qualquer das emissoras de televisão, seja aquela citada por V. Ex^a ou qualquer outra, pelo procedimento de votação, pela posição que nós aqui do PT estamos adotando.

Sr. Presidente, V. Ex^a teve a oportunidade de registrar que será cumprido o acordo pela Mesa no que diz respeito à instalação do Conselho de Comunicação Social. Quero aqui dizer que confio na palavra de V. Ex^a, que designou o Senador Carlos Wilson para então realizar o seu Relatório. Diversas entidades já fizeram indicações à Mesa sobre possíveis integrantes dos meios de comunicação, mas caberá à Mesa, em especial a V. Ex^a, Presidente Ramez Tebet, o critério para designar os membros desse conselho. Se houver quaisquer dúvidas a respeito, a palavra final caberá a V. Ex^a. Acreditamos que, antes da votação dessa matéria, em segundo turno, será instalado o Conselho de Comunicação Social.

Vou votar a favor, Sr. Presidente. Essa é a posição do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que a questão já está bastante esclarecida. Apenas quero manifestar, em nome do meu Partido, o voto favorável à emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Líder Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que cabe uma palavra sobre um viés abordado por alguns Srs. Senadores, na tarde de hoje, relativamente ao que seria, ou, segundo ele, será o avanço do capital estrangeiro dentro do pensamento brasileiro, da formação brasileira a partir da matéria que hoje votaremos, ou seja, a abertura do capital para empresas estrangeiras.

Quero dar uma palavra porque considero que aí está uma das questões fundamentais que, ao contrário do que muitos argumentaram – inclusive com grande brilhantismo, como de sempre, o Senador Roberto Saturnino, meu prezado e querido amigo –, ainda que pareça um paradoxo, parece-me que a abertu-

ra para a entrada de capitais vai provocar um efeito oposto. Primeiro, quanto à entrada do pensamento estrangeiro na vida brasileira, essa entrada é muito antiga. O pensamento europeu entrou na formação da minha geração e na de muitos dos Srs. Senadores, sobretudo o pensamento francês. O pensamento marxista encantou a minha geração; posteriormente, os pensamentos libertários, do ponto de vista existencial, oriundos alguns da Europa. Inclusive uma carga muito significativa do pensamento oriental entrou pelos anos 60, 70 e 80, na vida brasileira.

Depois disso, o que ocorreu através da música popular, que é um dos principais instrumentos de formação de padrões e de comportamento? A música popular brasileira, há mais de 25 anos, vem sendo tocada fora, ou seja, expulsa dos meios de comunicação. Um jovem de 25 anos, hoje, consome um produto musical híbrido do ponto de vista rítmico, ou, se não quiserem híbrido, pelo menos um ritmo que nada tem a ver com o ritmo brasileiro. O folclore de nosso País é inteiramente desconhecido nas maravilhas que já criou. A cultura popular, enfim, é hoje completamente dominada pelos meios de comunicação, que fazem proliferar um tipo de música que toca tanto aqui como em Nova Iorque, em Nova Deli, ou em qualquer lugar do mundo, o que é muito mais barato para as multinacionais do disco.

No que se refere ao cinema, hoje no mundo, não apenas no Brasil, 80% do movimento cinematográfico está em mãos norte-americanas, porque as indústrias européias tiveram dificuldades extremas. O número de filmes realizados pelos países da Europa diminui a cada ano. O Brasil, logo depois do Governo Collor, passa por uma taxa infernal de destruição da nascente indústria cinematográfica. E, por tudo isso, temos também o próprio cinema, portador que é – no caso do cinema, de televisão principalmente – de violência, de padrões de comportamento ligados à idéia do assassinato como forma principal de fazer valer os direitos e a lei dos bons. Os bons estão identificados com o Estado ou com a Polícia, necessariamente. Os latinos, orientais e chineses são sempre apresentados como subgente. Então, já existe uma penetração muito profunda, Sr. Presidente, do pensamento estrangeiro na vida brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Já vou concluir, Sr. Presidente. E ela vem a despeito de não termos aberto o capital a nenhuma empresa. Ao contrário. Quem é portador dessa entrada do pensamento estrangeiro avassalador, no Brasil? Sejamos francos: somos nós, brasileiros; são progra-

madores, donos de rádio e de televisão, pessoas interessadas na indústria do disco.

O que pretende essa emenda? Pretende algo que me parece essencial para que se tenha o efeito oposto a esse. Quem observar a indústria da comunicação, no Brasil, verificará que ela tem se comportado não de modo monopolista, como se supõe habitualmente, e, sim, o que tem caracterizado a indústria da comunicação, no Brasil, é a formação de crescentes oligopólios. A indústria da comunicação caminha para que cada vez menos gente fale para mais gente, traduzindo em Português bem claro o que pretendo dizer. Porque há uma concentração de capital em algumas empresas que são rentáveis. À medida que o capital estrangeiro servir para que a concentração em menos empresas que falam cada vez para mais gente, evidentemente teremos um aumento da oferta de produtos e, conseqüentemente, a possibilidade de uma competição apresentada de modo mais pleno e mais acabado.

Creio que essa visão do problema, que pessoalmente me leva a apoiar e, ademais como Líder do Governo, encaminhá-la favoravelmente, merece a meditação dos Srs. Senadores. Não estamos abrindo as comportas porque elas já foram arrombadas há muitos e muitos anos; e o que é a defesa da incolumidade da nossa identidade cultural é hoje motivo de pregação, motivo de interesse de organizações internacionais como a Unesco e motivo da tarefa de pessoas da área cultural.

Por outro lado, é evidente que não podemos ter uma posição xenófoba de supor que tudo que vem do estrangeiro deve ser malvisto. O que deve ser malvisto é a inexistência do pensamento brasileiro, é a inexistência da cultura brasileira nos meios de comunicação. Nesse sentido, livre-se, até de certa forma, a televisão, tão acusada, porque ela ainda é um dos setores onde a produção local bem superior. A produção local de programas de televisão no Brasil apresenta uma proporção muito maior do que a produção local na maioria dos países do mundo.

Fecho esse parêntese para concluir, portanto encaminhando favoravelmente, com base nessa reflexão, com base nessa esperança, se é – como bem disse o Senador Saturnino Braga: “espero estar enganado” – que efetivamente não estou enganado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Artur da Távola, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sinto-me contemplada com a fala dos Senadores Eduardo Suplicy e Eduardo Dutra.

Há oito anos estou no Senado, e nós, da Oposição, temos travado uma luta, mantendo a posição política de não aprovar nenhuma nova concessão para tevê ou radiodifusão e se abster com relação às renovações. Trata-se de instrumento de pressão para que o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988, seja instalado.

Agora, vejo que o Presidente Ramez Tebet, pela posição assumida pela Oposição, na Câmara dos Deputados e no Senado, assume o compromisso de fazer essa instalação mesmo antes da votação, em segundo turno, da matéria que agora estamos debatendo. E o debate, de certa forma, fica concorrido porque estamos tratando de algo muito complexo e que, de certa forma, contribui e muito para a formação da nossa identidade. Quando falo na nossa identidade, estou me referindo à nossa condição de seres que produzem cultura, e essa cultura nos constitui como povo, nação e referência a partir dos nossos símbolos.

Exatamente pelo fato de os meios de comunicação terem uma enorme capacidade de influência na formação da cultura de um povo é que, hoje, as Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados tiveram enorme dificuldade na aprovação dessa matéria, mesmo porque não é permitida, até a aprovação desta lei, a entrada com capital estrangeiro nos veículos de comunicação. Neste momento, estamos abrindo uma exceção.

E isso não é feito com a tranquilidade e a segurança necessários, por muitas razões. Em primeiro lugar, a Constituição de 1988 estabeleceu a necessidade da criação do Conselho Nacional de Comunicações e não fizemos o dever de casa, não criamos o mecanismo de democratização dos meios de comunicação e não criamos os meios de controle social. Os representantes da sociedade – aqueles que têm a compreensão e que acompanham a formação da nossa identidade, da nossa cultura, do respeito com nossos símbolos culturais – sentimo-nos um tanto inseguros pela proibição daquelas salvaguardas que imaginávamos ter em função da proibição do capital estrangeiro na composição das empresas de comunicação do nosso País. A ressalva, como bem falou o Senador José Eduardo Dutra, na prática, não ocorre, mesmo com a proibição. E a proibição pura e simplesmente não evitará que sejamos invadidos por interesses culturais que, de certa forma, afetam ou poderiam

afetar a nossa unidade cultural com a influência estrangeira.

No contexto de uma economia globalizada, de uma cultura que se globaliza, devemos criar mecanismos de defesa – não a defesa primitiva da recusa do contato com novas manifestações culturais ou de outras formas de manifestação cultural. Não é isso. Podemos estabelecer, sim, a troca e ela é positiva.

O nosso problema é que não temos nos fortalecido internamente, valorizando as nossas raízes culturais a partir da compreensão de que a cultura é esse todo complexo que envolve os nossos costumes, as nossas práticas morais, a nossa capacidade de realizar, agir e pensar, referenciado numa determinada forma de existir, a partir da realidade social de um povo. Ou seja, toda a capacidade criativa e inventiva de um povo está coesa em torno de uma determinada identidade cultural. Nunca fortalecemos isso e, neste momento, nos sentimos inseguros.

A posição do Partido dos Trabalhadores é favorável à matéria – e eu votarei favoravelmente –; não ficaria tranqüila se não fizesse essa ressalva, porque poderíamos simplesmente aqui nos enganar achando que, evitando a entrada do capital estrangeiro, estaríamos automaticamente protegendo a expressão da nossa identidade cultural de quaisquer interesses ou influências que busquem a diluição, assimilação ou desconstituição da nossa forma de pensar e existir. Não é verdade! Isso acontece na prática.

É preciso criarmos mecanismos que possibilitem à sociedade buscar cada vez mais o fortalecimento dessa identidade, até para que possamos trocar com aqueles que gostariam de também estar trocando conosco. A pura proibição simples não resolve esse problema!

De sorte, Sr. Presidente, que a instalação do Conselho, a busca por mecanismos de controle social, a busca por uma compreensão dentro dos meios de comunicação de que, se não ocuparmos adequadamente esse espaço de fortalecimento da nossa cultura, compreendendo cultura como esse todo complexo que forma a nossa capacidade de ser e existir nas mais diferentes formas de manifestação cultural, de valores éticos, morais e até mesmo espirituais, estaremos fadados ao fracasso enquanto povo com sentido de Nação.

Nesse aspecto, tenho procurado buscar a nossa identificação com esses valores, mas não podemos ter uma repulsa primitiva por tudo aquilo que não é espelho. A raça humana produziu – num processo cumulativo, numa concepção aspiral de conhecimento, envolvendo conhecimento em todas as formas – a

partir da troca. Essa troca é benéfica, mas precisamos de meios e condições para estabelecer a troca; senão não é troca; é imposição. E é exatamente contra a imposição que nos colocamos numa posição contrária. Mas não basta sermos contrários; temos que estar fortalecidos para evitarmos que, ao invés de estabelecermos uma troca, tenhamos que ser assimilados, desconstituídos, diluídos socialmente e culturalmente por interesses estranhos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é realmente uma matéria polêmica, mas aqui falo em nome do meu Partido, o PPS, e estou falando também a pedido do Senador Roberto Freire e em seu nome.

Na verdade, primeiramente é preciso considerar que o aporte de capital estrangeiro está subordinado a uma regra altamente restritiva. O art. 222, no seu § 1º, estabelece o seguinte:

Art. 222.....

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Aqui nós apresentamos uma emenda, Sr. Presidente, que foi acolhida pelo Senador Romeu Tuma, o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, emenda esta meramente de redação, mas que entendemos aplica-se ao rigor da exigência de respeitar o mínimo de 70% do capital votante. E a emenda que apresentamos explicita “em qualquer caso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante...”; significa dizer que, no que tange ao capital social da empresa, há uma necessidade de respeitar os 70% para o capital de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, assegurando que este mínimo seja absoluta e rigorosamente respeitado.

Por outro lado, Sr. Presidente, é importante constatar que as experiências de aporte de capital externo mediante sistema de **joint venture** com empresas nacionais têm promovido, ao contrário do que supõem alguns analistas mais apressados, ou o que se

poderia imaginar a partir de um preconceito contra o capital estrangeiro – na verdade, o aporte de capital estrangeiro, dentro dessas limitações, sempre é inferior ao capital predominante, que é o nacional –, mas têm promovido, sim, o fortalecimento político, o fortalecimento econômico, o fortalecimento financeiro, o fortalecimento empresarial e institucional da empresa brasileira. Do ponto de vista estratégico, a empresa ganha força, ganha competitividade, ganha associação externa para competir, além de facilidade de acesso a tecnologias novas. Reitero que, sem essas associações, as empresas nacionais não teriam tal acesso.

Há alguns anos, Sr. Presidente, nessa mesma Comissão da qual faço parte, discutiu-se se a Embraer, empresa brasileira que produz aviões, deveria ou não aceitar um aporte de 20% da **Aeroespacial**, da França. E houve uma reação inaudita, exagerada de muitos dos Srs. Senadores contra o mencionado aporte. A Embraer continuaria sendo brasileira, nacional, controlada como empresa nacional por brasileiros natos ou naturalizados. Continuaria sendo uma empresa genuinamente brasileira, trabalhando a serviço do interesse nacional, gerando empregos e oportunidades de investimento no Brasil, expandindo-se no Brasil e exportando aviões e gerando divisas para o País. E mais, ganharia uma aliança estratégica no mercado externo que lhe proporcionaria uma força extraordinária. Portanto, a citada empresa brasileira poderia ser mais brasileira, servir mais aos brasileiros pelos recursos que poderia aportar.

Infelizmente, a Embraer não pôde ter essas alianças externas e sofre uma dura concorrência de uma empresa canadense, a Bombardier, que a tem colocado em maus lençóis nas disputas que a Embraer mantém com ela na Organização Mundial do Comércio.

O Sr. Presidente me faz sinal de que devo encerrar.

Portanto, para encerrar, digo que as razões pelas quais o PPS vota favoravelmente a esta matéria são cinco. A primeira é porque V. Ex^a, Sr. Presidente, está assumindo politicamente, com a responsabilidade e a seriedade com que tem conduzido a Presidência desta Casa, que nomeará os membros do Conselho de Comunicação Social. Já é uma demonstração de vontade política que sei existir no espírito de V. Ex^a. A segunda razão é que há uma proposta de emenda constitucional do Senador Eduardo Suplicy para criar a Anacom, Agência Nacional de Comunicação Social, que será o órgão regulador, independente dos meios de comunicação social. A terceira é que essa emenda

constitucional garante o surgimento de uma lei altamente necessária há 14 anos neste País, que é a lei de produção cultural, que garantirá produção cultural regionalizada nacional, valorizando as regiões e as culturas geograficamente distantes. A quarta razão é que o aporte de investimento externo garante também carreamento de tecnologia. Nessa área, tecnologia muda de um dia para outro, com uma velocidade incontornável. A quinta é porque dará às menores empresas, que disputam hoje o mercado das redes nacionais, um aporte de capital que lhes dará competitividade para concorrerem com as mais poderosas, para se nivelarem com as outras.

Temos quatro ou cinco grandes redes no País que se nivelarão e concorrerão, em condição de igualdade, o que é justo e bom para o País.

Portanto, o voto do PPS é favorável, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o eminente Senador Romeu Tuma, na qualidade de Relator, se deseja fazer uso da palavra para alguma explicação.

Antes, declaro prorrogada a sessão, pelo tempo necessário à conclusão da Ordem do Dia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou tomar mais do que um minuto.

Não posso deixar de testemunhar a competência com que V. Ex^a conduziu o processo de andamento deste projeto. Na hora da maior dificuldade, que era a da assinatura do requerimento de urgência, V. Ex^a reuniu os Líderes, os Senadores Renan Calheiros, José Agripino, Eduardo Suplicy e outros, e conseguiu um acordo, em que V. Ex^a se comprometeu a cumprir a necessidade da criação do conselho. Não poderia deixar de comunicar à Nação e aos nossos companheiros aquilo que V. Ex^a, “na ponta da escada”, decidiu, tendo conseguido a assinatura de todos os Líderes desta Casa para o encaminhamento e o andamento deste projeto.

O Senador José Fogaça colaborou na estrutura do § 2º, que insiste na composição da expressão “capital votante”, a fim de que não trouxesse nenhuma dúvida com respeito a estabelecer o trabalho das empresas que se constituirão ou estarão ligadas à empresa nacional para a grandiosidade da televisão.

A cultura e a arte não têm fronteira. Digo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque, como Vice-Presidente da Interpol, viajei por quase todo o mundo e tive oportunidade de, na China, assistir à novela **Escrava Isaura**, em que a atriz Lucélia Santos fez grande sucesso. Isso demonstra não haver restrição para a cultura e a arte, internacionais por sua própria formação. O Brasil, pelos meios de comunicação, exporta cultura, que é bem recebida no exterior.

Como Relator da matéria, apelo a todos os membros desta Casa que votem favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a Casa está suficientemente esclarecida.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o encaminhamento da votação.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002, sem prejuízo das emendas.

Peço aos Srs. Líderes que orientem suas Bancadas, se assim desejarem.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, consideramos essa emenda constitucional de fundamental importância para o País. Portanto, recomendamos à Bancada do PMDB o voto favorável à aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade para orientar a Bancada do PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota favoravelmente à emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha para orientar a Bancada do PDT.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, já anunciei que minha posição é contrária, mas a Bancada vota de acordo com suas concepções.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição, respeitando aqueles que resolverem abster-se, como

fez o Senador Geraldo Cândido após declarar sua posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo para orientar o Bloco PSDB/PPB.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o Bloco vota favoravelmente à emenda por considerar que se trata de um grande passo para a modernização e fortalecimento da mídia brasileira.

Aproveito a oportunidade para solicitar aos Srs. Senadores que integram a Bancada do PSDB e do PPB e que não se encontram no plenário que venham participar da votação.

Mais uma vez, a Liderança recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson para orientar a Bancada do PTB.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, o PTB vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira para orientar a Bancada do PFL.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, o PFL recomenda aos companheiros desta Casa que votem a favor do projeto. Trata-se de iniciativa que fortalecerá o sistema de comunicação no País, e o Partido deve oferecer a sua contribuição para o sucesso desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Considero bem esclarecida a matéria e a colocarei em votação pelo processo eletrônico, esclarecendo que as Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem aprovar o projeto deverão votar “sim” e os que forem contrários, “não”. Pode, ainda, haver abstenções.

A Mesa pede a presença dos Srs. Senadores que não se encontrarem em plenário, pois a matéria depende, para sua aprovação, do voto de três quintos dos membros da Casa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos em processo de votação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Exatamente por isso, Sr. Presidente. Há um pequeno intervalo em que posso, pelo menos em nome dos Senadores do Estado do Tocantins, prestar uma homenagem à Associação Nacional dos Jornais e a Abert, em função do trabalho realizado e dessa grande conquista, com a aprovação desta emenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou declarar encerrado o processo de votação.

(Procede-se à apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2002

DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 222 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SUPRIMINDO-SE O § 2º DO REFERIDO ARTIGO, QUE TRATA DA PROPRIEDADE DE EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS

Nº Sessão: 1

Nº vot.: 2

Data Início: 08/05/2002

Hora Início: 18:41:50

Sessão Data: 08/05/2002

Hora: 14:30

Data Fim: 08/05/2002

Hora Fim: 18:48:37

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	ALVARO DIAS	ABST.	PDT	PR	OSMAR DIAS	ABST.
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM	PSB	ES	PAULO HARTUNG	SIM
BL-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM	PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	BL-PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
BL-PPB	SC	ARI STADLER	SIM	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
BL-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
BL-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	SIM		RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	PE	CARLOS WILSON	SIM	BL-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
BL-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM	PMDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM	BL-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
BL-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM
BL-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM	PTB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PMDB	MA	FRANCISCO ESCÓRCIO	SIM				
BL-PSDB	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	ABST.				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PL	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BL-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
BL-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
BL-PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PDT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO				
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
BL-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
BL-PSDB	MS	LÚCIO COELHO	SIM				
BL-PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				

Presid.: RAMEZ TEBET

1º Sec.:

2º Sec.:

3º Sec.:

4º Sec.:

Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 62

Votos NÃO: 6

Total: 72

Votos ABST: 4

Emissão em 08/05/2002 - 18:48:38

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 62 Srs. Senadores e NÃO, 6.

Houve 4 abstenções.

Total: 72 votos.

A matéria constitucional foi aprovada.

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam na Casa.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 3, de redação, da CCJ. Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

Peço aos Srs. Líderes que orientem suas Bancadas, caso queiram.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Bloco de Oposição vota a favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB vota favoravelmente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, o PFL é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Carlos Wilson, por estar aqui auxiliando a Mesa, como sempre, me autoriza a declarar que o PTB é favorável.

Com a palavra o Senador Geraldo Melo, por gentileza.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – O Bloco vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) O Bloco PSDB/PPB recomenda o voto “sim”.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, em primeiro lugar, estamos concluindo a votação da emenda constitucional. Logo depois, teremos Mensagens para indicação de membros do corpo diplomático, com votações nominais e secretas por sobrecartas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço-lhe a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Francelino Pereira,

lembrando que estamos em processo de votação. É para esclarecer?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que seja verificada a possibilidade de invertermos a pauta, votando o último item antes dos que exigem votação secreta. Caso contrário, após essas votações, todos irão embora, havendo ainda o Projeto constante do item nº 12, que deve ser votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Faremos um apelo aos eminentes Srs. Senadores que permaneçam na Casa, Senador Francelino Pereira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação à votação das emendas, há duas emendas, a de nº 3, do Senador José Fogaça, que foi acolhida, e a de nº 4, do Senador Roberto Requião, que foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim. No momento, estamos votando em globo apenas as Emendas de Redação de nºs 1 a 3. (Pausa.)

A Mesa esclarece aos Srs. Senadores que mesmo emenda de redação requer **quorum** qualificado. Daí por que encareço aos Srs. Senadores que votem a matéria. (Pausa.)

Faço um apelo aos Srs. Senadores para que exercitem o direito de voto. (Pausa.)

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrada a votação das Emendas nº 1 a nº 3, da CCJ, de redação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL**EMENDAS NºS 1 A 3-CCJ, DE REDAÇÃO, À PEC Nº 5, DE 2002**

Nº Sessão: 1 Nº vot.: 3 Data Início: 08/05/2002 Hora Início: 18:49:00
 Sessão Data: 08/05/2002 Hora: 14:30 Data Fim: 08/05/2002 Hora Fim: 18:55:22

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	PR	ALVARO DIAS	SIM	BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM	BL-PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
BL-PPB	SC	ARI STADLER	SIM		RJ	ROBERTO SATURNINO	ABST.
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
BL-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
BL-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	SIM	PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	ABST.
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PMDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM
PTB	PE	CARLOS WILSON	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
BL-PSDB	RO	CHICO SARTORI	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
BL-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	ABST.				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PMDB	MA	FRANCISCO ESCÓRCIO	SIM				
BL-PSDB	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	ABST.				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
BL-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
BL-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGÉ	SIM				
BL-PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PDT	DF	LAURO CAMPOS	ABST.				
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
BL-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
BL-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
BL-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	ABST.				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
BL-PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				

Presid.: RAMEZ TEBET

1º Sec.:

2º Sec.:

3º Sec.:

4º Sec.:

Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 54

Votos NÃO: 2

Votos ABST: 7

Total: 63

Emissão em 08/05/2002 - 18:55:23

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 54 Srs. Senadores; e NÃO 02.

Houve sete abstenções.

Total: 63 votos.

Aprovadas as emendas de redação.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 337, DE 2002

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203, de 1995, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, consolidando as Emendas nºs 1 a 3 – CCJ, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de maio de 2002.

ANEXO AO PARECER Nº 337, DE 2002

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203, de 1995, na Câmara dos Deputados).

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº, DE 2002

Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nas condições que especifica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 222 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.“

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria constará da Ordem do Dia do dia 16 do corrente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Exª que registre o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª, sem influir no resultado aritmético.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de passar à apreciação dos Itens nºs 4 a 7 da Pauta, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: as Mensagens nºs 75 e 76, de 2002, tratam da indicação do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para as Embaixadas do Brasil junto às Repúblicas Eslovaca e da Croácia, ambas cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria; e as Mensagens nºs 87 e 88, de 2002, tratam da indicação do Sr. Marco Antônio Diniz Brandão, para as Embaixadas do Brasil junto ao Reino do Camboja e à União Mianmar, ambas cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Em vista do exposto, a votação das Mensagens nºs 75 e 76, de 2002, será feita em conjunto, bem como a votação das Mensagens nºs 87 e 88, de 2002.

São os seguintes os itens a que se refere o Sr. Presidente:

Item 4:

MENSAGEM Nº 75, DE 2002

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana,

sobre a Mensagem nº 75, de 2002 (nº 87/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Item 5:

MENSAGEM Nº 76, DE 2002

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana, sobre a Mensagem nº 76, de 2002 (nº 88/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Item 6:

MENSAGEM Nº 87, DE 2002

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 87, de 2002 (nº 125/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marco Antônio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja.

Item 7:**MENSAGEM Nº 88, DE 2002**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 88, de 2002 (nº 126/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marco Antônio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à União Mianmar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido o Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, a proceder à leitura dos respectivos pareceres.

PARECER Nº 338, DE 2002-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Lê parecer.) – Indicação do Senhor Presidente da República do nome do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de 1ª Classe do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, o de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovaca.

S. Exª recebeu 14 votos favoráveis e nenhum contrário.

PARECER Nº 339, DE 2002-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Lê parecer.) – Indicação do Senhor Presidente da República do nome do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de 1ª Classe do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

O Parecer é pela aprovação.

PARECER Nº 340, DE 2002-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Lê parecer.) – O Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Sr. Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de 1ª Classe do Quadro Permanen-

te do Ministério de Relações Exteriores, para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia, o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja, e, ainda, o Embaixador do Brasil junto à União Mianmar.

S. Exa. recebeu 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão os pareceres. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que as sobrecartas encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores, que já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nesse intervalo, abrindo uma exceção ao Regimento da Casa e considerando o erro involuntário da Mesa para com o ilustre Senador Fernando Bezerra, o qual deseja fazer uma comunicação inadiável, a Mesa concede a palavra a S. Exª, sem que isso represente qualquer exceção. O erro foi da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção de V. Exª. Apenas quero convidar todos os Srs. Senadores para o diálogo que a indústria brasileira terá amanhã com os candidatos à Presidência da República, diálogo esse que se iniciará às 9 horas. Já confirmaram presença o Sr. Senador José Serra, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o Governador Anthony Garotinho e o Sr. Ciro Gomes.

A indústria brasileira inverte uma prática do passado: ouvir os candidatos. Estamos levando aos candidatos uma agenda pesquisada e construída com a participação de mais de dois mil industriais de todo o Brasil, e o foco dessa agenda é a necessidade urgente de o País crescer. Defendemos a competitividade não como uma forma de protecionismo à indústria brasileira, mas como meio de nos inserir, de forma competitiva, na economia internacional.

Dessa forma, faço esse convite a V. Exª e a todos os Srs. Senadores que desejarem acompanhar esse importante debate para o Brasil e para a sociedade brasileira. O evento realizar-se-á amanhã, às 9h, no auditório da CNI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) A Mesa corrigirá o seu lapso, dizendo que, neste momento, está sendo votado o nome do Sr. Luiz Francisco Silva Marcos para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes. O parecer já foi lido.

Item nº 8:

PARECER Nº 302, DE 2002

(Escolha de autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 302, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Marluce Pinto, sobre a Mensagem nº 125, de 2002 (nº 279/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Luiz Francisco Silva Marcos*, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será nominal. As sobrecartas encontram-se à disposição das Srs e dos Srs. Senadores, que já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa solicita às Srs e aos Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes para que compareçam ao plenário, pois estamos em processo de votação.

(Continua a votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa indaga se todos os Srs. Senadores e Srs Senadoras já votaram?

A Mesa vai dar por encerrada a votação.

A Mesa solicita a colaboração dos Srs. Senadores Leomar Quintanilha, Ricardo Santos e Francisco Escórcio para auxiliarem-na como escrutinadores.

(Procede-se à contagem dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – No que se refere à votação dos itens 6 e 7 da pauta: indicação do Sr. Marco Antônio Diniz Brandão para acumular, com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja, bem como para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à União de Mianmar:

Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO 04 Srs. Senadores.

Houve 02 abstenções.

Total: 67 votos.

Aprovada a indicação.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – No que tange ao item 8 da pauta: indicação do Sr. Luiz Francisco Silva Marcos, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição ao Sr. Francisco de Paula Magalhães Gomes:

Votaram SIM 59 Srs. Senadores; e NÃO 05 Srs. Senadores.

Houve 03 abstenções.

Total: 67 votantes.

Aprovada a indicação.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – No que se refere aos itens 4 e 5 da pauta: indicação do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca, bem como para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia:

Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO 05 Srs. Senadores.

Houve 02 abstenções.

Total: 68 votos.

Aprovada a indicação.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 9:
PROPOSTA DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição n.º 42, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo*, tendo

Parecer sob n.º 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas n.ºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão, em conjunto, da proposta e das emendas.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concede a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a propositura em apreço foi apresentada pelo eminente Senador Maguito Vilela, inspirada – acredito – no desejo de implementar a moralidade na administração e na gestão do esporte nacional, talvez alentada por essa movimentação intensa, por essa discussão sobre o esporte, particularmente o futebol, em razão da recente CPI realizada no âmbito desta Casa.

Ocorre, Sr. Presidente, que a propositura visa a alterar um texto constitucional: o art. 217 da Constituição Federal, que confere autonomia de gestão e de administração às entidades de prática e de administração do desporto nacional. A alteração, no meu entendimento, fere o princípio da autonomia que o legislador tão sabiamente propôs, inicialmente. Entendo que seria uma intervenção na administração do setor privado. Seria como se estivéssemos a impedir, via texto constitucional, que um síndico de um prédio pu-

desse reeleger-se por mais de uma vez sucessivamente. Da mesma forma, entendo que na área do desporto nacional, já que o preceito constitucional confere autonomia de administração e gestão, não pode haver meia autonomia – ou ela é plena ou existe a autonomia ou não existe autonomia.

Com todo o respeito à propositura apresentada pelo eminente Senador Maguito Vilela, que tem a intenção, estou seguro, de conferir moralidade à gestão e administração do desporto nacional, entendo que no impedimento da reeleição, por mais de uma vez, não está a garantia da moralidade dessa prática. Portanto, Sr. Presidente, quero registrar a minha manifestação contrária porque o desporto nacional precisa, para alcançar os patamares propostos e exigidos pela população brasileira, ter autonomia plena de administração e gestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Não há mais oradores inscritos.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 10:
PROPOSTA DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição n.º 1, de 2001**, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que *determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais*, tendo

Parecer sob n.º 1.362, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino Maia, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, da proposta e da Emenda nº 1, da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 11:
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2001

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara n.º 4, de 2001 (n.º 3.049/2000, na Casa de origem)**, que *dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso*, tendo

Parecer sob n.º 260, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante à Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e da Emenda n.º 1, da CAS (Substitutivo), em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha para discutir a matéria, que primeiro solicitou e, logo após, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aplaudir a Câmara dos Deputados pela iniciativa, que contou com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais por meio do voto do Senador Lúcio Alcântara, Relator da matéria naquela comissão. Esse projeto visa simplificar o acesso do pescador artesanal ao seguro-desemprego e faz, principalmente, duas alterações. A primeira delas é a possibilidade de substituir o comprovante do registro geral de pescador profissional, emitido pelo Ibama, pela matrícula na Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, o que representa uma facilidade para o pescador. A segunda alteração refere-se a esse comprovante que deverá ser emitido um ano antes do início do defeso e não mais três anos, como na legislação anterior. Trata-se de um projeto de cunho social relevante que atenderá a milhares de pescadores pelo Brasil afora.

Sr. Presidente, aproveito o momento dessa discussão para fazer considerações rápidas a respeito de um projeto similar aprovado hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, do qual sou autor, juntamente com a Senadora Marina Silva. Esse projeto garante o seguro-desemprego aos trabalhadores da floresta, exploradores e beneficiadores de produtos como o açaí e a castanha, para que esses trabalhadores, nos períodos de entressafra, também possam ter direito a esse benefício.

Sr. Presidente, peço a complacência da Mesa para permitir uma breve consideração no sentido de registrar a aprovação de projeto do Senador José Sarney, que não guarda similaridade com esse assunto, mas este é o momento que tenho para fazê-lo. Esse projeto garante cotas para a população negra nas universidades brasileiras e também nos cargos públicos, nos três níveis – federal, estaduais e municipais.

Fui Relator desse projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Tendo sido aprovado, em turno suplementar, o projeto vai à Câmara dos Deputados para apreciação. Assim, brevemente poderá haver uma lei moderna que busque, por meio da aproximação racial e da equidade, a reversão das desigualdades sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Alerto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o tempo da sessão já se esgotou. Desse modo, peço a compreensão de V. Ex^{as} para que sejam breves nas comunicações, porque ainda há dois itens na pauta para encerrar a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a importância deste projeto de autoria dos Deputados José Pimentel, Paulo Rocha e Luci Choinacki, do PT, que estabelece normas para a concessão do benefício seguro-desemprego a pescadores artesanais sobretudo na época do defeso, aperfeiçoando a Lei n.º 8.287/91, que previa isso, mas ainda com imperfeições. Foi importante a relatoria do Senador Lúcio Alcântara, que reconheceu o mérito e a oportunidade do projeto, tendo recebido alguns aperfeiçoamentos.

O nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo para discutir.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar a minha concordância com o projeto, destacando que nas atuais condições, no período de defeso, a formatação a que está a utilização dos recursos do seguro-desemprego impede a utilização do seguro durante boa parte do período. O projeto vem corrigir essa limitação.

Em segundo lugar, há o fato de que se consideram pescadores também aqueles que se dedicam à pesca de lagosta e camarão, pois, na realidade, são pescadores como quaisquer outros e, de fato, pela linguagem utilizada na legislação em vigor, estavam excluídos do benefício.

Em face disso, quero manifestar meu apoio a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 1, Substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais, que tem preferência regimental.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores profissionais, durante os períodos de defeso”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O pescador profissional fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira fixado pelo órgão competente.

§ 1º

§ 2º O período de proibição de atividade pesqueira de que trata o **caput** será fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, em ato publicado até trinta dias antes do início do defeso, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º Para os efeitos desta lei, entende-se como pescador profissional aquele pescador que exerça sua atividade em embarcações próprias ou de terceiros, por conta própria, empregado, ou em regime de parceria e que não se enquadre como beneficiário do seguro desemprego de que trata a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994. (NR)

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I – comprovante de registro geral de pescador profissional, que será válido por cinco anos, emitido pelo DPA/MAPA ou outro órgão que vier a substituí-lo, nos termos do disposto no § 1º do art. 28 do Decre-

to-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, devidamente atualizados, emitidos, no mínimo, um ano antes da data de início de proibição da pesca;

II – contrato de parceria, atestado da colônia a que esteja filiado, ou do órgão do Ibama, ou outro órgão que vier a substituí-lo, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador profissional, comprovando:

a)

b) dedicação à atividade, em caráter permanente, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior àquela em curso;

c) não dispor de outras fontes de renda.

III – comprovante de inscrição junto à Previdência Social; e

IV – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte.

Parágrafo único. Na ausência dos órgãos de que trata o inciso II, será admitida a declaração de dois pescadores profissionais idôneos e devidamente registrados, que deverão atestar que aos pescadores atendem aos requisitos contidos nas alíneas **a**, **b** e **c** do inciso II deste artigo. (NR)

Art. 3º

I –

II – perda do mandato, se presidente de colônia ou federação;

III – suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do registro no Ibama, por dois anos, se pescador profissional. (NR)

Art. 4º O benefício de que trata esta lei será suspenso nas seguintes condições:

I – início de atividade remunerada;

II – início de percepção de outra renda;

III – morte do beneficiário;

IV – desrespeito ao período de proibição da pesca;

V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para obtenção do benefício. (NR)

Art. 2º O benefício assegurado nesta lei somente poderá ser requerido a partir do novo período de proibição da pesca.

Art. 3º O art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 15.

§ 2º Os bancos oficiais federais credenciados celebrarão convênio operacional com outros estabelecimentos bancários para o pagamento do segu-

ro-desemprego nos municípios e localidades onde não disponham de agência. (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 12:
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2001**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2001** (nº 3.717/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS*, tendo

Parecer favorável, sob nº 261, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Emília Fernandes.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2001

(Nº 3.717/1997, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Altera a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus” a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 13:
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2001**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001** (nº 3.614/2000, na Casa de origem), que *dis- põe sobre a responsabilidade civil das em-*

presas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 249, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francelino Pereira, com voto contrário do Senador Fernando Ribeiro.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, para discutir a matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de profunda importância e que deveria ter sido discutido quando a Casa ainda permanecia com a presença da maioria dos Srs. Senadores.

Trata-se da responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.

O projeto foi aprovado na Câmara, onde foi bastante aprimorado, e representa realmente uma inovação para o Direito pátrio, no âmbito do Direito Organizacional, distribuído em onze dispositivos:

1) As empresas locadoras de veículos terão responsabilidade por acidentes provocados por seus veículos alugados;

2) A locadora responderá pelos danos pessoais causados a terceiros, produzidos na condução do veículo locado, desde que comprovada sua culpa ou dolo na ocorrência do evento danoso;

3) A locadora é obrigada a segurar os veículos de sua propriedade;

4) O valor do seguro de responsabilidade civil por danos pessoais será de, no máximo, 100 mil reais, no caso de morte da vítima, lesão corporal que resultar em perda de membro, ou deformidade permanente.

Esclareço, Sr. Presidente, que há mais de duas mil locadoras de veículos em todo o Brasil, que atendem a milhares de pessoas todos os dias. Essas pessoas poderão dirigir os veículos, com a garantia de que estarão segurados, no caso de acidentes que afetem terceiras pessoas.

Quero assim, portanto, felicitar a Câmara e também regozijar-me pela aprovação desta matéria que é da mais absoluta importância para as locadoras e os passageiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 137, DE 2001**

(Nº 3.614/2000, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A responsabilidade civil das locadoras de veículos decorrente de acidente de trânsito, com veículo locado, rege-se pelas disposições desta lei.

Parágrafo único. Considera-se locadora de veículo, para os efeitos desta lei, a pessoa jurídica de direito privado que transfere a outrem, pessoa física ou jurídica, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de veículos automotores de via terrestre, a título de locação, mediante remuneração estipulada em contrato.

Art. 2º E As disposições desta lei somente se aplicam às pessoas jurídicas de direito privado que tiverem por objeto social, devidamente especificado em seus contratos ou estatutos constitutivos, a exploração da atividade de locação de veículos.

Art. 3º A locadora responderá pelos danos pessoais causados a terceiros, produzidos na condução do veículo locado, desde que comprovada sua culpa ou dolo na ocorrência do evento danoso.

Parágrafo único. Não existindo culpa ou dolo da locadora de veículo, a responsabilidade civil será daquele que tiver dado causa ao evento danoso.

Art. 4º Sem prejuízo do disposto em leis especiais, à locadora é obrigada a segurar os veículos de sua propriedade quanto à responsabilidade civil por danos pessoais causados a terceiros em acidente de trânsito até o limite da indenização estipulada nesta lei.

Parágrafo único. Os danos pessoais previstos neste artigo referem-se aos prejuízos causados à pessoa da vítima, compreendidos os danos pessoais de ordem patrimonial, moral ou estético.

Art. 5º Demonstrado o dolo ou a culpa do locatário, a vítima ou seus sucessores serão indenizados de conformidade com os limites de valores do seguro previstos no art. 6º desta lei.

Art. 6º O valor do seguro de responsabilidade civil por danos pessoais de que tratam os artigos anteriores limita-se a garantir uma indenização máxima de até R\$100.000,00 (cem mil reais) no caso de morte da vítima, de lesão corporal que resultar em perda de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente; ou ainda no caso de lesão corporal que resultar em debilidade permanente de membro, sentido ou função.

Parágrafo único. Na indenização que for fixada em forma de renda, o capital para a sua constituição não poderá exceder o maior valor previsto neste artigo.

Art. 7º Os seguros cuja expiração ocorrer após o início do contrato de locação consideram-se prorrogados até o seu término, cabendo à locadora arcar com os ônus e adicionais decorrentes da prorrogação.

Art. 8º Efetuado o pagamento do valor estipulado para indenização dos danos pessoais, nos limites previstos nesta lei, fica ressalvado o direito de regresso da seguradora contra o terceiro causador dos danos.

Art. 9º No prazo de cento e oitenta dias, a partir da data do acidente, o terceiro ou seus sucessores deverão habilitar-se ao recebimento da respectiva indenização.

Art. 10. Esgotado o prazo a que se refere o art. 9º e se não houver a seguradora efetuado o pagamento, poderá o interessado promover, judicialmente, pelo procedimento sumário estabelecido no Código de Processo Civil, o pagamento do seguro diretamente em face da seguradora.

Art. 11. Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 341, DE 2002

Da Comissão De Constituição, Cidadania, sobre a Proposta de Constituição nº 19, de 2002 (nº 289/2000, na Câmara dos Deputados), que Acrescenta Ato das Disposições Constitucionais incorporando os Policiais Militares Território Federal de Rondônia aos Quadros da União.

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que objetiva constituir quadro em extinção da administração federal os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia que se encontravam no exercício regular da função na data da transformação do referido Território em Estado.

Estabelece, ademais, que os mencionados servidores policiais continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetendo-se, porém, às disposições legais e regulamentares a que está sujeita a respectiva Corporação Militar, observadas as atribuições de funções compatíveis com seu grau hierárquico.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta é submetida a esta Casa, onde não lhe foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal — RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Quanto ao mérito, cabe observar que a matéria objeto da presente proposta de emenda à Constituição é a mesma da PEC nº 37, de 2000, assinada por quarenta e seis membros desta Casa e da qual tivemos a honra de ser o primeiro signatário. Essa última proposição foi aprovada, em segundo turno, pelo Senado Federal, no dia 6 de junho de 2001, por sessenta dos sessenta e um senadores presentes, e remetida à Câmara dos Deputados.

Em razão disso, parece-nos pertinente, aqui, reproduzir, em primeiro lugar, a justificação daquela proposta:

O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a Reforma Administrativa, prevê que "os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias".

Quando da tramitação, no Senado Federal, da proposição legislativa que veio a se converter na referida emenda constitucional, houve um amplo entendimento, que contou com a participação da Bancada do Estado de Rondônia e dos representantes do Governo Federal, no sentido de que se incorria em um claro equívoco e injustiça, ao excluir os servidores do ex-Território Federal de Rondônia das disposições acima transcritas. Vale ressaltar, aqui, que o problema, de fato, envolvia, exclusivamente, os servidores militares daquele ex-Território, uma vez que a situação dos civis já fora equacionada.

O acordo, entretanto, não teve naquele momento viabilidade legislativa em razão da urgência para a promulgação da emenda constitucional, pois, caso fosse emendada por esta Casa, isso implicaria o retorno da matéria para nova apreciação pela Câmara dos Deputados. Estabeleceu-se, então, que se aguardaria a oportunidade legislativa adequada para dar forma ao entendimento.

Passados mais de dois anos da promulgação da referida Emenda Constitucional nº 19, de 1998, parece-nos ter chegado o momento tão esperado pelos que têm responsabilidade com os destinos do Estado de Rondônia.

A proposição que ora apresentamos busca, assim, resgatar, para os servidores públicos militares do ex-Território Federal de Rondônia – antecipamos em

informar que são poucas centenas – os direitos que a Constituição, oportuna e convenientemente, concedeu aos colegas dos ex-Territórios do Amapá e Roraima, cujo processo de transformação em Estados, por força do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seguiu as mesmas normas anteriormente aplicadas à criação do Estado de Rondônia.

Trata-se, destarte, de proposta que homenageia o princípio constitucional da isonomia, segundo o qual deve-se tratar igualmente aqueles que se encontram em igual situação jurídica.

Quando da tramitação da matéria nesta Comissão, o relator, o ilustre Senador Romeu Tuma, assim se manifestou:

Concordamos com os argumentos dos autores da proposta, pois entendemos que o tratamento concedido pelo constituinte derivado aos integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, mediante a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, deveria ter sido dado, também, aos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, tendo em vista o princípio da igualdade, expressamente previsto no **caput** do art. 5º da Constituição Federal.

Ademais, pretendem os autores da proposta tão-somente reparar a incoerência legislativa que se reconhecia existir na proposta de emenda à Constituição que resultou na referida Emenda Constitucional que estabeleceu a Reforma Administrativa, mas que não foi feita quando da sua tramitação nesta Casa sob o argumento de que a alteração da proposta implicaria o seu retorno à Casa de origem.

Assim, não há o que contestar quanto ao mérito da proposta tendo em vista o seu elevado propósito de justiça. Ademais, é irrisório o aumento de despesas da União com esse acréscimo de pessoal se a proposta for aprovada, em razão de ser pequeno o número de policiais na ativa e reformados e de seus pensionistas a serem beneficiados, pois já transcorreram quase duas décadas desde a data da criação do Estado de Rondônia mediante transformação do Território Federal com o mesmo nome, quando estavam no exercício de suas funções os policiais que os autores da proposta pretendem incluir em quadro em extinção da administração federal.

Assim, efetivamente, a proposição sob análise já mereceu o exame de seu mérito por esta Comissão e, mesmo, pelo Plenário desta Casa, que se manifestaram, amplamente, pela sua aprovação, sendo despiciendo adicionar mais argumentos aos já expendidos.

Adite-se, apenas, que o recebimento, pelo Senado Federal, da presente proposta reflete o reconhecimento do Poder Executivo e da Câmara dos Deputados quanto à justeza do tema.

Cabe, finalmente, registrar, que esta proposição somente chegou ao ponto em que está pelo intenso, sério e incansável, trabalho desempenhado pela Associação dos Policiais Militares do ex-Território de Rondônia no esclarecimento do tema tanto no âmbito do Poder Legislativo quanto do Executivo, e cujo papel tem sido fundamental para a correção da injustiça perpetrada quando da votação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o que é feito pela PEC que ora debatemos.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2002.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2002. _ **Bernardo Cabral**, Presidente – **Moreira Mendes**, Relator – **Leomar Quintanilha** – **Casildo Maldaner** – **Romero Jucá** – **Antônio Carlos Júnior** – **Osmar Dias** – **Roberto Requião** – **José Eduardo Dutra** – **Waldeck Ornelas** – **José Fogaça** – **Roberto Freire** – **Romeu Tuma** – **Luiz Otávio**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....
§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 71/2002

Brasília, 8 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Francisco Escórcio como Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB N.º 072/2002

Brasília, 8 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o **remanejamento** do Senador *Amir Lando*, para a suplência, da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e a indicação do Senador *FRANCISCO ESCÓRCIO*, como titular, na referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

OF. GLPMDB N.º 073/2002

Brasília, 8 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a **indicação** do Senador *FRANCISCO ESCÓRCIO*, como suplente, nas Comissões de Assuntos Sociais – CAS e Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, respectivamente, em vagas existentes.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

OF. GLPMDB N.º 074/2002

Brasília, 8 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o **remanejamento** do Senador Valmir Amaral, para a suplência, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em vaga existente, e a **indicação** do Senador *Francisco Escórcio*, para a titularidade, da referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

OF. GLPMDB N.º 075/2002

Brasília, 8 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a **indicação** do Senador *FRANCISCO ESCÓRCIO*, como suplente, na Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em vaga anteriormente cedida ao Senador *Luiz Otávio*.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Presidência indica o Senador Francisco Escórcio como membro das Comissões Permanentes pela Bancada do PMDB, nos termos dos Ofícios que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Carlos Bezerra, Romeu Tuma e Ademir Andrade enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea a, do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Carlos Bezerra, Carlos Wilson, Romero Jucá e Leomar Quintanilha enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. as históricas mazelas da educação brasileira são de todos conhecidas. Não há quem discorde da tese de que, na raiz de nossas sensíveis deficiências, está a inexistência de um sistema educacional de qualidade e não-excludente. Da Colônia à Independência, do Império à República, o que se fez em termos de educação pública foi sempre muito pouco ou, mais precisamente, foi sempre muito menos do que deveria ser feito.

Não basta, todavia, que continuemos naquela fácil posição de quem apenas identifica os males. Chegamos a um ponto em que nada pode ser mais importante do que apontar saídas, encontrar soluções. E isso, felizmente, a Nação tem feito. Justamente por isso podemos, hoje, comemorar algumas vitórias no campo da educação, ainda que saibamos do muito a ser ainda percorrido.

Nessa perspectiva, quando se fala do ensino fundamental, é reconfortante saber que algo em torno de 97% de nossas crianças em idade escolar estão matriculadas, o que aponta para a breve universalização desse nível de ensino. É bom saber que o Brasil possui o maior programa oficial de seleção, aquisição e distribuição de livro didático para as escolas públicas. Como é muito bom acompanhar o êxito do programa de merenda escolar, cada vez mais descentralizado e, por isso mesmo, cada vez mais apropriado e controlado pela sociedade a que serve.

Entretanto, Sr. Presidente, é importante ter consciência de que essas conquistas, por maiores e mais expressivas que sejam, fazem parte de um longo, complexo e difícil processo que está longe de ser concluído. Justamente por assim ser é que não pode-

mos e não devemos esmorecer. Do muito que resta a ser feito, não nos iludamos, o Poder Público não poderá se desincumbir sozinho da enorme tarefa. A sociedade haverá de assumir sua parte no desafio, como, aliás, jamais se furtou de fazê-lo.

Um belo exemplo da atuação da sociedade na luta por uma educação de qualidade, com elevado rendimento e baixo custo, é o que nos é dado pelas cooperativas educacionais. Na medida em que se multiplicam pelo país afora exemplos vitoriosos desse tipo de cooperativa, vê-se quão fértil é o terreno e como o espírito de solidariedade e de compromisso social se sobrepõe às dificuldades, superando-as com competência e honestidade.

Tenho para mim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que a cidadania floresce e se fortalece quando a sociedade, mais do que qualquer outra instância de poder constituído, chama para si a responsabilidade de agir em benefício da coletividade. É desse momento de cívica magia, quando a sociedade encontra em si mesma a força necessária à consecução de seus mais legítimos anseios, que a cidadania se mostra indestrutível. A ação cooperativa, quando muitos se unem para organizar e implementar algo que será importante para muitos, é um dos mais profícuos meios para a obtenção de esplêndidas conquistas sociais.

Não são poucos os exemplos de sucesso de cooperativas educacionais em todo o Brasil. Muitas vezes, são os profissionais da educação que se unem em torno de um generoso projeto pedagógico, capaz de atender às aspirações mais elevadas de quem escolheu o magistério para se realizar em termos profissionais e humanos. Mais recentemente, começa a se espalhar um novo tipo de experiência, pela qual jovens estudantes universitários formam suas cooperativas para, cobrando mensalidades quase simbólicas, ajudar outros jovens de poucos recursos financeiros a vencerem o desafio dos concorridos exames vestibulares, sobretudo nas universidades públicas.

Entretanto, Sr. Presidente, são as associações de pais aquelas que mais respondem pelo número crescente de cooperativas educacionais em nosso País. Os resultados obtidos são, felizmente, os melhores possíveis. Livres das amarras burocráticas que permeiam as instituições educacionais mantidas pelo Poder Público e sem a obsessão pelo lucro, que impulsiona a iniciativa privada clássica, essas cooperativas conseguem unir educação de qualidade, custos menores e professores mais bem preparados e remunerados.

Tomo, a propósito, o depoimento do economista José Branisso, Gerente Executivo de Negócios Agroindustriais e com Cooperativas do Banco do Brasil. Segundo ele, “as cooperativas educacionais tornam transparentes para as comunidades os custos de se fazer educação com qualidade. Não só os cooperados disso se beneficiam, mas todos os demais pais que tenham filhos em outras escolas privadas. Além disso, os custos, para os cooperados, têm-se mostrado aproximadamente 30% menores quando comparados com as mensalidades escolares das demais escolas privadas, apesar de se verificar uma remuneração aos professores das cooperativas educacionais de 20 a 30% superior à remuneração das demais escolas. Tudo isso resulta em ensino de melhor qualidade, custos menores para os pais e melhor remuneração aos professores”.

Na oportunidade, registro meus calorosos cumprimentos ao Banco do Brasil e aos seus funcionários que, desde 1992, voltaram seu olhar para a causa da cooperativa educacional, assumiram-na como estimulante desafio e, hoje, mal passada uma década, contam às centenas as cooperativas que apoiam em todas as regiões brasileiras. Que exemplos dessa natureza se multipliquem pelo País é o que sinceramente desejamos.

Que o Estado não se omita nesse processo! Ao Poder Público, em suas três esferas, cabe fomentar, auxiliar, enfim, oferecer o necessário apoio às cooperativas educacionais. Que sejam abertas linhas específicas de financiamento para esse tipo de cooperativa, de modo a beneficiar milhares de crianças e jovens que, em todo o Brasil, precisam e merecem receber uma educação de qualidade, em condição de formar bons cidadãos e bons profissionais.

As cooperativas provam e comprovam que uma boa educação não é incompatível com baixo custo e preço justo. Cumpre, pois, apoiá-las e incentivar sua expansão. Que os Governos municipais, estaduais e federal compreendam isso e passem a estabelecer condições mais favoráveis à ampliação dessa notável experiência. O Brasil precisa recuperar o tempo perdido na educação de sua gente. A cooperativa educacional é um belo caminho a ser percorrido para a construção do Brasil de nossos sonhos: moderno, justo, próspero, democrático e cidadão!

Muito obrigado.

O SENADOR CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está se realizando aqui ao lado, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, um encontro nacional dos

cabos e sargentos que pleiteiam incorporar-se aos benefícios da lei da anistia.

São quase mil ex-integrantes da Forças Aérea Brasileira que foram punidos através de portarias arbitrárias que, não encontraram respaldo sequer na famigerada Lei de Segurança Nacional.

Estes pais de família, alguns com mais de uma década de serviços prestados à Nação, foram obrigados por uma sucessão de portarias administrativas a se afastar do serviço que prestavam.

Razões políticas ou pessoais justificaram esta violência.

Para agravar a discriminação, esses cabos e sargentos tiveram terríveis dificuldades, alguns conseguiram, outros não, se incorporar a iniciativa privada.

Muito bem. Esta é mais uma página terrível que restou do período autoritário do militarismo que reinou neste País por 25 anos.

No meu Estado, Pernambuco, berço de André Vidal de Negreiros, um dos patronos das Forças Armadas Brasileiras, foram mais de 700 militares afastados por essa arbitrariedade.

Estes senhores agora querem ser incluídos nos benefícios da lei da anistia. Afinal, eles também foram vítimas do autoritarismo. Tiveram suas carreiras prejudicadas, suas vidas tumultuadas e o futuro de seus filhos comprometido por motivos ditos políticos.

É difícil acreditar que um governo formado por perseguidos pelo autoritarismo, por anistiados, esteja postergando a decisão de cumprir com justiça. Não se pode entender porque estes senhores, a maioria hoje sexagenários, não são logo indenizados pelo prejuízo que sofreram e reincorporados ao seu cargo, posto ou função a que fazem jus, inclusive com os direitos decorrentes do tempo em que foram arbitrariamente afastados de suas atividades remuneradas.

Conclamo os meus colegas e, em especial, o senador Renan Calheiros, meu amigo, para que dê celeridade à tramitação da medida provisória 2152-3, de 2001, que está sendo avaliada por Comissão Mista do Senado e da Câmara. Conclamo o presidente Fernando Henrique Cardoso, ele também um ex-perseguido e um anistiado, que não se transforme agora em algoz daqueles que como ele lutaram por um Brasil mais justo.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Senhor Presidente, o Serviço Social do Comércio (SESC) existe há mais de meio século e o trabalho social que desenvolve é digno dos maiores encômios.

A organização, é reconhecidamente, uma das instituições que se pode afirmar que funcionam a contento no Brasil. Aliás, não só a contento, mas de maneira exemplar.

Por isso, fiquei muito satisfeito, feliz mesmo, com a distinção, quando chegou às minhas mãos o volume contendo o relatório das atividades do SESC/Administração Regional de São Paulo do ano de 2001. Dessa forma, posso, a partir deste momento, realçar algumas de suas realizações em benefício da sociedade brasileira.

Entre as atribuições institucionais do SESC estão as de planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador das áreas de comércio e de serviços, bem como de seus dependentes. Ademais, procura atuar no sentido de cultivar e difundir, junto à coletividade, os valores da cidadania e da participação social responsável.

Só para dar uma idéia aos nobres Colegas da importância das atividades dessa instituição, temos aqui alguns números referentes à regional do Estado de São Paulo, que são muito expressivos:

1 – O programa Assistência foi responsável por mais de 21 milhões de atendimentos, 52% na Capital e 48% no interior.

2 – O programa Saúde proporcionou quase 9 milhões de atendimentos e, além disso, beneficiou mais de 900 mil pessoas em seus mais diversos cursos, seminários, palestras, feiras, exposições e campanhas.

3 – No programa Cultura, foram 2.526 espetáculos teatrais, 2.930 apresentações musicais, 1.901 sessões de cinema, 417 espetáculos de dança e 273 exposições de artes plásticas e visuais, atingindo um público de mais de 8 milhões de pessoas.

4 – O programa Lazer foi outro grande destaque em participações, atingindo um público de mais de 18 milhões de pessoas nos campos do desenvolvimento físico-desportivo e do turismo social, podendo-se destacar a participação de 58.392 pessoas nos cursos desportivos e de 34.285 pessoas nas excursões e passeios promovidos.

Com esses resultados obtidos apenas no Estado de São Paulo, é possível projetar a amplitude do trabalho social do SESC em todo o Brasil, Senhoras e Senhores Senadores.

Além disso, o SESC estabeleceu como prioridade o desenvolvimento de atividades em regiões carentes, podendo-se ressaltar as realizadas nas unidades de Interlagos e Santo Amaro, na Região Sul, e

Itaquera e Belenzinho, estas na Zona Leste da cidade de São Paulo.

Entre as atividades levadas para as regiões carentes, há de ser destacado o Projeto Curumim, cuja principal finalidade é tirar as crianças das ruas, oferecendo-lhes uma programação esportiva e cultural cotidiana.

No que diz respeito à atividade teatral, o SESC não apenas possibilita a apresentação de peças de companhias nacionais e internacionais, mas também organiza festivais, cursos, oficinas, palestras, debates e colóquios.

No campo musical, promove espetáculos de música popular e de música erudita, mas também realiza cursos regulares, aulas abertas, oficinas e *workshops*, com a valorização de novos artistas pelo oferecimento de oportunidade e de espaço em suas instalações.

Porém, o oferecimento de espaço e de oportunidades é marcante, ainda, para a divulgação e a difusão das artes plásticas, da literatura – espaço para feiras de livros e lançamentos –, o cinema e a dança, para os quais também promove importantes festivais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impossível abordar em poucos minutos, como estou tentando fazer, toda a gama de atividades culturais e sociais patrocinadas pelo SESC, que se inclui, sem a menor sombra de dúvida, entre as instituições modelares de que dispõe nosso País, demonstrando há muito tempo uma eficácia sem par no alcance de benefícios socioculturais, que tanta falta fazem à nossa gente mais humilde.

Sim! O Serviço Social do Comércio (SESC), sendo uma das instituições mais importantes como prestadora de benefícios sociais em nosso imenso território, afirma-se também como um dos maiores responsáveis pelo oferecimento de cultura e lazer para aqueles que não podem obtê-los em suas formas mais sofisticadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) –

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a imprensa mundial tem destacado com grande ênfase) nos últimos dias o envolvimento de representantes da Igreja Católica com a pedofilia. Foram tantas as denúncias de casos de abuso sexual que o Vaticano decidiu convocar as autoridades religiosas dos Estados Unidos para discutir o que fazer diante de tais ocorrências. Terminado o encontro da alta cúpula da Santa Sé com bispos e cardeais americanos, formalizou-se um documento que prevê punição pesada para os casos

comprovados de abuso sexual e pedofilia: a expulsão sumária dos envolvidos. Houve, porém, dificuldades para se chegar a um acordo final sobre a linha de atuação da Igreja nesses casos. Os mais radicais esperavam a adoção de medidas drásticas, enquanto outra corrente defendia uma linha menos repressiva.

Ao encerrar a reunião de cúpula, os cardeais presentes ao encontro pediram desculpas à sociedade por não terem sido capazes de preservar a Igreja de tais escândalos. Disseram que os abusos contra menores não foram evitados por culpa da ação ou falta de ação de alguns bispos. Garantiram, entretanto, que, a partir de agora, os bispos recomendarão o processo especial para os clérigos envolvidos notoriamente em casos de abusos contra menores e também para os casos que não são conhecidos, mas nos quais o bispo diocesano considere o padre uma ameaça à proteção das crianças e dos jovens. Será intensificado o controle sobre os seminários e escolas de formação de sacerdotes, com o estabelecimento de critérios rígidos para a admissão dos candidatos. Foi reafirmado que o abuso sexual contra menores é considerado um crime pela sociedade e um grave pecado diante de Deus, sobretudo quando cometido justamente por aqueles que têm a missão de ajudar as pessoas a se conduzirem de acordo com as normas santas da igreja.

A decisão extraída do encontro não poderia ser diferente da que foi acordada. É inconcebível que a imagem da Igreja católica, que desempenha papel de relevância na construção de valores morais e na edificação de uma sociedade justa e fraterna, seja manchada em virtude da ação de religiosos inescrupulosos. Aliás, o maior erro da Santa Sé foi exatamente esconder a ocorrência de tais práticas, como se tal atitude fosse capaz de preservar a até então intocada credibilidade da Igreja católica.

A onda de denúncias de abuso sexual e pedofilia nos Estados Unidos começou em 1985, depois que um padre de Louisiana foi condenado a 20 anos de prisão por molestar sexualmente dezenas de garotos. Desde então, os escândalos não pararam mais. As dioceses, entretanto, apenas suspendiam os padres envolvidos e os submetiam a tratamento médico, enquanto ofereciam às vítimas cuidados psicológicos e pastorais. Enquanto isso, o assunto era abafado das páginas dos jornais mediante a realização de acordos financeiros com as famílias das vítimas, para os quais a Igreja destinou vultosas somas de dinheiro em troca de garantia de confidencialidade. Quando tais acordos não eram possíveis, as vítimas ingressavam em juízo para reparar os constrangimentos sofridos. E

por isso que tramitam na justiça numerosas ações de indenização por perdas e danos resultantes de processos por abuso sexual. Estima-se que, somente nos Estados Unidos, tais indenizações atinjam a extraordinária cifra de US\$ 1 bilhão de dólares.

A proliferação de casos em que padres, párocos, bispos e outros sacerdotes da Igreja católica se envolvem em transgressões sexuais coloca em xeque a questão do celibato, que há séculos a igreja defende como uma doutrina inarredável. Alguns estudiosos do assunto entendem que o envolvimento de religiosos católicos em casos de abuso sexual não tem relação com a sua situação de celibatários, já que os piores casos de abusos de que se tem notícia são cometidos por não-católicos. É certo que há registro do envolvimento de religiosos de outras seitas em ocorrências de abuso sexual e pedofilia. Porém, é impossível dissociar a questão do celibato com a disseminação de práticas sexuais por parte de sacerdotes da Igreja católica. É importante lembrar que aqui não estamos nos referindo exclusivamente a abusos sexuais cometidos contra crianças, que é propriamente a pedofilia. Há casos de religiosos que se envolvem em práticas sexuais com jovens de 16 ou 17 anos. Atos desse tipo até podem ser considerados imorais e pecaminosos, mas não se constituem em abusos, uma vez que são praticados com o consentimento do menor envolvido.

Nessas situações, a discussão em torno da manutenção ou não do dogma do celibato deve, sim, ser considerada. É hora de a alta cúpula da Santa Sé reunir-se para se debruçar sobre o tema. Alguns integrantes do corpo diretivo da Igreja já aceitam a possibilidade de que a adoção do celibato passe a ser opcional. Para eles, não parece coerente que a mesma Igreja que prega e defende com tanta propriedade a valorização da família como a mais importante célula do tecido social proíba os seus sacerdotes de constituírem sua própria família. Há ainda os que vêem nessa proibição uma intromissão indevida na individualidade da pessoa humana e uma agressão ao seu instinto natural, no que diz respeito à atividade sexual. Ademais, assegurar ao religioso a possibilidade de constituir família pode dar-lhe a tranquilidade necessária para exercer o sacerdócio e contribuir para aprimorar o imprescindível papel desempenhado pela Igreja católica na edificação de uma sociedade moralmente íntegra e socialmente justa.

Era o que tinha a dizer

Muito obrigado.

Senador **Leomar Quintanilha**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 233, de 2002 – art. 281, combinado com o 375, IV, do Regimento Interno do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco*, tendo

Parecer favorável, sob nº 329, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Hartung, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 234, de 2002 – art. 281, combinado como o art. 375, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002 (nº 1.487/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Joseféa Alvares, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco*, tendo

Parecer favorável, sob nº 330, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Hartung, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2000

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Ma-

guito Vilela, que *dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo*, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que *determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais*, tendo

Parecer sob nº 1.362, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino Maia, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.187, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

– 6 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2001 (nº 3.088/2000, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de outubro como “Dia Nacional da Saúde Bucal”*, tendo

Parecer favorável, sob nº 262, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Althoff.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002 (nº 1.745/99, na Casa de origem), que *altera o art. 1º e revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992* (assegura complementação de aposentadoria aos servidores da ECT), tendo

Parecer favorável, sob nº 248, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha, com voto vencido, em separado, do Senador Luiz Otávio.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2002 (nº 1.546/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas*, tendo

Parecer favorável, sob nº 325, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 428, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2001 (nº 965/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rádio Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiáú, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 173, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 430, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2001 (nº 1.027/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Social de Santo Estevão – A.B.S. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Estevão, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 174, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 434, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2001 (nº 1.058/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Universidade de Franca para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 210, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.)

(OS 14489/02)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR RAMEZ TEBET

08/05/2002
quarta-feira

10:00 - Cerimônia de instalação da Universidade do
Legislativo Brasileiro - Unilegis
Plenário do Senado Federal

15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal



ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO
BRASILEIRO – UNILEGIS, REALIZADA NO DIA 8
DE MAIO DE 2002, NO PLENÁRIO DO SENADO
FEDERAL, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMº SR.
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR
RAMEZ TEBET.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a solenidade de instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, criada pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001.

A Universidade do Legislativo Brasileiro teve origem no Instituto Legislativo Brasileiro, criado pela Resolução nº 9, de 1997, também do Senado Federal.

Ao longo desses cinco anos, a experiência demonstrou que o Instituto, pelo nível de treinamento que ministrou, mereceu ser elevado à condição de Universidade do Legislativo Brasileiro e receber esta acolhida pelo Plenário da Casa.

A missão da Universidade do Legislativo Brasileiro é promover e difundir o conhecimento e a informação, com excelência e ética, de forma a contribuir para o fortalecimento e modernização do Poder Legislativo e das instituições democráticas.

Atuará junto à sociedade brasileira e, de modo especial, à Comunidade Legislativa, informando e esclarecendo o papel do Legislativo e das Instituições do Estado na vida nacional e de cada cidadão.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal e ex-Senador, que integrou esta Casa por duas Legislaturas. (Palmas.)

Convido também o Exmº Sr. Senador Carlos Wilson, 1º Secretário da Mesa desta Casa, bem como o Senador Antonio Carlos Valadares para comporem a Mesa. (Palmas.)

Quero, desde logo, agradecer a presença de todas as autoridades presentes a esta sessão solene, especialmente os Embaixadores, representantes do corpo diplomático, os Reitores, membros do corpo docente que representam diversas Universidades, que, para honra do Senado da República, se fazem presentes aqui, bem como agradeço aos funcionários do Senado da República, a representação de Governos Estaduais e agradecemos também até mesmo aqueles que, por mensagens, se manifestaram a respeito da sessão que ora estamos realizando.

Não sei se S. Exª irá gostar, mas pretendo tirar o Senador Pedro Simon de onde se encontra, por uma questão de justiça, pedindo-lhe que tome assento a Mesa, onde lhe foi reservado um lugar de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, atos constitutivos da Universidade do Legislativo Brasileiro, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

ATOS CONSTITUTIVOS

ATA DE INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dois, no Plenário do Senado Federal, foi instalada a UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO, com a posse dos membros dos Conselhos Superior e Universitário, nos termos do que dispõe o Estatuto da Instituição. Para constar, eu, Carlos Wilson, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Senado Federal, 8 de maio de 2002.

ATA DE POSSE DOS SENHORES MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dois, no Plenário do Senado Federal, foram empossados pelo Senhor Senador RAMEZ TEBET, Magnífico Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro, os Senhores Senadores CARLOS WILSON, JOSÉ SARNEY, ANTERO PAES DE BARROS, CARLOS PATROCÍNIO, PAULO SOUTO, PEDRO SIMON e ROBERTO SATURNINO, e os Senhores AGACIEL DA SILVA MAIA, ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA, FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA, RAIMUNDO CARREIRO SILVA e SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA, como membros do Conselho Superior da Universidade, nos termos do art. 11, inciso VI, do Estatuto. Para constar, eu, Carlos Wilson, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será por eles assinada. Senado Federal, 8 de maio de 2002.

ATA DE POSSE DOS SENHORES MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dois, no Plenário do Senado Federal, foram empossados pelo Senhor Senador RAMEZ TEBET, Magnífico Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro, os Senhores AGACIEL DA SILVA MAIA, ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA, FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA e SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA, como membros do Conselho Universitário, nos termos do art. 11, inciso VI, do Estatuto da Universidade. Para constar, eu, Carlos Wilson, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será por eles assinada. Senado Federal, 8 de maio de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho a honra de convidar os Srs. Senadores Carlos Wilson, Carlos Patrocínio, Roberto Saturnino, Paulo Souto e Pedro Simon, bem como os demais membros do Conselho Superior, para, juntamente comigo, assinarem a Ata de Posse do Conselho Superior e do Conselho Universitário da Universidade do Legislativo Brasileiro.

(Procede-se à assinatura das referidas Atas.)

São as seguintes as Atas assinadas:

ATA DE INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dois, no Plenário do Senado Federal, foi instalada a UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO, com a posse dos membros dos Conselhos Superior e Universitário, nos termos do que dispõe o Estatuto da Instituição. Para constar, eu, Carlos Wilson, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Senado Federal, 8 de maio de 2002.

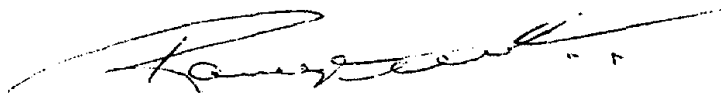
ATA DE POSSE DOS SENHORES MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dois, no Plenário do Senado Federal, foram empossados pelo Senhor Senador RAMEZ TEBET, Magnífico Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro, os Senhores Senadores CARLOS WILSON, JOSÉ SARNEY, ANTERO PAES DE BARROS, CARLOS PATROCÍNIO, PAULO SOUTO, PEDRO SIMON e ROBERTO SATURNINO, e os Senhores AGACIEL DA SILVA MAIA, ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA, FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA, RAIMUNDO CARREIRO SILVA e SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA, como membros do Conselho Superior da Universidade, nos termos do art. 11, inciso VI, do Estatuto. Para constar, eu, Carlos Wilson, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será por eles assinada. Senado Federal, 8 de maio de 2002.

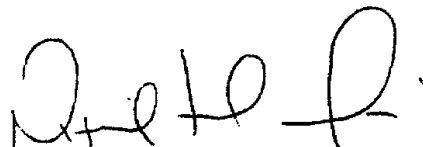
 Senador RAMEZ TEBET Reitor	
 Senador CARLOS WILSON Conselheiro	 Senador ANTERO PAES DE BARROS Conselheiro
 Senador CARLOS PATROCÍNIO Conselheiro	 Senador PAULO SOUTO Conselheiro
 Senador JOSÉ SARNEY Conselheiro	 Senador PEDRO SIMON Conselheiro
 Senador ROBERTO SATURNINO Conselheiro	 AGACIEL DA SILVA MAIA Conselheiro
 ANTONIO JOSÉ BARBOSA Conselheiro	 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA Conselheiro
 RAIMUNDO CARREIRO SILVA Conselheiro	 SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA Conselheiro

**ATA DE POSSE DOS SENHORES MEMBROS DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**

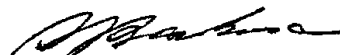
Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dois, no Plenário do Senado Federal, foram empossados pelo Senhor Senador RAMEZ TEBET, Magnífico Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro, os Senhores AGACIEL DA SILVA MAIA, ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA, FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA e SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA, como membros do Conselho Universitário, nos termos do art. 11, inciso VI, do Estatuto da Universidade. Para constar, eu, CARLOS WALSON, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será por eles assinada. Senado Federal, 8 de maio de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Reitor



AGACIEL DA SILVA MAIA
Conselheiro



ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA
Conselheiro



FLORIAN AUGUSTO COUTINHO
MADRUGA
Conselheiro



SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE
OLIVEIRA PENNA
Conselheiro

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro instalada a Universidade do Legislativo Brasileiro.

Dando prosseguimento à solenidade, convido a todos para assistirem a um vídeo institucional da Unilegis, com duração de cinco minutos. Logo após, daremos prosseguimento aos nossos trabalhos.

(Procede-se à exibição de vídeo institucional.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Anuncio, neste instante, o primeiro curso presencial a ser oferecido pela Unilegis.

Trata-se do curso de Direito Legislativo, a ser ministrado em nível de especialização pelo corpo docente da instituição, destinado a funcionários das duas Casas do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União.

Instalada a Universidade do Legislativo Brasileiro e anunciado o seu primeiro curso em nível de especialização, em cumprimento à sua missão institucional, tenho a honra e a grande alegria de conceder a palavra ao Exmº Sr. Ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal, por duas legislaturas Senador da República, para ministrar a aula magna.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, Exmºs Srs. Senadores integrantes da Mesa, Senadores Carlos Wilson, Ronaldo Cunha Lima e Antonio Carlos Valadares, eminente Senador e amigo de longa data, Pedro Simon, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. dirigentes da Unilegis, demais autoridades aqui presentes e alunos que hoje iniciam suas atividades na instituição Unilegis, o nímio convite que me faz o eminente Presidente desta augusta Casa, Senador Ramez Tebet, para proferir a aula inaugural do início das atividades da Unilegis – Universidade do Legislativo Brasileiro, traz-me à evocação momentos de grandes emoções aqui vividas quando tive o privilégio de exercer o honroso mandato de Senador como um dos três primeiros representantes do povo da Capital da República.

Essa recordação tanto mais se avulta quanto mais se sabe que o Senado foi, é e será sempre sede das mais importantes causas em defesa do povo brasileiro e das discussões e polêmicas que em torno delas são travadas, visando à melhoria de sua vida e ao aperfeiçoamento de suas instituições democráticas.

Dentre tantas figuras de retidão de caráter e de invulgar amor cívico, cultura e desprendimento, tive o prazer de conviver, ao longo do tempo que aqui passei, com homens públicos de estatura ética e acendrado vigor intelectual como Afonso Arinos de Melo

Franco, Virgílio Távora, Luiz Viana Filho, para citar apenas alguns entre muitos outros que já se foram.

A inexorabilidade do tempo e seus cruéis efeitos já não nos permitem ver entre nós expressões tão tenras e doces de sentimento e de lisura moral, para lembrar apenas duas delas que ocuparam a curul presidencial desta Casa – Humberto Lucena e Nelson Carneiro -, que por tantas e tantas vezes vi na direção dos trabalhos, aqui e no Congresso Nacional, e cuja lembrança traduz, ainda que singela, preito de carinho e de eterna saudade.

O Brasil de hoje já não é mais o mesmo do começo de 1987, data em que me investi no mandato parlamentar, quer pelas significativas transformações sofridas em nosso ordenamento jurídico-constitucional, quer pelas profundas alterações introduzidas em sua vida econômica, ditadas principalmente pela chamada globalização mundial, que passou a fixar regras de comportamento para o setor no mundo inteiro.

A Carta Federal de 1988, para a qual dei a minha parcela de contribuição com proposta de centenas de emendas na fase de sua elaboração, se representou a aspiração do ideário que então nos norteara, acabou por não mais traduzir a realidade atual do País e do mundo. Daí as 35 emendas constitucionais já a ela incorporadas e de outras que deverão a ela se somar, malgrado não tenha ainda sequer duas décadas de existência.

Por outro lado, se à época predominou o sentimento de que o Texto Constitucional deveria, em sua composição, adotar forma descritiva e ampla dos conceitos que passaria a abarcar, convenço-me, cada vez mais, e principalmente agora, sob o impacto da experiência que tenho haurido na magistratura no Supremo Tribunal Federal, que, quanto mais conciso e simplificado for ele, tanto melhor será não só para a sua compreensão didática e exegética mas também para a elaboração de suas normas regulamentadoras, essas, sim, passíveis de serem extensas e por menorizadas.

O Senado Federal tem sido pioneiro na busca de alternativas para a modernização de seus serviços, tendo em vista maior eficácia de sua tarefa legislativa, podendo destacar-se neste campo a criação de seu Parque Gráfico, do Prodasen, da Rádio e da Televisão, e de outros serviços que se constituem em moderno instrumental para o cumprimento de seus encargos constitucionais.

Os serviços de impressão, proporcionados a todo País pela Gráfica do Senado, não só no que se referem às publicações oficiais do Parlamento, mas

também de outras obras culturais sobre os mais diversos temas, incluindo o restabelecimento de edições esgotadas, não mais disponíveis no mercado, por si só explicam que o arrojado projeto de sua concepção, embora criticado e combatido à ocasião, é hoje um reconhecimento nacional que merece a admiração e o respeito de todos.

Diga-se o mesmo do Centro de Informática e Processamento de Dados – Prodasen, cujo auxílio que presta a todos os que dele se valem é sem dúvida um dos mais ou o mais avançado dos serviços do ramo no País, tendo-se consagrado, sobretudo, ao tempo dos trabalhos constituintes, como peça indispensável para que se tornasse possível a conclusão, a tempo e a hora, do grande desafio de elaboração da Constituição ora em vigor.

Há 30 anos vem o Prodasen prestando relevantes serviços ao País e é na atualidade uma referência nacional e internacional de gestão pública dos recursos da tecnologia da informação. A criação recente da fábrica de **softwares**, que possibilita não apenas o desenvolvimento de ferramentas computacionais pelo próprio órgão, mas a efetiva participação do usuário, dá o exato tom de sua sintonia com as modernas técnicas de gerenciamento, com vistas não só à realidade presente como a do futuro em atenção às exigências de um mundo que se torna cada vez mais próximo, e em que a qualidade e a melhoria contínuas devem ser metas permanentes da preocupação estatal.

O programa **INTERLEGIS**, desenvolvido desde 1997, sob a égide também do Prodasen, vem possibilitando a modernização e a interação de todo o Legislativo nacional em seus diversos níveis, democratizando as informações e conquistas obtidas no plano federal, estendendo-as pelos Estados e municípios.

Permite-se, desse modo, por intermédio de experiências dessa natureza, que nos aproximemos cada vez mais do objetivo idealizado pela democracia, que é a proveitosa participação do povo no processo legislativo.

A consolidação do Estado brasileiro, no seu perfil democraticamente estruturado, caminha a passos largos, e com ele surge uma nova sociedade composta de cidadãos cada vez mais conscientes de seus direitos e obrigações na perspectiva da realização plena da cidadania.

A Administração Pública, cujo atributo maior é servir ao povo, não pode esquecer-se dessa realidade e deve, por isso mesmo, perquirir incessantemente, como tem feito o Senado no percurso de toda a

sua história, formas cada vez mais eficazes para atender à crescente demanda da sociedade por serviços públicos de qualidade.

Todo esse complexo de novidades introduzidas nas áreas de ação do Senado Federal fez que se ampliasse o respeito do povo pelo seu desempenho, tanto mais que, pelos seus próprios veículos de comunicação e de todo seu sistema de informática, dele não se subtraiu nada do que tem passado em seu próprio seio, por mais duro e difícil que tenha sido, às vezes até com sacrifício de suas próprias entranhas.

Com essa exposição, sem cortinas à Nação, aquela imagem deturpada que ali e aqui ia-se formando de incompreensão do que realmente seja o trabalho parlamentar, vai-se esvaindo à medida que as portas e janelas da própria Casa, como nunca, se abrem à fiscalização da cidadania.

Para completar o ciclo desses serviços que estão cada vez mais dimensionando a grandeza do Senado da República e que têm levado senão a todos, mas seguramente à maioria da consciência nacional, o verdadeiro papel parlamentar e as ações desenvolvidas pelo Senado Federal, concretiza-se agora a instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, dando, assim, cumprimento ao disposto na Resolução nº 1, de 15 de janeiro de 2002, desta Casa legislativa.

Embora definidas as suas metas, num primeiro plano, não é possível circunscrevê-las a esse compartimento inicial, dada a vastidão dos temas de formação que poderão abranger, além do que certamente vão significar no vazio a ser preenchido. Tal é o desdobramento que a novel instituição vai ter de desempenhar, que prenuncio nela a mais espetacular das iniciativas no aprimoramento da elaboração legislativa de que se tem conhecimento na história de nosso País e quiçá em países até do denominado primeiro mundo.

Credencia-se, por conseguinte, a nova entidade, no descortino de suas finalidades educativas, um elenco imprevisível de salutar repercussão na instrução acadêmica de todos os que estejam comprometidos na elaboração legislativa, desde o seu nascedouro até o seu término. Daí vislumbrar-se o sucesso que o projeto alcançará perante a sociedade brasileira.

Os veículos de comunicação de alta tecnologia de que dispõe o Senado possibilitarão às populações dos mais recônditos Municípios brasileiros acesso fácil e imediato ao ensino que a instituição proporcionará, para permitir melhor qualificação de pessoal, o que tornará mais eficiente a realização do processo legislativo. Com isso, teremos normas mais eficazes e seguras, o que,

em consequência, evitará interpretações equivocadas da verdadeira intenção legislativa.

Como é elementar, uma coisa é a **mens legislatoris** e a outra a **mens legis**. Quantas e quantas vezes o aplicador do Direito, fora da intenção, da vontade do legislador, interpreta a norma segundo a frieza de seus termos, gerando perplexidades do leigo, porquanto o que prevalece para o exegeta é o que comumente resulta do texto posto ao seu exame e não o que se extrai da inspiração que o gerou.

Explica-se por isso a razão de dever ser bem elaborada a norma que se pretende editar, porque quanto mais trabalhada melhor aplicação propiciará, produzindo, com isso, menos desconforto e mais eficiência.

Grandes polêmicas judiciais decorrentes da aplicação de textos legais nascem da zona de dúvida causada, por exemplo, pelo que seja emenda de redação e pelas que alteram o mérito da proposição. Felizmente, dos casos submetidos ao exame do Supremo Tribunal Federal, tenho verificado que, salvo rara exceção, tem sido corrente o reconhecimento do perfeito desempenho dos trabalhos técnicos das assessorias do Poder Legislativo, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, nos preparativos iniciais de projetos que se convertem em lei.

De quanto sei, apenas uma hipótese provocou naquela Corte, após a Constituição de 88, a procedência do pedido, no caso a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 574, julgada em 3 de junho de 1993. Devo dizer, porém, que, ao admitir-se que a emenda tida como de redação implicou alteração de mérito, isso deveu-se à inspiração pessoal e direta de um colega que, cômico das advertências da oposição, mesmo assim logrou que a sua emenda de redação, na verdade de mérito, fosse aprovada. Nesse caso, posso dar o meu testemunho pessoal, dado que à ocasião da votação do projeto que veio da Câmara encontrava-me neste Plenário, como Líder do PDT.

Esse fato mereceu inclusive protestos por escrito, que submeti ao então Presidente da Câmara dos Deputados, em que narrei todo o episódio, mas que se acabou conformando à alteração do projeto que teve origem em sua Casa, por razões que desconheço.

E o resultado foi o que acabei de dizer: o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ação. Apenas como registro, devo enfatizar que nessa época ainda não era Ministro daquele Tribunal.

O exemplo é ilustrativo, não em si pelo episódio, mas para consignar a eficiência do pessoal que integra a Consultoria Legislativa, que, por certo, jamais

aconselharia o encaminhamento de verdadeira alteração substancial do projeto que teve origem na Câmara dos Deputados, minutando como emenda de redação o que, na verdade, era de mérito, como posteriormente reconheceu a Suprema Corte.

Fundada na permissão do §2º do art. 39 da Lei Fundamental, que incentiva as escolas de formação de quadros de servidores públicos, e nos arts. 51 e 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, autorizando a organização de cursos ou instituições de ensino experimental, a Unilegis, com os propósitos que orientaram a sua criação, abrirá um horizonte inesgotável na formação especializada dos que se dedicam às atividades parlamentares.

O universo que atingirá compreende não só os que atuam perante o Congresso Nacional, em Brasília, mas também todos os que se encontrem envolvidos nessa mesma tarefa nas milhares de Câmaras de Vereadores espalhadas pelo País afora e nas Assembleias Legislativas dos Estados, numa interação jamais vista, possibilitando que todos tenham os mesmos conhecimentos aqui disponíveis, que serão ministrados por técnicos de alta qualidade e comprovada instrução curricular.

De fato, é fascinante!

Penso que tamanho é o alcance dos objetivos visados pela instituição que ora se instala, que não se pode dizer que se limite, embora Universidade do Legislativo, aos três níveis do Poder Legislativo, mas que dela possam igualmente beneficiar-se os que sirvam em outras áreas da administração pública, como um todo, levando-se em conta que normas administrativas todos os Poderes editam e, como se sabe, também sujeitas ao controle do Poder Judiciário, explicando-se, por isso, devam ser bem elaboradas, para que sejam bem cumpridas, de tal sorte que evitem transtornos e equívocos em sua aplicação.

A promoção de intercâmbio com outros organismos internacionais que, sem dúvida, será mantido pela Unilegis possibilitará a ampliação das áreas de pesquisa, pois a troca de experiências desenvolvidas em outros países servirá de subsídio para as aulas a serem ministradas e, em consequência, instruirá a execução dos serviços para cujas entidades será destinado.

Como o tema específico de que tratam os objetivos da Unilegis é fundamentalmente o de formar quadros especializados destinados às atividades parlamentares, e se, para atingi-los, a sua estrutura se baseia no direito constitucional, só por isso vale a iniciativa, pois, além de constituir uma via de formação de

recursos humanos especializados, os conhecimentos que serão oferecidos permitirão que os participantes do projeto passem a ter familiaridade com os conceitos definidos na Constituição Federal sobre o Estado brasileiro, desde os mínimos detalhes nela disciplinados até a Organização dos Poderes e outras matérias nela versadas.

Além disso, como o complexo do processo legislativo, da mesma forma, tem como pressuposto o conhecimento de todos os ramos do direito, é de ver-se quão importante será o acesso desse grande universo de pessoas ávidas em aprender, mas que, pelas dificuldades e obstáculos, não têm condições materiais e que agora podem ingressar nesse fabuloso mundo que, doravante, ficará disponível a todos os brasileiros.

Por isso mesmo, estará a Unilegis ao lado de renomadas instituições de ensino que, acompanhando a evolução do mundo moderno, têm adotado o sistema de universidades abertas como forma de massificação do ensino público de qualidade.

Em toda a Europa, as universidades da espécie, mas não necessariamente como a Unilegis pela sua especialidade, já se constituem em uma feliz realidade. A criação de organizações internacionais, como a **European Association of Distance Teaching**, a **European Distance Education Network** e o **International Council for Distance Education (ICDE)** – organismo não-governamental da UNESCO – nos mostram a importância dada às universidades de ensino à distância pelas comunidades mais desenvolvidas do mundo.

O Brasil está atento a essa evolução nas formas de ensino e já conta com sua Associação Brasileira de Educação à Distância – ABED. A existência desses organismos permite maior aceitação das universidades abertas, o que, certamente, ganhará um impulso inestimável com a criação e implantação da Unilegis, que já nasce com a credibilidade de instituição mantida pelo Senado Federal, cuja excelência nos serviços que presta à Nação é incontestável.

Optou a Unilegis, sem dúvida, por uma fórmula que se ajusta à tendência mais avançada do mundo contemporâneo, razão adicional para colocá-la no horizonte do sucesso.

Oportuno registrar, e aqui em especial para os alunos da primeira turma de pós-graduação em Direito Legislativo, que a desenvoltura do processo legislativo, se bem feito o projeto, não só nos aspectos formais de sua criação, mas também nos substanciais, relativamente ao seu conteúdo – e aí estão incluídos os conhecimentos básicos de direito, sobretudo os de

direito constitucional -, por certo reduzirá o número de ações que, em face de dúvidas causadas, poderão ser submetidas ao controle jurisdicional.

Como sabido, cabe ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, conforme definido no seu art. 102, o que tem levado a seu julgamento questões decorrentes do exame abstrato de normas, que é o chamado controle concentrado, e também as demandas sujeitas ao controle difuso. Nessas hipóteses, quando a norma contrariar a Constituição, cumpre ao Supremo Tribunal Federal declarar a sua inconstitucionalidade.

Além dessas competências, ainda estão sob a sua jurisdição os julgamentos das ações declaratórias de constitucionalidade, as de inconstitucionalidade por omissão e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Por aí vai-se vendo a importância da elaboração legislativa, visto que, quanto mais aprimorado o texto que vai converter-se em norma, tanto melhor será para que sejam evitadas perplexidades que acabarão esbarrando nos tribunais, máxime nas hipóteses que mencionei, no Supremo Tribunal Federal.

Para ter-se uma idéia do volume de processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal, na grande maioria originários de equívocos provocados pela redação de textos mal preparados, quase sempre sem grandes preocupações com a forma e o conteúdo, cito os números dos últimos anos que registram a avalanche de feitos que chegaram ao Tribunal, ainda que se levem em conta o crescimento normal da população do País e a facilidade, hoje, de acesso ao Poder Judiciário:

Assim, temos que, em 1940, deram entrada no Supremo 2.419 feitos, dos quais foram julgados 1.807; em 1960, deram entrada 6.504 processos, dos quais foram julgados 5.747; em 1980, deram entrada 9.555 processos, dos quais foram julgados 9.007; em 1988, ingressaram no Supremo 21.328 processos, dos quais foram julgados 20.122; em 1992, 27.377, saíram 21.737; em 1999, 68.369, julgados 56.307; no ano passado, 2001, 110.771 processos ingressaram no Supremo e foram julgados 109.692.

Por aí se vê a magnitude do significado da implantação da Universidade do Legislativo Brasileiro, que já tem assegurado o seu pleno êxito, pelo que vai fazer para a cidadania brasileira.

Finalmente, resta-me apresentar aos eminentes Senadores os cumprimentos por mais essa iniciativa que, em breve, seguramente, terá o reconhecimento da sociedade brasileira.

Desejo a todos os integrantes e dirigentes da Unilegis muito sucesso.

Aos alunos desta primeira turma que fará pós-graduação em Direito Legislativo, meus votos de pleno aproveitamento das lições que aqui serão ministradas. Estou certo de que um dia será motivo de orgulho poderem dizer a seus filhos e netos que os senhores foram os fundadores da Unilegis.

Ao Presidente Ramez Tebet, que realiza mais esse relevante acontecimento em sua gestão, novamente o meu muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, Srs. Ministros, Srs. Membros do Corpo Diplomático, Magníficos Reitores, Srs. Membros do Conselho Superior e do Conselho Universitário da nossa Universidade, Srs. Convidados, minhas senhoras e meus senhores, Ministro Maurício Corrêa, estou feliz, acertei na escolha! V. Ex^a proferiu a aula que queríamos ouvir, com a competência e com a experiência de ex-Senador da República, portanto, um conhecedor desta Casa, e de Ministro do Supremo Tribunal Federal, sempre afeto ao julgamento e à interpretação das leis. Tenho a plena convicção de que a aula de V. Ex^a ficará registrada nos Anais desta Casa como um grande acontecimento. E ao sintetizar os objetivos da nossa universidade, também soube dizer o quanto acredita nela, como todos acreditamos, e nos benefícios que pode vir a trazer à sociedade brasileira.

Minhas senhoras e meus senhores, desde quando assumi a Presidência desta Casa, tenho vivido intensamente a minha vida parlamentar. Todavia, devo lhes confessar que, de todas as emoções por que tenho passado na Presidência da Casa, hoje, sem dúvida nenhuma, é um dia de grande alegria para mim como Presidente do Senado da República.

Venho da advocacia, mas Deus também permitiu que eu viesse do Ministério Público. E foi ainda mais generoso, porque permitiu que eu tivesse uma boa experiência como professor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul; portanto, também venho do magistério, que é, ao mesmo tempo, um sacrifício e um sacerdócio. Não bastasse tudo isso, como Presidente do Senado da República, vivo o meu momento de grande emoção, porque estamos concretizando um sonho de outros Senadores que me antecederam, um sonho de toda a Casa: fazer com que este Senado da República, que existe desde 1826, possa responder a um anseio da Nação brasileira.

É inconcebível que ainda haja, neste País, cidadãos e cidadãs que não tenham a exata compreensão do papel do Senado e até mesmo do Poder Legislativo, embora a instituição exista desde o Império. Portanto, levar o Senado à toda sociedade, fazer com que todos participem da vida pública deste País, enfim, ter um Senado aberto à sociedade e cada vez mais perto da cidadania, sem dúvida nenhuma, haverá de ser o nosso grande objetivo, e haveremos de perseguir isso intensamente.

Nesta oportunidade, faço um reconhecimento ao Presidente José Sarney, que não se encontra aqui porque está no exterior, Presidente do nosso Conselho, Presidente por justiça e por mérito, porque devemos a S. Ex^a a criação da TV Senado, da Rádio Senado, do **Jornal do Senado**, do portal do Senado na Internet, de um serviço de ligação gratuita por telefone, através do sistema 0800, da Interlegis, uma rede que interliga os Legislativos brasileiros. Enfim, o Senado vem se abrindo para a sociedade e são essas iniciativas pioneiras que estão sendo reconhecidas pela sociedade.

E posso afirmar com orgulho, meus companheiros de Mesa, meus companheiros de trabalho, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Senado brasileiro é o primeiro no mundo a criar a sua universidade, o que muito nos honra. Mas devemos fazer com que essa universidade, que hoje nasceu com uma grande aula inaugural, realmente fique aberta a todos os cidadãos brasileiros. E, mais do que isso, que ela chegue à nossa juventude, para estimulá-la e motivá-la ao exercício da atividade política e da atividade pública neste País.

Para tanto, o Senado terá que se comunicar com todas as Assembléias Legislativas. E como disse o Ministro Maurício Corrêa, o Senado deverá estar ligado com as Câmaras Municipais dos cinco mil e poucos Municípios brasileiros a fim de que possamos cumprir o nosso objetivo fundamental que é o de garantir o regime democrático para todas as gerações futuras do Brasil, ou seja, perpetuar não a democracia retórica, a democracia das instituições políticas, mas aquela democracia que contribui para uma melhor qualidade de vida do nosso povo, da nossa gente.

A universidade haverá de cumprir esse papel político e social, com a garantia de direitos humanos e não mais só a defesa das nossas instituições. Direitos humanos, hoje, significam qualidade de vida, com mais habitação, mais alimentação, menos desemprego e melhores salários neste País, em suma, aquilo que constitui os fundamentos de uma vida digna e honrada.

Cabe aos democratas brasileiros não permitir que os interesses de uma globalização perversa se sobre-

ponham à nossa alegria de viver. Por isto, o exercício de cidadania haverá de ser voltado para a defesa dos interesses nacionais, pois esse mundo globalizado não pode continuar cruel e perverso com os países e com os povos que querem se desenvolver e progredir.

Acredito, portanto, que as universidades e o Poder Legislativo têm um papel fundamental. Assim, o Senado da República, ao instalar a sua universidade, cria mais um mecanismo de cidadania, aproximando cada vez mais o Poder Legislativo da sociedade, e quem sabe – permitam-me até a audácia –, possa servir de exemplo a outros países. Isso é participação política. Isso se faz com democracia. E democracia só existe com um Parlamento forte, com a participação de todos e com o exercício da cidadania avançando cada vez mais.

Esta universidade é um projeto inédito e pioneiro, pois ultrapassa os limites do Senado para mobilizar todo o Poder Legislativo do Brasil e alcançar, cada vez mais, um maior número de cidadãos brasileiros.

Quero me congratular com todo o nosso Conselho; quero render minhas homenagens aos funcionários dedicados que colaboraram conosco, à Consultoria, à Secretaria-Geral da Mesa, à Diretoria-Geral, a todos os que se empenharam para que o Senado da República pudesse dar este exemplo e mostrar esta disposição.

Temos o título, precisamos ter a competência. Se o Senado da República tem o título de ser o primeiro a ter uma universidade aberta de política e de processo legislativo, temos que ter a competência para fazer com que essa universidade seja cada vez mais competente e atinja um número cada vez maior de brasileiros. Este é o objetivo de uma Casa Legislativa como o Senado Federal: defender a Federação brasileira e lutar bravamente para diminuir as desigualdades regionais e sociais que ainda existem no Brasil. E o caminho correto para alcançarmos isso é o da educação, da informação e da formação, objetivos da nossa universidade.

Encerro as minhas palavras dizendo que estou muito gratificado com a presença, em nossa Casa, de tantas universidades, representadas por tantos reitores. A nossa universidade está associada aos objetivos de todas as universidades do Brasil, e como tal não tem a pretensão de ser melhor, mas a de se igualar às demais que têm prestado relevantes serviços à nossa Pátria.

Muito obrigado.

Que todos sejamos felizes!

(Palmas.)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.*)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 81, DE 2000 -CN “*DESTINADA A PREPARAR OS ATOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, QUE TRANSCORRERÁ EM 12 DE SETEMBRO DE 2002*”.

Ata da 1ª Reunião de Instalação realizada em 2-4-2002

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às quinze horas e trinta minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Francelino Pereira, Arlindo Porto, Maguito Vilela, Bernardo Cabral e Ricardo Santos e os Senhores Deputados Walfrido Mares Guia, Eliseu Resende, Paulo Octávio, Antônio do Valle, Silas Brasileiro, Ronaldo Vasconcellos e Saulo Coelho, membros da Comissão Mista Especial “*destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002*”. Presentes também a Dra. Maria Luíza Dornas, Secretária de Cultura do Governo do Distrito Federal, Dr. Aldemo Garcia Júnior, Secretário-Executivo da Comissão Juscelino Kubitschek do Ministério da Cultura e o Cel. Affonso Heliodoro. De acordo com os preceitos regimentais, assumiu a Presidência eventual, o Senador Francelino Pereira, que declara aberta a reunião de Instalação da Comissão destinada a eleição do Presidente, Vice-Presidente e a designação do Relator. Foram eleitos por aclamação os Senhores Deputado Paulo Octávio para Presidente e o Senador Arlindo Porto para Vice-Presidente da Comissão. Assumindo a Presidência, Sua Excelência, Deputado Paulo Octávio designa o Senhor Senador Francelino Pereira para ser o Relator da Comissão. O Senhor Presidente, de posse da palavra, agradece a honra que lhe foi conferida percorrendo aos membros e presentes a proposta e a destinação da Comissão recém instalada. Após, a Presidência concede a palavra ao Senador Bernardo Cabral que lembrou o amigo e inesquecível ex-presidente Juscelino Kubitschek. A seguir, o Senhor Relator Senador Francelino Pereira agradece a homenagem concedida a ele pela sua indicação, representando o Estado de Minas Gerais e falou sobre os trabalhos que a Comissão irá desenvolver. Fizeram uso da palavra o Deputado Ronaldo Vasconcellos e os convidados Dr. Aldemo Garcia Júnior, Representante do Ministério da Cultura e Cel. Affonso Heliodoro. A Co-

missão aprovou as seguintes propostas: 1) a entrega da Carta ao Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, subscrita pelo Dr. Octávio Elísio Alves de Brito, Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, do Ministério da Cultura, solicitando a reedição da Coleção das Obras Publicadas pelo Serviço de Documentação da Presidência da República, que compreende os “Discursos de Juscelino Kubitschek”, “Programa de Metas”, “Brasília e a Opinião Mundial” e a “Operação Panamericana”. 2) a reedição da Obra “Por que Constriuí Brasília, de autoria de Juscelino Kubitschek. A Presidência agradece a presença de todos e comunica que a próxima reunião está agendada para o dia 09 de abril do corrente, às quinze horas. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Mista Especial, criada pelo Requerimento nº 81, de 2000, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.

A pauta da reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, bem como a indicação do seu Relator. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação.

Estamos em processo de votação.

Peço aos Srs. Senadores e Deputados que depositem seus votos de indicação do Presidente e Vice-Presidente da Comissão na urna.

A sugestão é de que o Presidente saia da Câmara dos Deputados, e o Vice-Presidente do Senado da República.

Enquanto se processa a votação do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, a Mesa sugere que possamos abordar assuntos pertinentes a JK, sempre, evidentemente, dando uma palavra de amor, estima e admiração a Diamantina e a nossa Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, inicialmente, quero cumprimentar V. Ex^a por estar à frente dos trabalhos. Veja como vale a pena ser menos moço,

porque, com essa experiência, demonstra que a instalação desta Comissão Mista Especial destinada a preparar os atos comemorativos do Centenário do nosso sempre Presidente Juscelino Kubitschek é uma ocasião em que não existem nem acasos nem coincidências. Teria de ser V. Ex^a, representando Minas, um parente de Juscelino Kubitschek, o condutor deste trabalho. Às vezes, os parentes não são apenas aqueles destinados em linha reta. Os aderentes também e, com muito brilho, conseguem levar avante o que se perderia na memória de uns, por leniência; na de outros, por descaso, e por tantos, muitos, por inveja.

Vejo com muita alegria o Deputado Paulo Octávio na Presidência desta Comissão.

A neta de Juscelino, na união com Paulo Octávio – e já disse isso quando trouxe o título de sócio benemérito concedido a Juscelino Kubitschek pela Associação Comercial da minha terra, que, ao longo de mais de 150 anos, só concedeu oito títulos, e que queria que fizesse a entrega pessoalmente a JK ... Com seu falecimento, fizemos essa entrega, por delegação da Associação, há alguns meses. Ali registra-se que a presença do casal Paulo Octávio e senhora, ela, na qualidade de neta de Juscelino, era uma segurança para os que não viram em Juscelino o modelo, eram os invejosos, que o tivessem pelo menos como um exemplo, como reconhecimento.

A minha fala, Sr. Presidente, talvez se prendesse melhor se eu lembrassem um episódio acontecido quando éramos acadêmicos de Direito e fomos a Minas Gerais. O então Governador daquela terra impressionou uma delegação de jovens na faixa de 18 e 20 anos com uma belíssima recepção. À noite, eu fora escolhido para saudá-lo, e meus colegas me diziam que, ao saudar o Governador, eu usasse, o que hoje é comum, na pessoa dele, a saudação a todas as autoridades que integravam a Mesa. Assim o fiz. “Eminentíssimo Governador Juscelino Kubitschek, a quem saúdo, em nome dos meus colegas de Universidade, todas as demais autoridades da Mesa...”

Quando S. Ex^a foi agradecer esse discurso, saudou um por um dos integrantes da Mesa, inclusive um Vereador de um Município distante. Com a impaciência do jovem, perguntei-lhe por que havia saudado a todos quando me haviam orientado no sentido de que, ao discursar, pudesse saudar todas as autoridades através do seu nome. E ele me disse o que me ficou para sempre na mente: “Meu filho, um dia fui fazer, como Prefeito de Belo Horizonte, uma reunião no interior do Estado e não citei um Vereador que estava

à Mesa. E ele chegou a mim e disse: Dr. Juscelino, também sou importante. Sou Vereador e o senhor não me citou. Aquilo me valeu de lição.” E para mim, então, muito mais lição porque partia de um belo orador como era ele, um empreendedor.

Quando nos reencontramos, sabe V. Ex^a que a cassação produziu uma diáspora neste País...Cassado, freqüentei algum tempo um apartamento na Av. Atlântica, onde ele morava, porque já tínhamos sido, quando ele, Presidente, enveredado pela campanha política, Deputado Federal. Depois de tantos anos, descia eu a Rua São José, no Rio de Janeiro, com a minha mulher, quando Juscelino saía, onde havia aquela empresa da qual ele chefiava e depois já era o Presidente, a cerca de uns vinte metros eu disse a minha mulher eu disse: “Lá vem o Presidente Juscelino”. E ambos aproximávamos, ele abriu os braços: “Oi, Bernardo!” Quer dizer, aquilo para minha mulher e para mim foi um choque tão profundo, fraterno, que ele completou dizendo para minha mulher: “Há tempos que não vejo o Bernardo e todas as vezes que o vejo parece que foi no dia de ontem!” Quer dizer, este era Juscelino.

Proibido de vir a Brasília, sobrevoando o teto, aqueles que o proibiram nós não sabemos onde andam e ele está sendo hoje, aqui, lembrado no seu centenário, porque está mais vivo do que todos aqueles que quiseram soterra-lo, através de uma representação injusta, indigna, incabível, inoportuna.

De modo que Juscelino foi mais do que uma legenda, mais do que um Presidente. Quando saía do Governo disseram que saía rico. Sua viúva morreu num apartamento ou numa casa modesta. Todos nós sabemos porque lá convivíamos. Depois convivemos com a sua filha, que foi Constituinte conosco. E a única fortuna que ele deixou, que ele amealhou foi essa imensa admiração do povo brasileiro que ninguém consegue dilapidar. Esta fortuna ninguém conseguirá, ninguém, jamais, levar para os bolsos daqueles que conspurcaram seu nome.

De modo que V. Ex^a como Presidente da reunião, que é um ditador em potencial, que me concede a palavra sem eu ter pedido, me dá a oportunidade de render também, como mineiro que é, porque Piauí lhe fez nascer, mineiro lhe deu a sua naturalidade. De modo, Sr. Presidente e meu querido amigo, esteja certo, Paulo Octávio, que na Presidência desta Comissão Mista, com a vice-Presidência de Arlindo porto, V. Ex^a terá, além dos colegas que compõem a Comissão, uma oportunidade de mostrar ao Brasil de que JK se transformou talvez no maior Presidente de todos os tempos, porque não só realizou, não só

construiu, mas soube amar o seu semelhante, não perseguiu aposentados, não humilhou seus companheiros, está ali levantando a mão, como se vivo estivesse, apontando para 1902 e fazendo com 2002 uma espécie de Pontífice. O Papa é chamado de Sumo Pontífice porque faz a ponte entre os católicos e Deus; Juscelino está fazendo a ponte entre o passado e o presente para que o futuro se avizinha.

Meus cumprimentos, Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Muito obrigado.

A norma regimental determina que se faça a eleição de forma secreta. Em se tratando de uma tema que reúne unanimidade, e mais do que isso, exaltação, amor e respeito, entendemos que poderíamos fazer por aclamação, escolher por aclamação o Presidente desta Comissão, assim como o seu vice-Presidente. A sugestão que me foi transmitida é no sentido de que o Deputado Paulo Octávio, que está aqui à minha direita, que reúne todos os títulos até pela identificação e a imantação que tem com a família Kubitschek, que ele seja o Presidente desta Comissão. E o vice-Presidente, que também me foi sugerido, foi exatamente do Senador Arlindo Porto, que está aqui à minha esquerda, que representa Minas por inteiro. Ele ao lado do Deputado Paulo Octávio darão, sem dúvida, uma contribuição concreta, pura em torno da figura admirável de Juscelino Kubitschek.

De maneira que eu quero propor que façamos a eleição por aclamação. Peço uma salva de palmas. (Palmas)

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) – Presidente, antes de V. Ex^a. passar a Presidência, de acordo com o Regimento, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a fez uma sugestão que foi acolhida. Eu quero sugerir ao eminente Deputado Paulo Octávio – Deputado hoje e Senador amanhã – que S. Ex^a designe V. Ex^a como Relator, nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Tenho o prazer e a honra de passar a presidência dos trabalhos ao Presidente desta Comissão, o amigo, companheiro e Parlamentar de grande experiência, que representa a capital que Juscelino inventou. Essa foi a mais bela invenção de Juscelino. Brasília, numa palavra apenas, traduz a imagem de Jusce-

lino. Foi ele quem inventou Brasília. Isso é fundamental.

Passo, portanto, a Presidência ao Deputado Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Francelino Pereira. Além de Relator, V. Ex^a é o presidente de honra desta Comissão.

Quero cumprimentar o nosso Vice-Presidente, nobre Senador Arlindo Porto. Quero cumprimentar o nosso especial amigo, nobre Senador Bernardo Cabral, que recentemente distinguiu toda a família Kubitschek, entregando-lhe o título de Cidadão do Amazonas ao Presidente Juscelino Kubitschek, numa cerimônia muito bonita no Memorial JK. Essa é a mais recente placa anexada no Memorial. Está estampada, justamente, na entrada daquele prédio. Quero cumprimentar também a pessoa que mais entende de Juscelino, Coronel Afonso Eliodoro, grande companheiro de todos os momentos e de todas as lutas na Prefeitura, no Governo, na Presidência e, principalmente, no exílio. Quero cumprimentar, ainda, o Sr. Adelmo Garcia Júnior, que representa o Ministro Francisco Corrêa Welffort e a nossa amiga Maria Luiza Dornas, Secretária de Cultura de Brasília e Líder da Comissão estabelecida em Brasília para que a cidade também possa participar das comemorações do Centenário. Quero, também, cumprimentar o Sr. Marcelo França, que está em Brasília preparando um filme sobre a vida do ex-Presidente e a todos os nossos amigos aqui presentes e à imprensa.

Nasci em Lavras – que o Senador Francelino Pereira conhece bem, até porque teve muitos votos naquela cidade — e lembro-me, ainda pequeno, Coronel, de algumas idas do Presidente Juscelino à minha cidade e, vez por outra, ele passava pela rua Messiano de Pádua e fazia algumas visitas políticas, entre as quais, ao meu pai. Mas eu era muito novo e não imaginava que poderia, um dia, estar tão ligado à história desse grande estadista. Deus quis que, aos 12 anos, eu me mudasse para Brasília. Aqui, nobre Senador Bernardo Cabral, fiz a minha vida. Aqui estabeleci um compromisso e sou fruto da obra desse estadista. Eu sou fruto do trabalho inestimável prestado ao Brasil pelo Presidente Juscelino. Eu sou um daqueles milhares de brasileiros que vieram para esta cidade, com suas famílias, em busca de uma vida melhor, em busca de melhor capacitação profissional e em busca de um momento melhor. Assim como eu, milhares de candangos, pioneiros, para aqui vieram. Para cá vieram pessoas de todos os Estados brasileiros. Brasília é rica por isto. Brasília é uma cidade rica

por ter justamente uma miscigenação tão grande. O Brasil está reunido em Brasília e nada melhor do que a meta-síntese do Presidente, que foi a construção desta cidade, para se ter a dimensão da obra tão grandiosa que o Presidente fez em nosso País.

Entendo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu o início dessas comemorações em momento de rara sabedoria. Ao homenagear um brasileiro, ao homenagear um político, ao homenagear um ex-Presidente, além da classe política, ele está homenageando a todos nós, brasileiros, por termos o privilégio de, na nossa história recente, termos tido um Presidente tão capaz e tão estimado, como acaba de mencionar o Senador Bernardo Cabral. O que ele deixou é isso mesmo: o amor do povo brasileiro, a estima, o respeito, porque o que ele fez é realmente muito caro para todos nós.

Quero dizer que assumo a Presidência desta Comissão, uma Comissão Mista, de Parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados, ciente de que é uma missão de muita responsabilidade, missão que, até por coincidência, há dois anos, na Câmara, pude exercer de uma forma parecida. Há dois anos, a filha do Presidente, a nossa inesquecível Márcia Kubitschek, me procurou, preocupada com os rumos dos descobrimento da Operação Côndor, que atuou no Brasil e no Cone Sul, e me pediu para sugerir ao então Presidente, o Deputado Michel Temer, uma comissão para investigar as circunstâncias da morte do Presidente Juscelino.

Naquela oportunidade, conseguimos, em vinte e quatro horas, montar a comissão, que foi formada por parlamentares de todos os partidos políticos. E, num trabalho muito duro, um trabalho de dez meses, conseguimos resgatar um pouco da história brasileira e terminamos com um relatório muito bem feito, apresentado a toda a Nação, lançado, recentemente, em livro, que conta toda a trajetória e, principalmente, os fatos da morte do Presidente.

Acabamos, de uma vez por todas, com aquelas especulações de que o Presidente teria sido vítima de um atentado. Não foi. Na verdade, a conclusão final do nosso relatório é que o Presidente foi vítima de uma fatalidade, como todos podem sofrer durante sua vida. Mas de que ele estava marcado para morrer não temos dúvida nenhuma, porque os trabalhos foram justamente nessa direção.

Agora, cabe-me a honra de presidir esta Comissão, uma Comissão Mista, criada através de um requerimento, destinada justamente a preparar os atos comemorativos do centenário. Assumo com muita satisfação, com muita alegria, com muito prazer, tenho

certeza de que, na companhia do Senador Arlindo Porto, que vai comandar, da mesma forma que eu, e do Relator, já escolhido por todos, por aclamação, o Senador Francelino Pereira, poderemos fazer um grande trabalho.

Tenho acompanhado o trabalho da comissão formada pelo Presidente da República, que já tem aqui um elenco, uma agenda de promoções, de eventos, nos próximos meses e tenho certeza de que daqui, hoje, já poderemos sair com algumas idéias sobre o que, no Congresso, poderemos fazer. Uma das sugestões que eu estava há pouco ouvindo, por parte do Deputado Ronaldo Vasconcelos, nosso companheiro na Comissão que investigou a morte do nosso Presidente JK, é uma súmula de todos os discursos proferidos pelo Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esta é uma das idéias que poderíamos levar à frente.

Uma outra idéia é um livro lançado aqui, no Senado. O Senador Antonio Carlos lançou um livro no dia 21 de abril de 1999, dia do aniversário de Brasília, do qual, infelizmente, a gráfica do Senado só publicou dois mil exemplares, que foram muito procurados e rapidamente consumidos.

Entendo que são iniciativas que já poderíamos tomar. Mas penso que hoje poderíamos discutir até com o próprio (?), que conhece todas as providências que o Governo Federal está tomando, para que possamos ter uma idéia rápida e efetiva, tendo em vista o tempo disponível e não termos até o aniversário do Presidente – não temos muitos meses – para ver como a nossa Comissão poderia se incorporar às Comissões Federal e Estadual, para fazermos um trabalho conjunto.

Quero informar, também, aos nossos companheiros da Comissão que, recentemente aprovei na Câmara dos Deputados a criação de um selo comemorativo, em que os Correios e Telégrafos homenageiam a figura do Presidente Juscelino, Senador Francelino Pereira. Poderíamos lançá-lo também aqui no Congresso Nacional.

São esses trabalhos que entendo temos que rapidamente colocar em prática, para que possamos participar, de forma grandiosa na Casa que foi a última casa do Presidente Juscelino, o Senado Federal, o Congresso Nacional, de um elenco de comemorações, e possamos mostrar ao povo brasileiro que temos alguns heróis e alguns heróis que são políticos no nosso País.

Com isso, estaremos resgatando também o homem público brasileiro. Quero dizer que estou muito orgulhoso de fazer parte de uma Comissão ao lado de

nomes e pessoas tão importantes, que já dedicaram grande parte de suas vidas ao Brasil, como os Senadores Francelino Pereira, Arlindo Porto, Bernardo Cabral, nosso companheiro, Deputado Ronaldo Vasconcelos. Estou muito bem e muito feliz de poder estar com os senhores, participando desta Comissão.

Teremos trabalho pela frente, mas trabalho é o legado de JK; o legado de JK é justamente a vontade de trabalhar, de produzir. Tenho certeza de que esta Comissão, inspirada no Presidente, também vai poder fazer um grande trabalho, resgatando a memória e mostrando ao Brasil que temos exemplos de grandes estadistas, e JK, sem dúvida, é o maior deles.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Octávio, Senador Francelino Pereira, Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^a Secretária, Sr. Representante do Ministério, Coronel Mauro, a mim neste momento cabe agradecimento; agradecer aqueles que me homenageiam, colocando-me na condição de Vice-Presidente desta Comissão, uma tarefa que é honrosa e não é difícil. Honrosa por estar representando o Estado de Minas Gerais e a Bancada de Minas Gerais, Senadores Francelino Pereira e José Alencar, naturalmente que foi nessa condição a escolha; honrosa por estar participando neste momento importante, em que estaremos com a responsabilidade de traçar algumas estratégias, algumas ações para que esse centenário seja comemorado na forma em que é merecedor o Presidente Juscelino.

Nós todos devemos trabalhar numa estratégia de definir ações ao longo dos próximos meses, mas, principalmente, transmitir ao cidadão brasileiro o momento em que estamos vivendo. Aqueles que puderam conviver com Juscelino, lembrar com saudade aqueles momentos; aqueles que não puderam conviver, mas conhecem-no pela história, que possam continuar orgulhosos daqueles momentos e, naturalmente, registrar para o futuro, para aqueles que ainda virão, exemplo de trabalho, de dedicação, de determinação, de vontade de fazer, lembrando aqui aquela importante frase em que ele procurava sempre transmitir da filosofia da situação do dia-a-dia, de que o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando.

Creio que esse é um exemplo que ele deixou para todos nós da sua confiança no Brasil, da sua vontade de realizar. E dentro dessa perspectiva, nesse agradecimento, quero me colocar ao lado do nosso Presidente, Deputado Paulo Octávio, para que possamos desempenhar a nossa missão na condição de

um Vice que deve ficar sempre na retaguarda das ações que possam lhe ser delegadas, mas na convicção de que o Deputado Paulo Otávio estará articulando junto com o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara. Mas, além do Senado e Câmara, buscar dentro de outros Poderes e da própria sociedade, motivação e articulação para que tenhamos a oportunidade de fazer uma grande comemoração não apenas no dia 12, mas nos dias que o antecederem e, depois, materializar, na memória de cada um, outros momentos em outras oportunidades.

Cumprimento o Deputado Paulo Otávio por sua escolha, assim como por ter escolhido o Senador Francelino Pereira como Relator. Nesse momento, o Senador Bernardo Cabral já deu alguns testemunhos, os quais, naturalmente, são importantes para que possamos alinhar algo que possa memorizar, cada vez mais, a pessoa que foi Juscelino Kubitschek. Da minha parte, agradeço e conclamamos todos a fazer um grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Obrigado, Senador Arlindo Porto.

Representando a Câmara dos Deputados, passo a palavra ao Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (PL – MG) – Sr. Presidente, serei rapidíssimo e objetivo, como é do meu estilo.

Primeiramente, saúdo V. Ex^a e os dois Senadores, meus conterrâneos e, mais do que isso, meus orientadores na vida pública. Saúdo o grande Senador Bernardo Cabral, com quem aprendi muito trabalhando na Comissão Mista. É uma grande satisfação participar desta Comissão, não só pelo fato de ser mineiro, conterrâneo de Juscelino, mas também por ser admirador confesso do Presidente, do Governador, do Prefeito de Belo Horizonte, do homem que teve a visão de alargar essa cidade.

Senador Bernardo Cabral, também tive o privilégio de freqüentar Diamantina e a oportunidade de conhecer a pequena e humilde casa em que nasceu Juscelino Kubitschek. Naquele momento, pude sentir que este País oferece muitas condições às pessoas que nele vivem. Uma pessoa que nasceu em uma casa tão humilde como Juscelino, em Diamantina, chegar a Presidência da República é sinal de que este País oferece oportunidades a seus filhos. Num gesto de humildade, freqüentando aquela casa, inspirei-me em Juscelino Kubitschek para elaborar este pensamento. Como pode uma pessoa que nasceu em uma cidade como Diamantina, em Minas Gerais, de família humilde, chegar a ser o grande estadista reconhecido por todos nós?

Voltemos aos tempos de hoje. Deputado Paulo Otávio, a quem conheci nesta Casa no convívio quase diário nos três últimos anos, esta Presidência está muito bem entregue a V. Ex^a, assim como a Vice-Presidência ao Senador Arlindo Porto e a Relatoria ao grande Senador Francelino Pereira. Tenho a certeza de que todos realizaremos um grande trabalho, com muita dedicação, muita e, acima de tudo, com aquilo que o Presidente tinha de sobejo, com muita inspiração e transpiração e muito otimismo também. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Eu gostaria de saber se alguns dos nossos ilustres convidados deseja se manifestar. Talvez seja o caso do representante do Ministério da Cultura para nos dar algumas sugestões de trabalho e comentar alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo próprio Ministério.

O SR. ADELMO GARCIA JUNIOR – Sr. Presidente da Comissão Mista Especial, Deputado Paulo Otávio, Vice-Presidente da Comissão, Senador Arlindo Porto, demais Senadores e Deputados presentes, é uma honra participar desta cerimônia, representando o Ministro Francisco Weffort, Presidente da comissão criada pelo Presidente da República para preparar as comemorações do centenário de Juscelino Kubitschek. É um grande prazer ver a criação desta Comissão que se somará a uma série de outras iniciativas que estão ocorrendo em todo o Brasil, principalmente em Brasília e Minas Gerais, para homenagear a grande personalidade política que foi Juscelino Kubitschek.

A Comissão, criada ano passado por decreto presidencial, é presidida pelo Ministro Francisco Weffort, integrada pelo Ministro Pimenta da Veiga, Ministro Celso Lafer e parentes próximos, como Maristela Kubitschek e Anna Cristina Kubitschek e amigos íntimos de JK. A Comissão tem procurado, ao longo desse tempo, coordenar ações as mais diversas que têm surgido, tentando também selecionar alguns projetos que chegam a ela. Foram realizadas, até agora, cinco reuniões. Na última reunião, realizada recentemente, foi decidida uma série de eventos, que passo rapidamente, de forma muito resumida, a relatar aqui.

Discutimos, por exemplo, na última reunião, o lançamento de uma medalha comemorativa do Centenário de JK, que estará sendo cunhada pela Casa da Moeda do Brasil e será lançada em Brasília, em setembro deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Essa medalha será lançada onde?

O SR. ADELMO GARCIA JUNIOR – Provavelmente, essa medalha será lançada no Memorial JK

ou aqui no Congresso. Estamos ainda discutindo esses detalhes. Uma série de eventos esportivos foi também discutida. O Secretário de Esportes, Lars Graef, participou de uma das reuniões e sugeriu que, por exemplo, os Jogos da Juventude e as Olimpíadas colegiais tivessem a logomarca do Centenário e, digamos assim, um troféu em homenagem a JK.

Foi discutida uma série de eventos, como regata, natação, maratonas, com o nome JK. Vai ser lançado, agora em abril, no Congresso, um selo comemorativo do Centenário de JK, de iniciativa dos Correios e Telégrafos. Um projeto também de grande impacto, que foi acertado na última reunião, foi a cunhagem de uma moeda de um real, com a esfinge de JK.

O Banco Central, pela Casa da Moeda, vai cunhar 50 milhões de moedas de circulação corrente, com a esfinge de JK, neste ano. Esse projeto necessita ainda de uma decisão final do Conselho Monetário Nacional, mas já está sendo ultimada essa decisão.

Não quero alongar-me aqui, mas uma série de outros projetos está em andamento. Por exemplo, estão sendo rodados cerca de seis ou sete documentários, os mais diversos, sobre Juscelino. Um longa metragem está sendo criado. Está sendo coordenada, juntamente com o Ministério da Educação, a criação de um grande concurso nacional sobre JK, que atinja todas as escolas públicas brasileiras ao longo deste ano.

Há também uma série de projetos e exposições itinerantes. Por exemplo, a Fundação Banco do Brasil tem um projeto de exposições itinerantes que levará essa exposição, composta de 18 painéis, a todos os Estados da Federação. Serão 90 kits dessas exposições, que estarão à disposição das redes do Banco do Brasil e poderão ser expostos em metrô, aeroportos, praças públicas, universidades e escolas.

Está prevista a edição de uma cartilha com um milhão de exemplares, procurando enfocar o público mais jovem, o público que menos sabe a respeito da epopéia da construção de Brasília, sobre a vida de Juscelino Kubitschek. Também estão sendo lançados alguns livros e cartilhas estudantis, enfim, há uma série de lançamentos.

Estamos trazendo uma carta dirigida ao Senado, uma carta dirigida ao Senador Lúcio Alcântara, que é Presidente do Conselho Editorial do Senado, a fim de que esta Casa faça uma edição especial de todos os discursos de Juscelino e também do Programa de Metas e da obra "Brasília e Opinião Mundial". Acredito que esse seja um projeto que esta Comissão possa abraçar com uma certa prioridade. Penso que é um

marco muito importante que a Comissão deixará nesse centenário.

Enfim, a Comissão está trabalhando em coordenação com a Comissão do GDF, representada aqui pela Secretária Luiza Dornas, e também trabalhará em contato direto com esta Comissão, com vistas a fazer um centenário à altura da grande personalidade política que foi Juscelino Kubitschek. Não podemos deixar passar a oportunidade única de reverenciar um líder e um grande estadista. Devemos trabalhar com os pés no chão sem querer dar grandes vãos e fazer grandes projetos, mas realizando as comemorações corretas de um centenário que deixa marcas e que reverencia de forma certa essa grande personalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Nobre Relator, a sugestão da confecção dos livros é muito oportuna.

Consulto V. Ex^a se, ao terminar esta reunião, podemos nos encaminhar ao gabinete do Senador Lúcio Alcântara para lhe entregar o pedido oficial do Ministério da Cultura? Já estaríamos dando um primeiro passo efetivo no trabalho desta Comissão.

Estão todos de acordo com a proposta e com a confecção dos livros? (Pausa.)

Fica aprovado o acompanhamento e o apoio à execução pelo Senado dos livros comemorativos ao centenário e, principalmente, o livro inédito dos discursos do Presidente Juscelino Kubitschek como Senador da República.

Passo a palavra ao Sr. Relator para que apresente suas sugestões e nos oriente como deveremos, daqui para frente, fazer nosso trabalho.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL –MG) – Sr. Presidente, agradeço a indicação do meu nome para relatar nossos trabalhos que requerem tempo e dedicação. Pode-se resolver tudo isso facilmente pela admiração e respeito que temos pela figura de Juscelino.

Não há dúvida de que estamos diante de um acontecimento nacional de repercussão internacional. Temos de dar a essas comemorações uma importante contribuição. Não podemos ficar numa posição secundária, dado que Juscelino foi efetivamente um dos grandes construtores da renovação do Parlamento brasileiro.

Sempre que posso faço uma rápida digressão, dizendo apenas o seguinte: Brasília é imponente, Brasília é um milagre. Quando se imaginou construir Brasília, não havia nenhuma direção que pudesse indicar sucesso na iniciativa de Juscelino. Em primeiro lugar,

recursos não existiam. A verdade é que Juscelino assumiu essa iniciativa, e a obra foi construída ao lado de outro grande mineiro Israel Pinheiro.

A grande marca de Juscelino é que ele é o construtor do otimismo no Brasil. Antes de Juscelino, dizia-se que o Brasil crescia à noite porque os brasileiros estavam dormindo. Depois de Juscelino, isso se modificou totalmente, e os brasileiros começaram a acreditar no Brasil. Quando o otimismo e a confiança se infiltram na sociedade brasileira, todos passam a colaborar com aquela idéia e passam a dar sua contribuição espiritual, material, econômica, cultural e de todas as formas possíveis. Depois de Juscelino, todos os brasileiros – qualquer que fosse a iniciativa, em qualquer segmento de trabalho ou da sociedade sempre agiam acreditando que obteriam sucesso. Essa marca de otimismo e de confiança no futuro foi decisiva para construir o novo Brasil, sob a inspiração e o comando de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O trabalho que realizaremos é bastante cauteloso, mas decisivo, no sentido de tratarmos as nossas atividades com objetividade, não nos perdendo em louvações, mas exatamente buscando dados para que efetivamente o Congresso Nacional e particularmente esta Comissão que o representa possam oferecer uma contribuição importante para que essa idéia seja realmente bem-sucedida.

Agradeço ao Presidente Paulo Octávio a designação do meu nome para relatar os nossos trabalhos e me coloco desde logo ao lado de todos, certo de que relatores seremos todos nós. Logo que possível, faremos a primeira reunião, para traçarmos os primeiros passos.

A primeira recomendação que faço à Secretaria da Comissão é a de reunir todos os elementos, informações e iniciativas que estão ocorrendo no Brasil. Preciso salientar que as comemorações em torno da figura de Juscelino Kubitschek não se resumem a esse ou aquele setor, a essa ou àquela instituição, nem sequer apenas ao Governo ou ao Congresso Nacional. Todas as entidades, todas as instituições, todos os cidadãos brasileiros estão comemorando essa data magnífica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Não havendo nenhum Parlamentar inscrito, consulto, para finalizar, se o Coronel Afonso Teodoro quer se manifestar. É sempre uma alegria ouvi-lo.

O SR. AFONSO TEODORO – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, meu caro Governador, a quem agradeço o auxílio que deu ao

Memorial JK numa das horas mais cruciais da nossa história. O meu agradecimento é ao Governador Fancellino, porque, naquela ocasião, nos deu vinte milhões de cruzeiros para que pudéssemos construir o Memorial JK.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Mas o mais importante não foi a contribuição que o Governo de Minas Gerais, por intermédio do seu Governador, ofereceu para a construção daquele Memorial fantástico em Brasília.

Há um fato importante: quando D. Sara foi ao Palácio da Liberdade e eu a recebi no salão principal, ela se sentou ao meu lado e disse: “Há 25 anos eu não vinha a esta Casa e hoje estou aqui”. Daí por diante, apesar de termos tido, na juventude mineira, posições políticas às vezes até divergentes, selamos uma amizade com D. Sara, com Maristela e com Márcia. Depois, por meio de sua neta, chegou à pessoa de Paulo Octávio uma amizade profunda que não irá desaparecer nunca mais.

O meu adeus a D. Sara, quando nos deixou, foi de saudade, e, quando eu encontrava Márcia, ela me abraçava como se fôssemos irmãos. Ainda há poucos dias, encontrei-me com Maristela e seu esposo, e nos abraçamos também como se fôssemos irmãos. Dessa maneira, estou em casa. No curso da vida pública tivemos posições diferentes, e, às vezes, isso nos dá mais autoridade para louvar a vida de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. AFONSO TEODORO – Senador Fancellino Pereira, é ótimo ouvir suas palavras, que nos trazem recordações de felicidade, de alegria, de trabalho, mas de muita tristeza em virtude de já termos perdido o Presidente, D. Sara e Márcia, que foram pessoas que compuseram e ainda compõem o meu sentimento e a minha saudade.

É fundamental ressaltar que aquela hora marcou um passo importante na História do Brasil. O Memorial JK é a demonstração física de que houve realmente abertura neste País – e o senhor participou ativamente desse trabalho.

Com relação à palavra do meu querido Paulo Octávio, que, hoje, eu diria, é um filho que conquistei – ao longo da vida, conquistei muitos netos e muitos filhos, estou tentando conquistar o Sr. Paulo Octávio para que ele também passe a ser um dos meus filhos; perdoe-me o Cléo, que fica enciumado quando falo isso -, o Paulo Octávio disse que sou a pessoa que mais conhece sobre Juscelino Kubitschek, eu não diria isso. Diria que, talvez, eu seja o último brasileiro que conviveu com Juscelino vinte e quatro horas por dia. Não há mais ninguém. Praticamente todos já se

foram. Às vezes, ao ver uma fotografia, percebo que sou uma ilha cercada de defuntos por todos os lados, porque todos já morreram. Deus permitiu-me ficar aqui exatamente para participar dessas homenagens, que coroam o sentido que dei à minha vida desde o momento em que conheci o Capitão-Médico Juscelino Kubitschek, a quem passei a admirar enormemente.

Somos conterrâneos, pois também nasci em Diamantina, na Rua da Glória. Fui aluno da mestra Júlia, mãe do Presidente Juscelino. Todos esses fatos envolvem uma quantidade de emoção no meu peito que, às vezes, me deixa em dificuldade.

O meu discurso, geralmente, como sabe o Paulo Octávio, é ressentido, porque participei, sofri – não exilado, mas acompanhando, como amigo e companheiro, o Presidente Juscelino –, e percebi o que esse homem sentiu. Ninguém, neste País, sofreu as injustiças, a perseguição e o drama vividos por aquele homem, que apenas pensava no Brasil e somente viajava por este País. Em torno de si, reunira uma equipe com o objetivo único de adorar o Brasil. No entanto, foi expulso do País sem ser considerado, ao menos, cidadão. O preso podia votar, e Juscelino não tinha nem o direito de votar e de ser votado.

Esse homem, que realizou essa obra fantástica, sobre a qual falaria durante dias e dias, foi expulso do País e retirado da política. Ficamos aguardando que surgisse alguém que conseguisse completar essa imensa obra que ele fez, pelo menos conquistando essa Amazônia formidável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Coronel.

Peço a V. Ex^a que me coloque na relação dos seus filhos, o que me deixaria muito honrado.

Convido todos os presentes e membros da Comissão para a próxima reunião, a realizar-se na terça-feira próxima, neste mesmo local e horário.

Tendo em vista que o Senador Lúcio Alcântara não está presente, sugiro que entreguemos oficialmente essa carta ao Presidente Ramez Tebet, caso S. Ex^a possa nos receber agora, na presença do Relator e do Vice-Presidente. Este seria o momento oportuno. Do contrário, faremos a entrega em plenário.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 22 minutos..)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 81, DE 2000 -CN "DESTINADA A PREPARAR OS ATOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, QUE TRANSCORRERÁ EM 12 DE SETEMBRO DE 2002".

Ata da 2ª Reunião realizada em 9-4-2002

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às quinze horas e trinta minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Francelino Pereira e Lindberg Cury e os Senhores Deputados Paulo Octávio, Silas Brasileiro e Ronaldo Vasconcellos, membros da Comissão Mista Especial "*destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002*". Presentes também Dr. Aldemo Garcia Júnior, Secretário-Executivo da Comissão Juscelino Kubitschek do Ministério da Cultura, Dr. Adirson Vasconcelos, Autor do Livro "Memorial Juscelino Kubitschek, Dr. César Gonçalves, Presidente da Associação de Restaurantes, Bares Hotéis e Similares, Dr. Mendonça, Representante da Universidade JK, Dr. Waldemar, Produtor Cultural e o Dr. Marcelo França, Produtor Cinematográfico. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a discussão e apresentação de sugestões para a elaboração da Programação do Centenário JK. Após, a Presidência passa a leitura de cópia do Requerimento de autoria do Deputado Vittorio Mediolli endereçado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, solicitando a concessão de Licença para tratamento de saúde a partir do dia três de abril do corrente ano. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Francelino Pereira para apresentação e votação da proposta referente aos atos comemorativos do Centenário JK, sendo aprovada pelos seus membros. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Lindberg Cury que propõe a Comissão a reedição pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal do Livro intitulado "Memorial Juscelino Kubitschek", de autoria de Adirson Vasconcelos e em seguida, o Senhor Presidente, Deputado Paulo Octávio passa a leitura do Requerimento de sua autoria que requer seja realizada

Sessão Solene do Congresso Nacional no dia doze de setembro do corrente para homenagear o Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, sendo todas aprovadas pelos membros da Comissão. Fizeram uso da palavra o Senhor Deputado Ronaldo Vasconcellos e os senhores Dr. Aldemiro Garcia Júnior – Representante do Ministério da Cultura, Marcelo França – Produtor Cinematográfico, que sugeriu a realização de um comercial de 15 segundos sobre a vida de J.K e o Dr. Mendonça, Representante da Universidade J.K. A Comissão deliberou ainda a entrega das propostas já aprovadas na Comissão contendo as solicitações relativas aos atos comemorativos do Centenário JK ao Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet. A Presidência agradece a presença de todos e comunica que a próxima reunião está agendada para o dia dezessete de abril do corrente, às nove horas. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada por meio do Requerimento nº 81, de 2000, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 2 de abril, ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Agradeço ao nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Consideramos a Ata aprovada.

Há expediente a ser lido do nobre Deputado Vittorio Medioli, filiado ao PSDB, que, por motivo de doença, se encontra impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato. Vem pela presente, nos termos regimentais, solicitar a V. Exª conceder licença de 30 dias para tratamento da própria saúde, a partir de 03/04/2002, ao tempo em que apensa o devido laudo médico.

Comunico que a presente reunião destina-se à discussão e à apresentação de sugestões visando à elaboração da programação do Centenário JK.

Concedo inicialmente a palavra ao Relator, Senador Francelino Pereira.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, começo propondo a esta Comissão Mista JK do Congresso Nacional que organize amplo debate sobre o tema JK e o Brasil de hoje. Discutiremos as realizações, as idéias e o destino de JK, relacionando o uso ao Brasil dos nossos dias. Será a grande oportunidade de o Congresso Nacional, que teve importância decisiva na vida de Juscelino Kubitschek, enfrentar a crise contemporânea da democracia representativa do Brasil e de todo o mundo.

Sabe V. Exª que a democracia representativa está em crise, ameaçada, inclusive, de ficar numa posição inferior a outras organizações funcionando no Brasil. Vamos oferecer nosso espaço legislativo para que a inteligência brasileira, seus pensadores, a sociedade civil, os grupos minoritários, os cientistas e trabalhadores e os políticos tragam a este foro suas inquietações e inconformidades, seus sonhos e aspirações.

Este foro está hoje sensivelmente ampliado, graças ao moderno sistema de comunicação de que dispõem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. São, entre outros meios, a TV Câmara, a TV Senado, os jornais e as rádios das duas Casas.

O debate que proponho será realizado por meio de painéis específicos. O primeiro deles sobre o tema “JK e o Parlamento” e o segundo sobre “JK e Niemeyer”. Serão passados em revista o relacionamento de Juscelino com o Poder Legislativo e a contribuição dele e de Oscar Niemeyer – que não pôde vir, mas poderia ser o primeiro a depor – à moderna arquitetura brasileira, com destaque para a ousadia da Pampulha e de Brasília.

A esses painéis se seguirão outros sobre o programa das metas, sobre a indústria automobilística, a naval, as rodovias, as ferrovias e as usinas hidrelétricas. O debate poderia encerrar-se em setembro, quase às vésperas das eleições, quem sabe, com a participação de três ou quatro candidatos presidenciais que estiverem liderando as pesquisas de opinião pública. Ao falar sobre a política desenvolvimentista de JK e do Brasil de hoje, teriam mais uma oportunidade de manifestar sua contribuição a respeito dos problemas do País.

Essa, penso eu, é a grande contribuição que a Comissão JK do Congresso Nacional pode dar para as comemorações do centenário de nascimento do político mineiro, que marcou indelevelmente sua passagem pelo Governo de Minas e do Brasil.

São várias as iniciativas em curso para comemorar o centenário de Juscelino Kubitscheck, mas a esta Comissão Mista do Congresso Nacional, por representar o povo e as unidades federativas, cabe o relevante papel de lhes dar caráter político e ao mesmo tempo, por meio do debate, delas tirar lições que possam ser aproveitadas pelos que venham governar o País.

Tenho ainda outra sugestão: que seja montada, no Salão Negro do Congresso Nacional, uma espécie de sala de audiovisual para exibir, em vários horários, para grupos de visitantes, documentários sobre Juscelino. Ali seriam tornadas disponíveis também separatas impressas de discursos por ele proferidos como Senador, bem como trechos de outros discursos em que se referiu ao Congresso Nacional.

O Congresso Nacional, é bom que se diga, já tem iniciativas que se somam às que vêm ocorrendo em outros setores do País, como as coordenadas pela Comissão JK do Poder Executivo, presidida pelo Ministro da Cultura, Francisco Weffort.

A TV Senado produziu e tem exibido documentário sobre JK. Esta própria Comissão também acolheu sugestão de se propor ao Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, a publicação em livro dos discursos proferidos por Juscelino Kubitscheck como Senador.

Para que fique registrado, procurei informar-me sobre o que está sendo feito em outras áreas, para o que contei com a gentileza da colaboração do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, Cel. Afonso Heliodoro dos Santos, certamente o mais profundo conhecedor de Juscelino, a quem serviu estreitamente nos Governos de Minas e do Brasil e até por ocasião do exílio. Prestou também valiosa colaboração o Sr. Adelmo Garcia Júnior, Secretário Executivo da Comissão JK do Poder Executivo.

Além das Comissões JK do Poder Legislativo e do Poder Executivo, estão em funcionamento outras três: a do Distrito Federal, sob a Presidência da Secretaria da Cultura, Sr^a Maria Luíza Dornas Ramos, a de Belo Horizonte e a de Diamantina, naturalmente.

Na condição de Relator, não faço proposta fechada. Estamos prontos para acolher outras sugestões e organizarmos o roteiro dos trabalhos. Estas são as primeiras sugestões que estamos formulando,

quase que ao correr do computador, para que possamos discutir o rumo dos trabalhos da nossa Comissão.

Faria também uma proposta de ordem prática e interna, no sentido de que as reuniões fossem realizadas preferencialmente às quartas-feiras, não todas, às 9 horas, para que os trabalhos se realizassem inicialmente nas tarefas do dia. Neste horário, pelo menos hoje, estarei presente em 11 comissões. Não é possível. Então é preciso que se dê um sentido mais objetivo, mais numeroso de presença em nosso trabalho. Essa é a nossa sugestão inicial sobre o dia da reunião e ao mesmo tempo debatermos todas as informações que temos.

Já recebemos informações completas sobre o que se está fazendo em relação a Juscelino. O Ministério da Cultura comprou 22 mil exemplares do livro "Brasília Kubitscheck de Oliveira", do escritor Ronaldo Costa Couto, para ser divulgado no Brasil inteiro.

Essas são as primeiras sugestões. Eu gostaria que iniciássemos analisando as propostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Eu gostaria de cumprimentar o ilustre Relator pelas sugestões apresentadas e gostaria que o nobre Deputado e o nobre Senador também comentassem as propostas apresentadas pelo Senador Francelino Pereira.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, deixemos o Senador falar primeiro, pela importância do seu cargo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Perfeito. Com a palavra o Senador Lindberg Cury.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Em relação à importância, creio que a palavra é sua. Falarei em seguida.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, agradecendo o Senador Lindberg Cury, gostaria de corroborar as palavras do Senador Francelino Pereira. Concordo com S. Ex^a quanto à sugestão de fóruns ou seminários ou encontros progressivos sobre Juscelino Kubitscheck de Oliveira. Segundo-o também na proposta – se outros membros concordarem, é lógico – de passarmos as reuniões para as quartas-feiras, às nove horas, porque à tarde é sempre mais complicado para todos nós. Se não for na quarta-feira, quinta-feira seria um dia bem aceito, pelo menos para mim.

Também seria bom se definíssemos bem o critério de convite aos candidatos à Presidência da República, para que não fique para se resolver na época. Se tivermos de definir hoje que seriam os cinco ou os

quatro ou os três ou os dois primeiros nas pesquisas, que não paire nenhuma dúvida na época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Com a palavra o Senador Lindberg Cury.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Sr. Presidente, demais membros da Comissão, concordo com a proposta feita pelo Senador.

O Senador Francelino Pereira, como Senador de Minas Gerais e alguém que já governou aquele Estado, conhece bem de perto a história de Juscelino Kubitschek e trouxe propostas interessantes, que julgo da maior importância, principalmente para divulgar para a nova geração quem foi o Presidente Juscelino Kubitschek, especialmente neste momento oportuno da história, quando se comemora o primeiro centenário.

Também gostaria de apresentar uma sugestão, ao mesmo tempo que faço o registro da presença do Jornalista Adirson Vasconcelos. Adirson é um jornalista bem conhecido em Brasília, além de ser um grande escritor. Ele escreveu muitas obras a respeito de Brasília, principalmente na época da sua construção, das principais cidades do Distrito Federal, como é o caso do livro com uma dedicação especial a Taguatinga, e dos primeiros habitantes. Ele é membro do Instituto Histórico e Geográfico e poeta, tem uma série de outras qualidades artísticas, embora sua atividade principal seja como escritor e jornalista.

Ao registrar a presença dele, encaminho à Comissão uma proposta no sentido de editarmos esse livro que considere muito importante. Ele conseguiu juntar um acervo de fotografias da maior importância. São fatos ligados a Juscelino Kubitschek, a momentos da história, a Diamantina. Vemos aqui, por meio de fotos, a história: a presença do Presidente Getúlio Vargas, o momento da inauguração de Brasília, “Minas lança JK ao Brasil”, o lançamento da candidatura de Juscelino Kubitschek, JK como Presidente do Brasil. Queria deixar nas mãos do Sr. Presidente a proposta para o editarmos.

Há uma série de sugestões, principalmente para encaminhá-lo ao Memorial JK, onde poderíamos entregar a cada visitante um exemplar, às escolas, às Câmaras Legislativas, à Câmara dos Deputados, às bibliotecas. Foi feito um levantamento das quantidades que poderiam ser distribuídas. Quero encaminhar ao Presidente essa proposta, com o exemplar sobre o Memorial de Juscelino Kubitschek.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Estamos recebendo a proposta do nobre, honorário escritor e

pioneiro de Brasília Adirson Vasconcelos. Tomaremos providências em relação a isso.

Quero informar que solicitamos uma audiência ao Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, marcada para quinta-feira, às 10h30min, no Gabinete da Presidência.

Indago ao Relator se é possível estarmos juntos, para debatermos inclusive tópicos da sua proposta, que é justamente o espaço para a exibição dos filmes – e entendo de fato ser muito importante termos um espaço dentro do Congresso Nacional, no Salão Negro – e também a publicação.

Convido o nobre companheiro Adelmo Garcia para que esteja conosco para encaminhar a carta do Ministro da Cultura, nominal ao Presidente do Congresso, solicitando a reedição dos discursos de Juscelino e do livro “Por que Construí Brasília”.

Teremos, portanto, essa audiência na quinta-feira, às 10h30min.

Quanto às nossas reuniões, gostaria de saber de V. Ex^a, Relator, quando seria mais apropriado: quarta ou quinta-feira. Indago também a V. Ex^{as}, Deputado Ronaldo Vasconcellos e Senador Lindberg Cury.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Na minha opinião, quinta-feira seria a manhã ideal. Ocorre porém que é o dia do avião ideal para deixar Brasília.

A nossa tradição no Congresso é colocar na pauta de quarta-feira os projetos mais polêmicos e controversos. Poderíamos perfeitamente começar às 9h, nas quartas-feiras, tomando, Sr. Presidente, a iniciativa de conversar com cada um dos membros da atual Comissão para saber quem poderia estar aqui às 9h, fazendo as substituições necessárias, porque o que não podemos fazer é trabalhar aqui com o maior número dos membros da Comissão fora. Isso até porque é um trabalho temporário, suscitante e até instigante debater Juscelino Kubitschek no momento em que o Brasil passa por uma série de transformações, tendo sido ele, sem dúvida, o que deu a maior contribuição, talvez, entre todos os Presidentes na história contemporânea brasileira, em termos de realizações, idéias e de coragem. Penso, portanto, que ninguém faltaria.

Apenas é preciso conversar com cada membro da Comissão, completar os lugares vagos para que a Comissão efetivamente se reúna e possamos ensaiar um debate sobre a figura de JK.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Então ficam marcadas para quarta-feira as reuniões. Aos

poucos, teremos um grupo de trabalho mais reduzido, pelo visto. Tocaremos dessa forma.

Quanto aos Parlamentares que tiverem dificuldades, tentaremos fazer uma substituição.

Coloco, em primeiro momento, em votação a proposta do Relator, em que estão previstos vários itens importantes, que são exatamente o convite para debate com os candidatos a Presidente, a exposição no Congresso Nacional de vídeos, filmes e fotos do Presidente JK e a edição de alguns livros de que faremos imediatamente o pedido ao nosso Presidente, Senador Ramez Tebet.

Em votação as propostas do Relator. (Pausa.)
Aprovadas.

Já temos, então, um caminho para iniciarmos os trabalhos a fim de conseguirmos a realização dos objetivos da sua proposta.

Quero também colocar em votação a solicitação do Senador Lindberg Cury da edição do livro do Dr. Adirson Vasconcelos...

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar à questão do livro do escritor Adirson Vasconcelos que talvez pudéssemos fazê-la por meio da Gráfica do Senado, que tem um trabalho de boa qualidade. Creio que se interessaria profundamente pela elaboração de uma obra dessa importância.

Ao ensejo, quero registrar, com muita satisfação, a presença de um amigo pessoal, César Gonçalves. S. S^a ocupa um cargo de liderança no Distrito Federal: é Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares. Talvez seja a entidade com o maior número de associados. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Temos uma proposta do nobre escritor Adirson Vasconcelos. Gostaria de saber se poderemos incorporar essa solicitação da publicação do livro na própria Gráfica do Senado. Tem a sua aprovação?

O SR. ADIRSON VASCONCELOS – Ficarei honrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então anexaremos aos pedidos de publicação dos discursos do Presidente JK e de suas obras, o pedido do livro de V. S^a, que está aqui conosco, **Memorial Juscelino Kubitschek**, entre as obras que a Comissão pretende editar.

Passo, então, à leitura do Requerimento nº 01/2002:

Atendendo aos termos regimentais, pede que seja realizada sessão solene no Congresso Nacional, no dia 12 de setembro de 2002, em homenagem ao

centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.

Então, seria ideal, nobre Senador, que fizéssemos a sessão solene do Congresso Nacional no dia 12 de setembro, homenageando o Presidente JK. Na quinta-feira, levaremos o pedido ao Senador Ramez Tebet para fazer uma sessão solene nessa data.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Minha sugestão seria como ocorreu, salvo engano, com Dom Hélder, a pedido do Senador Pedro Simon, no sentido de que fosse celebrada uma missa no plenário do Senado com a presença de um coral. Algo no estilo de Juscelino. É a sugestão para levarmos ao Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Entendo ser muito bom. Já que estamos falando em coral, perguntarei se existe alguma intenção da Comissão em trazer, no dia 12 de setembro, o Coral de Diamantina ou similar para participar dos eventos do dia. Poderíamos trazê-lo.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – A solução ideal é que trouxéssemos a Vesperata Diamantina para cá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Sem dúvida.

O SR. (Orador não identificado) – Existem projetos nesse sentido. Há alguns proponentes como, por exemplo, a Máxima Comunicação, de Belo Horizonte, no sentido de trazer o Madrigal Renascentista, a Vesperata. Agora, estão tentando viabilizar esses projetos por meio de patrocínios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Comissão não tem ainda nada efetivado. Qual seria a programação para o dia 12?

O SR. (Orador não identificado) – Estamos, em um primeiro momento, trabalhando com a programação de abril, tentando fazer com que os eventos relacionados ao aniversário de Brasília também sejam alusivos a JK.

Aproveito esta oportunidade para dizer que no dia 23 de abril estaremos trazendo uma exposição para o espaço da Câmara dos Deputados próximo ao corredor das comissões. Trata-se de uma exposição do Projeto Memória, da Fundação Banco do Brasil, com o apoio da Odebrecht. São 18 painéis expositivos de lona plástica de 1m por 2mx15m. A idéia é a de que fiquem durante uma semana na Câmara dos Deputados e, na semana seguinte, venham ao Senado.

Dia 24 de abril, ocorrerá o lançamento dos selo comemorativo dos Correios e Telégrafos. Esse lançamento será no Memorial JK. Estamos tentando fechar

a data para o dia 23 ou 24. Estamos verificando isso com os ministros membros da Comissão e demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Esse selo será o aprovado pela Câmara dos Deputados?

O SR. (Orador não identificado) – Exato. Será o selo comemorativo dos Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Conforme aprovação da Câmara?

O SR. (Orador não identificado) – Sim. Também no mesmo dia, a Brasil Telecom estará lançando um cartão telefônico alusivo a Juscelino Kubitschek. E, no dia 7 de maio, estará sendo inaugurada uma grande exposição aqui no Salão Negro, patrocinada pelo Ministério das Comunicações, cujo título é **De Telegrafista a Presidente**, do artista plástico Elifas Andreato. É uma grande exposição cenográfica, se não me engano deve ter uns 400m. É uma bela exposição que, depois, será levada a outros estados da Federação, cujo conteúdo será, no final do ano, doado ao Memorial JK.

No dia 21 de abril, haverá vários eventos também organizados pelo Governo do Distrito Federal, concertos na Sala Vila Lobos e eventos alusivos a JK, esquadrilha da fumaça etc. Enfim, estamos tentando fazer com que os eventos relacionados ao aniversário de Brasília também tenham um conteúdo de homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek.

Quanto à programação do dia 12 de setembro, estamos trabalhando, ainda em coordenação com outros órgãos, para fazer um grande evento em Diamantina, no dia 10 de setembro, e, no dia 12 de setembro, aqui em Brasília, com uma missa na Catedral, uma sessão solene aqui no Congresso, um evento no Memorial JK, e vários outros que ainda estamos trabalhando nesse calendário.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Pois não, Senador Francelino Pereira.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Já temos um levantamento dos eventos programados. Conversamos demoradamente, no nosso gabinete, com o Coronel Afonso Heliodoro dos Santos, conversaremos também com o representante do Ministério da Cultura, porque é preciso que haja uma intercomunicação entre essas comissões, sobretudo da Comissão Mista do Congresso Nacional e da Comissão do Poder Executivo, para que o trabalho seja conjunto e não haja superposição nem conflito de datas. Já que é um trabalho conjunto e o representante do Ministé-

rio da Cultura está presente, poderíamos, então, num grupo executivo, completar essas informações que temos e, depois, traçarmos o que está definitivamente fixado pela Comissão do Poder Executivo e o que podemos realizar. Apenas com um destaque: sendo esta uma Casa da democracia, do Parlamento brasileiro, uma Casa que foi construída por Juscelino Kubitschek de Oliveira, que deu grande apoio à formulação do seu destino, que esta seja uma característica específica das comemorações: discutirmos o destino do Parlamento brasileiro e do mundo.

É uma instituição em crise, que está em processo de revisão em face da opinião pública, que está presente em tudo e, às vezes, recorre a outras instituições, até a organizações não-governamentais, e não recorre ao Congresso Nacional. Temos que passar por uma revisão. A representação legislativa, a representação no Congresso Nacional, a instituição parlamentar está em crise e, conseqüentemente, está em processo de revisão. Teríamos que abrir este debate quanto à crise do Poder Legislativo e ao objetivo da revisão.

Então essa seria a característica específica. O restante faríamos de comum acordo, para que não houvesse superposição de ações, ao contrário, todos trabalhássemos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Exatamente por isso já aprovamos a sugestão de V. Ex^a de fazermos aqui o debate **JK e o Brasil de hoje**, que vem em boa hora realmente para aproveitarmos a inteligência brasileira e desta Casa para efetivarmos aqui um debate acompanhados pela TV Câmara e TV Senado.

Esse é o requerimento que faremos amanhã ao Presidente desta Casa e isso não impede que possamos agir inteirados com a Comissão do Governo, no sentido de agendarmos datas e promovermos eventos que não venha se chocar.

Então, no dia 12 de setembro, é muito importante que façamos um evento bonito, como o nobre Relator sugeriu, aqui no Congresso Nacional, unindo as duas Casas. Seria muito importante termos essa participação do Governo Federal. O local apropriado para a homenagem ao ex-Senador e ao ex-Presidente é justamente aqui no Congresso Nacional, nessa sessão solene que promoveríamos.

Vamos encaminhar esse requerimento imediatamente ao Presidente do Congresso Nacional, solicitando a reserva dessa data de 12 de setembro para que possamos efetivar uma sessão solene à altura do nosso homenageado do ano, que é o Presidente Juscelino Kubitschek.

Temos mais alguma coisa a tratar, Deputado Ronaldo Vasconcellos, Senador Lindberg Cury?

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, apenas queria deixar claro que votei a favor do requerimento do Senador Lindberg Cury em homenagem a S. Ex^a e homenagem ao escritor Adirson Vasconcelos, sem nenhum nepotismo, até porque não conhecia pessoalmente o escritor. Há uma coincidência de nomes. Mas queria aproveitar para parabenizar o Senador Lindberg e o próprio escritor, porque li o depoimento de cinco pessoas, inclusive do próprio Juscelino Kubitschek. Homenageio muito o escritor Adirson Vasconcelos, que não é, infelizmente para mim, meu parente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quem sabe. Vamos consultar essa árvore genealógica para saber o que pode acontecer.

Eu gostaria de ouvir o Dr. Marcelo França, produtor do filme de longa metragem **De Nonô a JK**. Ele que nos prestigia pela segunda vez na nossa sessão.

O SR. MARCELO FRANÇA – Senador, Deputados, companheiros de Ponte Nova, como produtor, tenho uma visão de colocar as coisas para fora. Sugeriria à Comissão analisarmos a possibilidade de um comercial que já tenho apresentado à Comissão Executiva do Ministério da Cultura. Colocaríamos no ar um comercial de 15 segundos que as televisões não teriam maiores problemas em adequar aos seus horários, visando ao público – e a televisão é realmente a mídia de grande alcance –, falando do Centenário de JK. Na verdade, estaríamos comunicando às pessoas que este ano é o ano de JK, talvez um dos Presidentes da República mais importantes que o Brasil já teve. Se levarmos isso ao grande público só trará interesse cada vez maior por tudo o que se fizer interiormente, como exposições, livros. Tudo isso terá uma grande repercussão se colocarmos no nosso cotidiano a possibilidade de as pessoas saberem, porque muita gente nem conhece Juscelino. A verdade é essa também.

Começaríamos pelas televisões estatais, pelas tevês educativas, nas quais esse comercial seria inserido e, exatamente pelos 15 segundos, buscaríamos um espaço nas televisões abertas de todo o Brasil. Como isso seria assinado pelo MINC ou pelo Senado ou por um órgão estatal, que não pode ser Petrobrás, que não pode ser nada que signifique negócio, as televisões teriam a possibilidade de exibi-lo sem maiores problemas.

Por isso pensei em quinze segundos, já iniciaria pelas grandes estatais. Poderíamos começar um tra-

balho agora, apresentá-lo no dia 21 de abril e começar por aí. Estou dizendo isso como produtor.

Há o projeto do filme de longa metragem que está encaminhado, já temos alguns associados ao projeto. É um filme de ficção, passado em Diamantina, Belo Horizonte Brasília, que narra a história **De Nonô a JK** até a sua chegada à Presidência da República, mostrando a construção de Brasília no momento em que ele promete, em Jataí, que a Constituição será cumprida, não me lembro qual delas, trazendo para o Planalto Central a capital brasileira.

A minha sugestão é, realmente, o comercial de 15 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O senhor teria esse comercial pronto?

O SR. MARCELO FRANÇA – Esse comercial terá um pequeno. Sondei algumas produtoras em Brasília. Como alguns associados do meu filme de longa metragem têm laboratório e interesse em que esse comercial apareça, conseguimos um preço abaixo do custo. Queremos alguma coisa só para não sair de graça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Teríamos condições de ter essa proposta até quinta-feira, para encaminharmos essa conversa?

O SR. MARCELO FRANÇA – Há condições. A proposta já está escrita e já foi feita a descrição de como seria o comercial. Seria uma coisa **hitec**, algo que mexa, inclusive, com a curiosidade infantil, o que considero muito importante. Queremos mudar um pouco as imagens que temos de Juscelino, que sempre são imagens padrões, que chamo de institucionais, e fazer algo voltado para uma linguagem contemporânea, que possa despertar a curiosidade de outras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – É possível o encaminhamento do roteiro à Comissão?

O SR. MARCELO FRANÇA – Já está tudo pronto. É possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito.

Agradeço ao Sr. Marcelo França, que encaminhará esse roteiro à Comissão para que se possa analisá-lo, se possível agora, haja vista o nosso tempo.

Vamos encerrar a sessão. Solicito que após encerrarmos V. S^a nos mostre o roteiro para que possamos avaliar.

Poderíamos, Senadores, na reunião de quinta-feira, pedir ao Presidente da Casa que a TV Câmara ou a TV Senado façam a liberação para que essa produção possa ser efetivada. Seria o caminho.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença do Deputado e amigo Silas Brasileiro, que compareceu aqui. S. Ex^a pode ser um daqueles que compõem a Comissão com assiduidade, porque é uma pessoa competente e organizada, que pode oferecer uma contribuição muito grande, também em nome de Minas Gerais, para as comemorações em torno da figura de Juscelino Kubitschek.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está registrada a presença do nobre Deputado Silas Brasileiro.

Agradeço a presença de todos os membros da Comissão, Senadores e Deputados, e de todas as pessoas que estão nos prestigiando nesta sessão.

O SR. MENDONÇA – Sr. Presidente, sou representante da Fundação Universidade Rural JK. É a primeira universidade do entorno.

Já existe um livro **O Legado de JK, o perfil do estadista**, que foi calcado numa entrevista longa com o Presidente, em que foram analisados o primeiro e o segundo projetos de governo dele, assim como o desdobramento do segundo plano, baseado nas experiências do seu período de exílio.

Há uma produção de audiovisual, uma minissérie que já está em fase adiantada de produção, que deverá ser veiculada por intermédio de uma TV aberta, em fase de negociação, e o terceiro item, dentro dessa programação das homenagens, é um projeto que deverá alcançar 1.250 cidades brasileiras, todas as universidades, as secretarias de educação e de cultura dos Estados.

Os dois primeiros projetos já foram encaminhados, conforme a Lei Rounet, ao Ministério da Cultura, que se manifestou favoravelmente à apresentação do projeto definitivo.

Essa é a notícia que temos para dar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Agradeço a proposta do Dr. Mendonça. Depois saberemos da Comissão do Governo Federal como está a proposta para que, então, possamos avaliar se é possível, dentro da Comissão do Congresso Nacional, fazermos alguma coisa.

Declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença dos convidados, do nobre escrito Adirson Vasconcelos, que nos prestigia, do nosso companheiro Valdemar, grande produtor cultural da nossa cidade, do nosso Presidente César Gonçalves, do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, do Dr. Adelmo Garcia, representando a Comissão do Governo Federal.

Gostaria de, na presença do Senador, apreciar o filme com duração de 15 segundos, se tivermos condições, para que possamos, na reunião de quinta-feira, apresentar essa proposta ao Presidente do Congresso Nacional.

Agradeço a presença de todos. Boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 16h37min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 81, DE 2000 -CN “DESTINADA A PREPARAR OS ATOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, QUE TRANSCORRERÁ EM 12 DE SETEMBRO DE 2002”.

Ata da 3ª Reunião, realizada em 17-4-2002

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às onze horas, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Francelino Pereira, Lindberg Cury, Pedro Simon, Mauro Miranda e Arlindo Porto e os Senhores Deputados Paulo Octávio, Eni Voltolini e Ronaldo Vasconcellos, membros da Comissão Mista Especial “**destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002**”. Presentes também Dr. Aldemo Garcia Júnior – Secretário-Executivo da Comissão Juscelino Kubitschek do Ministério da Cultura, Dr. Roberto Mendonça – Fundação Pátria Única, Sra. Maria Helena Pinheiro Pena – Fundação Israel Pinheiro, Sra. Sávila Dumont – Escritora e Ilustradora e o Sr. Ponce de Leon. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente passa a leitura das mensagens do Congresso Nacional, de números 40 e 41 encaminhadas, respectivamente, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, sugerindo a criação de uma Comissão composta por personalidades dos três Poderes da República com vista a unificar as ações de comemorações do Centenário de Juscelino Kubitschek. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a discussão e apresentação de sugestões para a elaboração da Programação do Centenário JK. O Senhor Presidente concede a palavra ao Vice-Presidente, Senador Arlindo Porto que comunica aos presentes a apresentação do filme histórico de Juscelino Kubitschek,

de duração de cinco minutos, pela TV Senado, no dia vinte e três do corrente, após a Ordem do Dia, com a presença do Presidente da Senado Federal. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Lindberg Cury, que solicita o encaminhamento a esta Comissão de duas Propostas referentes aos projetos da Fundação Rural JK e da Edificação do Monumento na BR – 60 (Anápolis / Goiânia), para homenagear Juscelino Kubitschek e os heróis da América Latina. Após, a Presidência, com a anuência do Plenário da Comissão, passa a ouvir as seguintes pessoas: *Sra. Maria Helena Pinheiro*, que solicita apoio da Comissão para reconstrução da Casa de Chá, recordando passagens de Israel Pinheiro na construção de Brasília; o *Sr. Roberto Mendonça* que expôs três Projetos a respeito de: 1) Exposição Itinerante sobre JK em todas as cidades com mais de duzentos e cinquenta mil habitantes; 2) Minissérie sobre JK, e 3) Monumento na BR – 60, já mencionado pelo Senador Lindberg Cury; a *Sra. Sálvia Dumont*, que solicita a reedição do livro infantil sobre Brasília e JK; o *Sr. Aldemo* que comunica a realização de atos comemorativos alusivos a JK, como: 1) os encartes publicados pelo Correio Brasiliense sobre a vida de JK, 2) o lançamento de selos JK pela Empresa de Correios e Telégrafos a realizar-se em vinte e três de abril do corrente, 3) exposição na Câmara dos Deputados com Painéis sobre JK, a realizar-se em vinte e dois de abril do corrente, propondo por sua vez que a referida exposição seja realizada em caráter itinerante, obtendo o apoio do Senador Arlindo Porto, e por último, o *Sr. Ponce de Leon* que apresenta o livro sobre JK e Brasília, reunindo escritos de várias personalidades, propõe que o lançamento do mesmo seja realizada inicialmente no Congresso Nacional, passando a seguir a sua exposição em caráter itinerante; discorre do Projeto Musical, patrocinado pela Telefônica em Minas-Gerais, além do Fórum JK, sendo que o lançamento do referido Projeto será no Teatro Nacional no dia dois de setembro do corrente. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Francelino Pereira que solicita o encaminhamento das propostas, por escrito à esta Comissão para análise e votação das mesmas. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Arlindo Porto, Lindberg Cury, Pedro Simon, Mauro Miranda e o Deputado Enir Voltolini. O Senhor Presidente, Deputado Paulo Octávio, convida todos os presentes a participarem da exposição sobre a Construção de Brasília na Administração do Núcleo Bandeirante, no dia dezoito de abril deste ano. Ao final, a Pre-

sidência comunica a próxima reunião da Comissão agendada para o dia vinte e quatro de abril do corrente, às dez horas. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da comissão mista especial criada por meio do Requerimento nº 81, de 2000, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 9 de abril, ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB-MG) – Recomendando que seja considerada aprovada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Sendo aprovada a ata, passamos à leitura do expediente.

Temos dois expedientes sobre a mesa. Um deles é dirigido ao Presidente da República, assinado pelo Senador Jader Barbalho e pelo Deputado Aécio Neves, na época presidentes do Senado e da Câmara respectivamente:

“O Congresso Nacional, em 13 de setembro de 2000, aprovou requerimento criando uma comissão composta de senadores e deputados destinada a preparar os atos comemorativos do primeiro centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.

Por meio de decreto de 12 de fevereiro corrente, V. Ex^a criou a Comissão Organizadora das Comemorações do 1º Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em face do exposto, permitimo-nos sugerir a V. Ex^a a criação de uma comissão composta por personalidades dos três Poderes da República, com vista a unificar as ações da mencionada homenagem a esse grande brasileiro.

Congresso, 25 de março de 2001.”

Mensagem semelhante foi encaminhada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando também a participação daquele Poder nas comemorações.

Eu não tinha conhecimento dessas correspondências – elas me chegaram agora às mãos -, mas

acho importante que tentemos viabilizar a unificação das comissões, tendo em vista que o objetivo é comum e ficaria bem mais fácil atingi-lo se trabalhássemos em conjunto. Portanto, vamos tentar buscar o entendimento com as comissões formadas no Executivo e no Judiciário.

Comunico que a presente reunião destina-se à discussão e apresentação de sugestões visando a elaboração da programação do Centenário JK. Não estando presente, ainda, o nosso Senador Francelino Pereira, que está em uma reunião da bancada mineira no Senado, passo a palavra ao Senador Arlindo Porto para saber se temos alguma comunicação e, posteriormente, ao Senador Lindberg Cury.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB-MG) – Sr. Presidente, gostaria, principalmente, de comunicar a V. Ex^a e aos demais membros da comissão que foi avaliada a possibilidade, na última reunião, de o Senado colocar no ar um filme histórico de Juscelino Kubitschek. Após contato com a jornalista Marilena Chiarelli, que é a Diretora de Comunicação do Senado, fiquei sabendo que ela já está avançando com vistas a dar viabilidade a tal projeto.

Foi acertado com ela, faltando apenas a aprovação de V. Ex^a, que na próxima terça-feira, logo após a Ordem do Dia, fosse feita a apresentação desse material, sob a forma da síntese do filme e do material que será aprovado – algo em torno de cinco minutos –, para ser feito o lançamento com a presença do presidente desta Casa e, naturalmente, a presença de V. Ex^a, como presidente da comissão, no salão de café contíguo ao plenário do Senado.

A escolha do local foi feita com o intuito de facilitar o acesso dos Srs. Senadores membros da Comissão e, se aprovado pelo Plenário desta Comissão e por V. Ex^a, já confirmarei com a Marilena, convidando, naturalmente, as partes interessadas. É um evento público, um evento aberto, para o qual antecipamos o convite.

A partir do lançamento oficial, o Senado irá fazer a programação da apresentação desses filmes. São dois filmes de quarenta minutos que poderão ser intercalados com vários depoimentos, com várias falas de Juscelino, com imagens bastante sofisticadas em termos de produção e a idéia é que, logo na próxima semana, o filme possa ser apresentado algumas vezes, em processo repetitivo, naturalmente concentrando as comemorações nas datas mais próximas ao aniversário.

Como foi delegada a mim essa incumbência, quero fazer essa comunicação, perguntando se a

data de terça-feira e o horário acertado satisfazem a V. Ex^a e aos demais membros da Comissão, para que o Senado Federal possa tomar essa iniciativa. Naturalmente, colocamos à disposição esse material – como ela já o fez – para algum evento importante em que haja conveniência. Principalmente esse material de cinco minutos, que é uma síntese, um **trailer** daquilo que será apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Presidência agradece ao trabalho do Senador Arlindo Porto de programar a exibição desse filme na terça-feira, após a Ordem do Dia, no Senado Federal, à qual estaremos presentes. Sem dúvida, é uma iniciativa muito importante porque integra a **TV Senado** ao objetivo maior da nossa Comissão, que é justamente homenagear nosso ex-Presidente. Meus cumprimentos ao Senador Arlindo Porto.

Convido a todos para que estejam conosco na terça-feira, após a Ordem do Dia.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, primeiramente quero enfatizar a disposição do Senado Federal e, principalmente, de toda a equipe da **TV Senado**, que estará dando ênfase especial às atividades da Comissão, como faz com todas as comissões temáticas, permanentes ou temporárias. Há um espírito muito forte, por parte da equipe da **TV Senado**, de reconhecimento à importância das comemorações.

Para que as pessoas que estão participando da reunião ou que estejam nos assistindo possam agendar a exibição, a Ordem do Dia, na próxima sexta-feira, deverá estar sendo encerrada por volta das 18 horas. Teremos vários assuntos em discussão e algumas votações nominais, mas isso não poderá caracterizar possível demora no seu encerramento. Ao terminar a Ordem do Dia, a sessão do Senado Federal naturalmente continuará. Contudo, podemos agendar a exibição do filme entre 17:30 h e 18:00 h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está feito o comunicado.

Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Lindberg Cury.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Primeiramente, gostaria de justificar minha ausência. Estou como Relator na Comissão de Assuntos Sociais, mas me ausentei daquela reunião por alguns minutos para participar desta.

Chegaram às minhas mãos dois projetos: Projeto nº 1 e Projeto nº 2. O primeiro já foi encaminhado ao Ministério da Cultura, pela Fundação Universidade Rural JK. Ambos os projetos são de grande envergadura.

dura e da maior importância, principalmente quando se pretende focalizar JK como cidadão Brasil.

No Projeto nº 1 foi feita uma produção audiovisual, uma minissérie. O perfil desse projeto foi aprovado pelo Ministério, conforme disse, e tem por objetivo focalizar os pontos convergentes da trajetória política do estadista JK. Então, esse projeto está de acordo com os anseios desta Comissão. O roteiro está em fase de elaboração e argumento pela MC Produtora.

O segundo projeto trata de um monumento a ser edificado na BR – 60 – para aqueles que não a conhecem, essa rodovia liga Brasília a Anápolis e a Goiânia –, na divisa do Distrito Federal e do Estado de Goiás, na DF-GO, Km 32, onde há um posto fiscal. A proposta do Projeto nº 2 seria a criação de um monumento para homenagear não apenas a pessoa de Juscelino, mas também os próprios heróis da independência político-econômica da América Latina, como Simón Bolívar e Pedro Ludovico. Aqui são elencadas outras pessoas que poderiam ser contempladas.

Feito esse preâmbulo, encaminharei à Comissão Especial, para que, nesta Comissão Mista do Congresso Nacional, examinemos com maior profundidade as duas propostas que julgo da maior importância.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Senador Lindberg Cury.

Comunico-lhes que teríamos uma reunião, hoje, com o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, para lhe encaminharmos alguns pedidos já aprovados nesta Comissão, como recursos, a fim de que possamos dar andamento a algumas iniciativas. Porém, a reunião foi adiada para amanhã. Sendo assim, fomos prejudicados. Mas, certamente, amanhã já teremos a resposta a alguns pleitos já aprovados nesta Comissão.

Peço licença aos Senadores Arlindo Porto e Lindberg Cury para, num curto espaço de tempo – peço aos presentes –, ouvirmos algumas propostas com as quais esta Comissão poderia ajudar de uma forma política ou, se for aprovada **a posteriori** pela Comissão, de uma forma efetiva com o nosso trabalho. Ouviremos três inscritos que falarão sobre seus projetos de homenagem ao Presidente JK.

Passo a palavra a Maria Helena Pena, da Fundação Israel Pinheiro.

A SRª MARIA HELENA PENA – Sr. Presidente, em nome da Dona Coraci Uchoa Pinheiro, minha avó, venho trazer uma contribuição da Fundação Israel Pinheiro e solicitar a ajuda que for possível para resga-

tar a importância da história de Brasília, de uma forma permanente, na Praça dos Três Poderes.

Tendo em vista o vácuo existente na preservação da memória de Brasília, a Fundação Israel Pinheiro, do ponto de vista conceitual e estratégico, desenvolveu uma exposição chamada Brasília – Sonho e Realidade, que será inaugurada no Palácio do Itamaraty, no dia 7 de Setembro, com a presença do Presidente da República e do Corpo Diplomático. Essa exposição resgatará a epopéia da trajetória da transferência da Capital desde o século XVIII, passando pelo resgate dos atores importantes na diplomacia, na história, na política, na imprensa, a exemplo do nosso patriarca José Bonifácio; Hipólito José da Costa; Lauro Miller, que transformou a decisão da transferência da Capital no art. 3º da Constituição de 1891; e o grande e corajoso gesto do nosso Presidente JK de implementar essa decisão.

O importante é que vamos tentar mostrar à população de Brasília e do Brasil, por módulos temáticos e numa temática multimídia, com documentário interativo e um terminal de consulta informatizado, a importância de Brasília no impacto geoeconômico. Futuramente, será um centro de referência de turismo cívico nacional. Estamos contando com o apoio do IPEA para mostrarmos, quantitativamente, o que, de fato, Brasília significou em termos de interiorização do desenvolvimento nacional e de que maneira Brasília atendeu às premissas da transferência da Capital. É importante esse processo de resgate da história de Brasília. É a maneira que meu querido e saudoso avô, Israel Pinheiro, poderia presentear a cidade com que tanto sonhou e para cuja construção contribuiu.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há aqui uma maquete da exposição que será abrigada no Itamaraty. Sua grande importância é que, depois de sua itinerância ao Palácio das Artes em Belo Horizonte e ao Masp em São Paulo – eventualmente, ao Rio de Janeiro, porque tudo depende de patrocínio –, vamos tentar abrigá-la permanentemente na Praça dos Três Poderes. Nesse sentido, temos mantido entendimentos com a Secretaria de Turismo, Educação e Cultura de Brasília. Já existe uma possibilidade de convênio de cooperação técnica, para que a Fundação Israel Pinheiro possa abrigar, permanentemente, essa idéia conceitual do resgate da história de Brasília na Casa de Chá. Essa casa caiu e, atualmente, está interdita. O Dr. Oscar Niemeyer e os arquitetos estão examinando a melhor maneira de recuperá-la. Para abrigar essa exposição, precisaríamos também recuperá-la internamente, pois está em estado muito precário. Infelizmente, ela não suportaria.

O mais importante para Brasília é a segunda fase dessa exposição, que seria o desenvolvimento de um programa para as escolas e para as universidades, um programa de educação patrimonial, que é a área mais visitada de Brasília. No entanto, os turistas e as crianças não têm acesso à história. Então, esta é a proposta da Fundação João Pinheiro: oferecer essa oportunidade às crianças do Distrito Federal e de todo o Brasil, transformando essa área em um centro de referência educacional, cultural e de turismo circunacional. Evidentemente, na medida em que consigamos ter apoio e patrocínio, poderemos ampliar isso do ponto de vista nacional de trazer as crianças de ônibus, etc. Entendo até que foi uma inspiração do meu avô, Israel Pinheiro, para ele voltar à cidade. Embora tenha construído a cidade, não tem um espaço a ele assegurado. Espero poder ainda, com o apoio da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que aprovou uma emenda, conseguir realmente construir o espaço Israel Pinheiro.

Até vou mostrar aqui a proposta. Já temos até a pedra fundamental do espaço Israel Pinheiro, e, infelizmente, o Governo não nos honrou com essa justa homenagem ao meu avô.

Graças a Deus, consegui já, na última reunião da Comissão de Educação, aprovar uma emenda. Realmente gostaria de contar com o apoio posteriormente da Comissão JK no sentido de nos ajudar depois a descontinuar os recursos para a construção do espaço Israel Pinheiro. O Senador já se recorda que foi objeto de um abaixo-assinado que conta com mais de 120 assinaturas, para que consigamos implantar o sonho de Israel Pinheiro de abrigar a memória dele na Praça dos Três Poderes.

Por fim, esta proposta nossa conceitual do caminho da história seria, além de Casa de Chá, abrigar permanentemente essa exposição, que seria um foco irradiador das informações sobre a transferência da capital, para tentarmos aprofundar as informações pertinentes em cada espaço. Por exemplo, haveria três grandes temas. Teríamos o tema a trajetória da liberdade no Brasil. Tentaríamos oferecer informações aos visitantes no Panteão da Pátria Tancredo Neves. Como lá só há quatro heróis da liberdade, tentaríamos, num terminal de consulta informatizada, ampliar todos os outros heróis da democracia brasileira numa proposta virtual, e assim por diante. O museu JK também. Inclusive, ligaríamos essa iniciativa com o Memorial JK e todas as outras. No espaço Israel Pinheiro, também seriam os dois grandes temas: o desenvolvimentismo seria JK e Israel Pinheiro; liberdade, Panteão da Pátria Tancredo Neves; e os dois espaços

— Lúcio Costa e Oscar Niemeyer — seriam Brasília síntese das artes da brasilidade, porque é a idéia conceitual que agrega a importância desses dois grandes colaboradores do Presidente JK.

Em síntese, é isso. Trouxe uma carta da minha avó, Coraci Pinheiro, que gostaria de deixar registrada junto à Comissão Especial JK. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) — Parabéns, Maria Helena! Será registrada. Tenho certeza de que, com sua determinação típica da mulher mineira, conseguirá — já deu o primeiro passo — justamente a aprovação dos recursos na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para construir aqui um memorial em homenagem ao grande construtor de Brasília, Israel Pinheiro, o qual, sem dúvida, trabalhou desde o início com total apoio do Presidente JK, com muita determinação e conseguiu construir uma cidade em três anos, em mil dias. Parabéns! Certamente, vamos fazer uma gestão junto ao Governo de Brasília para que a Casa de Chá possa ser recuperada.

Pelo que sei, a exposição do Itamaraty já está com recursos assegurados. Vem em boa hora. Queremos cumprimentá-la, porque é uma iniciativa muito bem feita e uma exposição que será visitada por milhares de brasileiros, no dia sete de setembro, por ocasião da abertura.

Meus cumprimentos por essa iniciativa!

O SR. LINDBERG CUURY (PFL — DF) — Sr. Presidente, conforme disse, tenho que sair porque tenho de relatar um projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Registro também meus cumprimentos pela iniciativa da Fundação Israel Pinheiro. A família está trabalhando ativamente e acho que é um dever, uma obrigação da própria família, porque, se analisarmos bem, Israel Pinheiro — eu, que vivi esse momento do início de Brasília — foi um homem que foi renegado, que não teve o reconhecimento de todos. JK, sem dúvida nenhuma, o grande idealizador da capital, tinha Brasília como meta principal, meta síntese e tinha o Brasil inteiro como Presidente. Agora, Israel Pinheiro tinha apenas Brasília. Então, louvo essa iniciativa e entendo que devemos prestar essa homenagem, envidar todos os nossos esforços nesse sentido, a sociedade deve uma participação mais ativa no resgate da memória de Israel Pinheiro. É louvável, mais uma vez repito, essa atitude. Quero parabenizá-la por isso e principalmente o trabalho que sua avó tem feito no sentido de resgatar a memória dele. Peço permissão, Sr. Presidente, se me permite, terminando lá, volto imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Aguardamos seu retorno. V. Ex^a faz muita falta a esta Comissão.

Vou aproveitar e cumprimentar o Deputado Eni Voltolini, que é do PPB e nos prestigia com sua presença e, já que é membro designado pelo Partido, para compor a nossa Comissão.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário em relação à apresentação que faz Maria Helena. Primeiro gostaria de transmitir, por intermédio de V. S^a, à D. Coraci, ao Deputado Israel Pinheiro, o nosso abraço, o nosso reconhecimento da importância do trabalho da Fundação Israel Pinheiro, nós, que estivemos na reunião da Comissão de Educação, quando definimos como prioridade a locação de recursos e V. S^a teve um papel brilhante de convencimento, de mostrar aos membros da Comissão, a importância de se viabilizar recurso no Orçamento com uma emenda de Comissão. Agora, o desafio é fazer com que o Governo se sensibilize para isso. Se o Governo tem dificuldades para liberação de recurso, eu acho que é uma análise que deve ser feita, tornando-a prioridade. Governar é definir prioridade. Acho que se trata de uma prioridade, porque o momento exige, nessa área de História, nessa questão cultural, uma presença forte de Brasília no contexto de Juscelino Kubitschek. Ele teve a sua história construída com muito trabalho, desde jovem, criança em Diamantina, depois prefeito em Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais, mas consolidada a sua vida pública, aqui, no seu governo de Presidente da República, materializando-o com a construção de Brasília. Penso que não se pode perder de vista essa importância da vida pública de Juscelino, cuja materialização foram grandes obras feitas em Belo Horizonte, em Minas Gerais. No entanto, em nível nacional, foi Brasília. E, ao seu lado, Juscelino teve, sem dúvida, Israel Pinheiro, grande operador de obras, grande construtor de obras. Acredito que, neste momento, unir, numa homenagem a Juscelino, a presença de Israel, tenho certeza, é fazer justiça. Acho que, além da importância da exposição que já está articulada, é um trabalho nosso. Tenho certeza de que o Presidente da Comissão, Deputado Paulo Octávio, e os demais membros estaremos envolvidos no sentido de sensibilizar o Governo, e mais do que isso, de provocar o Governo, para que cumpra aquilo que foi definido pelo Congresso Nacional, e este sendo a reprodução da vontade da sociedade, da vontade do cidadão, da vontade dos Estados. Desejo especialmente que o evento seja um sucesso e que possamos, depois de absorvido e coletado todo esse material, com

a presença de Israel Pinheiro, ter a oportunidade de torná-la permanente. Acho que esse é um outro momento, é um desafio fazer o que está sendo feito, que é a primeira exposição. Depois é o grande desafio, o primeiro passo está sendo dado, que é absorver e coletar, condensar tudo aquilo que seja relevante para ser mostrado e, de maneira especial, render as minhas homenagens à família de Israel Pinheiro, por intermédio de D. Coraci.

Peço a V. S^a que seja a portadora dessa nossa mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Deputado Eni Voltolini.

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, venho aqui hoje me apresentar a V. Ex^a e aos demais membros como um novo integrante. Pretendo ser útil dentro desse trabalho, que certamente esta Comissão tem para resgatar memórias e vidas de pessoas tão importantes para o País, que precisa respeitar seus ídolos, seus heróis e os que fizeram bem a todos nós.

Venho de uma cidade muito pequena, chamada Corupá, em Santa Catarina, onde meu pai, Vereador à época, tinha, em sua sala, duas fotos emolduradas: uma, de Getúlio Vargas, e a outra, de Juscelino Kubitschek. Eu nem sabia por que estavam lá, quando era criança.

Vim a aprender o significado dessas fotos e dessa homenagem um pouco mais tarde, quando adentrei a atividade profissional e, muito mais recentemente, quando, apenas há nove anos, os eleitores de meu Estado me deram a honra de ser seu representante na Câmara Federal. A história me deu essa oportunidade. Embora meu pai não mais esteja vivo, para receber esta homenagem, deve estar acompanhando este momento. E, neste ambiente, posso dizer-lhe que aquilo que fazia há muitos anos estamos realizando agora, todos, no Brasil inteiro, ou seja, que aquela foto merecia, de fato, estar em nossa sala.

Quero fazer parte deste momento por questões sentimentais, de respeito e também para honrar cinco catarinenses que, de uma forma ou de outra, estiveram muito relacionados a Juscelino Kubitschek. Há, em meu Estado, uma pessoa chamada Hermínio Kuntzer, que foi nomeado representante oficial para os assuntos comemorativos ao centenário de JK.

Estou trazendo, de forma preliminar, um dossiê sobre essas pessoas. Quero apresentar, no momento seguinte, uma proposta, para que, em Santa Catarina, façamos um momento especial e específico para

envolver seus familiares e sua história, correlacionada aos eventos do centenário.

Dessa forma, apresento-me a todos para contribuir. Como esta é a primeira reunião de que participo, estou ouvindo bastante, mas quero dizer que, a partir deste momento, sou mais um a somar-me nesse grande conjunto de pessoas que certamente apresentará ao Brasil inteiro e principalmente aos mais jovens, que não tiveram a felicidade de viver na era Juscelino Kubitschek, as memórias dessa importante passagem e desse importante homem público para todos nós.

Isso, certamente, servirá de espelho para que nos ilustremos e também copiemos, em um momento em que me parece ser muito mais fácil falar e criticar. Que nos levantemos contra isso e mostremos que o mais importante não é fazer crítica às coisas que eventualmente não estão certas no País, mas destacar os acertos e fazer referência a pessoas que trilham o caminho do acerto e da grandiosidade deste País, de que me orgulho de fazer parte. Muito obrigado pela oportunidade desta primeira intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Comissão cumprimenta o Deputado.

É importante ressaltar que a maioria dos membros que compõem esta Comissão tem realmente uma grande admiração pelo ex-Presidente. Todos estão voltados para que o centenário venha a ser bem comemorado, porque o Brasil carece de heróis, como todos sabemos, precisa de referências. E JK é uma delas no bom sentido, principalmente para a classe política.

Por isso, hoje, com muita honra, recebemos V. Ex^a nesta Comissão. Que possamos fazer um bom trabalho, para mostrar ao Brasil que o Congresso Nacional quer homenagear aquele que também foi um Senador desta Casa.

Passo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Exm^o Sr. Presidente, prezado Senador Arlindo Porto, Vice-Presidente, com um prazer muito grande, quero, neste momento falar, como Senador.

Nasci em Minas Gerais, na terra de Juscelino Kubitschek. E foi o povo goiano que o acolheu como Senador da República daquele Estado. Mais do que isso, o povo goiano soube abrir o espaço para os sonhos de Juscelino de transferir a Capital da República do Rio de Janeiro para Goiás, para o atual Distrito Federal.

Neste momento, quero também falar em nome de dois Senadores: Maguito Vilela, que é da cidade de Jataí, historicamente vinculada à transferência da capital para cá, quando um cidadão daquela localidade, o Sr. Toniquinho, pessoa lembrada em todos os momentos na época da campanha de Juscelino Kubitschek, realizou o desafio da transferência da capital.

E Juscelino Kubitschek, aquele grande estadista que sabia ouvir, falar e executar, dizia que antes do final de seu governo estaria transferida para o Planalto Central a capital da República. Portanto, Goiás é muito grato a Juscelino Kubitschek. E por que não dizer o Brasil todo? Na minha visão e na visão dos goianos, Juscelino Kubitschek foi o maior de todos os nossos presidentes, o homem otimista, o visionário, o estadista número um do País. Nada melhor do que rememorarmos agora, no período de cem anos de seu nascimento, a história desse homem que engrandece cada um de nós brasileiros, que engrandece a classe política de modo geral, a fim de que cada um de nós, especialmente políticos, olhando para a sua figura e rememorando seus feitos, também nos abastecemos de idealismo, de visão, de determinação e de coragem para ajudar a transformar o País.

Agradeço a oportunidade de participar, como também o Senador Iris Rezende, que faz parte da Comissão. Desejamos estar integrados a fim de realizar uma grande comemoração liderada por V. Ex^a, Deputado Paulo Octávio, também um líder, um homem gigante no Distrito Federal, um homem de muito idealismo, muita determinação, muita coragem, que trilha os passos de Juscelino Kubitschek. Estaremos de mãos dadas a fim de realizar uma grande comemoração dos cem anos de Juscelino Kubitschek, o maior de todos os brasileiros, o maior político de todos os tempos, o maior presidente da República que tivemos, o maior democrata, o maior estadista, enfim, que o País já possuiu. Que a comemoração sirva para despertar grandes sonhos em nossa juventude, e que amanhã haja outros Juscelinos para comandar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Senador Mauro Miranda. JK, depois de presidente, foi eleito senador, com 96% dos votos no Estado de V. Ex^a, o que demonstra a generosidade do povo goiano e a estima de seus conterrâneos por Juscelino Kubitschek.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – É verdade. E, além disso, surgiu uma vaga pela renúncia de alguém do Estado, de algum senador, para abrir espaço a fim de que Juscelino Kubitschek não

permanecesse no ostracismo e continuasse na vida pública brasileira. Infelizmente, a ditadura militar retirou Juscelino Kubitschek, deixando de dar a oportunidade aos brasileiros de contarem novamente com um mandato tão brilhante como o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Comissão está, portanto, enriquecida com a presença de V. Ex^a, representando o povo de Goiás.

Consulto o Senador Pedro Simon se deseja ter algum comentário antes de ouvirmos as pessoas que desejam apresentar propostas.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, que nos prestigia com sua presença.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, com muita gentileza, quero dizer da grande satisfação de pertencer a esta Comissão e pedir desculpas porque nas reuniões anteriores eu não tinha como sair do local onde me encontrava. Mas estou inteiramente à disposição. Acho que é um grande trabalho que podemos fazer. Lamentavelmente, o Brasil não presta as homenagens aos seus heróis, não damos a devida importância às figuras que marcaram a história do Brasil. E, felizmente, Juscelino Kubitschek tem sido raríssima exceção. Seu memorial é algo de notável, sua biografia é hoje conhecida por toda a História, por todos os colégios, por todos os recantos do Brasil. E a idéia de se fazer o máximo possível para festejar seu centenário não apenas olhar Juscelino, mas o futuro da nossa pátria. Quando se quer um Brasil desenvolvido, quando traçamos metas para crescer, para avançar, para progredir, tudo que se fizer para homenagear JK estará fazendo para o desenvolvimento do País. Felicito de modo especial V. Ex^a, Sr. Presidente, e o Vice-Presidente, e gostaria de dizer que, como soldado, conte comigo para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Senador. Ficamos muito honrados com a sua presença nessa Comissão e lembramos que gostaríamos de convidá-lo para nos acompanhar, se V. Ex^a estiver pela manhã, à reunião que temos marcada com o Presidente do Senado às 9h45min, para que possamos dar andamento a alguns pedidos que a Comissão formulará à Presidência desta Casa para viabilizar alguns projetos, para que a Comissão tenha realmente algo efetivo sendo preparado. Portanto, amanhã, às 9h45min. Quero deixar já feito o convite para que V. Ex^a nos acompanhe nessa missão com o Presidente do Senado.

Vamos ouvir, então, alguns convidados. Temos o Sr. Roberto Mendonça, que eu gostaria que se manifestasse.

O SR. ROBERTO MENDONÇA – Estamos comunicando à Comissão que a Fundação Clóvis Salgado, em Belo Horizonte, com o apoio de empresários do Estado de Minas Gerais, organizou uma exposição itinerante de acordo com o projeto elaborado pela museóloga Gisele Katel, que envolve os quatro módulos da trajetória da personalidade do homenageado, JK, começando por **O Personagem**; o segundo módulo, **A Vida Política**; o terceiro módulo, **O Visionário**; e o quarto módulo, **O Estadista e a Modernidade**.

É um projeto realmente fantástico, orçado em quase R\$6 milhões. Inaugura-se no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, no dia 1º de setembro, lá permanecendo até o dia 15 de outubro. Em seguida, essa exposição vem para Brasília. E nessa semana, já estamos solicitando ao Presidente do Congresso Nacional espaço para a instalação dessa exposição, que ocupa uma área de 600 m². Daqui, ela vai para a Universidade de Brasília, depois para o Teatro Nacional, depois itinerando-se, em convênio com todas as Secretarias de Cultura e de Educação de todos os Estados, capitais, alcançando todas as cidades do Brasil com mais de 250 mil habitantes.

Esse é um projeto fantástico que está sendo, já no momento, desenvolvido por essa equipe do Palácio das Artes.

Lembro à Comissão que o Palácio das Artes foi fundado por JK, há 60 anos. Quer dizer que as últimas edificações foram concluídas e foi inaugurado em julho ou agosto do ano passado, já no governo atual de Minas Gerais.

O Senador Lindberg já comunicou o outro projeto, que é o da minissérie, calcada exatamente nos dois projetos de governo, **Cinquenta Anos em Cinco** e **Cinco Anos de Agricultura para Cinquenta de Fatura**, e nos depoimentos de JK pós-exílio, envolvendo as grandes metas de desenvolvimento do setor primário da economia, a construção da ferrovia Transcontinental, dando ao Brasil uma porta no Pacífico, e a construção da grande ferrovia ligando Brasília ao Caribe, atravessando o rio Amazonas. Esses projetos todos serão focalizados, debatidos e apresentados nessa minissérie, que se encontra em fase de elaboração pela equipe da MPC Produtora, sob a coordenação, eu diria, dos dois maiores cineastas brasileiros, o Alberto Graça e a Luciana Boal, que estão coordenando esse projeto.

O terceiro projeto, resgatando também a memória – está o autor do projeto aqui, o RR –, projeto de um monumento aqui na BR 060...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Que o Senador Lindberg Cury acabou de apresentar.

O SR. ROBERTO MENDONÇA – É, acabou de apresentar.

Na América Latina, há apenas três homens públicos que desenvolveram atividades e projetos no setor de integração política e econômica: o primeiro foi Simon Bolívar, que, nos seus sonhos, apresentou o primeiro projeto de integração política e econômica da América Latina; o segundo foi JK, que, sem sombra de dúvida, nenhum outro político na história da América Latina trouxe maior contribuição, não só com a fundação de Brasília como também com a integração do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, chegando até os Andes. Hoje os Andes se encontram integrados, em decorrência da obra política do Presidente JK. Mas, antes de JK, um outro cidadão trouxe uma contribuição sem precedentes para a integração política e econômica do Brasil, que foi Pedro Ludovico. Ele fundou Goiânia e construiu a chamada Rodovia da Conquista, até Brasília, chamada também de cordão umbilical, porque viabilizou a construção de Brasília. Ele também foi o primeiro a iniciar a construção da Belém-Brasília até Ceres, e fundou também todos aqueles centros de colonização.

Quer dizer, essas três figuras vão estar juntas nesse monumento que já figura entre os maiores monumentos do mundo, com 300 metros quadrados. Ele vai ser visto diariamente por 50 mil pessoas, que é exatamente o pessoal que transita por essa rodovia, e terá em seu subsolo um museu gráfico e fotográfico que vai apresentar a história do Brasil nos últimos 60 anos.

É um projeto monumental, que foi encaminhado hoje pelo Senador Lindberg Cury, para o qual pedimos à Comissão sua aprovação e também para facilitar os recursos necessários para a viabilização desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem.

Passo a palavra à Senhora Sávia Dumont.

A SRª SÁVIA DUMONT – Bom dia a todos. Meu nome é Sávia Dumont, sou escritora e ilustradora de livros infantis. Sou de Minas Gerais, moro em Brasília há 22 anos. Há dois anos, tivemos a alegria e o prazer de presentear Brasília com este livro **Brasília – Cidade de Cidadã**. Este livro foi escrito por Tetê Catalão e ilustrado por mim e minha família, com ilustrações bordadas. E tivemos o apoio e o patrocínio do Deputado Paulo Otávio, a quem agradecemos sempre.

Cientes da criação desta Comissão de comemoração do centenário do Juscelino Kubitschek, apresentamos o projeto de reedição desse livro no Ministério da Cultura, o qual foi aprovado na íntegra. E esbarramos aí, como todo artista brasileiro, na questão financeira. Por isso, buscamos apoio nesta Comissão, que tem interesse, como nós, em apresentar quem foi Juscelino Kubitschek.

Esse livro é um produto cultural que apresenta textos em prosa poética e, segundo seu autor, é um bilhete amoroso, onde se vê uma Brasília diferente. Brasília também tem seus fios, tramas, romances, linhas e traçados. Brasília também se borda e transborda na vida da gente. Com o livro, pretende-se disponibilizar para os alunos, professores e outros profissionais de arte e educação e fornecer elementos para a atividade de leitura e reconhecimento do grande estadista que foi Juscelino Kubitschek.

Quero apenas de dizer que é um projeto de 30 mil exemplares, numa reedição bilíngüe que seria distribuída não só aqui em Brasília mas em todo o Brasil.

Queria finalizar a minha fala com uma frase de um poeta: “Um sonho começa com um, brota, cresce até virar comum”.

Trata-se, até certo ponto, de uma resposta aos que consideram Brasília uma cidade meramente administrativa. Decidimos herdar de JK o seu testemunho maior de último e grande estadista dos últimos anos, herdar o seu sorriso de confiança de menino tomado como por encanto, continuar a busca de um país que precisa reconhecer a sua face real, a tenacidade dele que desconheceu armadilhas e desânimo para revelar um povo diferente depois da conquista da cidade construída.

Muito obrigada pela oportunidade de apresentar este projeto a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Parabéns, Sávia. De minha parte, fico feliz pelo sucesso do livro que se encontra esgotado. Lamento não termos editado mais do que os 10 mil exemplares, mas, agora, está na hora de conseguirmos essa nova edição.

Meus cumprimentos a sua família pelo excelente trabalho prestado às artes do Brasil.

Lembro ao Deputado Eni Voltolini que S. Ex^a também está convidado para amanhã, se puder nos ajudar, visitar o Presidente do Senado.

Passo a palavra, como último orador inscrito, ao Dr. Oldemio Garcia Júnior, da Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do Centenário do Presidente JK.

O SR. ODELMO GARCIA JÚNIOR – Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão Especial, Depu-

tado Paulo Octávio, Excelentíssimo Sr. Senador Arlindo Porto, Vice-Presidente da Comissão, inicialmente faço o registro da exposição inaugurada ontem em Belo Horizonte. Acabo de retornar de lá para onde fui representando o Ministro Francisco Weffort na Exposição Juscelino Prefeito, que cobre esse período muito fecundo da vida de JK, de 1940 a 1945, e resgata esse importante período da história mineira.

A exposição foi inaugurada ontem no Museu Histórico Abílio Barreto, quando foi lançado o livro **Ano JK – Margem da Modernidade**, organizado por Vander Melo Miranda. É com prazer que vemos multiplicarem-se por todo o Brasil, principalmente em Brasília, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte várias iniciativas que procuram marcar o centenário desse grande homem público que foi JK.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para esse encarte especial do **Correio Braziliense** de hoje sobre os cem anos de JK; o jornal também publicará de abril a setembro seis encartes sobre Juscelino Kubitschek. Em novembro do ano passado, tivemos uma reunião com a direção do **Correio Braziliense** e procuramos atraí-lo e convencê-lo a se associar a esse mutirão de homenagens a Juscelino. É com prazer que vemos essa grande iniciativa começando hoje. Está prevista também para setembro uma série de encartes especiais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Peço licença, Odelmo. É importante a sua referência. Peço à Secretaria da Comissão que prepare uma correspondência cumprimentando o **Correio Braziliense** pela edição e também os Correios e Telégrafos pelo patrocínio dessa edição. Oficializaremos esse cumprimento. Entendo que terei a aprovação do Senador Arlindo Porto e dos demais participantes da Comissão, para que possamos saudar esses dois órgãos pela brilhante iniciativa, o **Correio Braziliense** e da ECT.

O SR. ODELMO GARCIA JÚNIOR – Considero muito oportuno esse gesto.

Temos conhecimento de que vários jornais publicarão cadernos especiais sobre JK, principalmente no mês de setembro. Gostaria também de lembrar o lançamento próximo do selo comemorativo, que será feito pelos Correios e Telégrafos. Este é o selo que será lançado possivelmente no dia 23 de abril, às 11 horas, no Memorial JK, é a data com que estamos trabalhando, mas estamos dependendo de uma última confirmação.

Também gostaria de dizer que, segunda-feira, dia 22, estaremos trazendo uma exposição à Câmara dos Deputados, próximo do corredor das Comissões, naquele espaço entre o anexo e o plenário, uma ex-

posição patrocinada pela Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Projeto Memória. São nove painéis de dois lados, na verdade, são 18 painéis sobre Juscelino Kubitschek. A fundação preparou 35 **kits** dessa exposição, e a idéia é fazer uma exposição itinerante em todos os Estados do Brasil por meio das redes do Banco do Brasil. Estamos solicitando ao Banco do Brasil que aumente esse **kit** de painéis para 90 a fim de que posamos enviar essa exposição para grandes locais públicos, como metrô, estação rodoviária, escolas, universidades e aeroportos. Esses eram meus comentários no momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Comissão apresenta os cumprimentos ao Dr. Odelmo Garcia pelo sucesso. A Comissão do Executivo já começa a apresentar para todo o povo brasileiro suas comemorações. Por meio disso, a sociedade conhecerá o trabalho do Presidente Juscelino.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário em relação à manifestação do Dr. Odelmo.

Tenho recebido com muita frequência manifestações de alguns Municípios, especialmente do meu Estado, buscando opções e alternativas para contribuir e participar. Eu havia iniciado a conversa com o Presidente em relação a essa exposição itinerante. Naturalmente, a partir da proposta de fazer um número maior de cópias, talvez devamos começar a trabalhar no projeto. A proposta é para os municípios com mais de 250 mil habitantes, mas o Brasil não é feito de Municípios grandes. Talvez devamos buscar uma forma, apresentando um projeto e uma proposta, de conveniar com os Municípios, repassando esse material ao Município que tivesse uma estrutura mínima. Proponho que, além da parte de fotografias ou de painéis, quem sabe, pudéssemos articular novamente com a TV Senado para que preparasse um vídeo sintético a ser repassado a esses Municípios de maneira itinerante por 10 ou 15 dias em cada um. Por meio de convênio, esse vídeo seria redespachado de um Município para outro, popularizando esse material. O objetivo é popularizar e dar o maior número possível de oportunidades de acesso.

Eu iria propor em outra linha, mas algo já está sendo preparado. Algo deve ser feito para que as pessoas que moram no interior possam ter acesso a isso. Por meio de um convênio, o Município estruturado receberia, teria um prazo para ficar com aquele material e já ficaria responsável por fazer a remessa para os outros, com o envolvimento do correio. Isso não é difícil. Devemos dar o mínimo de condição e uma in-

fra-estrutura local. Isso poderia ser feito com cada secretaria municipal de cultura ou de educação. Talvez pudéssemos trabalhar essa idéia. Minha proposta tinha outro enfoque, mas vejo que os senhores já estão com um projeto mais avançado. Abrindo essa possibilidade, as prefeituras mandariam o projeto ao Ministério, que o avaliaria. Seriam fixadas as condições mínimas para isso. Essa atitude abriria muito a possibilidade desse funcionamento e poderíamos aproveitar mais o material disponível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Dr. Odelmo.

O SR. ODELMO GARCIA JÚNIOR – Obrigado, Sr. Presidente. Essa sua preocupação é bastante oportuna e também é a nossa: levar ao maior número de Estados e Municípios esse tipo de exposição é bastante oportuna e também é nossa. Essa exposição, feita pela Fundação Banco do Brasil, com apoio da Odebrecht, é bastante completa. Além desses painéis, que são facilmente transportáveis, pois são acondicionados em tubos e facilmente enviados a outros locais, esse projeto prevê, também, a edição de 200 mil cartilhas sobre JK para crianças, que são os que menos conhecem Juscelino Kubitschek. Também estamos fazendo gestões junto à Fundação Banco do Brasil para aumentarmos esse número para um milhão, para podermos enviá-los ao maior número possível de Municípios. O projeto da Fundação também prevê um documentário, que está sendo dirigido por Sílvio Tandler, e um livro de fotobiografia de Juscelino Kubitschek.

A decisão com relação à itinerância desses painéis é que eles serão enviados às agências centrais do Banco do Brasil em cada Estado. A solicitação deve ser feita nas agências do Banco do Brasil. Estamos querendo a multiplicação desses 35 kits iniciais para 90 para podermos ter condições de atender às diversas demandas que surgirão daqui para frente.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Concorro. Apenas penso que 35 é muito pouco, assim como 90, para pensarmos em fazer algo itinerante no Brasil. Se dividirmos, serão três, quatro ou cinco para cada Estado. É um número muito pequeno dentro da projeção. Lógico que já é um avanço. Dentro da perspectiva que se tinha de o próprio Banco do Brasil articular com algumas cidades e com alguns eventos, está de bom tamanho. Entretanto, a nossa preocupação é de que forma poderemos viabilizar uma exposição itinerante. Se não pode ser algo tão grande como desejávamos, que seja um kit para uma cidade de determinado porte e um outro, menor, para uma cidade de porte menor, de maneira que se possa chamar a aten-

ção. O objetivo é muito mais provocar, logicamente que com qualidade, que não pode ser jamais desprezada. Podemos reduzir a quantidade com kits diferenciados. O Banco do Brasil tem uma capilaridade tão grande que chega a todos os pontos e descentraliza, ficando muito mais fácil.

O meu temor é gerarmos uma expectativa com 90 kits. Com esse número, não ousa, em momento nenhum, chamar a atenção para isso, porque, depois, pode vir uma demanda tão grande que ficaremos justificando que não poderemos atender. É lógico que os critérios devem ser definidos. Ao longo do tempo, vamos discutir algumas opções nesse sentido.

Cumprimento a iniciativa, que já é uma realidade porque já estamos com data marcada para a sua implementação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – O patrocínio é do Banco do Brasil?

O SR. ODELMO GARCIA JÚNIOR – Para os 35 primeiros kits. Estamos fazendo gestões junto a outras empresas, como Petrobras e Furnas, para que viabilizem um maior número de kits. Só dependerá de patrocínio.

Esses 35 já estarão disponíveis na semana que vem.

O SR. ROBERTO MENDONÇA – Com relação a essa exposição itinerante patrocinada pela Fundação Clóvis Salgado, que será inaugurada no Palácio das Artes em 1º de setembro, prevê-se que ela alcançará 1.250 Municípios. A cada cidade de 250 mil habitantes irá uma equipe de pessoas treinadas e preparadas, que vão escolher as cidades maiores, próximas dessas cidades, para tomarem conhecimento de todos esses eventos e promoções destinados a homenagear o Presidente JK. Juntamente com isso, serão distribuídos folhetos e livros e serão exibidos também filmes.

A proposta do projeto da Fundação Clóvis Salgado é alcançar 1.250 Municípios, com distribuição de folhetos e livros e com exibição de filmes. É exatamente essa exposição que noticiamos hoje na reunião.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) Sr. Presidente, eu apenas gostaria de consultar o Dr. Roberto Mendonça se já tem uma previsão de quando poderia ficar pronto. A partir de setembro começaria?

O SR. ROBERTO MENDONÇA – Ela será inaugurada no Palácio das Artes no dia 1º de setembro. Ocupa um espaço de 600 m².

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) Naturalmente, sendo itinerante, não deverá ser desse tamanho.

O SR. ROBERTO MENDONÇA – De lá ela vem para cá com os seus desdobramentos. É um planejamento gigantesco. Aqui em Brasília, ela vai ser instalada no Congresso Nacional, na Universidade de Brasília, no Teatro Nacional e seguirá, itinerante, pelo resto do País, em convênios com as Secretarias de cultura e Educação dos Estados e as prefeituras dos Municípios com mais de 250 mil habitantes. Já existe uma equipe coordenando o trabalho junto a esses municípios, para alcançar os municípios menores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Realmente, quando se inicia um trabalho em torno do Presidente, começa a crescer.

Eu gostaria de convidar, modestamente, todos os membros da Comissão e nossos convidados para a inauguração de uma exposição que tem, sim, o patrocínio da nossa empresa sobre a memória da construção de Brasília. Ela será realizada no Núcleo Bandeirante, a cidade mãe, com os pioneiros e as pessoas mais simples que fizeram a cidade.

Quem tiver tempo, poderá se dirigir à administração do Núcleo Bandeirante, às 19 horas, com certeza e tudo a lá JK, Senadores Arlindo Porto, Francelino Pereira e Pedro Simon.

Fica o convite feito. Não há nada com a nossa Comissão, é um convite informal para um evento que mostra a participação das empresas brasileiras a se integrem e ajudarem, muitas vezes, sem cunho oficial.

Passo a palavra ao nosso último convidado, Sr. Poncio de Leon.

O SR. PONCIO DE LEON – Com esse projeto, “JK, O Estadista da República”, vimos trabalhando há oito anos. Agora, estamos com 6 anos e 8 meses, sendo que completaremos 7 anos em outubro. Ele surgiu inicialmente para o centenário de Belo Horizonte, então paramos.

O Senador Francelino Pereira já conhece o projeto há bastante tempo, nós o temos mostrado a S. Ex^a. Foi um projeto apresentado à Lei Ruanet em março de 1988 e aprovado num valor total de 4, 276 milhões.

Era um evento em que mostrávamos a segmentação: o Juscelino homem, o Juscelino político, o Juscelino Presidente, Juscelino e Brasília, Juscelino estadista e Juscelino mito.

Ele inclui um livro que está aqui e vai em um estojo de luxo. São 780 fotos, 426 páginas em cor e em preto e branco, dentro dessa segmentação que tam-

bém norteia a exposição. Temos um CD Room, que está sendo produzido pela Fundação Getúlio Vargas que vai acoplado à capa do livro, que será impresso na Pancron, considerada hoje a maior gráfica do Brasil.

A qualidade de impressão chega ao ponto de, nas páginas coloridas, onde mostramos os quadros que Juscelino recebeu, podermos sentir a textura da madeira e da tela.

Na parte de impressão metalizada, a parte de Brasília, onde gravamos 3 horas com Lúcio Costa e Oscar, que me cedeu o material, a impressão será em papel vegetal como se saído da prancheta.

O prefácio do livro é do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a apresentação do Senador Ramez Tebet e do Ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal. Já estou com os textos, inclusive já os apresentei.

Temos textos de D. Sara, que acompanhou esse projeto. As reuniões eram na sala do Memorial, com D. Sara e Márcia, e os textos de Dona Márcia e de Dona Maria Stela Kubitschek; Carlos Murilo; Coronel Eliodoro; Olavo Drummond; *(falha na gravação)* Bloch; César Prates; Wilson Frade; Murilo Melo Filho; Adelck Ziller; Evandro Lins e Silva. Tive que gravar, pois S. S^a não escreveu. Depois, aprovou um texto chamado “JK o democrata”. Sepúlveda Pertence “JK e a Justiça”; José Maria Rabelo “JK e a Liberdade de Imprensa”; Dom Hélder Câmara “JK e a Igreja”; Cláudio Boiunga “JK e o Militares”; Antônio Ermírio de Moraes “JK e o Empresariado”; Leonel Brizola “JK e o Trabalho”; José Sarney “JK e a Oposição”; Darcy Ribeiro “JK e a Educação”; Francisco C. Weffort* “JK e a Cultura”; Ivo Pitanguy “JK e a Ciência”; Celso Furtado; Jarbas Passarinho; Hélio Jaguaribe; Rodrigo Lopes; Ziraldo; Oscar Niemeyer; Lúcio Costa, José Aparecido; Celso Lafer; Renato Archer e Márcio Moreira Alves, de **O Globo**.

Há um texto que descobrimos, e o incluímos no livro em página dupla, de Carlos Lacerda sobre Juscelino, algo fantástico, de emocionar.

Nosso evento seria todo feito em Belo Horizonte, dia 12 de setembro. Por solicitação do Ministério da Cultura, transferimos a data de 12 de setembro para Brasília e a de 12 de dezembro para Belo Horizonte. Será feito o lançamento no Salão Negro do Congresso Nacional. Já foi confirmado. É uma data que estamos pedindo há anos. Venho renovando esse pedido. O Senador Ramez Tebet confirmou-me a data de 12 de setembro. Vamos montar uma exposição itinerante e que está prevista na Lei Rouanet des-

de 1998. Esta sairá do Congresso Nacional, em Brasília, para o Memorial da América Latina, em São Paulo. Depois, irá para o Museu do Supremo, na Avenida Rio Branco, e terminará em Belo Horizonte inaugurando o Museu e Teatro JK. Trata-se de um projeto que foi feito por Oscar Niemeyer, deram-me de presente, cuja área será atrás da Igreja de São Francisco. Foi uma área cedida pelo Prefeito Célio de Castro. Esse projeto foi desenvolvido pelo Dr. Sérgio Vasconcelos, sobrinho de Juscelino, presidente da Sergem, que foi quem construiu o Memorial. Esse projeto também está na Lei Rouanet. A idéia é a de que a exposição se transforme, depois, no Museu JK. É um teatro de 500 lugares – o projeto está aqui. O Museu JK será resultado da exposição. A exposição tem 1.200m² e é modulada. Acompanha o roteiro do livro: mostra JK o homem, o estadista, o político e o Presidente. Temos cerca de 3.500 fotos de Juscelino, que compramos ao longo de tempo, que nos permitiram criar o projeto e desenvolvê-lo para que, no dia 12 de setembro, possamos abrir a exposição, aqui no São Negro, juntamente com o lançamento do livro.

Programamos também – e está aprovado na Lei Rouanet – o musical “Alô Nonô, que saudade do Brasil. O show eterno”. Neste, há duas músicas inéditas de Milton Nascimento e Fernando Brant, duas de Carlos Lyra, duas de Juca Chaves, duas de Pacífico Mascarenhas e duas de Roberto Menescal, com direção de Bibi Ferreira. Esse espetáculo será lançado dia 12 de setembro, no Teatro Nacional. Depois, seguirá para o Rio, para São Paulo e Belo Horizonte. A telefônica já se interessou por patrocinar sozinha o musical. Foi orçado em R\$692 mil. A telefônica pediu o direito de levar o espetáculo a outras capitais sem que implicasse ônus em relação ao projeto. Cedi. Cedi, também, um CD duplo no qual apresentamos as 12 músicas do musical e mais 12 músicas de seresta com trechos de discurso de Juscelino, falando de seresta, e cantando. Foi feito por seresteiros mineiras. Chama-se “JK em Serenata”. Vamos oferecê-lo à telefônica, no caso do patrocínio, para que o use para brindes de fim de ano.

O projeto inclui, também, o fórum JK, que já foi aprovado pela Lei Rouanet. Nós o estamos fazendo em parceria com o jornal **Estado de Minas**. O **Estado de Minas** começa o projeto mês que vem. Teremos um debates. Vão imprimir um caderno de 12 páginas, em cores, que vai servir de encarte para os 150 mil exemplares do **Estado de Minas** e no **Diário da Tarde**. Esse projeto chama-se Fórum JK. JK e os políticos é o tema do primeiro debate; depois teremos JK e os artistas; JK e os intelectuais; JK e o esporte; JK e

os amigos. Enfim, são oito fóruns programados de agora até setembro, permitindo que, em setembro, o **Estado de Minas** distribua aos leitores uma capa dura, como o **Jornal do Brasil** fez no centenário do jornal, para que as pessoas encadernem esses cadernos que serão publicados no **Estado de Minas**.

Tenho também aprovados, na Lei Rouanet, a placa de ouro, a medalha e o selo comemorativo que, agora, saiu de circulação, já que os Correios lançarão um selo e as medalhas já estão criadas. Isso ficou pendente. Mas estamos fazendo uma revista em quadrinhos do JK, nos moldes das revistas Batman e Super-Homem, que a Coca-Cola patrocinará, contando a vida de Juscelino em quadrinhos, com um padrão de qualidade fantástico.

Estive também com a Nestlé, que deve patrocinar um CD-ROM, um **game**, porque fizemos um estudo pelo qual vimos que as crianças e os jovens desconheciam Juscelino, Jânio Quadros, Getúlio. Então, programamos a revista em quadrinhos para atender aquela faixa etária, aquela segmentação, e criamos um CD-ROM no qual Juscelino ensina as crianças a cantarem o Hino Nacional, depois passeia com as crianças pelo Brasil, terminando aqui no Planalto Central, quando diz às crianças: “Vamos construir Brasília comigo!” E as crianças, no computador, constroem Brasília. Esse projeto não tem a Lei Rouanet, mas foi aprovado pela Nestlé, e a parte da decisão está em São Paulo.

Agora, afora esses projetos da Lei Rouanet, apresentei à comissão e ao Senado três outros eventos: um é o Repetindo JK, que será montado em frente ao Congresso Nacional, onde há um espelho de água, que, na época, era terra pura. Juscelino fez um palco, no dia da inauguração de Brasília, e trouxe o Madrigal Renascentista, o Isaac Karabtchevsky, o Maestro Carlos Eduardo Prates e a Maria Lúcia Godoy, para que ela cantasse o **Peixe Vivo**, as **Bachianas**, de Villa-Lobos. Foi um espetáculo lindíssimo, com queima de fogos depois, feita pelos portugueses, atrás do Senado.

Estamos trazendo esse evento com a **TV Globo**, com a qual estive ontem, que fará desse evento uma comemoração da **Globo** no Centenário, em Brasília.

Vamos trazer, nesse caso, o Milton Nascimento, que cantará com a Maria Lúcia Godoy a **Sinfonia da Alvorada**, que é uma peça do Vinícius e do Tom, criada a pedido de Juscelino. Isso está programado para as 20 horas do dia 12 de setembro, aqui em Brasília, uma quinta-feira.

Conversei com o Senador Ramez Tebet, que, além de fazer o texto da apresentação do livro e me ceder o Salão Negro, pediu que apresentássemos alguma idéia de que o Senado pudesse participar. A **TV Globo** se compromete, no caso de o Senado montar o espetáculo, a dar cobertura, a partir de julho, entrando com umas vinhetas, com uns filmetes de um minuto, de julho até setembro. E, na semana do Centenário, ela fará uma grande festa.

Apresentamos também uma proposta para JK em Serenata, para ser realizada em Belo Horizonte e aqui em Brasília. Ela foi apresentada à Secretaria de Cultura do Distrito Federal – a Secretária ficou interessadíssima –, e visa trazer o melhor violonista de cada Estado brasileiro. A Secretaria de Cultura convidaria as Secretarias de Cultura do Maranhão, do Rio Grande do Sul, da Bahia a escolherem o melhor seresteiro, o melhor violonista. Traríamos 27 violões e, em volta da estátua do Juscelino, faríamos, de 13 para 14, de sexta para sábado, uma grande serenata com violões do Brasil inteiro, com as bandeiras em círculo, com aqueles banquinhos do João Gilberto, e todos eles cantando músicas de seresta para Juscelino. Seria uma dimensão nacional da seresta do Juscelino, cada Estado com um violonista.

Propusemos também – e a Petrobras já deu uma resposta interessada, pediu o custo – fazer a grande carreata, com carros da época do JK. JK implantou a indústria automobilística. A Volks está interessada. Abriríamos a carreata com um Cadillac verde, que era do Juscelino, Prefeito de Belo Horizonte, em 1951, e que estou recuperando com o Pacífico Mascarenhas. Participará também da carreata o carro oficial em que ele passeou com o Craveiro Lopes, com Eisenhower, e os outros dois carros dele. Um, inclusive, está no Memorial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Eu pediria que você agilizasse um pouco, porque está na hora de encerrar a reunião.

Só queria saber o seguinte: não estou entendendo uma coisa, você tem três projetos que já estão aprovados, que não precisam da comissão.

O SR. PONCIO DE LEON – Na comissão, é esse projeto Repetindo JK.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Para qual projeto você precisa do apoio da comissão?

O SR. PONCIO DE LEON – Para o Repetindo JK, que é aquele para o qual a Globo já fechou a divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – É para esse projeto que você está pedindo o apoio da comissão?

O SR. PONCIO DE LEON – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então vamos nos ater a esse, porque os outros você, brilhantemente, já está executando. Só nos resta cumprimentá-lo por esse excelente trabalho. Creio que todo o Brasil ficará muito feliz. Nós, da Comissão, estamos contentes em saber que você já viabilizou até uma estória em quadrinhos do Presidente, que era o que faltava para a juventude.

Então, efetivamente, você precisa que a Comissão apóie esse projeto do dia 12 de setembro?

O SR. PONCIO DE LEON – Repetindo JK, porque a Globo está envolvida e quer dar cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Você já formalizou esse pedido à Comissão ou ao Presidente?

O SR. PONCIO DE LEON – Ao Presidente, porque ele havia me pedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – É possível formalizar à Comissão? O Relator precisa ter isso.

O SR. PONCIO DE LEON – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então preciso que você formalize urgentemente esse pedido, até hoje à tarde. Mantenha um contato com o nosso Relator para que S. Ex^a trave uma discussão melhor amanhã, com o nosso Presidente Ramez Tebet.

O SR. PONCIO DE LEON – Está certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Como todos puderam perceber, temos vários projetos, propostas brilhantes de cineastas, escritores, jornalistas, publicitários, todos querendo homenagear o Presidente. Alguns dependem de um apoio político desta Comissão, até porque não temos dotação orçamentária nenhuma. Teremos um encontro amanhã com o Senador Ramez Tebet justamente para solicitar um apoio financeiro, parte do Senado, parte da Câmara. Temos que ter um orçamento, senão será difícil para a Comissão trabalhar.

Também queremos, de uma forma ou de outra, ter o elenco dos pedidos. Temos aqui quase dez solicitações, as mais diversas possíveis. E o nosso Relator, Senador Francelino Pereira, certamente as enumerará para a Comissão votar as prioridades. Então estamos num bom caminho.

Antes de passar a palavra ao Relator, a quem pedirei para finalizar a reunião, tendo em vista que tenho que sair para a Câmara urgentemente, peço ao

(?) que encaminhe para a Comissão a relação de todos os eventos que a Comissão do Centenário do Executivo já está realizando para que não tenhamos uma duplicidade de ação. É importante sabermos quais são esses eventos para estabelecermos prioridades.

Passo a palavra ao Senador Francelino Pereira, que encerrará a presente reunião.

O SR. RELATOR (Francelino Pereira) – Inicialmente, peço desculpas, porque hoje estava participando de duas reuniões: uma da minha legenda, em Minas Gerais, e outra, da outra legenda, do Brasil inteiro. Só agora pude estar aqui.

Sugiro que realizemos o mais cedo possível um debate nesta Casa, com convite ao Ronaldo Costa Couto e ao Cláudio Pujunca, que escreveram dois grandes livros, um no plano mais objetivo, outro no plano mais jornalístico, sobre a memória viva de Juscelino. A contribuição do Congresso Nacional seria deixar um capítulo específico com a abertura de um debate em torno da história de Juscelino, os reflexos de sua vida e de seu itinerário de trabalho no desdobramento do Brasil. Seria fundamental. Com isso, introduziríamos um temática sobre a memória viva de Juscelino para debater exatamente a sua figura, o seu destino e o destino do Brasil. Essa é a proposta que faço. Cada um de nós trabalharia no sentido de promover um plenário lotado para debater o Brasil e JK. É a primeira proposta que faço ao Presidente desta Comissão.

Ao mesmo tempo, peço a todos que enviem à Comissão as suas propostas e também informações sobre o que já está deliberado para conhecimento nosso, assim como propostas sobre as quais possamos decidir, principalmente depois do encontro de amanhã com o Presidente da Casa, Senador Ramez Tebet.

Estas são as duas propostas que faço: realizar esse debate temático à memória viva de Juscelino e enviar à Comissão as sugestões escritas, expostas para o conhecimento da Casa, para evitar essa superposição e dar objetividade ao nosso trabalho. Essa dispersão nos leva à solidão e, conseqüentemente, a uma sensação de que não estamos pisando em terra firme, quando Juscelino soube sempre pisar em terra firme, na política, na vida, no trabalho e no destino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Eu gostaria de agradecer a contribuição que nos foi prestada por todos, de maneira especial a Maria Helena repre-

sentante da Fundação Israel Pinheiro, Dr. Roberto Mendonça, representante da Fundação Pátria Única, a Sra. Sâvia Dumont, que é escritora e ilustradora, o Adelmo Garcia, que é da Secretaria Executiva da Comissão por parte do Ministério da Cultura, e o Jornalista Poncio de Leon. Naturalmente os subsídios foram importantes. Atendam à recomendação do Presidente e também do Relator para que nós possamos, de maneira prática e objetiva, começar a obter resultados.

Agradeço a presença de cada um, lembrando que teremos nova reunião na próxima quarta-feira às 10h.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h09min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 392, DE 2001-SF, DESTINADA AO “ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA (INSTITUÍDOS PELO DECRETO S/N DE 5 DE JUNHO DE 2001)”.

Ata da 12ª Reunião, realizada em 19-3-2002

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dois, às quinze horas e cinco minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Waldeck Ornelas, Francelino Pereira e Maria do Carmo, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “*Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)*”. Havendo número regimental, a Senadora Maria do Carmo, no exercício da Presidência, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições do Dr. Humberto Santa Cruz Filho, Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia – AIBA e do Dr. Fernando Brendaglia Almeida, Superintendente da Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT, convidando-os para tomarem assentos à mesa dos trabalhos e concendo a palavra primeiramente ao Dr. Fernando Almeida para dar início a sua exposição, discorrendo sobre a Agricultura Irrigada. Após, a Presidência

cia passa a palavra ao Relator para fazer seus questionamentos e, após, ao expositor para responder às perguntas. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Dr. Humberto Santa Cruz para iniciar sua explanação, que falou sobre a Implantação do Solo na Região Oeste da Bahia. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Relator para suas considerações e indagações e, após, ao Dr. Humberto para responder. Fez uso da palavra o Senador Francelino Pereira. A seguir, a Presidência concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. A Presidência agradece as presenças do Dr. Humberto Santa Cruz e do Dr. Fernando Almeida pela grande contribuição prestadas a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerrou a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SR^a. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12^a Reunião da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 392, de 2001, destinada ao acompanhamento e à avaliação do projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê da Bacia, instituídos pelo decreto de 5 de junho de 2001.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Fica dispensada a leitura da ata.

A presente reunião se destina a ouvir as exposições dos Srs. Humberto Santa Cruz Filho, Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia, e do Dr. Fernando Almeida, Superintendente da Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e derivados do Vale do São Francisco, Valexport.

Convido para tomar assento a Mesa o Dr. Fernando Almeida. (Pausa.)

Convido para tomar assento a Mesa o Dr. Humberto Santa Cruz Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Almeida, para o início de sua explanação.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Srs. Senadores pelo convite formulado à Valexport – Associação dos Produtores e Exportadores do Vale do São Francisco.

Pretendemos fazer uma abordagem da forma como os produtores de frutas da região do Vale do

São Francisco estão avaliando o desenvolvimento de seus projetos e a sua relação com o Rio São Francisco, com a Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Temos uns dados preliminares. A Bacia do Rio São Francisco tem dois mil e oitocentos quilômetros de extensão, drenando uma área de seiscentos e quarenta e um mil quilômetros quadrados, com média de vazão na foz de dois mil e novecentos metros cúbicos por segundo.

É claro que, quando se vai discutir a utilização da água do Rio São Francisco, temos que enfrentar alguns conflitos de interesse dos diversos setores que têm utilidade e vida no Rio São Francisco, entre eles o consumo humano, a irrigação, a piscicultura, o transporte, a geração de energia e o lazer.

Cremos que, do ponto de vista do consumo humano, é o mais nobre que existe. É indiscutível a necessidade da utilização do Rio São Francisco para consumo humano. A produção de alimentos para consumo humano se dá pela irrigação dos perímetros irrigados privados e públicos e a produção de peixes em tanques cavados ou tanque-rede no rio ou nos lagos do Rio São Francisco. O transporte é importante na condução de alimentos e matérias-primas industriais, assim como a geração de energia e o lazer.

A captação de água para consumo humano na Bacia do São Francisco passa por cinco Estados, totalizando dez mil e duzentos metros cúbicos por hora em diversos Estados. Temos aqui a proporção em que os Estados participam captando água no São Francisco para consumo humano.

Apresento agora para V. Ex^{as} o outro lado da história – a utilidade para o consumo humano é nobre e inquestionável -, a irrigação. Essa é a foto do semi-árido sem irrigação. V. Ex^{as} podem verificar que é uma condição um pouco inóspita para a sobrevivência humana e geração de qualquer economia possível.

A agricultura irrigada vai lhes dar uma idéia da riqueza que se pode explorar pelo uso da irrigação racional da água do rio São Francisco. Isso é um pouco do que a Valexport trará como experiência da sua área de atuação, a região que circunscreve e que vou lhes apresentar.

A Valexport está no submédio do São Francisco. Neste mapa verde-claro, temos a Bacia do São Francisco e, no verde-escuro, o submédio São Francisco.

O submédio São Francisco é o único semi-árido tropical do mundo explorado com agricultura irrigada, o que propicia algumas vantagens excepcionais para se produzir na região. Entre elas, a possibilidade de produzir ininterruptamente ao longo de todo o ano. É

o único no Planeta. Mais de duas safras/ano por planta, baixa incidência de doenças, proximidade de mercados externos, abundância de mão-de-obra e necessidade de criar emprego, baixo valor da terra para investimento, comparado com outras regiões do País ou do mundo, e água com qualidade e, esperamos, com disponibilidade para a agricultura irrigada.

Alguns dados importantes: a área irrigada no submédio São Francisco é da ordem 140 mil hectares. O total da Bacia do São Francisco abrange, aproximadamente, 300 mil hectares, segundo dados da Codevasf, sendo 140 mil no submédio São Francisco. A área irrigável possível para a região como um todo, segundo dados da Planvasf, é da ordem de 8 milhões de hectares, considerando 60Km da fonte de água e até 120m de adução. Mas para efeito de não competir com a geração de energia, estima-se que seria adequado até 800 mil hectares de uso para a agricultura irrigável, da qual hoje temos, há disse, apenas 300 mil. E me arrisco a dizer, posteriormente vou justificar, que a área, no meu entender, é muito maior do que 800 mil hectares. Poderíamos irrigar, de forma consciente e racional, até 2 milhões de hectares sem afetar absolutamente a geração de energia.

Insolação na região: 3 mil horas/ano. Temperatura média: 28°. Umidade relativa: 50%. Precipitação: muito baixa, em torno de 450ml/ano.

Uma idéia dos cultivos. Falaremos um pouco da produção global, mas gostaria de enfocar a área de frutas, específica da Valexport. Já contamos com 49 mil hectares daqueles 140 com fruticultura. Os principais são a manga, a uva de exportação e demais frutas que se desenvolvem na região.

É importante falar do impacto da irrigação na vida daquela região. E para falar a respeito disso devemos entender, por exemplo, o impacto da fruticultura na região. É por intermédio da agricultura irrigada que se desenvolve a fruticultura, maior fonte de geração de empregos na Bacia do São Francisco. Citando um dado comparativo, em 5 mil hectares de soja são gerados 100 empregos. Em 5 mil hectares de uva, fruticultura, 25 mil empregos.

Aqui uma idéia de quantos empregos diretos por hectare de frutas. Observem que uva, ao redor de 25 pessoas por hectare, direto. Acerola, 6. E, na média, 2,5 pessoas se empregam na fruticultura.

Aqui uma idéia do investimento necessário para gerar o emprego. Com US\$6 mil se gera um emprego na fruticultura irrigada. Para fazer a mesma coisa no setor químico são necessários US\$200 mil; na pecuária, US\$100 mil; no setor automotivo, US\$90 mil para gerar o mesmo emprego.

Não apenas a geração de emprego é importante na fruticultura. A geração de renda também. Cada hectare de frutas gera aproximadamente US\$10 mil por hectare de renda, chegando a US\$30 mil por hectare/ano de renda, no caso da uva.

Aqui é importante dizer que, como V. Ex^{as} observaram que há um alto número de pessoas que trabalham por hectare, a porcentagem é muito alta, grande parte da renda é utilizada para pagamento de mão-de-obra que, além de tudo, é especializada. Ou seja, recebe acima dos pisos convencionais, o que promove uma distribuição de renda, de fato.

Além disso, trabalham igualmente na fruticultura homens e mulheres. Assim, via de regra, trabalham o marido e a esposa, com isso formando uma classe média rural no interior do Nordeste brasileiro, o que, no nosso entender, possibilita a interiorização do desenvolvimento em bases sustentáveis, a existência da agricultura irrigada, principalmente a fruticultura irrigada, dentre eles. Mas não fica apenas nisso. Gera divisas também. O Brasil exportou 94 mil toneladas de manga, no ano de 2001, e o Vale do São Francisco representou 82 mil, 86% do total, ou seja, uma receita de US\$43,4 milhões na exportação.

No caso da uva, representamos 95% da exportação brasileira de uva, no Vale do São Francisco, com 20 milhões. Em toneladas de exportação, esse ano, fizemos aniversário, chegamos a 100 mil toneladas de exportação de frutas. Para vocês terem uma idéia do que isso significa, há dez anos, não chegava a cinco mil toneladas a exportação de frutas da região. Então, em função de um programa forte de agricultura irrigada, estamos avançando muito.

Sobre a energia para gerar um emprego, em um semestre de fruticultura, gera-se um emprego utilizando 1.200 KW. Para se gerar um emprego, também em um semestre, na indústria de cimento, gasta-se 512 vezes mais. Então, não se discute também consumo de energia com produção de alimentos e geração de empregos.

Está aqui uma idéia dos perímetros que estão em operação na região. Nós temos diversos perímetros, tanto pelo lado de Pernambuco como pelo lado da Bahia, e a vazão de captação total é da ordem de 79,14m³/segundo. Com mais os projetos que estão em construção, Pontal, em Petrolina, e Salitre, em Juazeiro, acresce a esse valor 49,80m³/segundo de captação para irrigação, que ainda não estão sendo consumidos, mas que serão.

Aí é a distribuição, o que cada perímetro capta em m³/segundo, sendo que o salitre é o maior deles, com 42 m³/segundo de captação.

Aqui é uma idéia total dos destinos de captação, então agora é uma simulação. Se nós somarmos a vazão captada para consumo humano das regiões de Petrolina e Juazeiro, para consumo das outras regiões, daqueles Estados que captam no rio para consumo humano, somarmos os projetos de irrigação em operação, mais os projetos em construção, vamos chegar com uma vazão de 131 m³/segundo.

Esse é o dado talvez mais chocante de todos, toda a geração de emprego, riqueza, renda e divisas que está sendo feita hoje no Vale do São Francisco. E eu quero destacar um trabalho recém-feito pelo Ipea, que fez um **ranking** das cidades mais dinâmicas do Brasil e destacou Petrolina, em segundo lugar, e Barreiras, em terceiro lugar, o que demonstra que a agricultura irrigada tem uma força incrível, consumindo somente 131 m³/segundo.

A geração de energia do lago Sobradinho, com aproximadamente 5 mil km² de superfície, de evaporação estática, parado, quietinho ali, leva 300 a 400 m³/segundo de água, ou seja, quase três vezes mais do que a irrigação para gerar esse volume todo de emprego, renda e divisas.

Para dar um exemplo mais concreto do que isso significa, eu queria utilizar um dado que peguei do projeto Senador Nilo Coelho, ou seja, eu pincei um daqueles projetos e estou colocando em perspectiva, para vocês entenderem a dimensão social e econômica desse projeto. Ele é um projeto que engloba dois Estados, Pernambuco e Bahia; tem dois mil produtores; 172 pequenas, médias e grandes empresas; uma área irrigada de 20 mil hectares; consumo médio total de captação de 23,20m³/segundo, o que dá um consumo médio de 4.300m³ por hectare/ano, quando a média estimada para irrigação é da ordem de 20, considerando entre pivô, aspersão convencional e micro. Lá é um projeto misto, de micro e miniaspersão, então dá uma relação de 4,3, em vez de 20.

Há setenta mil empregos diretos e indiretos relativos ao projeto, sendo que 25 mil são diretos. Dentro do projeto Senador Nilo Coelho, trabalha esse volume de pessoas.

Faturamento anual. Este dado está um pouco defasado, porque só consegui o faturamento do ano de 2000. Teríamos que ver o de 2001, que já deve ser superior. Cento e oitenta e um milhões de reais.

Aqui também quero fazer uma ressalva: foram consumidos na concepção e instalação desses perímetros US\$400 milhões do Governo Federal. Ele gera já 180 milhões ao ano de renda, beneficiando, diretamente, uma população de 25 mil e, indiretamente,

de 70 mil, de novo ressaltando a importância econômica e social desses projetos.

O projeto inicial visava à produção de grãos, e, hoje, há 92% em culturas perenes. A subsistência foi eliminada, e a maioria está partindo realmente para a fruticultura irrigada por microaspersão. Aqui há troca da agricultura de subsistência para culturas perenes.

Dado do consumo estimado de energia, em megawatts, nesse projeto: em torno de 22 mil megawatts/hora. Hoje, trabalhando com 20 horas/dia, não há como aumentar isso.

Qual o trabalho que estamos fazendo para diminuir tanto o consumo de energia como o de água nesses projetos? Estamos trabalhando a eficácia dos equipamentos. Então, primeiro, nas estações de bombeamento está sendo feita uma revisão completa, no Nilo Coelho, e agora estamos trocando todo o sistema de aspersão por sistema de gotejamento, microaspersão, ou seja, gota planta a planta. Por isso, estamos estimando – e aí estão os cálculos – uma redução de mais da metade. Ou seja, vamos consumir, quando terminar essa reconversão tecnológica, 44% do que se consome hoje. Então, vocês viram que o nosso consumo era da ordem de 22.000 e deve cair pela metade, em metros cúbicos por segundo, só com adequação de equipamentos. O grande problema aqui é que o produtor hoje não tem recursos financeiros para fazer essa reconversão. Estamos tentando criar uma matemática que lhe possibilite fazer isso, garantindo ainda mais a redução de água.

Se extrapolarmos esse dado para todo o sistema, poderemos dizer que os 131 metros cúbicos por segundo de todos os projetos poderiam, com eficácia na aplicação de equipamentos em irrigação, descer para a metade. Por isso, eu dizia no início que não são apenas 800 mil que se podem fazer com o atual consumo. Pode-se dobrar com o atual consumo. Isso ficaria, agora, quatro vezes menor do que a evaporação estática do lago para gerar energia.

Aqui, as vantagens da micro em relação à aspersão convencional. Acho que são só alguns detalhes. Talvez, o mais importante, do ponto de vista da conservação do rio também, é que ela não promove lavagem defensiva, ou seja, não contamina o lençol freático e não leva defensivos ao leito do rio.

No caso desse projeto Nilo Coelho, seriam necessários investimentos da ordem de 35 milhões, para reverter todo o sistema em microaspersão, garantindo-se, assim, metade do consumo de água e energia dentro do projeto, mantendo-se o atual nível de plantio e produtividade.

Aqui, chamando atenção, também, para a energia, o setor rural só consome 0,4% do que é consumido pelos outros setores na geração da Chesf. A agricultura irrigada na bacia, entre Barreiras e Petrolina/Juazeiro, é um terço disso, zero e alguma coisa, também irrisório.

Aqui, dados do afluente.

Bem, quanto ao tema “geração de energia”, a área que nos toca é entender um pouco mais o lago. Lá, estamos com a capacidade de geração de 1.050 megawatts, uma afluência média aproximada de 2.500 e uma defluência de 2.000. Essa diferença entre uma e outra é a evaporação estática e algumas perdas no sistema.

Aqui é importante frisar que, segundo a lógica de que se pode agregar até 20% de energia alternativa eólica numa usina como Sobradinho, poderíamos ter no lago um **offshore** produzindo até 200 megawatts, que é o total que a agricultura irrigada de todo o vale está consumindo. Isso significa que não haverá depreciação para a energia em nenhum litro d’água se repusermos essa energia.

Área de influência. Falei sobre o consumo humano, irrigação, geração de energia. Agora mencionarei alguns dados sobre transporte. Penso que é muito importante dar maior ênfase ao transporte hidroviário. Na Bacia do São Francisco, existe essa possibilidade. De Petrolina e Juazeiro até Pirapora são 1.300 quilômetros, servindo aos corredores de exportação centro-leste e nordeste.

Potencialidade de fluxo de carga para a hidrovía do São Francisco. A hidrovía serviria o oeste e o nordeste da Bahia, o Centro-Sul, o norte de Minas, o nordeste e o oeste de Goiás, como outros. Aí está uma gama de produtos que poderiam circular pela hidrovía do São Francisco sem comprometer geração de energia ou irrigação e potencializando a competitividade desses produtos, dado que o meio hidroviário é o de menor custo por quilômetro. Para que a hidrovía se torne realidade, é preciso que se atue, de forma forte, no tratamento do assoreamento. É preciso desassorear o Rio São Francisco para que seu canal seja aberto para a navegação. Considero este um trabalho emergencial, senão estaremos afogando e onerando demais a produtividade de todo o oeste baiano principalmente.

Capacidade. Não sou especialista em hidrovias, mas levantei alguns dados disponíveis para o São Francisco atualmente. Toda a frota da Franave serve hoje à Caramuru, que processa soja e milho na região de Petrolina e Juazeiro.

Distribuição. Trata-se da distribuição daqueles 131 mil m³ da irrigação entre os diversos Estados, incluindo-se aí o consumo humano.

Queria concluir esta exposição, Srs. Senadores, dizendo que, do nosso ponto de vista e considerando o consumo humano como prioritário, não vejo competição entre agricultura irrigada e geração de energia. Na verdade, na geração de energia, a água é substituível pelo vento, pelo sol, por combustível ou até mesmo se pode gerar energia em outras regiões e fazer a transposição para suprir o consumo no Norte e Nordeste; por outro lado, no que se refere a irrigação, consumo humano, hidrovias e piscicultura, a água é insubstituível.

Esta é a posição da nossa associação: deve-se dar ênfase e uma importância cada vez maior à agricultura irrigada na região, que é, de fato, o que faz essas cidades do leito do São Francisco terem vitalidade.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornélas, para suas indagações.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL BA) – Enquanto se resolve o problema tecnológico da exposição do Presidente da Aiba, gostaria de esclarecer alguns aspectos da exposição do Superintendente da Valexport, explorando um pouco mais os conhecimentos dele sobre o Rio São Francisco.

Recentemente, o Ipea publicou um trabalho do Dr. Gustavo Maia Gomes, um dos nossos próximos expositores, mostrando a importância econômica da fruticultura irrigada nas margens do São Francisco. O rio vive uma situação em que é necessário e indispensável – e esse deve ser um dos objetivos do projeto de revitalização – garantir que tenhamos água suficiente para tocar os projetos de irrigação que, pelos números apresentados pelo Dr. Fernando Almeida, constitui o grande gerador de emprego e de renda, dado que está confirmado também nesses estudos do Dr. Gustavo Maia Gomes.

De modo que não há dúvida, por isso se escolheu o setor de irrigação para apresentar aqui as suas características em relação ao São Francisco, porque é um setor, sem dúvida, mais dinâmico e mais importante em relação ao uso da água do rio, que passa por uma situação crítica.

Gostaria de ter um pouco de aclaração nos seguintes pontos: esses 300 mil hectares irrigados constituem somatório da irrigação pública e privada ou somente da irrigação pública da Codevasf? O Pólo Juazeiro/Petrolina, especificamente, concentra 140

mil hectares desses 300 mil totais existentes no Vale. Neste caso estaríamos computando também a irrigação privada ou somente a irrigação pública? Esse é um ponto que gostaria de ter aclarado, apenas a título de informação. V. S^a fez uma afirmação que ultrapassa os números que o Planvasf tinha estabelecido, de 800 mil hectares de irrigação. Quero aprofundar-me um pouco mais essa discussão. Na verdade, o seu raciocínio é com base na otimização do uso da água dos projetos de irrigação, que permitiriam chegar até a 2 milhões de hectares. Mas parece que há uma certa solidariedade, no submédio São Francisco especificamente, entre a irrigação e a geração de energia, que decorre do fato de que as quotas de captação dos projetos de irrigação foram dadas pela companhia geradora de energia, de modo que a quota de captação está compatível com as necessidades de vazão mínima da Chesf para a geração de energia. V. S^a diz que a geração de energia pode ser substituída, já a água para a irrigação não pode ser substituída. Há necessidade e conveniência de mudar essas quotas de captação, se for o caso, para enfrentar situações de seca como essa que enfrentamos no ano que passou. Necessariamente, qual o impacto que o "apagão" teve no submédio São Francisco, seja pelos limites de consumo de energia que foram impostos ao setor de irrigação, já que sabemos, pelos números apresentados, que temos uma utilização otimizada em pelo menos uma porcentagem dos projetos, seja em relação à redução de vazão para a captação dos projetos. São os três pontos que eu gostaria de explorar.

Parece que V. S^a identificou como ampliação da área Salitre e Pontal, são projetos em implantação. Sabemos que há nessa área também a hipótese do projeto Cruz das Almas em Casa Nova e há a implantação do projeto Baixio do Irecê, na região de Xique-Xique. Pergunto se, no caso, o Baixio do Irecê também tende a ter uma integração operacional com essa área do submédio São Francisco, já que está no remanso do lago do Sobradinho. Eu gostaria de alguns comentários sobre esses aspectos.

A SR^a PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Concedo a palavra ao Dr. Fernando Almeida.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Pois não, Senador. Primeiramente, para esclarecer, estamos com 300 mil hectares – dados da Codevasf – na Bacia do São Francisco, entre público e privado. Nesses estão os perímetros públicos somados às iniciativas privadas de captação. O segundo ponto é com relação aos dados da Planvasf. Na verdade, esse órgão fez um levantamento baseado em classes de solo 2, 3 e 4, mantendo uma distância de 60km da fonte do rio ou

do lago e até no máximo 120m de altitude de adução para configurar o que poderia ser irrigado nessa região. Os dados são 8 milhões de hectares. Esse estudo foi levado à Chesf que então compatibilizou com a sua necessidade de geração de energia e chegaram a um número de 800 mil hectares, considerando um consumo de 20 mil m³ ha/ano para esses 800 mil hectares. Na verdade, esse seria o consumo máximo de todos os projetos. Se todos os projetos tivessem usando um sistema de irrigação menos eficiente possível, estaria gastando 20. Vimos hoje na exposição que o Nilo Coelho está gastando cinco, ou seja, um quarto desse volume.

Nessa linha de otimização, que pode ser melhorada, são 140 mil hectares que estão com um volume de consumo na ordem de cinco, de sete mil, e não de vinte. Então usando o parâmetro que a Planvasf utilizou, teremos multiplicando não de 800, mas, sim, para 1.600 ou até 2 milhões de hectares irrigáveis que poderiam ser irrigáveis sem comprometer a atual geração de energia no complexo Chesf na Bacia do São Francisco.

Um dado importante, muito bem colocado pelo senhor como questão, são as quotas de captação. São quotas fornecidas pela Chesf e que, na verdade, nunca causaram grande aborrecimento até chegarmos à situação do ano passado, para surpresa de todos, quando o nível do lago desceu demasiadamente, de forma que muitas bombas de irrigação ficaram fora da área de captação. Quase todos os produtores privados ficaram impossibilitados de captar e os perímetros que tinham as quotas mais baixas também ficaram sob o risco de não captarem.

Talvez o ponto mais crítico da questão entre geração de energia e utilização da água para a irrigação é a questão de quem administra o fluxo de água, quem administra as comportas do Rio São Francisco. Se segurarmos água no lago demasiadamente, diminuiremos o fluxo a jusante, de forma que as bombas de irrigação que tiverem a jusante podem ficar fora d'água, não captarem. Se baixar o Rio São Francisco de vazão 1000 jusante a Sobradinho acima de 1000m³ por segundo, corremos o risco de termos as nossas bombas fora de água. Por outro lado, se baixar muito o lago, ou seja, subir o rio e baixar o lago, por exemplo, aumentar a vazão para abastecer Paulo Afonso e baixar o lago rapidamente, ou numa situação como a do ano passado, as bombas que estão localizadas no lago é que podem ficar fora da captação. O produtor no seu dia-a-dia, que tem um investimento altíssimo alocado lá e uma responsabilidade social econômica muito grande, não tem condições de se-

quer opinar sobre esse fluxo de água. Na verdade, a Chesf controlava esse fluxo ao longo do ano e atualmente o ONS, ou seja, a abordagem, a perspectiva que se adota para gerenciamento do fluxo de água no rio é uma perspectiva de energia. Como acabamos de ver, ela é a menos importante das atividades que são e podem ser desenvolvidas no leito do Rio São Francisco. Assim, há que haver uma participação mais efetiva dos usuários da irrigação, da piscicultura, da navegação no gerenciamento desse fluxo, dessa vazão do Rio São Francisco. Talvez esse seja o ponto mais importante.

Com relação à participação de Irecê, ele estaria, sim, incluído nesse conjunto do submédio São Francisco sem dúvida, e os demais projetos em desenvolvimento são projetos que estariam cumprindo essa quota ainda abaixo dos 800 mil e muito abaixo dos dois milhões que computo possíveis.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Esse comentário que o senhor acaba de fazer mostra duas coisas: a primeira, que o próprio cálculo da capacidade de irrigação no Rio São Francisco foi feito em função da geração de energia, tomando como limite os 20.000m³ por hectare/ano; a segunda, que o problema da operação do rio, que tem sido feita também pelas empresas isoladamente – Chesf e Cemig – e agora pelo Operador Nacional do Sistema, considera, fundamentalmente, a geração de energia. Isso demonstra a necessidade do comitê de gestão da bacia, para que se tenha o plano de recursos hídricos do rio e para que, dessa forma, possamos ter uma melhor avaliação, um melhor desempenho do rio na sua função social.

Houve um ponto que senhor não abordou, referente ao reflexo do racionamento sobre a produção, a produtividade, a atividade da irrigação. Não sei se o senhor deseja comentar sobre o assunto, pois eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Com relação ao racionamento, tivemos a oportunidade de apresentar, na Comissão Mista de Energia, os nossos argumentos, para tentar excepcionalizar a agricultura irrigada do racionamento. Ponderamos que o problema da agricultura irrigada é de ordem fisiológica, não de engenharia hidráulica; ou seja, a planta não pode ficar sem água porque isso leva à perda de produtividade, de qualidade e a problemas fisiológicos enormes. Por ser um fato inédito na região, o corte da irrigação poderia trazer perdas inestimáveis. Isso foi mencionado na Comissão Mista, mas, infelizmente, não fomos excepcionalizados. Continuamos tendo de fazer um racionamento ilógico, cortando água além da quantidade

de que a planta consegue suportar. Uma vez que já abastecemos a planta com gota, trabalhar com meia gota é muito difícil. Dizíamos, então, que o cálculo da perda não era fácil de ser realizado, porque nunca tínhamos convivido com um dano fisiológico dessa natureza.

Hoje podemos trazer esses dados. Na verdade, tivemos uma queda de produtividade do produto colhido na ordem de 25%. No momento da colheita, o produto parecia perfeito, não expressava ainda o dano fisiológico; ao chegar no mercado, expressou dano fisiológico, estando murcho e com pouca consistência, perdendo o valor de mercado. Houve uma tragédia, principalmente no setor de exportação: embarcaram-se frutas para o exterior aparentemente boas, mas com um dano fisiológico interno constatado 10, 15 dias depois nos mercados de chegada desses produtos. Assim, as liquidações das frutas caíram violentamente em relação à média normal das outras safras.

A região hoje passa por uma dificuldade grande, principalmente para os pequenos e médios produtores, que já estavam descapitalizados e perderam demais, em termos de venda. Um exemplo prático, uma caixa de manga, que estava sendo vendida a US\$8, US\$9, no exterior, passou a ser vendida – constatados os danos fisiológicos – a US\$2, US\$2,5, no máximo US\$3, ainda com o custo de o produtor ter que pagar a resseleção e o reembalamento disso, no exterior, para tentar ainda vender de alguma forma.

Não tenho dúvidas – e a Embrapa confirma – de que os danos fisiológicos aconteceram nas áreas que sofreram o racionamento. E, em áreas que não sofreram, o produtor conseguiu manter o mesmo regime hídrico – às vezes por desobediência ao que realmente tinha que ser feito –, e não houve essa perda.

Esperamos que, em função disso, de alguma maneira, possa haver alguma negociação com o Governo, estendendo a dívida desses pequenos e médios produtores, proporcionando um financiamento mais factível, para que haja uma recuperação dessa perda imputada pelo racionamento na região.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Muito obrigado ao Sr. Fernando Almeida. Vamos ouvir, então, o Dr. Humberto Santa Cruz, Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia, Aiba, já que os problemas tecnológicos foram resolvidos.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – Com os problemas resolvidos, vamos dar andamento a esta reunião, falando um pouco de uma região de diferente implantação, com uma ocupação do solo um pouco

diferente do que acabamos de ver no submédio São Francisco, que seria a região oeste da Bahia.

Gostaria de começar falando um pouco sobre a localização. Todos estão vendo no oeste da Bahia: ali, ao lado esquerdo, há o Rio São Francisco, que seria o limite da nossa região, que, há vinte anos, era considerada o Além São Francisco. Hoje, não se fala mais em Além, e realmente é uma região que já ocupa um espaço bastante grande na agricultura brasileira.

Vocês podem ver ali como é a bacia hídrica dessa região. Temos 46 rios perenes e, o mais importante nisso tudo, temos, aqui no lado esquerdo, a divisão com os Estados do Tocantins e de Goiás. Aquela linha ali do centro é, mais ou menos, a divisão dos cerrados: a região dos cerrados e a região do vale. Isso é bem característico na região oeste.

Na região dos cerrados, temos uma altitude média em torno de 80m, com um regime de chuvas variando de 1.200 a 1.600mm de água de chuva por ano; na região do vale, chegamos até a 700mm. Então, é uma característica que faz com que realmente toda a área de plantio de grãos de sequeiro fique na área de cerrado, aproveitando as chuvas, bem características nos meses de outubro a abril.

Os rios são todos perenes. A bacia maior que há é a do rio Grande, formada pelos rios Preto, Branco, Ondas, das Fêmeas e São Desidério, com uma vazão de 230 m³ por segundo.

A Bacia do Rio Corrente é outra também de grande importância, formada pelos rios do Meio, Correntina, Arrojado e Formoso. Essa região ainda não está tão desenvolvida como a região da Bacia do Rio Grande, mas já tem bastantes atividades implantadas, principalmente projetos da Codevasf no Rio Formoso e no setor público.

No Carinhanha, só temos esses os rios Itaguaí e do Meio. Na verdade, os outros rios estão no Estado de Minas Gerais.

No Rio São Francisco, há uma vazão já outorgada de 100,1m³/s. Ressalte-se uma característica bastante própria desta região: o entrosamento muito grande entre o setor privado e o órgão responsável pelas outorgas de água. Quer dizer, 100% dos projetos de irrigação do resto da Bahia são outorgados pelo órgão de Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia.

Esse trabalho iniciou-se na década de 90, e a própria Aiba, na época, não era nem o SRIH ainda o órgão. Desenvolvemos esse projeto ao longo do tem-

po, e o nosso principal insumo era a água. Hoje 100% do projeto está desenvolvido.

Isso não quer dizer que nós não tivemos conflitos com a água. O nosso principal conflito de água na região foi na Bacia do Rio de Fêmeas, onde, na época, existe uma hidrelétrica. O conflito principal travou-se entre os irrigantes e a concessionária de energia. Depois de algum, o problema foi resolvido, ficando 1/3 da bacia da água para o consumo dos irrigantes e 2/3 para a geração de energia, sendo que o consumo humano de água já é bastante pequeno nessa região.

Tivemos também problemas em relação a dois outros rios. No Rio Branco, houve um conflito entre os próprios irrigantes, mas atualmente já foi resolvido.

A principal característica dessa região também é excelente qualidade da água. Ela enquadra-se na categoria C1-S1. É água límpida, excelente para irrigação e consumo.

Outra característica do produto dessa região são as terras planas e bastante mecanizadas. Primeiramente pode parecer que o solo é arenoso, mas vê-se aí uma área de plantio de algodão, em que, na faixa escura, já foi colhida uma parte.

Esses outros são solos planos, francos-arenosos, na realidade são solos fracos, que precisam realmente de bastante insumos para se tornarem produtivos.

Na verdade, o mais barato aí, desde o início, foi o solo, a terra. O caro é fazê-la produzir. Essa é uma característica geral dessa nossa região. Como se vê, dá a idéia de uma fazenda, tem um campo de pouso à esquerda; as distâncias são muito grande, por exemplo, da sede do município até a fazenda tem se que andar 300km.

Vamos rapidamente falar sobre a estrutura. A Aiba é regida pelo conselho diretor, em que todas as entidades do oeste da Bahia estão representadas. Então, hoje, quando se fala em oeste da Bahia, não se fala só em uma atividade ou outra. Todos os produtores estão representados neste conselho pelos seus presidentes. No departamento de algodão, há o presidente da Abapa, há o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, da Cofrutaoeste, da Crioeste, da Fundação Bea, que é uma entidade de pesquisas e representa os grãos. Então, isso dá uma idéia que hoje o oeste da Bahia fala uma mesma língua quando quer negociar, conversar com os diversos órgãos públicos e privados.

Há uma característica um pouco diferente das outras regiões. São aproximadamente um milhão de

hectares e 1.200 sócios. Só na área de grãos, temos um milhão de hectares. No total, temos um milhão e quatrocentos. O módulo médio é acima de mil hectares. Não existem pequenos produtores nessa região. Isso se explica até pelo tipo de solo, que não permite fazer uma agricultura de subsistência. Os solos exigem tecnologia, o que custa tempo e dinheiro; para compensar tudo isso, precisamos ter um módulo mínimo de produção. Produzimos 3 milhões e 750 mil toneladas de grãos; aproximadamente, 3,5% a 3,7% da produção brasileira.

Alguns dos senhores já deve ter visto que Barreiras foi o pólo de agricultura que mais cresceu neste País ao longo desses vinte anos e teve um crescimento acima de 15% ao ano. E estimamos, daqui para frente, um crescimento de 8% ao ano. Temos 65 mil hectares irrigados só de área privada. Com a área pública chegamos a 75 mil hectares. Desses, nós temos 200 sócios. Os senhores podem observar que o módulo também é grande: em torno de 300 hectares irrigados por fazenda.

Vamos começar a falar de cada cultura. Este ano fizemos um convênio com um programa do Estado de incentivo aos produtores de algodão. Em 1995, praticamente não tínhamos algodão no oeste da Bahia; hoje, estamos com 57 mil hectares. Estimamos uma produção de 93 mil toneladas para este ano e um acréscimo nos próximos quatro anos, principalmente em virtude desse incentivo do ICMS. O Estado abriu mão, cedeu 50% do ICMS; desses, os produtores também abriram mão de mais 10% para fazer inclusive um fundo de pesquisa na atividade do algodão.

O café é outra grande vedete nossa. Já estamos com seis anos. Praticamente, o primeiro pivô central foi em 1995. Este ano já vamos para 500 mil sacas de café e temos uma perspectiva, para os próximos quatro anos, de chegar a um milhão de sacas.

Ainda estamos com um problema técnico, mas vou continuar com a minha explanação. Na verdade, toda essa explanação teria fotos que não estão saindo. Infelizmente, não sei qual é o problema, mas teríamos fotos bastante elucidativas sobre este assunto.

No caso de frutas, estamos bem abaixo da região de Petrolina e Juazeiro, com 6 mil e 500 hectares, e temos uma previsão de crescimento para 11 mil hectares nos próximos anos. Para os senhores terem uma idéia, naquele pólo de Petrolina, nós temos 49 mil hectares. Vocês notaram também que em Petrolina nós temos 450mm de chuva por ano. Nessa região temos de 1200 a 1600. Para a fruticultura a chuva causa problemas, principalmente fun-

gos, doenças e pragas, e isso faz com que, no caso de uvas, por exemplo, não possamos ter duas safras por ano. Esse é um pequeno exemplo do motivo por que não crescemos tanto quanto a região de Petrolina e Juazeiro.

A pecuária também é mais tradicional no vale na região mais baixa, onde os solos são melhores, e temos aproximadamente 200 mil bovinos. Esse crescimento é previsto principalmente em função da construção de um frigorífico, que a partir deste ano deve ficar pronto e incrementar a atividade pecuária, e também há uma atividade de rotação de cultura dos grãos. Então, teríamos o grão durante aproximadamente cinco anos e depois faríamos a rotação com cultura, com resultados excelentes. Na pecuária, na região do cerrado, a coisa se complica um pouco mais, devido à baixa fertilidade dos solos. Então é importante essa rotação.

Para V. Ex^{as} terem idéia, nada se faz neste País sem pesquisa. A Fundação BA, junto com a AIBA, a Embrapa e a AIBDA, está há mais de seis anos pesquisando novas linhagens, e a primeira variedade a ser criada depois do estudo dessas linhagens seria a BRS Barreiras, que estaria totalmente adaptada à região já no próximo ano, com esse lançamento.

A mesma coisa ocorre com relação a esse trabalho de melhoramento genético na cultura do algodão. Também relativamente ao café ensaios de nutrição de variedades são feitos e tudo mais.

É impressionante vermos que hoje a consolidação da região oeste da Bahia passa por essa diversificação da sua matriz produtiva, onde 51% corresponde à área de soja, que sempre foi e será o carro-chefe da região, mas se consolida pela diversificação, principalmente com o crescimento da área de algodão e café.

O milho e o algodão entram como diversificação também da cultura, uma rotação da cultura de soja. Então, com essa rotação de milho e algodão com soja, teremos aproximadamente a cada três, quatro anos uma mudança, fazendo com que se consolide esse quadro de crescimento ao longo dos anos que temos visto no oeste da Bahia.

Para se ter uma idéia, há 20 anos – agora há fotos – a região oeste da Bahia – como já disse – não tinha nada, e hoje são cultivados 800 mil hectares com a produção de 2 milhões de toneladas de grãos. A nossa perspectiva é a de que daqui a dois anos teremos 3 milhões de toneladas de grãos.

Houve uma pequena redução da produção de milho este ano, basicamente em função dos preços

baixos do ano passado, mas V. Exas reparem que a perspectiva para o ano que vem já é completamente diferente, mas ele sempre estará atrelado à rotação da cultura da soja.

O crescimento do algodão é impressionante. No caso da Bahia, região do Vale do Iuiu, com graves problemas de chuva de Guanambi. Toda essa cultura está se deslocando para o oeste da Bahia. Há quatro anos, não tínhamos uma indústria de beneficiamento de algodão, e hoje já temos 26 indústrias.

Essa foto é um pequeno exemplo naquela fazenda que vocês viram, em que o algodão é colhido por colheitadeiras de quatro linhas e que também dá uma idéia da produtividade. Estamos chegando a 300 arrobas por hectare de algodão na região de Sequeiro e até 400 arrobas na região irrigada. Talvez a foto não esteja bastante clara, mas é impressionante a quantidade de café que tem um pé desses. Para se ter uma idéia, essa é uma fazenda, na região de Luiz Eduardo Magalhães, onde foram colhidas 200 sacas de café por hectare. A média nacional é de 18 sacas por hectare. É lógico que isso não é média de quatro anos de café, mas a nossa média nas fazendas lá está em torno de 70 sacas por hectare, o que é formidável. Toda a área tem que ser irrigada. Não existe café na região sem irrigação. Toda cultura perene tem que ser irrigada devido àquele período de seis meses sem chuva.

Esses foram os primeiros cafezais na região em que o plantio não era ainda circular. Então, vocês estão vendo que a água e o pivô central irrigam não só o pé de café, mas entre as linhas de café, ou seja, está irrigando e adubando também o mato. Devido à necessidade de se economizar energia, água e adubação, vamos ver um exemplo do que é hoje um pivô. Os plantios são circulares.

Nessa foto, vocês podem ver as linhas onde passam as torres dos pivôs. O café já não é mais reto, e a água cai exatamente em cima do pé de café com adubação colocada só ao longo do cafeeiro. Então, há diminuição no uso de máquinas nas entrelinhas, havendo uma compactação. É a tecnologia implantada ao longo desses anos.

Com relação às frutas, esse número já aumenta se considerarmos basicamente a região de Lapa. Temos 11 mil hectares. Como atividade principal temos a banana, com 4 mil hectares, mamão, com 2.500 hectares, citros, mas o forte ainda são a banana e o mamão, também ainda longe da região de Petrolina.

O arroz, uma atividade que, no início da plantação, foi bastante difundido, com a tecnologia, viu-se que não se precisava abrir área com o arroz, como os

gaúchos falavam à época. Hoje, pode-se abrir área com feijão, soja. Isso se manterá, não crescerá muito.

No caso do feijão, grande parte ainda é de sequeiro também, cuja área irrigada corresponde a mais da metade dessa produção. Varia muito em função de Irecê, principalmente em área irrigada. Quando Irecê vai mal, planta-se um pouco mais de feijão na entressafra irrigada.

Ali a pecuária, também já falamos. São 200 mil cabeças e está crescendo.

Na verdade, a grande preocupação dos produtores é quanto ao aspecto ambiental. Hoje não se pode falar em produção, principalmente em exportação sem se tomar cuidado com o aspecto ambiental e social. Então praticamente 100% dos produtores já possuem outorgas e agora estamos monitorando não só as águas superficiais, mas também as de poço profundo. Estamos fazendo um estudo na região porque há rios com o seu limite de outorgas estourado. O crescimento da região, que consideramos no seu limite, vai atingir 200 mil hectares irrigados, grande parte dos quais será feito com água de poços de alta vazão, em torno de 400 mil litros por hora.

Vemos que a recarga dessa água subterrânea é feita anualmente com aquela pluviometria em torno de 1.400 mm de chuva por ano. Então acreditamos que esse não deverá ser o problema com os poços.

Outro grande programa que estamos desenvolvendo em parceria com a IBDA é incentivo ao plantio direto, que hoje já atinge 30% da região. Com esse sistema, não vamos trabalhar o solo todo ano, o que vai evitar que levemos para o Rio São Francisco aqueles sedimentos de solo.

Esse programa é completado com a implantação de terraceamento em microbacias. Já começamos pelo Rio de Pedras, em torno de 45 mil hectares já foram trabalhados e esperamos atingir 200 mil hectares em dois anos. Isso ainda é pouco em relação à toda a área trabalhada, que está em torno de 1.400 milhão, mas de qualquer maneira estamos trabalhando principalmente aonde existe mais declive do solo.

Esse é o exemplo de um trabalho também já realizado, da Central Campo Limpo, onde são recolhidas as embalagens de agrotóxicos. Esse trabalho começou este ano, já temos 35 toneladas de embalagens. A legislação, inclusive, só obriga o produtor a partir de maio deste ano e o fabricante de defensivos a recolher essa embalagem. Então acreditamos que daremos um salto muito grande a partir deste ano, com essa obrigação ambiental.

Aí está um pequeno exemplo de estudos. Já temos 140 poços cadastrados na Bacia do Rio de Fêmeas, com dez estações pluviométricas. No Rio dos Cachorros temos 20 poços. Nem todos esses poços são de vazão de pivô central, há também alguns com gotejamento. É todo um trabalho que está sendo feito.

É lógico que sabemos do volume de sedimentos que vão para a bacia e já falamos do trabalho que estamos fazendo para diminuí-lo.

Está aí o desmatamento no Rio São Francisco. Para nós, que temos viajado ao longo do rio, há uma preocupação muito grande no sentido de que não se pense que todo esse volume venha somente das áreas de agricultura. Também, ao longo do rio, notamos que há um desmatamento, fazendo com que haja um assoreamento grande. Sabemos que esse desmatamento tem que ser controlado.

Esse é um pequeno exemplo de desbarrancamento do próprio rio, não de seus afluentes.

Esse exemplo é na Região de Barra, em que o principal afluente é o Rio Grande. Notem que à direita estão chegando as águas barrentas do São Francisco e à esquerda as águas límpidas do Rio Grande. Então é lógico que existem sedimentos. É um pequeno exemplo do que é o São Francisco hoje e do que representa o seu afluente no oeste da Bahia.

Gostaria de encerrar esta apresentação depois de lhes mostrar o que foi, ao longo desses 20 anos, a implantação da agricultura no oeste da Bahia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Dr. Humberto, eu gostaria de pegar mais algumas informações a respeito, sobretudo, da capacidade de expansão da agricultura irrigada nessa área. Como o senhor mostrou, algumas das sub-bacias já estão com a sua capacidade inteiramente utilizada. Quais as estimativas? Se a Aiba têm estimativas nesse particular, se há projeções de tendências nesses 10 mil hectares públicos. Já estão computados os projetos de Bom Jesus da Lapa ou só os projetos cá de cima? Só os projetos cá de Barreiras, da Codevasf, os lá de baixo, não. A questão básica aí é o conflito de interesses, quer dizer, há nessa região, de modo distinto na região de Petrolina e Juazeiro, uma grande diversidade de atividades. Como tem sido a compatibilização desses diversos usos em face da necessidade de preservar o volume e a qualidade da água, porque, se de um lado algumas atividades não usam ou utilizam a água numa mesma intensidade, outras atividades são usuárias intensivas de água, como o caso da fruticultura e do café. De outro lado, gostaria de ter tam-

bém algum comentário se essa diversificação de atividades que ocorre na região se dá também ao nível de cada propriedade ou se as propriedades se especializam em uma determinada atividade, o que leva a políticas necessariamente distintas em relação ao problema da conservação. E, de outro lado, eu gostaria de aprofundar um pouco mais essa questão seja do terraceamento, seja do plantio direto, como instrumentos utilizados para a proteção dos recursos hídricos e a recarga dos aquíferos, de modo que pudéssemos ter uma perspectiva de avaliação disso no projeto de revitalização do rio.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – Senador, a Aiba tem feito estudos, e o potencial irrigável da nossa região achamos que é torno de 200 mil hectares. Quer dizer, estamos hoje com 75 mil hectares, aproximadamente 35% desse número. Isso em função, como eu já disse, principalmente da utilização de poços de alta vazão na região. Esses estudos já estão sendo feitos através de monitoramento desses poços com convênios entre SRH e a própria associação, onde vamos notando que realmente com essa recarga das águas subterrâneas pelas chuvas de 1.400 milímetros anuais. Então temos essa recarga anual desse volume de água onde os solos são franco arenosos e se infiltram rapidamente. Acreditamos que não teremos problemas em atingir esse volume. É lógico que, no caso das águas superficiais, confirmo que já há muitos afluentes no rio Grande e que não temos mais condições de retirar a água, que é limitada a 20% em cada ponto.

No caso da qualidade, Senador, também estamos bastante preocupados e iniciamos um trabalho, sendo que já neste ano tiramos água subterrânea em 20 propriedades. E não foi encontrado nenhum sedimento de agrotóxico, mas a preocupação é grande, principalmente pelo tipo de solo.

Então, vamos continuar a prevenção e melhorar grande parte do problema com esse trabalho de plantio direto e de terraceamento.

Sabemos que esse é o trabalho que custa mais caro hoje, mas o produtor da região oeste está consciente desse problema e da necessidade de preservação. Quer dizer, não só teríamos assoreamento a longo prazo do São Francisco, mas também dos próprios rios que são a base da sua atividade, que são os seus afluentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Que são muito rasos, não é?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – Sim, são muito rasos. Porque as terras são bastante planas na calha do rio, existe a característica de serem perenes, basicamente, porque têm as suas veredas, que são

um tipo de esponjas. Elas têm de ser preservadas de qualquer maneira, porque elas vão liberando a água recebida das chuvas ao longo do período seco. Então, a variação da altura da água dos rios na sua calha é muito pequena nos gerais do oeste da Bahia.

Quanto à diversificação, Senador, temos, basicamente, que o produtor do oeste da Bahia já tomou consciência de que ele não pode, como se dava no início da implantação, plantar somente soja; ele tem que, necessariamente, fazer uma rotação de cultura.

Basicamente, então, todo produtor hoje planta soja e milho. Isso, com certeza. E outros já estão diversificando com algodão nas atividades de sequeiro. Nas atividades de irrigação, grande parte já está passando para culturas perenes, que não há condição de diversificar. Mas no plantio de feijão, milho e algodão irrigado é feita essa diversificação, essa rotação, como necessidade, para diminuir as doenças e as pragas comuns numa atividade intensiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Na sua exposição, V. S.^a falou que houve, no Rio das Fêmeas, conflito entre a energia e a agricultura e, na Bacia do Rio Branco, conflito entre produtores.

Que tipo de procedimento foi adotado para que se chegasse a um consenso quanto a esse problema da utilização da água?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – No caso do Rio das Fêmeas, tivemos a implantação de uma unidade geradora chamada de Alto Fêmeas e, ao mesmo tempo, anteriormente, houve a implantação dos projetos de irrigação. Basicamente, os projetos são de pivôs centrais.

Verificou-se que, no início, quando foram implantados os projetos, a maioria não tinha outorga, nem a própria unidade geradora de Fêmeas tinha outorga do órgão estatal, que só veio a ser criado depois.

Então, o que se verificou foi o seguinte: com o que já estava implantado na agricultura e com a unidade de geração de energia, não daria para fazer as duas coisas.

O acordo foi o seguinte: foi definido um valor de água que seria dado para a agricultura irrigada e, no período da seca, uma das turbinas da unidade geradora é desligada em razão da diminuição do volume de água.

Então, esse acordo foi feito mais um menos em um terço de água para agricultura e dois terços de água para a geração de energia, sendo que nesse sentido, no período mais seco do ano, em julho e agosto teríamos uma das turbinas desligada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Que autoridade administra esse acordo?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – Esse acordo é administrado pela Superintendência de Recursos Hídricos.

Isso foi feito hoje, com a participação da Aiba; existe uma multa muito grande caso o produtor aumente o volume de água retirada do rio, e esse acordo é monitorado, tanto pela SRH quanto pela própria associação, que tem funcionado muito bem. E aqueles, por exemplo, que deixam a atividade agrícola, essa água que ele deixou de retirar vai para o próximo da fila, que está esperando, porque aquele volume não pode ser ultrapassado.

No caso de conflito entre irrigantes, verificou-se não que a água chegou a acabar, mas tinha passado além daquele limite que o próprio SRH define. Então paramos as outorgas, até que todos esses projetos que estavam outorgados se implantassem ou não – eles têm o prazo de um ano para serem implantados – e a partir daí com a não implantação desses projetos foi dada a outorga na fila até chegar àquele projeto que implantou sem outorga.

Com isso paramos novos projetos, regularizou-se o projeto que tinha sido implantado na ordem cronológica de protocolo, de entrada de pedido de outorga e hoje já estão regularizados na Bacia do Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Dr. Humberto, V. S.^a está falando sobre o oeste da Bahia, qual é a dimensão do oeste da Bahia no tocante à Bacia do São Francisco?

Que participação, ou informação V. S.^a tem de que essa mesma iniciativa, que parece bem sucedida ao oeste da Bahia, esteja também ocorrendo nas outras regiões, nas vastas regiões do São Francisco, de forma específica para o meu Estado Minas Gerais, onde nasce o São Francisco, e a quem vocês – permita-me o tratamento da intimidade – devem tudo.

Queria apenas que V. S.^a informasse se o oeste da Bahia é uma ilha, ou se é um exemplo que está sendo captado pela Bacia do São Francisco inteira? Qual é a situação, efetivamente, que está se desenhando, ou se realizando nas outras regiões do Vale do São Francisco, no tocante ao tipo de associação de providências e de ações?

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – Senador, o oeste da Bahia tem uma área de 162.000 Km²; a Baía toda são 600.000 Km², então teríamos $\frac{1}{4}$ da baía, consideramos a margem esquerda do São Francisco entre o rio Carinhonha – divisa da Minas Gerais –, tem apenas quatro rios do lado da Bahia e outros são da parte de Minas Gerais. Então $\frac{1}{4}$ da Baía está lá.

Quanto ao desenvolvimento consideramos o oeste da Bahia, quer dizer, um desenvolvimento que aconteceu nos últimos 20 anos, há vinte anos não tínhamos nada no oeste. Sei que como atividade produtiva, bem sucedida foi a região que mais cresceu, no Brasil, na agricultura. Um pólo agrícola no Brasil que cresceu a mais de 15% ao ano, com resultados bastante satisfatórios, a custo, é lógico, de muito sacrifício, principalmente dos planos econômicos Senador, que prejudicaram bastante a nossa atividade; temos um passivo grande, mas é hoje uma região consolidada.

Temos outros exemplos do São Francisco, do submédio, da região de Petrolina e Juazeiro, também com muitos projetos, principalmente na área de fruticultura. A Codevasf tem alguns projetos na região de Lapa; em Minas, há a região do Jaíba. Tenho conhecimento de alguns projetos nesse sentido.

O oeste da Bahia se caracteriza por ser uma região em que, dos 1,4 milhão de hectares em que estamos produzindo, apenas 65 mil são destinados a projetos de agricultura irrigada privada, e 10 mil, a projetos de agricultura pública, perfazendo 75 mil hectares. Portanto, a característica principal dessa região não é a atividade irrigada.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Qual é a relação entre a Codevasf e a Associação dos Agricultores Irrigantes do Oeste? Qual é a intercomunicação, a convivência entre esses dois órgãos?

O Dr. Lócio, que esteve aqui conosco, é um profundo conhecedor atormentado permanentemente sobre o Vale do São Francisco. Ao mesmo tempo em que descreve para nós um quadro de esperança e otimismo, revela um quadro extremamente desolador quer na região pesqueira, quer nas barrancas do São Francisco, onde a pobreza chega a atingir a inconformidade.

A realidade do Congresso é a de que a Codevasf é baiana e serve praticamente aos baianos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) – É pernambucana, nunca foi baiana. Quando era Suvalle era mineira, mas, quando virou Codevasf, tornou-se pernambucana. Nunca foi baiana.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Nunca foi mineira, não. É só observarmos o Orçamento e fazermos um levantamento para verificarmos como os recursos da Codevasf estão destinados expressivamente à Bahia, a qual felicito por isso. Ocorre que Minas Gerais é um território imenso – dizem que o mundo é grande, mas Minas é muito mais –, e, naturalmente, a representação mineira responde um pouco pela região mineira da Sudene, que se estende pelo Vale do Jequitinhonha e se dirige às outras regiões do Estado, que são numerosas.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Senador Francelino Pereira, a Aiba é uma associação privada, não tem relação alguma com a Codevasf. Ela é uma associação de agricultores. Iniciou somente com agricultores irrigantes. Depois, pela própria necessidade da sociedade, passou a abranger aproximadamente 1,2 mil sócios, que produzem em 1,4 milhão de hectares. Como já falei antes, não é uma associação de pequenos produtores. O módulo médio rural é de pouco mais de mil hectares para cada produtor. É uma associação de grandes e médios produtores.

O valor da produção bruta anual está em torno de R\$1 bilhão, só no oeste da Bahia. Com a Codevasf está sendo feito o primeiro convênio – e talvez ela entre na produção de mudas regionais. O convênio está sendo feito com a Secretaria de Agricultura e a Aiba. Talvez a Codevasf entre nesse convênio.

Basicamente, existem muitos projetos na região ligados a pequenos produtores, alguns dos quais obtiveram sucesso; outros precisam ainda deslanchar. No oeste da Bahia, por exemplo, em 1974, foi lançado o primeiro projeto Barreiras Sul.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) – Senador Francelino Pereira, talvez a pergunta dele sobre relações com a Codevasf fosse mais apropriada no caso da Valexport, que trabalha na fruticultura e em perímetros públicos de irrigação.

Mas também entendi que, de certo modo, todos sabem que o oeste da Bahia replica, de certa forma, a estrutura de produção do cerrado mineiro, no diz respeito ao café particularmente, mas também a outras atividades. A pergunta do Senador Francelino Pereira pareceu-me um pouco direcionada a se existe alguma atividade de coordenação, como a Aiba faz no oeste baiano, em relação à área mineira, do Alto São Francisco, na margem esquerda.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ FILHO – Senador, até por uma questão de necessidade. Quando chegamos lá havia muito pouco, praticamente nada, em termos de infra-estrutura, que foi chegando aos

poucos – o próprio governo estadual hoje tem uma participação intensa -, houve a necessidade de uma união entre os produtores para que conseguíssemos a partir daí ter condições mínimas de produção. Não tinha energia elétrica, televisão, estradas. Posteriormente foi construída a estrada que liga Barreiras a Brasília. A estrada que vinha de Salvador parava em Ibotirama, no Rio São Francisco. Assim, uma série de situações fizeram com que criássemos uma associação forte como ela é hoje.

No caso de Minas Gerais, noto que a cafeicultura tem um espírito associativo muito grande no cerrado. Existe o Cacer – Conselho de Associações do Cerrado, que reúne as associações de cafeicultura. Isso é bem localizado na atividade de produção do café. Acho que eles estão mais adiantados do que nós, principalmente na parte de exportação do café, já que têm um **marketing** muito bem feito e devemos aprender com Minas nesse sentido. Agora, como atividade que englobe todos os produtores, a região oeste da Bahia é um exemplo difícil de ser seguido em outras regiões, até por essa necessidade que já falei.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) – Dr. Fernando, deseja fazer algum comentário sobre a relação entre a Valexport e a Codevasf?

O SR. FERNANDO ALMEIDA – A nossa relação com a Codevasf diz mais respeito à participação dos nossos associados dentro dos perímetros públicos, onde estão grande parte dos nossos associados.

A Codevasf trabalhou muito durante o período da implantação desses projetos e, a partir da sua instalação e ocupação pelos produtores, via de regra, esses projetos passam a se auto-administrar através do que se chama de distrito de irrigação, que, na verdade, é um condomínio dos usuários de água dos projetos dos perímetros públicos. Esse é o nível de relação que existe.

Na área de desenvolvimento de produtos e processos, de pesquisa, de desenvolvimento de mercados, é feito pela associação privada, pela Valexport. É óbvio que existe uma cooperação, uma vez que a Associação dos Produtores se interessa por todo o tipo de cooperação que vise melhorar as condições de produção e rendimento dos produtores no vale.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) – Gostaria de fazer uma última pergunta aos dois depoentes. Que atividades são vistas como estratégicas ou fundamentais, dentro do âmbito do projeto de revitalização do rio, em face das situações específicas do oeste da Bahia e da irrigação no submédio São Francisco?

O SR. FERNANDO ALMEIDA – A primeira é garantir a perenidade dos projetos atuais e o crescimento dos projetos até o limite de oitocentos mil hectares – que hoje, provocativamente, estou elevando para dois milhões de hectares – na região da Bacia do São Francisco, ou seja, priorizar a irrigação como único instrumento que o Nordeste conta para interiorizar o desenvolvimento em bases sustentáveis, gerar uma classe média rural. Tenho tocado muito nesse ponto. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto diz respeito à navegação. Acreditamos que se vai dar uma outra dinâmica, que é uma dinâmica não só da produção, mas uma dinâmica logística na região, se pudermos efetivamente potencializar a hidrovia do São Francisco, e aí são obras de derrocamento, de desassoreamento, de frota, para que possamos otimizar ao máximo essa exploração e tornar cada vez mais o oeste – como também o submédio – mais competitivo, do ponto de vista do custo.

É claro que é uma preocupação nossa – como também foi visto no oeste baiano, no submédio também – com a vida do rio. Sabemos que é um rio que recebe esgoto de uma série de cidades. Temos tributários de esgotos num volume muito grande. Na nossa cidade, lá no eixo Juazeiro-Petrolina, muitos trabalhos estão sendo feitos para diminuir o lançamento efluentes sem tratamento ao rio. É preciso também revitalizar o rio do ponto de vista de conter o assoreamento nas margens, ou seja, um trabalho nas margens do rio, para que não se acelere o assoreamento. Mas vejo que por ordem de importância primeiro é garantir a expansão da agricultura irrigada, permitir a navegação e tratar o rio, ou seja, mantê-lo limpo para ele se perpetuar por mais longo prazo possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) – Dr. Humberto.

O SR. HUMBERTO SANTA CRUZ – Senador, tenho impressão que hoje em dia – também concordamos com o Fernando – não faremos nada se não tivermos a educação. E a educação ambiental para nós é fundamental desde criança. Vou mostrar ao Senador um pequeno exemplo do que estamos começando a fazer, a associação. Por exemplo, esse aqui é para os pais; que as crianças não deixem que os seus pais joguem detritos pelas janelas dos seus carros. Hoje, eu estava andando de carro e vi gente jogando fora, na rua, na estrada resto de laranja. São coisas desse tipo. E esse é um pequeno exemplo que estamos distribuindo lá, para que isso não aconteça. Quer dizer, uma pequena lixeirinha dentro do carro, uma atitude simples, mas que mostra a nossa vontade de fazer com que esses rios... Os rios, hoje sabemos da sua importância para o mundo. E temos que educar

desde criança. A preservação, a vida desse rio vai depender basicamente de um somatório de pequenas atitudes que temos que tomar. Isso vai começar desde criança. E a conscientização do adulto hoje é mais difícil, mas também tem que ser feita.

No caso do desenvolvimento da atividade agrícola, sabemos também que isso demanda uma série de atos, que já estamos também começando a fazer e tem que ser mais implementado, principalmente a parte de terraceamento e do plantio sem revolver o solo todo o ano, que é o plantio direto. Então, esses dois aspectos acho que são fundamentais, e isso já está sendo feito, e o agricultor já está vendo que ele não precisa. E esse trabalho tem que passar pelas fazendas. Você não pode começar um trabalho de terraceamento e encerrar numa fazenda, porque as curvas de níveis têm que ser feitas ao longo de todo o solo, até onde é preciso. Então, esse é o primeiro passo – e acho que a agricultura está dando o exemplo no oeste da Bahia – para evitar a sedimentação do Rio São Francisco.

Basicamente, acho que essas atividades é que eu gostaria de enfatizar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) – Agradeço aos dois expositores, ao Dr. Humberto Santa Cruz Filho, Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do oeste da Bahia, Aiba, e ao Dr. Fernando Almeida, Superintendente da Associação dos Produtores, Exportadores de Hortigrangeiros e Derivados do Vale do Rio São Francisco, Valeexport.

Não deveremos ter reunião da comissão na próxima semana e na subsequente. A partir da semana subsequente, as reuniões serão transferidas da terça para quarta-feira, no mesmo horário, às 2h30min. De modo que essa mudança vai possibilitar um melhor desempenho dos nossos trabalhos.

Agradeço a participação de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h45min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 392, DE 2001-SF, DESTINADA AO “ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA (INSTITUÍDOS PELO DECRETO S/N DE 5 DE JUNHO DE 2001)”.

Ata da 13ª Reunião, realizada em 3-4-2002

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às quinze horas e dois minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senho-

res Senadores Waldeck Ornelas, Francelino Pereira, Teotônio Vilela Filho, Heloísa Helena e José Dutra, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “**Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)**”. Presente também o Deputado João Leão. Havendo número regimental, a Senadora Heloísa Helena, no exercício da Presidência, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Edilson de Paula Andrade, Secretário-Executivo do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, convidando-o para tomar assento à mesa dos trabalhos e concedendo-lhe a palavra para dar início a sua exposição, que discorre sobre a Implantação da Cobrança do Uso da Água na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer suas considerações iniciais e indagações e, em seguida, ao expositor para responder às perguntas. Fizeram uso da palavra os Senadores Teotônio Vilela Filho, José Eduardo Dutra e o Deputado João Leão. A seguir, a Presidência concede a palavra ao convidado para suas considerações finais. A Presidência agradece a presença do Dr. Edilson de Paula Andrade pela contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerrou a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 392, de 2001, do Senado Federal, destinada ao acompanhamento e avaliação do projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e da instalação do respectivo comitê de bacia, instituídos pelo Decreto de 5 de junho de 2001.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião de instalação, realizada em 19 de março, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa)

Consideramos a ata aprovada.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Edilson de Paula Andrade,

Secretário Executivo do Comitê para Integração do rio Paraíba do Sul, Ceivap.

Concedo a palavra a S. S^a, que já se encontra à Mesa, para dar início à explanação pelo tempo que entender necessário.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – Boa tarde. É uma satisfação estar aqui, a convite da Comissão do rio São Francisco, esperando contribuir com a experiência do Comitê da bacia do rio Paraíba do Sul, no sentido de tentar ajudar o processo do rio São Francisco, importante bacia brasileira.

A bacia hidrográfica Paraíba do Sul envolve uma parte importante dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É uma área fortemente industrializada na parte paulista da bacia; no médio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, as águas dessa bacia abastecem 13 milhões de pessoas, sendo 5 milhões, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e mais, perto de 8,5 milhões de pessoas, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Quando todos aqui passeiam pelo Rio de Janeiro, estão usando as águas do rio Paraíba. Como é uma região fortemente industrializada e com aglomeração humana muito grande, as águas do rio Paraíba também sofreram fortemente com a poluição, principalmente a poluição de origem doméstica das cidades, que quase não têm tratamento de esgoto. Além disso, a região foi castigada ao longo dos ciclos econômicos, principalmente o do café, em que a devastação das matas nativas existentes foi muito forte, deixando a bacia em situação de calamidade no que se refere à erosão e desmatamento. Hoje, principalmente, o nosso maior desafio é a falta de tratamento de esgoto em praticamente todas as cidades, à exceção da parte paulista, que tem 25% de redução de carga de poluição. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, esse número não chega a 2%. Então, o problema da poluição é o mais forte.

As indústrias já estão em processo de controle interessante. Todas elas, nos 3 Estados, em tratamento pelo Sistema de Ajuste da Conduta; estão em um processo mais acelerado de adequação à legislação ambiental, mas os Municípios não estão.

Como concentra mais ou menos 10% do Produto Interno Bruto do País, aliado ao abastecimento de 13 milhões de pessoas, essa bacia hidrográfica, ao lado da bacia de São Francisco e de outras do País, é considerada prioritária para o Governo Federal e, principalmente, para os moradores da região.

Como precisávamos dar um passo importante na sua recuperação, teríamos de utilizar vários instru-

mentos nesse sentido. E a lei nos dava a possibilidade de usar um instrumento econômico, da cobrança pelo uso da água, como um meio importante para avançarmos no projeto de recuperação da bacia. A história da cobrança de água foi muito polêmica na nossa bacia, e será em todas as bacias, pois, na hora em que se falar em cobrança pelo uso dos recursos hídricos, os usuários, que sempre utilizaram a água sem pagar nada por ela, vão exigir muita explicação, vão querer debater muito.

Esse debate travamos no Paraíba do Sul. Lá na Bacia achávamos que, em princípio, seria possível escalonarmos a cobrança, começando a cobrar dos setores que usam mais o recurso hídrico e causam maior impacto nos corpos d'água – por exemplo, o setor de saneamento e o setor industrial. Porém, como esses setores são muito fortes na região, a previsão que tínhamos de deixar a agricultura para alguns anos depois não foi possível.

Na negociação para implantar essa cobrança, o setor industrial, aliado ao de saneamento, exigiu e aprovou no plenário do Ceivap – um plenário de 60 membros, com 40% de usuários de água, 25% de organizações da sociedade civil e 35% do Poder Público, sendo três ministérios e o resto distribuído entre municípios e governos estaduais – que a cobrança será para todos ao mesmo tempo. Assim, a nossa proposta não passou – a proposta do grupo executivo de dar um prazo para a irrigação, por exemplo, não foi possível – e a deliberação que tomamos em 6 de dezembro foi a de estender a cobrança a todos os setores.

Já definimos o preço para o setor de saneamento e para o setor industrial, e estamos no processo de negociação com o setor agrícola, principalmente com aquele que será o grande arrecadador da Bacia do Paraíba do Sul, por volta de Barra do Piraí, na região de Volta Redonda, onde há a maior transposição de águas do nosso país, 160 mil litros por segundo, que saem da bacia do rio Paraíba e vêm para a bacia do rio Guandu, no Rio de Janeiro. Essas águas abastecerão, além da metrópole do Rio de Janeiro, um pólo industrial crescente que existe na bacia do rio Guandu e a produção de energia elétrica pela Light nessa região. Definimos a cobrança para esses dois setores, e essa transposição será uma espécie de filão de arrecadação, pois são 160m³ de água por segundo, mas ainda não foi definido o preço.

Agora eu queria passar o essencial, que são as condições de implantação dessa cobrança na bacia, e depois mostrar rapidamente para os senhores uma fórmula simplificada, detalhando um pouco mais qual o espírito da cobrança no Paraíba do Sul. Lembramos

que essa proposta do Comitê do Paraíba do Sul foi aprovada no dia 14 de março último pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Aqui há uma deliberação do nosso Comitê que passarei, lembrando que as considerações feitas têm por base a Lei nº 9.433. Podem passar o “fica aprovado” e abaixar um pouquinho. (Pausa) Está bem assim.

Como foi um assunto muito polêmico, o Plenário do Comitê, as indústrias da bacia, os usuários de uma maneira geral e as ONGs, queriam garantias. Queriam saber como implantaríamos a cobrança – dentro do marco legal, dentro da lei – de forma a trazer garantias de que os recursos arrecadados com a cobrança seriam realmente investidos na recuperação da própria bacia.

Até brincamos dizendo que havia sido incluída uma espécie de “pau-de-sebo”: foram estabelecidas pelo próprio Plenário do Comitê cinco condições, as quais os vários atores estamos tratando de cumprir – a Agência Nacional de Águas, os três Estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o próprio Comitê.

A primeira dessas exigências é a aprovação de um Plano de Recursos Hídricos, já que a lei determina que deve haver um plano, e é correto que haja um plano. Isso também foi uma negociação na nossa bacia, porque há estudos e já foi gasto dinheiro público do Banco Mundial, à época repassados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Então, já tínhamos um documento importante, com prioridades hierarquizadas, mas não havia o nome de plano. Desta forma, no acordo, estabelecemos que iríamos considerar esse documento e formatá-lo de acordo com a exigência legal. Ou seja, teremos esse plano formatado de acordo com a lei, pois, na prática, ele já existe, já possui hierarquia aprovada com discussões públicas pelo próprio comitê. Isso não é o mais difícil. Está sendo feito.

O item nº 2 não é um bicho de sete cabeças, mas é importante para todo o País. Trata-se da instituição da agência da bacia. A lei prevê isso. E embora ainda não esteja regulamentado, existe a previsão legal de que os comitês têm de ter as suas agências de água, que são as entidades que darão suporte financeiro e técnico às decisões do comitê, ou seja, o braço executivo do comitê.

Costumamos dizer que para funcionar um sistema de gestão de recursos hídricos de forma eficiente, nesta área, não pode faltar nenhuma perna do tripé. A existência do comitê é o mais importante – é ali que a sociedade manifesta o seu desejo e delibera sobre as

prioridades –, há o braço executivo, que é a agência, e a cobrança pelo uso da água, que é um instrumento de gestão de recursos hídricos dos mais importantes, ao lado da outorga de direito de uso. Esse tripé é essencial.

A instituição da agência, evidentemente, criará um novo ente que desperta preocupações não somente entre os usuários da bacia, que desejam saber onde será colocado o dinheiro, já que pagarão pelo uso da água, e também de que forma a agência funcionará, qual o seu tamanho e de que maneira poderemos sustentá-la e ter controle sobre ela. Esses são elementos importantes.

E a agência está sendo formatada de acordo com a lei, na figura de uma organização social, que não está pronta, pois ainda estamos trabalhando nisso. Mas será uma associação civil, sem fins lucrativos, diferentemente da nossa proposta inicial, que era criar uma fundação de direito privado, o que não será feito tendo em vista a mudança do Código Civil feita recentemente e sancionada pelo Presidente da República. Essas fundações de direito privado ficarão restritas, se não me engano, a três assuntos: religiosos, culturais e algo mais. Portanto, não seria possível uma fundação de direito privado, que era o formato inicialmente previsto por nós.

Passamos, então, a trabalhar com a visão de uma associação que possa ser criada a partir dos membros do comitê e que se qualifica diante do Ministério do Planejamento e do Ministério do Meio Ambiente como uma organização social. Em se qualificando como uma organização social, essa entidade passa a fazer os contratos de gestão com o Governo Federal, neste caso, com a Agência Nacional de Águas, para receber os recursos a que tem direito – os recursos da cobrança de água e os recursos para o custeio das atividades do comitê.

É nessa perspectiva que estamos trabalhando essa agência. Até o mês de agosto ela deve estar formatada. Depois, cuida-se do trabalho político, ou seja, de se editar o decreto do Presidente da República, que seria o ato legal, final, para termos o contrato de gestão e os recursos da cobrança arrecadados.

O item nº 3 também não é algo muito difícil de ser cumprido. Trata-se da definição dos usos insignificantes. Evidentemente, não é para se fazer cobrança do pecuarista que tem as suas vaquinhas que bebem água na beira dos rios ou dos pequenos núcleos populacionais, pois aquela captação não fará diferença no corpo hídrico de uma maneira geral. O nosso pes-

soal técnico está trabalhando na definição de uma proposta para usos insignificantes.

O item nº4 está dando bastante trabalho. Trata-se de um trabalho que a Agência Nacional de Águas – ANA está fazendo junto com os Estados, porque a cobrança que definimos é para águas de domínio da União – o rio Paraíba é de domínio da União. Mas seria necessária uma articulação com os outros Estados para se fazer um procedimento comum para outorga e, no futuro, também para cobrança das águas de domínio do Estado.

Está sendo criado pela ANA um modelo de declaração, ao estilo do imposto de renda, onde os usuários vão dizer o que captam e como lançam em seus afluentes. Baseado nessas informações, receberão o documento de outorga que lhes dá o direito de utilizar essas águas por um determinado período. Isso também está em andamento, mas já sofreu um atraso. A cobrança deveria começar aproximadamente em agosto, mas não foi possível. É preciso contratar algumas empresas para fazer toda essa modelagem, o que gerará um atraso no nosso cronograma. Tudo deveria estar pronto até junho, para a cobrança ter início em julho/agosto, mas não será possível.

O item nº 5 é um assunto mais difícil, porque define a metodologia de cobrança da água para outros usos. Ainda não foi definida a do setor agrícola, a das pequenas centrais hidrelétricas que hoje estão isentas da cobrança determinada por lei federal para as grandes centrais, e a daquela transposição de água a que me referi. Ali é onde esperamos uma grande arrecadação, mas ainda não há uma definição. Acredito que nos próximos dois ou três meses teremos esses valores acordados.

Então, para os setores industrial e de saneamento, o preço público unitário que definimos no Comitê e que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou é de R\$0,02 por metro cúbico de água, aplicado em uma determinada fórmula que é simples.

Quanto a esse processo de negociação da cobrança, houve uma consciência de todos que estavam trabalhando de que o mais importante era começar a cobrança, como a própria lei diz, de forma leve, sem trazer dificuldade econômica para os empreendimentos, para qualquer atividade econômica e para a população. A cobrança que nós aprovamos vale por três anos. É um sistema de aprendizado, para criar confiança, testar a lei. V. Ex^{as} sabem que o art. 22 da Lei nº 9.433 diz: “os recursos arrecadados com cobrança deverão ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica onde foram arrecadados”. Esse termo “prioritariamente” deu uma confusão danada, gerou

uma desconfiança muito grande sobre se o dinheiro vai para o local mesmo ou não. Então, essa cobrança inicial no Paraíba do Sul é para testar tudo isso. Não poderíamos ficar imaginando que o dinheiro não iria voltar e que deveríamos paralisar. Vamos em frente, vamos trabalhar, confiando que o espírito da lei é para ser aplicado na bacia hidrográfica. Tivemos garantias da área federal de que esses recursos retornarão e estamos trabalhando na perspectiva de que retornem.

Naquela idéia de ser uma cobrança bem leve, houve uma proposta que foi aceita pelo Plenário de ter um desconto de 18% da fatura para os usuários que entrarem espontaneamente no mês em da cobrança. Quem aderir no mês um terá 18% de desconto. Em cada mês subsequente, cai 0,5% desses 18%. Quem não entrar na cobrança estará também infringindo uma lei atual que o Conselho Nacional veio a aprovar recentemente. Ele estaria ilegal.

De qualquer maneira, o objetivo é a negociação, é que as pessoas adiram a esse sistema para o bem da própria melhoria da qualidade de água e das condições da bacia hidrográfica.

Vamos passar à frente, por gentileza.

Pode passar esse também, é outro anexo que vai interessar mais.

Então essa aqui é uma formuleta, que está valendo para o setor de saneamento industrial, e é simples: o preço foi definido em R\$0,02 a cada metro cúbico. Esse fatorzinho aqui K0 é capitação, e isso estabelecemos para baratear o preço, porque, quando multiplica a vazão captada pelo preço R\$0,02, você praticamente estaria dando um valor de R\$ 0,02 por metro cúbico da vazão captada. Mas, dadas as características da bacia do Rio Paraíba do Sul, houve uma proposta de colocar um redutor. O K0, o redutor estabelecido pelo Plenário, era 05, era meio e, na discussão, caiu para 04. Então foi realmente negociado para que ninguém tivesse qualquer dificuldade em entrar no sistema. De forma que vai ficar 8 milésimos de centavo cada mil litros de água retirados do corpo d'água.

Como o consumo é uma coisa importante – esse K1 é o consumo, aquela água que uma indústria de bebidas, por exemplo, vai engarrafar, não retorna ao corpo d'água –, então evidentemente que tem que ter um preço um pouco mais contundente. Aí ficou R\$ 0,02 a cada mil litros de água não devolvidos.

E a última parcela, que é a interessante aplicada nas características nossas, é o problema da diluição de afluente, o problema de esgoto. Não entramos

numa série de qualificações do esgoto; quer dizer, pegamos só matéria orgânica, que se chama DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio – porque é o mais fácil de se medir. Como vai ser um sistema auto-declaratório, os usuários vão saber exatamente quanto vão pagar. Isso aqui é uma formuleta que diz o seguinte: ele pode pagar até zero por essa terceira parcela; o K2 é se ele coleta e trata 100% do esgoto; e o K3 é se esse tratamento é eficiente ou não. Então, se ele trata 100% do esgoto com eficiência 100%, aí pagaria zero, porque o objetivo realmente é incentivar o usuário a tratar o esgoto antes de lançá-lo no corpo d'água.

A formuleta nossa não é a ideal ainda porque tem, depois dos três anos, que ser aperfeiçoada para pegar outros parâmetros, sólidos, fósforo, nitrogênio, cloretos, produtos mais perigosos, mas, no momento, é justamente para fazer o teste desse sistema, para que possa ser aperfeiçoado depois de forma a não trazer dificuldade nem de medição nem para a declaração dos contribuintes.

De forma resumida, essa foi a idéia lá no Paraíba do Sul. Estamos lá em franco entendimento com esses outros setores para que possamos rapidamente, neste ano de 2002, em que pese o processo eleitoral, implementar a cobrança de água e dar início a um amplo processo de recuperação da bacia.

Fico à disposição para os esclarecimentos e agradeço a atenção.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Agradecendo à explanação do Dr. Edilson, concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas, Relator dos trabalhos desta Comissão.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Essa exposição do Sr. Edilson de Paula Andrade tem para nós um múltiplo significado e importância: primeiro, porque se trata do primeiro comitê de bacia de grande porte montado no Brasil, envolvendo de modo similar o São Francisco e a presença de mais de um Estado. É uma bacia federal, uma bacia que envolve mais de um Estado. É evidente que as características são bem distintas porque, no caso do Paraíba do Sul, como ele aqui enfatizou, a questão fundamental é a despoluição da bacia, é o cuidado com a qualidade das águas; enquanto que, no caso do São Francisco, a nossa preocupação é com a vazão, com a sua regularização, com o volume de água no rio que precisamos garantir ao longo de todo o ano.

De outro lado, há também a questão – além do comitê, que já é operação – da cobrança do uso da água, que é um outro aspecto relevante nesse particular.

A partir desses dois aspectos, quero formular algumas questões no sentido de detalharmos um pouco mais algumas situações que possam guardar similaridade com o São Francisco, ou que devam ser utilizadas.

O primeiro diz respeito ao aspecto institucional do próprio comitê. Foram apresentados aqui percentuais de composição do plenário do comitê, mas eu gostaria de aprofundar um pouco na questão da forma de institucionalização, que deve ter-se dado por um decreto criando o comitê, e como se deu o processo de discussão e de definição dos participantes nesse processo, seja pelo fato de ser em três Estados – sabemos que há uma representação pública da União, dos Estados e dos Municípios –, seja em relação ao setor público e a participação da sociedade nessa questão – seja o aspecto institucional e operacional do comitê – para que tenhamos condições de analisar essa questão também em relação ao São Francisco, que está, neste momento, em fase de preparação da implantação do comitê.

Quanto à questão da agência de bacias, creio que foram feitos comentários, pelos quais se avançaram satisfatoriamente na explicação quanto à forma jurídica de que se deve reverter essa bacia e quanto ao fato de que ela terá essa finalidade de aplicar esses recursos.

No caso da bacia do Paraíba do Sul, parece-me que inexistiam antes, além da Ceivap – assim como dispomos da Ceivasf, no caso do São Francisco –, outros organismos. Não havia organismos mais amplos, salvo engano, em relação à bacia, diversamente do São Francisco, onde temos a Chesf, a Codevasf e várias outras unidades que atuam na área da bacia há bastante tempo.

O outro aspecto diz respeito a uma outra questão, além da despoluição: ao plano de recursos hídricos. Quer dizer, além da despoluição, que outros instrumentos, mecanismos, prioridades estão sendo trabalhados no Paraíba do Sul?

É evidente que se trata de uma região tipicamente urbana. Temos cerca de cinco milhões e meio de habitantes urbanos e seiscentos mil rurais apenas na bacia. São números mais ou menos nessa ordem de grandeza.

Referiu-se aqui, com a expansão da cafeicultura, à questão do desmatamento, etc., quer dizer, essa questão da recuperação de matas. Não sei se isso está sendo cogitado entre as áreas de atuação da bacia.

Um outro aspecto que, nesse caso, parece-me relevante, mais até que o do São Francisco, mas

igualmente importante, é que a questão do controle ambiental tem que ser considerada com parâmetros de lançamento de afluentes, de qualidade de água, etc.

Nesse caso, há alguma integração operacional entre os órgãos estaduais de meio ambiente? Porque o licenciamento da maioria das unidades industriais, também rurais e outros usos, é feita pelos órgãos estaduais. Somente em alguns casos dá-se o licenciamento pelo órgão federal.

Então, de que forma esses órgãos ambientais estão operando para essa fixação de parâmetros comuns entre os Estados, porque, no caso, a unidade de trabalho é a bacia. Do ponto de vista do recurso hídrico, a unidade não é o Estado federado, é a bacia.

Então, esse é o outro ponto sobre o qual eu gostaria de ouvir alguma consideração.

O outro aspecto é o problema da implantação da cobrança da água. Vocês eliminaram completamente lá qualquer dúvida a respeito da legalidade de se cobrar inicialmente de um setor em relação a outro. Não foram suscitadas dúvidas a esse respeito ou foram. Houve a definição do plenário de cobrar de todas as atividades simultaneamente. Tenho defendido a tese de que, no caso do São Francisco, e tenho colocado isso para debate na comissão, que a gente devesse começar cobrando do setor elétrico, que é o grande usuário do São Francisco e só posteriormente os outros setores poderem trabalhar, até por que, para a regularização da vazão, é fundamental para a geração de energia e teria, dessa forma, um retorno em termos de segurança para o próprio sistema de geração de energia na Bacia do São Francisco. Agora, impressionou-me que você falou da transposição do Paraíba do Sul para o Guandu e citou que, na verdade, é daí que você espera o maior volume de arrecadação. Mas a água que vai para o Guandu se destina ao abastecimento humano, ao abastecimento das populações urbanas, no caso, a região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse grande volume é decorrente do preço, esse valor elevado é decorrente do preço ou do volume da água que está sendo transferida, consumida? Esse era um ponto importante para a gente ter uma avaliação do ponto de vista social dessa questão. Creio que esses pontos seriam os que inicialmente gostaria de situar.

A SR^a PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Concedo a palavra ao Dr. Edilson de Paula para responder às indagações do Senador Waldeck Ornelas.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – O primeiro ponto diz respeito à parte institucional da mon-

tagem e ao funcionamento do Ceivap. Como na experiência do São Francisco, também no Paraíba do Sul teve uma, no tempo do Ceibs, experiência de comitê, que não tinha a formatação dos comitês atuais, com poder de decisão sobre as prioridades da bacia, mas foi um decreto depois de concensado entre as esferas de governo dos três estados, com a presença de três ministérios, na ocasião, Meio Ambiente, Minas e Energia e Planejamento, chegamos a um modelo, a uma minuta de decreto presidencial e, no Dia da Água, 22 de março de 1996, o Presidente da República instituiu esse decreto criando o comitê. Depois, com a lei de 1997, passamos a fazer a adaptação desse comitê à lei vigente e aí os outros setores foram sendo incorporados a essa discussão, não podemos aqui dourar a pílula, inicialmente foi mais uma iniciativa do governo do que uma pressão da sociedade mesmo. Na verdade, a chegada...

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Em 1996 já existia a Lei de Águas?

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – Não, a lei é de 1997. A bem da verdade, o grande interesse dos usuários industriais e dos demais usuários da água da Bacia aconteceu a partir de um ano para cá. Já participavam do comitê, acompanhando com certo interesse, mas na hora em que a discussão da cobrança, que durou um ano ou uma no e meio, quando foi colocada, pautada a cobrança, aí todos vieram. Megausuários de água, posso citar aqui, sem querer ser deselegante, mas a CSN, por exemplo, que usa cerca de 8 mil litros de água por segundo no seu processo industrial, havíamos convidado a CSN, achávamos importante que ela estivesse dentro do comitê desde o início, mas ela só veio lutar por uma vaga no comitê depois que foi pautada a cobrança. Então, foi um decreto e hoje o comitê está funcionando de acordo com o a Resolução 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na sua composição e na sua forma de agir. Quem dá o suporte administrativo e financeiro ao funcionamento do comitê hoje, por força legal inclusive, é a Agência Nacional de Águas. Ela vem sustentando no escritório técnico que temos em Resende, constituído lá por sete consultores, que são pagos pela Agência Nacional de Águas.

Falando sobre a participação das agências, V. Ex^a comentou a diferença da realidade do Paraíba para o São Francisco – aqui já há entidades que, eventualmente, podem ser configuradas como essas agências.

No Paraíba, poderia até haver outras formações, mas houve uma preocupação desses usuários e das entidades da sociedade civil de que deveria ser um órgão que fosse constituído espelhando a compo-

sição do Comitê. Então, não seria um órgão público tradicional, mas um órgão privado, que realmente refletisse a composição do Comitê. Pelo papel fundamental que tem a Agência, ela então tem esse papel de não ser maior do que o Comitê. Na verdade, ela é “pau mandado” do Comitê, ela é um braço executivo, e todos os setores que compõem o Comitê gostariam – e foi essa a configuração final – de estar dentro da Agência. Isso motivou a que essa Agência tenha essa formatação de não ser entidade pública. Mesmo se fosse, não existiria essa entidade na Bacia do Paraíba, como existe no São Francisco.

Quanto ao Plano de Recursos Hídricos, quanto ao estabelecimento de prioridades no Paraíba do Sul, realmente a grande prioridade nesta década é a redução substancial da poluição para que essa água fique disponível para os diversos usos. Além disso, é preciso dirigir recursos da cobrança para a recomposição de vegetação, de matas ciliares, de proteção de mananciais. Esses são os dois problemas mais graves que temos.

Outro ponto a ser comentado é a disponibilidade de água. Também estamos no gargalo, estamos no limite. Pela transposição, devem chegar lá 250 mil litros de água por segundo, mas nem sempre isso acontece. Desde 1996, os reservatórios de cabeceira no Paraíba do Sul não conseguem recuperar os níveis porque têm que gerar muita energia na bacia. Por isso, quantitativamente, temos preocupações importantes.

No item IV, pergunta-se como se comportam esses órgãos de controle dentro da bacia. Realmente, eles se comportam de acordo com as atribuições dos Estados. Cada entidade está em estágio diferenciado, mas o controle industrial, como falei, está num caminho favorável na Bacia do Paraíba. No Estado de São Paulo, está mais avançado, com controle efetivo de redução de carga das indústrias de 92%. Refiro-me a todas as indústrias do trecho paulista. No Rio de Janeiro, os termos de ajuste de conduta têm avançado, notadamente pelo fato de que a CSN, que era a maior poluidora da bacia, inaugurou, em dezembro de 2000, um sistema de tratamento de efluentes que contribuíram para a melhoria da qualidade da água de Volta Redonda para baixo.

Esses órgãos ainda têm assento no Ceivap. Eles também são chamados ao Ceivap para conversar. Neste momento, estamos com a parte quantitativa e qualitativa, criando procedimento unificado para a concessão de outorgas e licenças. Creio que este é um ponto muito positivo da gestão, ou seja, conseguir integrar esses setores que sempre agiram paralelamente e não conseguiam convergir suas idéias.

Por que cobrar simultaneamente? e esta seria a outra questão levantada pelo Senador. Se analisarmos o impacto de qualidade e mesmo de quantidade de água do setor agrícola, verificaremos que é um impacto significativo. É um setor que, na irrigação, usa grande quantidade de agroquímicos e vazões significativas. Esses espelhos de água ficam sujeitos a evaporação. Normalmente, há pouca preocupação com a preservação dos mananciais dessas propriedades rurais. Então, ao fazer essa cobrança do setor agrícola, da irrigação, naturalmente não vamos visar a arrecadação. Os critérios que vamos utilizar são indutores do uso racional da água; a preocupação não será o recurso arrecadado. Aqueles que se dispuserem a deixar determinadas faixas de terra nas nascentes, nos seus mananciais sem utilização, terão um desconto ao fazer o pagamento relativo à água. Aqueles que conseguirem introduzir novas tecnologias, eventualmente, até custeadas pela cobrança da água, para usar menos volume de água para irrigação – os agricultores gaúchos já saíram de 24 mil litros de água por hectare para a metade – também terão um abatimento substancial em sua conta de água.

O setor elétrico depende de muita água na bacia do Paraíba. A Lei nº 9.984 que criou a Agência Nacional de Águas já estabeleceu um percentual para esse setor, para as grandes hidrelétricas é de 0,75% de seu faturamento. Diz a lei que isso é cobrança de água. Evidentemente a lei não diz que não pode serem cobrados, aditivamente, outros volumes que eles estejam utilizando na bacia, mas eles já estão depositando esse recurso da cobrança nas contas do Tesouro para uso da Agência Nacional de Águas.

A lógica de cobrar, simultaneamente, de todos os usuários tem o objetivo de não criar uma distorção. Se os setores da indústria e do saneamento vão pagar, por que você isentar outros setores? É preciso demonstrar aos outros setores que, mesmo que paguem pouco, devem mostrar vão usar a água de forma racional. Essa foi a motivação em nossa Bacia, pressionada pelos industriais da região, para que possa ser equânime para todos, com critérios diferenciados.

A transposição de água do Paraíba envolve um volume muito grande, por isso daria também um volume grande de recursos, mas é trabalhar com condomínio. A primeira usuária da água resultante da transposição é a Light, que usa para geração de energia não só 160 mas 20 do Rio Pirai. Então, ela também participará desse condomínio. A Cedae, a Compa-

nhia de Abastecimento do Rio de Janeiro, é outra grande usuária. Ela perto de 50 mil litros por segundo e também deve pagar por esses recursos. Além disso há mais um complexo industrial e uma termelétrica grande que tem na Bacia do Guandu. Então, será um condomínio do Guandu que participará dessa cobrança. Parcela do dinheiro resultante da cobrança da transposição irá para a recuperação das águas do Paraíba e outra parcela para recuperação do próprio Guandu porque ele também está poluído. Está nascendo o Comitê do Guandu que será um parceiro privilegiado do Ceivasf, para estabelecermos os critérios e os preços e começarmos a arrecadação ali também.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Concedo a palavra ao Deputado João Leão para fazer as indagações que considera importantes.

O SR. JOÃO LEÃO – Há uma dúvida sobre o K 1. Trabalho muito com a área de irrigação e sei que o custo operacional da água é um peso enorme principalmente para os pequenos produtores. Considerando o custo de dois centavos – não sei se já calcularam o custo da produção por hectare – pelo cálculo rápido que fizemos aqui, a despesa ficaria em torno de 14% do valor do produto agrícola. Se baixar para um centavo, será 7% do custo do produto agrícola. Isso é um peso enorme. Estamos criando a filosofia de cobrar. Cobra isso daqui, cobra de acolá. Então, o que o Governo quer é arrecadar.

Vejo as bacias como uma solução. Vamos tomar conta delas, definir sua produção, saber a capacidade das bacias. Mas no caso irrigação, por exemplo, grande parte da água retorna à bacia. Sofre uma perda; há evaporação, uma infiltração; e, novamente, a água volta para a bacia.

Quanto à água destina à comunidade e à indústria, esses são órgãos repassadores, mas, quanto à destinada à agricultura, é complicado ter-se um custo operacional desse quilate. Então, acredito que vocês deveriam, principalmente no São Francisco – Paraíba do Sul, não, porque o povo é rico, o povo do sul tem muito dinheiro, mas o nordestino, não, ele não consegue competir com esses preços do K1 de água, principalmente o pequeno e o microprodutor. A Codevasf tem uma série de projetos, que fazem um trabalho muito bom na região. Já há o K1, que é o custo operacional da água em função da taxa da energia elétrica. Aí viria o K2, o K3, o K4, que surgiriam com um custo operacional de água muito caro.

Em síntese, passo essas informações aqui para que a Comissão tenha idéia de que o pequeno, o médio e até o grande produtor não têm condições de pagar esse custo. Tirar algo em torno de 14% da sua

produção, do custo operacional do seu produto, para pagar a água, é meio complicado.

Então, é bom que se avalie essas questões, para que não se chegue a essa solução. Até o povo rico do sul poderá ter dificuldade de pagar.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Concedo a palavra ao Dr. Edilson.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – Deputado, essa formulação só é válida para os setores de saneamento industrial. Para o setor da irrigação, o estudo ainda não está pronto.

É certo que o impacto econômico dessa medida será avaliado. Trouxe uma notícia da **Gazeta Mercantil** de hoje, intitulada “Taxa para Água não Assusta Indústria”, que relata que várias indústrias da bacia do rio Paraíba do Sul estão dizendo que pagarão a água com tranquilidade. Eles afirmam que já sabem quanto vão pagar, porque já têm a fórmula, e isso não os assusta. Também não deve assustar os agricultores, porque o espírito da lei e o acordo que se costura no Comitê de Bacias é o de não trazer dificuldade econômica.

Todo mundo conhece a dificuldade do setor agrícola. Essa consciência existe. Portanto, o valor a ser definido ao final da discussão com o próprio setor será fundamentado, principalmente, em critério de racionalidade. Quer dizer, implementar, na agropecuária, formas mais racionais de uso da água, para que ela possa ser garantida. Esse é o grande desafio das próximas décadas. Mesmo na bacia do rio Paraíba do Sul, o chamado sul maravilha, essa água, se não for bem utilizada, não estará disponível, ou devido à poluição, ou pela escassez mesmo, pelo uso irracional, dentro de poucas décadas.

A preocupação de V. Exª está sendo considerada na discussão com os agricultores. O valor será simbólico, mas devemos mostrar aos agricultores que eles também precisam participar do esforço geral de economizar e de usar com mais racionalidade os produtos, os defensivos agrícolas, enfim, tudo que é utilizado nas culturas.

O SR. JOÃO LEÃO – Srª Presidente, minha cara Senadora, permita-me uma nova observação.

Temos, na região do São Francisco – pode ser até uma dúvida, não sei, pode ser até que eu esteja aqui fazendo divagações. Mas temos a bacia do São Francisco e as bacias dos rios que são afluentes do São Francisco: dos rios Grande, Caranhonha e de pequenos rios. Como ficaria isso? Como isso seria cobrado? Os rios Grande, por exemplo, é essencialmen-

te estadual, bem como o rio Corrente, que deságua na bacia do São Francisco. Aquele produtor que fica na ponta, na margem do rio Grande ou do rio Preto, ou do rio do Ouro, ou do rio de Janeiro, ou de qualquer rio afluente da bacia do rio Grande, pertenceria à entidade nacional ou à entidade estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Com a palavra o Dr. Edilson.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – Este é um grande problema que temos: são os dois domínios. Isso requer uma negociação política intensa e que possa resultar em coisas concretas.

No Paraíba do Sul, a cobrança será apenas do rio de domínio da União. Então, as águas subterrâneas e aqueles corpos d'água que se dirigem ao rio Paraíba, de domínio do Estado, inicialmente, não serão cobrados. Isso cria uma dificuldade.

O SR. JOÃO LEÃO – Vamos criar dois pesos e duas medidas.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – Mas estamos...

O SR. JOÃO LEÃO – Vamos ter o produtor privilegiado, que mora nas cabeceiras do rio, por este ser estadual; e nós vamos ter o coitado do produtor que tem o azar de ser nacional.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – No Paraíba do Sul, estamos num procedimento de gestão junto aos três governos. Em São Paulo, há um projeto de lei para cobrança, que está na Assembléia Legislativa, está na Ordem do Dia para ser votado. Isso, em sendo aprovado, nos facilitaria muito, ou seja, ter critérios homogêneos dentro da bacia para que todos possam pagar e usufruir dos benefícios dessa cobrança.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Somente para fazer uma declaração.

Na reunião em que discutimos o trabalho que está sendo feito pela ANA, na bacia do rio Verde-Grande, na divisa da Bahia com Minas Gerais, discutimos essa questão dos comitês que foi aventado. Quer dizer, aí a tendência é que haja comitês estaduais também em relação às bacias estaduais e haja, na verdade, uma compatibilização entre ações dos diversos comitês para haver a integração no âmbito da unidade geográfica, que é a bacia hidrográfica.

Agora, quanto à questão da cobrança, o trabalho do Paraíba do Sul está sendo a primeira experiência em termos de comitê de bacia. Houve, agora, recentemente, por parte da ANA, a implantação de co-

brança de água. O Estado do Ceará tem uma experiência nesse particular. E houve por parte da ANA, agora, nesse período de seca, em conjunto com o Governo do Ceará, uma discussão no sentido, por exemplo, de desestimular a produção do arroz irrigado, de substituir essa produção, que era consumidora intensiva de água.

Na minha programação, como Relator, está em convidar o Secretário dos Recursos Hídricos do ceará, para que S. Ex^a possa apresentar o que tem sido feito, no Ceará, em âmbito estadual, é o que tem hoje uma política de cobrança de água, inclusive para o abastecimento urbano de Fortaleza. De modo que, só queria prestar essa informação para...

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PSDB – AL) – Sr^a. Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Tem a palavra o nobre Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PSDB – AL) – Dr. Edilson, nobre Relator, embora no rio São Francisco, em função da pergunta do Deputado João Leão, porque também partilho dessa preocupação de que precisamos com muita clareza identificar esses valores que precisam existir porque hoje a concepção é de qualquer projeto, pelo menos os grandes projetos, precisam ter sustentabilidade para não acontecer o que vem acontecendo ao longo dos anos. Muitas vezes, constróem-se projetos caríssimos, mas depois ninguém sabe quem paga energia, não está previsto quem vai pagar o custo da água, a manutenção do projeto em si. É importante que a sustentabilidade de cada projeto fique identificada no momento de sua aprovação, para que se evitem os chamados “elefantes brancos”, as obras faraônicas, que custam muito e depois não se viabilizam, porque não se previu quem pagará a sua manutenção.

Hoje, a ANA, já para o rio São Francisco, só concede a outorga de projetos de irrigação quando se apresenta o estudo de sustentabilidade já aprovado com base nesses indicadores. Digo isso porque, lá em Alagoas, há um projeto muito importante para o Estado – a Senadora Heloísa Helena o conhece, que é o canal do sertão. Há recursos no Orçamento colocados pela Bancada, está tudo pronto, mas aguarda-se ainda a outorga da ANA, que está exigindo esse projeto de sustentabilidade. Os técnicos estão debruçados sobre esse estudo, ou seja, projetos de sustentabilidade já são uma realidade para o rio São Francisco. Trata-se do cálculo do custo da água e da manutenção do projeto.

Portanto, Senador Waldeck Ornélas, creio que uma vertente para o trabalho desta Comissão seria

aprofundar mais essa questão do custo da água dos grandes projetos.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – São situações muito distintas a dos grandes projetos de irrigação e, por exemplo, a da irrigação no baixo São Francisco. Esta é uma irrigação de subsistência. Trata-se de uma economia irrigada, mas basicamente de subsistência. São situações muito diferentes.

A Senadora Heloísa Helena comentava também o próprio projeto de transposição do São Francisco, que não pode ser executado sem que se tenha também uma política de custo dessa água, de remuneração dessa água. É importante ressaltar que essa operação seria extremamente complicada, já que se consumiria praticamente 10% do volume de energia gerado no próprio São Francisco, que é a energia que abastece todo o Nordeste.

Sem dúvida alguma, essa diferenciação entre setores produtivos é fundamental para que se evite o sacrifício do setor. O Deputado João Leão fez umas contas em relação ao custo do hectare irrigado, mas, se tomarmos também um diferencial por lavouras, verificar-se-á que, além do custo em si por hectare, cada lavoura tem uma capacidade, um rendimento, uma remuneração diferenciada – o que pode inviabilizar determinadas lavouras, dependendo dos valores e outros fatores.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Indago aos Parlamentares se ainda gostariam de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Gostaria de parabenizar o Dr. Edilson pela sua exposição e de registrar que ele foi meu colega de faculdade e de turma. Ele era, inclusive, a grande liderança política no meio estudantil da época. Então, os colegas Senadores que têm alguma coisa a reclamar dos nossos embates, reclamem ao Dr. Edilson, porque aprendi tudo com ele.

Muito obrigado.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Mas é petista também? (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Não, essas coisas não podem ser ditas não, porque senão vão começar a perseguir-lo. Não pode!

Agradecemos ao Dr. Edilson pela excelente exposição, como também aos Parlamentares pela participação. Queremos dizer ao Deputado João Leão que não tenha dúvida de que as indagações feitas por V. Exª estarão continuamente em debate nesta

Comissão. O Senador Teotônio Vilela lembrou-nos do projeto do canal do sertão, mas há projetos que também precisam da participação da Bancada, tais como os projetos de irrigação do baixo São Francisco, com os quais temos a mesma preocupação. E há uma reclamação gigantesca desses produtores em relação ao Caum (?). Então, tais projetos também farão parte da nossa preocupação e da dos demais Parlamentares.

Agradecemos ao Dr. Edilson pela excelente colaboração a esta Comissão e aos Srs. Parlamentares pela participação, especialmente ao Senador José Eduardo Dutra, que, embora não seja membro da Comissão, esteve aqui justamente para saudar o Dr. Edilson.

Declaro encerrada esta reunião, convidando os Parlamentares para a próxima, a se realizar na quarta-feira, às 14h30min.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 15h58min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 392, DE 2001-SF, DESTINADA AO “ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA (INSTITUÍDOS PELO DECRETO S/N DE 5 DE JUNHO DE 2001)”.

Ata da 14ª Reunião, realizada em 10-4-2002

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às quinze horas e vinte minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Waldeck Ornelas e Maria do Carmo Alves, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)”. Havendo número regimental, a Senadora Maria do Carmo, no exercício da Presidência, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Relator Senador Waldeck Ornelas de posse da palavra comunica que a 1ª Emenda Constitucional que vincula recursos para a revitalização do Rio São Francisco será votado hoje após a Ordem do Dia e registra a presença do Arquiteto Dr. Américo Fernandez. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se

a ouvir a exposição do Dr. Gustavo Maia Gomes, Diretor de Política Regional e Urbana do IPEA, convidando-o para tomar assento à mesa dos trabalhos e concedendo-lhe a palavra para dar início a sua exposição, que discorreu sobre a Produção de Grãos e a Irrigação. Após, a Presidência passa a palavra ao Relator para suas considerações iniciais. A Presidência agradece a presença do Dr. Gustavo Maia Gomes pela grande contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerrou a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 392, de 2001, destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião de instalação, realizada em 3 de abril, ou se podemos considerá-la aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Gustavo Maia Gomes, Diretor de Políticas Regionais e Urbanas do Ipea. S. Sª já está conosco aqui na mesa.

Antes de passar a palavra ao Dr. Gustavo, passo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de fazer dois registros. O primeiro deles é que logo mais, na Ordem do Dia, apreciaremos a emenda constitucional que vincula recursos para a revitalização do rio São Francisco. Como o PFL, em reunião de sua Executiva, hoje pela manhã, decidiu não mais obstruir os trabalhos, creio que teremos condições de aprovar hoje essa emenda constitucional em segundo turno, o que será extremamente importante para os trabalhos desta comissão. Isso permitirá que nossas atividades possam desenvolver-se num sentido mais propositivo, tendo em vista a garantia de recursos, o que tem sido um problema para a execução desse projeto de revitalização.

O segundo registro que eu queria fazer é a presença do arquiteto Hélio Fernandes. S. Sª foi coordenador da Expedição Américo Vespúcio, que percorreu o rio São Francisco da nascente à foz, e que está

organizando um **workshop** sobre o rio São Francisco e a água do terceiro milênio, a realizar-se em agosto, em Salvador. Ele está convidando a comissão que acompanha o projeto de revitalização do rio São Francisco para participar desse evento. Entendo que devemos dar apoio à realização desse evento, em face da importância do mesmo e também pela oportunidade e o interesse de se discutir essas questões fora do âmbito do Senado Federal.

Eram esses os dois registros que queria fazer, além de agradecer ao arquiteto Hélio Fernandes pela sua presença.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Concedo a palavra ao Dr. Gustavo Maia Gomes.

O SR. GUSTAVO MAIA GOMES – Exmª Srª Senadora Maria do Carmo Alves, Presidente desta reunião, Exmº Sr. Senador Waldeck Ornelas, demais Senadores e pessoas presentes, quero registrar a minha satisfação, como Diretor do Ipea, e também a minha satisfação pessoal, por ter recebido esse convite para falar sobre a economia do semi-árido, em particular a do vale do São Francisco, as transformações que ali estão sendo operadas e as perspectivas de dinamismo futuro e presente daquela região.

Srs. Senadores, escolhi denominar a palestra de Velhos e Novos Sertões do São Francisco.

Apesar de não estar na projeção perfeitamente discernível, ali no amarelo mais claro... você tem o verde onde está a cidade de...

É possível se perceber que o Vale do São Francisco, na realidade, é uma área comum dos cerrados e do Vale do São Francisco. Toda essa área em amarelo que se distingue pouco é a área comum do semi-árido nordestino, que é essa área marrom claro, mais aqui. E finalmente há, no Baixo São Francisco, uma parte que não pertence ao semi-árido.

Esse mapa procura registrar, fundamentalmente, algo que a todos deveria ser claro, mas que visualmente pode ser interessante perceber. O Vale do São Francisco domina praticamente 40% da área total do semi-árido nordestino, a área mais problemática, a área de incidência de secas da Região Nordeste. Portanto, falar do semi-árido nordestino e do Vale do São Francisco, na parte nordestina em particular, faz pouca diferença. Quer dizer, estamos falando de coisas que têm uma ligação, uma interseção muito grande, muito significativa. A maior parte dos problemas específicos do semi-árido nordestino estão representados no Vale do São Francisco, na parte em que ele corta o semi-árido nordestino.

Essa definição de semi-árido, essa delimitação geográfica do semi-árido foi fornecida pela extinta Su-

dene, e a delimitação do Vale do São Francisco, dos municípios específicos do Vale do São Francisco foi fornecida pela Codevasf.

Eu passaria, então, para o eslaide seguinte, por favor. Tentarei começar com um retrato muito geral da economia, do que eu chamo de sertão. Reconheço que há um pouco de licença poética ou literária, talvez, na utilização de tal termo nesse contexto, mas, fundamentalmente, estamos falando do semi-árido, da parte de incidência de secas. O sertão é mais uma parte do cerrado que estão dentro do Vale do São Francisco correspondem mais ou menos à área em que foi registrada a incidência da seca de 1998 e 1999.

Estou me reportando a um trabalho de minha autoria, terminado há pouco mais de 1 ano, em que tive ocasião de estudar, com certa profundidade, esses assuntos. Não há citação de fontes nas tabelas, mas registro que as fontes podem ser detalhadas no livro lançado pelo Ipea, cujo título é **Velhas Secas em Novos Sertões**, um livro editado por aquele instituto no final do ano passado.

Os cálculos em que se basearam essas estimativas, apresentadas como estimativas de ordens de grandeza dadas as dificuldades de um cálculo mais aprofundado, estão segmentando, por assim dizer, a economia do sertão, que inclui, como eu disse, os cerrados nordestinos também. Assim, pelo cálculo reportado aí, a renda apropriada localmente, a renda das pessoas, das famílias que habitam as áreas estudadas do sertão nordestino, em 1998, as ordens de grandeza seriam as seguintes: na economia agropecuária tradicional – é importante ressaltar que essa é uma estimativa feita para o ano de 1996, dado o fato de que o ano de 1998 foi um ano de seca e, conseqüentemente, para comparação de posições mais normais, seria injusto se pegar a agropecuária tradicional exatamente num ano de seca –, utilizei a estimativa do produto agropecuário nos municípios da seca, mas usando o valor de 1996, um ano normal ou favorável em relação às chuvas. Apareceu, como resultado do cálculo, um produto, uma renda – nesse caso, há uma identificação de produto e renda – da ordem de R\$3,5 bilhões de reais.

A renda dos aposentados e funcionários públicos, que destaquei por razões que vão ser mais esclarecidas, espero, na minha apresentação. Elas totalizavam, em 1998, aproximadamente R\$ 5 bilhões.

Estudei um pouco também a produção ilegal de maconha, sobretudo no chamado Polígono da Maconha de Pernambuco e parte da Bahia. Não é preciso dizer que se trata de um cálculo extremamente precá-

rio. Na verdade, a minha fonte foram relatórios da Polícia Federal.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Importante fonte econômica.

O SR. GUSTAVO MAIA GOMES – Era a única possível. Do contrário, talvez eu não estivesse aqui, se eu tivesse querido investigar mais.

Isso serve também para registrar uma ordem de grandeza. É uma atividade que, infelizmente, particularmente para nós, pernambucanos, tem uma presença incômoda, mas que, sem dúvida, tem significação econômica local. Há uma estimativa da ordem cem milhões de renda anual gerada pela maconha e apropriada no sertão.

A fruticultura irrigada de Petrolina, Juazeiro e Mossoró-Açu apenas esses pólos gerou uma renda, em 1998, da ordem de 470, 500 milhões em números redondos. Há uma nova indústria de calçados e têxteis, que é muito incipiente, mas que pode significar algo mais positivo, ponderável para a economia do sertão ao longo dos anos, que aparece aí como uma renda de apenas dez milhões. Finalmente, a soja, nas áreas irrigadas do cerrado, que geraria 300 milhões.

No prosseguimento, tecerei considerações sobre cada um desses setores, exceto sobre a maconha, a nova indústria de calçados e têxteis. Não falarei acerca da maconha, porque reconheço que as informações que tive são controversas, de difícil verificação. Muitas vezes, dois relatórios citados em reportagens de jornais diferentes apresentam números diversos, e eu tenho pouca coisa a informar sobre isso.

Também não versarei sobre a nova indústria de calçados e têxteis, dada a sua relativa pequena importância no contexto da economia do sertão. E, particularmente, não me consta que isso esteja acontecendo significativamente no Vale. Não sei se há instalação de indústrias têxteis e de calçados em Municípios do Vale.

Vamo-nos ater, então, um pouco a essa visão da economia dos sertões do São Francisco e verificar um pouco o tema, fazer alguns comentários e agregar algumas informações numéricas sobre cada um desses setores.

A principal coisa a dizer sobre a economia agropecuária tradicional – que chamo de economia do sertão – é fundamentalmente para distinguir da agricultura moderna, sobretudo a soja e a fruticultura irrigada. A principal coisa a dizer sobre a agropecuária tradicional do sertão é que, com certeza, se trata de uma economia em decadência relativa, ou, na melhor das hipóteses, em estagnação; em alguns casos, em

decadência absoluta, como demonstra a situação de dois produtos que vou ilustrar aqui; e, em vários outros casos, em decadência relativa. Em termos de proporções, a economia agropecuária tradicional, mesmo sem levar em conta as oscilações fortes causadas pela seca, encontra-se em declínio.

Então, podemos passar para o próximo. Que tal uma modificação do que eu disse anteriormente? Analisemos o período de 1952 a 1999, se não me engano – infelizmente, o gráfico não ficou muito bom. Não, 1996, mas há mais quatro anos. Grosso modo, de 1950 – já digo por que – até 2000, grosso modo, ou 1998, como está lá no título, o que vemos na produção de mandioca? Primeiro, explico o seguinte. Como os dados levantados eram por Estado, a melhor aproximação que consegui fazer para tentar retratar o caso do semi-árido especificamente foi os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que têm, em alguns casos, praticamente a totalidade de sua área no semi-árido, mas onde não há registro de produção significativa – em termos relativos – de mandioca fora do semi-árido.

Então, o que está ali, a curva que está em vermelho, separa os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, e os demais Estados do Nordeste estão representados na curva preta.

O que vemos? Ambas as curvas têm um comportamento semelhante, mas claramente, no caso da curva vermelha, que se aproxima à situação do semi-árido, é mais próxima da situação do semi-árido, há um processo de crescimento da produção – grosso modo – em 1973 e 1974. Depois, com oscilações, uma tendência acentuada de queda de produção.

Isso, no eixo vertical, são índices de quantidades produzidas. Na realidade, utilizei médias móveis. Para reduzir as flutuações, pegamos, em cada ano, a média do próprio ano somada à do seguinte e do anterior. É apenas uma técnica estatística para reduzir as flutuações.

Tenho claramente um processo de declínio, a partir de meados da década de 70, da produção absoluta de mandioca, tanto no Nordeste como um todo e mais acentuadamente ainda no semi-árido.

Outro exemplo bastante conhecido é o caso do algodão que tem fundamentalmente o mesmo comportamento. Apenas aparece aí, nos demais Estados do Nordeste, por volta de 1988, uma recuperação acentuada, mas transitória. Permanece muito claramente a imagem absoluta de um declínio da produção. Isso é um índice de quantidades produzidas, não está dividido por população, por exemplo. No caso dos Estados que aqui estão sendo colocados como

representativos do semi-árido, o declínio do algodão, na verdade, começa de uma maneira absolutamente insofismável a partir de meados da década de 70, inclusive mostrando que o declínio do algodão é anterior à praga do bicudo. Já vinha em um processo que tem outra raiz além dessa.

Um dado mais agregado, também mostrando a estagnação ou a decadência relativa do PIB agropecuário do semi-árido, seleciona dois aspectos: a partir de 1975, fazendo um indicador 100, para a produção, o PIB agropecuário do semi-árido em 1975. Vinte e um anos depois, esse valor chegava apenas a 102. Quer dizer, no meio, em 1985, registra-se um valor um pouco mais alto, de 111, mas depois tenho claramente um declínio.

É importante mencionar que 1970 não foi usado como base. Foi um ano de seca aguda e, portanto, não deveria ser usado como base. Mas. Levando em consideração 1975, um ano relativamente normal nas condições de produção do semi-árido, verifica-se, então, essa estagnação em termos absolutos. Em termos relativos, comparando não com a agricultura de São Paulo ou com a da Califórnia, mas com a própria agricultura do Nordeste fora do semi-árido, a produção agropecuária da região dos sertões do semi-árido nordestino equivalia a 55% da produção agropecuária do Nordeste, fora do semi-árido, em 1975. Em 1996, essa proporção tinha caído para 42%.

Deve-se registrar, como é de conhecimento de todos, imagino, que esse período não foi de particular dinamismo da agricultura ou da agropecuária do Nordeste como um todo, mesmo fora da região da seca.

O que eu diria como fechamento dessa sessão é que existe, ainda, no semi-árido nordestino, um setor de peso quantitativo significativo que ocupa uma boa quantidade de pessoas que têm a ver com as atividades da agropecuária tradicional, mas esse setor está visivelmente apresentando sinais de problemas e não se esperaria – pelo menos eu, como estudioso – grande reação dali, exceto, naturalmente, pela introdução de técnicas modernas de cultivo. Então, sairíamos do setor de agropecuária tradicional.

Apesar de todo o esforço que houve – poderia ter havido mais, até mas por todo o esforço que houve de pesquisa tecnológica – a Embrapa andou trabalhando e tentando fazer modelos de operação de fazendas do semi-árido –, os resultados parecem muito reduzidos. De tal forma que, se quisermos olhar perspectivas no sertão nordestino, tanto no Vale do São Francisco quanto fora dele, no semi-árido, dificilmente olharíamos para a sua agropecuária tradicional. Esse é um setor que tem problema, e me parece que a so-

lução não virá dele, virá, às vezes, de atividades de altas tecnologias, modernas, que podem e estão se desenvolvendo também no semi-árido, mas aí com técnicas e relações de produção completamente diferentes.

Antes de entrar na agricultura mais moderna, deixe-me registrar outra coisa importante que também está acontecendo no semi-árido, no sertão, não apenas no sertão e no semi-árido, mas, particularmente, ali também.

A partir de 1993, houve uma enorme expansão do número de aposentadorias concedidas pelo INSS na área rural e em todo o País. Particularmente, em termos relativos, esse processo teve significação enorme no Nordeste e maior ainda no semi-árido nordestino, no sertão nordestino. Hoje isso caracteriza a renda dos aposentados e eu somaria, com as restrições que farei daqui a pouco, também a renda dos funcionários públicos, que caracteriza um setor extremamente importante de apropriação local de renda, não necessariamente de produção. Em alguns casos, sim, de produção; em outros casos, fundamentalmente, de apropriação local de renda.

Como vimos no quadro inicial, de longe esse é o setor mais importante quantitativamente. Há uma estimativa, feita para 1998 – hoje certamente seria diferente -, de que os aposentados, os que recebem benefícios, de uma forma geral, do INSS, juntamente com a renda dos funcionários públicos municipais no Nordeste, representariam hoje algo em torno de R\$5 bilhões ao ano, que é mais do que o produto da agropecuária tradicional e mais do que o produto de qualquer um dos outros setores, muito mais efetivamente, que foram destacados e serão agora estudados. Então esse é um setor extremamente importante.

Das minhas análises, reconheço, sem nenhuma contestação, a extrema significação social dessa expansão das aposentadorias para o sertão, mas a mim preocupa o fato de que o principal setor da economia do semi-árido nordestino hoje seja um setor que poderia, com algumas restrições, ser caracterizado como uma economia sem produção, como o chamo no livro. Por que com algumas restrições? Algumas restrições é porque estou, nesses R\$5 bilhões, incorporando os salários dos funcionários municipais, e é evidente que esses funcionários municipais têm produção, sim. Desconfio, entretanto, que o emprego público nos Municípios, sobretudo quando houve uma grande expansão no número de Municípios, foi utilizado como variável de política social. Quer dizer, se expandiu o emprego nos Municípios em parte para atender a demandas urgentes, muito mais do que

como necessidades efetivas de prestação de serviços sociais. Então, nessa medida, essa expansão de emprego público municipal, que aconteceu mais ou menos no mesmo período, começando um pouco antes até, via facilidades que a Constituição de 88 permitiu para a criação de Municípios, também pode, em certa medida, ser interpretada como o crescimento de uma economia sem produção, de apropriação local de renda.

Reconheço, portanto, a enorme importância social do que chamo de economia sem produção no semi-árido, mas me preocupa que esse tipo de apropriação local de renda não tem como gerar um processo endógeno de crescimento, de efetiva e genuína geração de riqueza local e, portanto, podemos achar, mais ou menos, que chegou o limite desse processo. Houve uma enorme expansão de aposentadorias, uma certa expansão de empregos públicos, mas, diante das dificuldades fiscais do Estado, de uma forma geral, é difícil se esperar que o sertão continue a ter uma apropriação de renda cada vez maior, baseada fundamentalmente em expansão do número de aposentados ou de outros beneficiários do INSS.

De qualquer forma, esse é um setor extremamente importante no semi-árido, e é o que essa transparência mostra, por vários indicadores.

Por exemplo, a estimativa, em 1997, mostra que nos municípios os quais chamo de “Nordeste da seca” o número de beneficiados passava de 2.200 milhões.

Na coluna seguinte, a relação de beneficiados do INSS, onde constam aposentados e recebedores de outros benefícios.

A relação de beneficiados para o número de empregos privados formais era de 2,5, ou seja, para cada emprego formal existente no sertão, havia 2,5 aposentados.

O valor total da renda distribuída pelo INSS, por meio dos esquemas de aposentadoria e pensão, passava dos quatro bilhões.

A relação da massa salarial privada formal, essa relação do valor total das aposentadorias, correspondia a 133% da massa total de salários privados e a quase 20% da renda monetária declarada nas PNADs.

As outras linhas mostram que essas mesmas relações são sensivelmente menores para as demais áreas de comparação.

Por exemplo, para o Nordeste, fora da seca, a relação de beneficiados para empregados com carte-

ira assinada, no setor privado, não era 2,52, como era no semi-árido, mas passava para 0,73.

As aposentadorias correspondiam, em 1998, a apenas 28% da folha de pagamento de salários pagos pelo setor privado a empregados com carteira assinada.

E os dados para o Brasil também mostram essa disparidade.

Com isso, pretende-se mostrar a enorme importância que hoje tem a ação do INSS como um canalizador de renda para aquela região. Isso traz obviamente um benefício social imediato e significativo, mas, se fosse a única coisa quantitativamente significativa ocorrendo no sertão, seria motivo de preocupação, no sentido de que é preciso, naturalmente, que haja geração local de renda, de produtos, e não apenas transferência de renda de outras partes do País ou da própria região.

Mencionei também que outro desenvolvimento significativo ocorrido nos últimos anos no semi-árido tem a ver com a expansão do emprego público nos municípios.

Pelos dados que foram compilados aqui, é difícil ter-se uma visão quantitativa de empregos, mas, quando se está meramente procurando ver a tendência de crescimento, o erro diminui e, portanto, com alguma restrição, é possível se encarar os dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, sendo possível utilizar-se esses dados.

Se compararmos, em 1985, o “Nordeste da seca”, o Nordeste e o Brasil como um todo – porque o Nordeste inclui o “Nordeste da seca” –, e fizermos um índice igual a 100, em 1995, verifica-se que o emprego público nos municípios do semi-árido tinha passado para 157,4%, enquanto no Brasil e no Nordeste, por coincidência, eles tinham chegado ao mesmo número de 108,1%. Quer dizer, houve uma expansão entre 1985 e 1995, em dez anos, de 10% no emprego público municipal no Brasil e no Nordeste e uma expansão de 57%, portanto, sete vezes mais no semi-árido, mostrando que também isso é parte de um sistema que está se produzindo na região, onde a participação na apropriação local de renda de aposentados e funcionários públicos certamente desempenham papel importante.

A pergunta de como as prefeituras no semi-árido conseguem pagar essas folhas, arcar com esse adicional de emprego tem duas respostas: a primeira é que os salários são muito baixos. Não sei se eu trouxe a tabela, mas o livro mostra que o pagamento médio de salários pelo setor público municipal

é uma fração do que o setor privado formal paga na mesma região. Portanto um ajustamento que as prefeituras têm feito para conseguir expandir o emprego é segurar os níveis salariais; o outro tem a ver com apropriação de parcelas, sobretudo do FPM, mas também do ICMS.

Nesta transparência temos as receitas do FPM e mais ICMS que são, no primeiro caso, receitas arrecadadas pela União e, no segundo, receitas arrecadadas pelos Estados que, segundo certas regras, são parcialmente repassadas aos Estados, no caso das receitas federais, e aos municípios, no caso do FPM e ICMS; quer dizer, esse repasse de recursos arrecadados pela União ou pelo Estado para os Municípios permite efetivamente que as prefeituras, mesmo em Municípios com base econômica virtualmente inexistente, consigam expandir o seu emprego e pagar as respectivas folhas de salários.

Em 1989, a participação do FPM e do ICMS na receita corrente total dos Municípios do semi-árido nordestino estava em 86% contra 76% no Nordeste e 62% no Brasil como um todo. O que me parece um pouco preocupante é que esse número tende a aumentar. Em 1997, os Municípios do Nordeste e da seca já dependiam em 92% de suas receitas das transferências do FPM e um pouco menos do ICMS, enquanto que essa percentagem, que aumentou tanto no Nordeste quanto no Brasil, manteve-se em níveis mais baixos nesse caso.

Uma informação importante sobre a economia do sertão nordestino, do semi-árido, inclusive dos Municípios do Vale do São Francisco, que estão no semi-árido, é que houve um processo – que diga-se de passagem foi reduzido – de grande expansão de aposentadorias que jogou muita renda no local e permitiu que muitas pessoas que residem no local se apropriassem dessa renda. E houve um processo de criação de Municípios que não foi exclusivo do semi-árido mas que ali no semi-árido significou também uma apropriação local maior de renda, na medida em que a contribuição dos Municípios do semi-árido para geração da receita, tanto de ICMS quanto para impostos que compõem o FPM, foi relativamente reduzido.

Esses dois processos compõem o que designei como um capítulo do livro **Economia sem produção**, que é aplicada com ressalvas que já mencionei aqui e em que parte dos funcionários municipais têm produção. Desconfio – isso é praticamente impossível de se auferir – que outra parte tem muito pouco ou nenhuma produção e está ali como parte de uma política social na falta de outra alternativa de minorar as maze-

las locais que são acentuadas na época da seca mas que também existem fora dela.

Felizmente, na minha visão de economista, há mais coisas ocorrendo no semi-árido, no sertão e no sertão do São Francisco em particular. E uma dessas coisas é exatamente a enorme expansão da agricultura irrigada, sobretudo a partir de 1970. Este gráfico é eloqüente. A área irrigada, que começou em 1950 por iniciativa da Codevasf, praticamente, não se alterou até 1970. A partir daí houve grande expansão dessa área irrigada, que vai até a última observação disponível, que era o ano de 1999. É importante mencionar que uma parte dessa expansão hoje é feita autonomamente pelo setor privado, portanto, não está computada aqui. Mas a mim me parece que a ação precursora de um organismo público, como foi o caso da Codevasf, realmente conta muito da história da expansão da irrigação de alta produtividade no Nordeste brasileiro. Essa é uma coisa positiva, na minha visão de economista. Mais uma vez, reconheço sem qualquer ressalva a enorme expressão social da expansão do emprego público, da expansão das aposentadorias, mas isso não representa produção local; representa produção local em quantidades diminutas e, efetivamente, a saída econômica, a redenção – se quiser usar essa palavra – de uma região, a mim me parece que não pode ser baseada no recebimento de transferência e, sim, na sua capacidade de gerar produto localmente.

A partir deste momento, estamos falando de irrigação de alta produtividade e, portanto, de atividade econômica genuína, que tem tido essa expansão.

O próximo, por favor.

Além disso, a irrigação tem uma característica que a faz particularmente importante para o semi-árido nordestino. Comparei, neste gráfico, a evolução da produção de manga e uva, hoje, os dois principais produtos da fruticultura irrigada no Nordeste, neste momento ainda, com a expansão da produção de três representantes típicos ou destacados da agricultura tradicional do Nordeste: milho, mandioca e feijão. A partir de 1991, que foi um ano de seca, até 1993, houve claramente uma redução dos três tradicionais, o feijão e o milho caem quase a zero, e, em seguida, com o fim da seca, em 1993, há uma pequena recuperação e, depois, de novo, um declínio e, praticamente, chegamos ao fim do período, de 1991 a 1997, com os mesmos níveis de produção. Enquanto isso, o que estava acontecendo com a produção de manga e uva? Crescem inclusive no período de seca e estabelecem uma diferença assombrosa, eu diria, em relação ao ponto inicial. Vejam que, aqui, fiz todas

as produções igual a 100 usando um número índice em 1991 e, a partir disso, vamos ver como as proporções se alteram. Então, a manga dispara, a uva dispara e, em termos relativos, mandioca, milho e feijão reduzem-se um pouco entre o ano inicial e o ano final. Há uma promessa. Efetivamente, essa tem sido minha convicção cada vez mais arraigada, associada à expansão da fruticultura irrigada no Nordeste semi-árido e no Vale do São Francisco, obviamente, em particular. Não há, pelo menos não foi manifestada ainda, nenhuma promessa associada à expansão das produções tradicionais.

O seguinte, por favor.

Outro indicador, outra maneira de ver o impacto positivo da irrigação, particularmente, no pólo de Petrolina e Juazeiro, é comparação a evolução da população economicamente ativa a partir de 1960, usada como ponto de referência inicial até 1996, último ano para o qual foi possível calcular, pois não estava disponível na ocasião o resultado do censo de 2000. A população economicamente ativa de Petrolina, um indicador grosseiro de emprego, fazendo mais uma vez 100, 100, 100, Petrolina e Juazeiro e a região do São Francisco, que inclui Petrolina e Juazeiro, mas que, obviamente, inclui uma enorme área sem atividade de irrigação. Chegamos a 1996, cujo índice da População Economicamente Ativa, de Petrolina, era de 643; o indicador de emprego, era 469, e da região do São Francisco, era de 255. Quer dizer, na verdade, as áreas irrigadas cresceram, no mínimo, duas vezes mais do que as áreas não irrigadas em termos desse indicador de emprego.

Eu cito, aqui, uma apreciação sintética feita por um estudioso uruguaio que completou uma tese de doutorado no MIT – Massachusetts Institute of Technology, dos Estados Unidos, sobre o pólo de irrigação Petrolina/Juazeiro. V.Ex^a conheceu o Otávio Damiani. Não sei se ele chegou a procurar V.Ex^a Otávio Damiani residir, inclusive, em Petrolina por mais de um ano – dezessete meses no total – depois fez visitas...

E destaco esta frase, onde ele diz: “Em Petrolina, em Juazeiro – eu estou sintetizando um pouco; a frase é mais longa – a produção irrigada tem sido associada com o aumento do emprego e dos salários e com a melhoria nas condições de trabalho, incluindo respeito às proibições quanto ao trabalho infantil e às normas de segurança e de saúde. Os mesmos efeitos positivos se difundiram para os trabalhadores rurais nas lavouras que os pequenos produtores cultivam para o mercado doméstico”.

É um testemunho imparcial, digamos assim, de um uruguaio, numa tese de doutorado, apresentada numa universidade destacada dos Estados Unidos.

Há outra coisa importante acontecendo de direta relevância para o sertão, para o vale do São Francisco, em particular, é o que está acontecendo nos serrados. Para esse caso, foi possível calcular a evolução dos produtos interbrutos **per capita**. Aí há, por exemplo, é o caso de Barreiras e de Balsas: comparando Barreiras com o Estado da Bahia, Balsas com o Maranhão e todos eles com o Nordeste. Não precisa ir muito a fundo nisso para perceber que as taxas de crescimento do PIB **per capita**, em Barreiras e em Balsas, estão muito acima dos valores registrados para o Estado da Bahia, para o Estado do Maranhão e para o Nordeste como um todo. Quer dizer, mostrando que as estatísticas registram, efetivamente, o dinamismo que ali tem acontecido.

O mesmo pode ser registrado facilmente no caso das estatísticas de crescimento demográfico. Quer dizer, de novo para os mesmos períodos selecionados, as estatísticas de crescimento demográfico dos pólos de Barreiras e de Balsas, estão sensivelmente superiores às dos seus Estados respectivos e também aos do Nordeste, como um todo.

É importante mencionar que expansão de população, quando não se tem nenhuma compulsão das pessoas em mudar de residência, tem muito a ver com a percepção de oportunidades econômicas que as pessoas vêem em determinados locais. E, muitas vezes, isso começa a gerar problemas urbanos. Sabemos disso também. Quer dizer, na medida em que Petrolina, Juazeiro, Balsas, Mossoró, Açu começa a aparecer como geradora de oportunidades econômicas, isso atrai populações para vir e, certamente, pode começar a tornar visível uma miséria que antes estava dissimulada no interior.

A última transparência que eu tenho registra algumas considerações de ordem de progresso social. Aqui, eu selecionei o Município de Barreiras. Por exemplo, entre 1970 e 1991, num momento de grande expansão da produção de soja, no Município de Barreiras, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano aumentou de 0,3 para 0,6; a incidência de pobres reduziu-se; o número médio de anos, aumentou-se significativamente; a taxa de mortalidade infantil diminuiu; a taxa de analfabetismo declinou também. Tudo isso, inclusive, em termos comparativos ao Estado, mostrando a sensível melhoria da posição social do Município.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo) – Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Srª Presidente, o encerramento dessa reunião ficou um pouco prejudicado porque está se iniciando a Ordem do Dia no Plenário. Nós podemos não apenas continuar a reunião do ponto de vista regimental, como nós vamos ter que nos deslocar para lá para votarmos a PEC do São Francisco.

Mas eu creio que a participação do Dr. Gustavo Maia Gomes é extremamente importante, porque ele vem nos mostrar que, em todo o semi-árido do Nordeste, o fator dinâmico está exatamente no Vale do São Francisco, seja pela irrigação, seja pela produção de grãos. Isso é extremamente importante. Mostra, de um lado, a necessidade de se priorizar a irrigação e a navegação, vis-à-vis à geração de energia. É uma pena que não possamos nos aprofundar com o Dr. Gustavo a questão da geração do emprego e do nível de renda, salários médios entre a população do sertão em geral e a população da área irrigada, bem como da área de grãos. Isso faz uma diferença muito grande em termos de perspectivas de desenvolvimento.

De outro lado, como ex-Ministro da Previdência, tive a oportunidade de perceber essa importância do que ele chama de economia sem produção, do que seja o pagamento dos benefícios previdenciários como meio de vida e como meio de sustentação econômica da região semi-árida.

Aqui vemos, como ele mostra, que a economia agropecuária tradicional do sertão reapropria localmente uma renda da ordem de 3,5 bilhões/ano, considerando o ano normal, fora de seca, enquanto que a Previdência gera 4,1 bilhões e os empregos públicos mais 900 milhões.

De modo que, é extremamente importante isso – e esse era outro ponto para aprofundar e explorar com o Dr. Gustavo, mas os documentos que ele está nos deixando permitem isso –, a tendência ou a possibilidade de ampliação, seja dessa agricultura irrigada, seja da agricultura de soja. E este é um dado importante, porque o Dr. Gustavo Maia Gomes é a primeira pessoa no Brasil que faz um estudo comparativo mostrando que, na falta de oportunidade econômica, na falta de alternativa legal, desenvolveu-se – e paradoxalmente no Vale do São Francisco, muito próximo a Juazeiro e Petrolina –, uma economia ilegal, que é a economia da produção da maconha.

Quer dizer, se no Rio de Janeiro o tráfico toma conta dos morros, das favelas, temos cá a área de produção, que fornece matéria-prima para que o tráfi-

co possa se desenvolver nos grandes centros urbanos. Esse é mais um fato para demonstrar a necessidade de que o Brasil precisa de um desenvolvimento equilibrado, de um desenvolvimento mais homogêneo, porque o desenvolvimento no sertão vai inibir também o suprimento de matéria-prima para o crime organizado nas grandes metrópoles do Sudeste.

De modo que, esse contraste que ele mostrou aí entre a queda da produção física de feijão, milho, mandioca, que é a economia agrícola tradicional, em face do crescimento físico da produção de manga e uva, atividade ou lavoura irrigada. Fora do Vale do São Francisco ele poderia também registrar aqui o melão no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, dá efetivamente uma demonstração muito clara de que o

São Francisco é uma base importante para a superação dos problemas do semi-árido nordestino.

Com isso, Sr^a Presidente, não vou fazer nenhuma pergunta ao Dr. Gustavo, porque estamos com dificuldade, em face desse compromisso no Plenário, só quero agradecer a oportunidade de termos tido aqui essa sua exposição.

Muito obrigado ao Dr. Gustavo.

Retorno a palavra a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Queremos agradecer ao Dr. Gustavo pela sua explanação, muito importante para esta Comissão, agradecendo aos Srs. Senadores e a todos aqui presentes.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a reunião às 16h07min.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS	
PMDB	- Francisco Escórcio	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPLCY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução nº 20, de 17 de março de 1993)

Composição ao início da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB			
Titulares	UF	Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1. Renan Calheiros	AL
Carlos Bezerra	MT	2. (vago) ³	
Casildo Maldaner	SC	3. Marluce Pinto	RR
João Alberto Souza	MA	4. Gilvam Borges	AP
Nabor Júnior	AC	5. Gerson Camata	ES
PFL			
Geraldo Althoff	SC	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO
Moreira Mendes	RO	2. (vago) ⁵	
Bello Parga	MA	3. Mozarildo Cavalcanti	RR
Waldeck Ornelas	BA	4. Jonas Pinheiro	MT
Bloco (PSDB/PPB)			
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2. Romero Jucá (PSDB)	RR
Leomar Quintanilha (PFL) ⁷	TO	3. Luiz Pontes (PSDB) ⁸	CE
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ⁹			
Heloísa Helena (PT)	AL	1. Marina Silva (PT)	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM	2. Paulo Hartung (PSB) ¹⁰	ES
PSB			
Roberto Saturnino ¹¹	RJ	1. Ademir Andrade	PA
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)			

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do exercício do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁴ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁶ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁷ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

⁹ Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, p. 4919).

¹⁰ Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

¹¹ Comunicação de desfiliação do PSB, a partir do dia 27.2.2002, lida na Sessão do SF de 6.3.2002 (DSF de 7.3.2002, p. 1735).

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4638 - 3492 - Fax: 4573

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 12.4.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio	DF	3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Cassido Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - José Jorge	PE	1284/3245
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga (3)	MA	3069/3072	7 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Páez	AM	2081/2083

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 08/05/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		PMDB		SUPLENTEs
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033	
TITULARES		PFL		SUPLENTEs
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74	
TITULARES		BLOCO PSDB/PPB		SUPLENTEs
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71	
TITULARES		BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)		SUPLENTEs
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322	
ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001		SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA		
REUNIÕES:		☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255		
SECRETÁRIO:		E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br		
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605		ATUALIZADA EM: 22.02.2002		
FAX: 311-4344				

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: **ROMEU TUMA**
 Vice-Presidente: **MARINA SILVA**
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga (2)	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1264/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4096
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloisa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 08/05/2002

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena**

PMDB

**Marluce Pinto RR – 1301/4062
Valmir Amaral DF – 4064/4065**

PFL

**Geraldo Althoff SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves SE – 4055/4057**

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

**Heloísa Helena AL – 3197/3199
Emília Fernandes RS – 2331/2337**

PDT

Sebastião Rocha AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

**JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062**

PFL

**MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217**

BLOCO PSDB/PPB

**LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

**HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMÍLIA FERNANDES RS – 2331/2337**

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**Marluce Pinto
Gilvam Borges
João Alberto Souza**

**RR – 1301/4062
AP – 2151/2157
MA – 4073/4074**

PFL

**Geraldo Althoff
VAGO**

SC – 2041/2047

BLOCO PSDB/PPB

**Benício Sampaio
Freitas Neto**

**PI – 3085/3086
PI – 2131/2137**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

Tião Viana

AC – 3038/3493

PDT

Sebastião Rocha

AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 26/04/2000

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATOR:**

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES			SUPLENTE	
		PMDB		
Mauro Miranda	GO – 2095/97		1. Casildo Maldaner	SC – 2141/47
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29		2. Vago	
		PFL		
Lindberg Cury	DF – 2012/15		1. Paulo Souto	BA – 3173/75
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57		2. Waldeck Ornelas	BA – 2211/17
		BLOCO PSDB/PPB		
Vago			1. Vago	
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)		
Emilia Fernandes	RS – 2331/37			
		PDT		
			1. Sebastião Rocha	AP – 2241/47
		PSB		
Ademir Andrade	PA – 2101/2109		1. Vago	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 03/10/2001

ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Mariuca Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – José Jorge	PE	1284/3245
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 29/04/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Cesildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Mariuce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/60
José Sarnay	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Lima	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Biqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSP de 07/03/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 29/04/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES

JOSÉ FOGAÇA (2)
GERSON CAMATA
PEDRO SIMON
JUVÊNCIO DA FONSECA

FREITAS NETO
FRANCELINO PEREIRA
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

LÚCIO ALCÂNTARA
RICARDO SANTOS

GERALDO CANDIDO (PT)
EMÍLIA FERNANDES (PT)

RS-1207/1607
ES-3203/04
RS-3232
MS-3015/16

PI – 2131/37
MG-2414/17
BA-2191/96

CE-2303/08
ES-2022/24

RJ-2171/77
RS-2331/37

SUPLENTE

PMDB

1-VALMIR AMARAL
2-NABOR JÚNIOR
3-CASILDO MALDANER
4-MAURO MIRANDA

DF-1962
AC-1478/461
SC-2141/42
GO-2091/92

PFL

1-GERALDO ALTHOFF
2-VAGO
3-ROMEU TUMA

SC-2041/47
SP-2051/57

BLOCO PSDB/PPB

1-VAGO
2-VAGO (1)

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

1-EDUARDO SUPPLY (PT)
2-MARINA SILVA (PT)

SP-3213/15
AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)

RJ-4229/30

VAGO

PDT

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs
	PMDB	
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA
	PFL	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES
	BLOCO PSDB/PPB	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO
	PDT	

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO
	PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY
	BLOCO PSDB/PPB	
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	
	PDT	
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60	

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 03/04/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Vago			5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :08/05/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Valmir Amaral	DF	1981/1068
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Francisco Escórcio	DF	3089/3072	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPR					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Juóá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 08/05/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

Alberto Silva PI – 3055/57
Roberto Requião PR – 2401/07
Gerson Camata ES – 3203/04

Paulo Souto BA – 3173/75
Jonas Pinheiro MT – 2271/77

Teotonio Vilela Filho AL – 4093/95

Geraldo Cândido RJ – 2171/77

PMDB

1- Iris Rezende GO – 2032/39
2- Valmir Amaral DF – 1961/66
3- Gilberto Mestrinho AM – 3104/06

PFL

1- Mario do Carmo Alves SE – 1306/4659
2 – VAGO

BLOCO PSDB/PPB

1- Luiz Otávio PA – 3050/3093

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

1- Roberto Saturnino RJ – 4229/30

PDT

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Adomir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 08/05/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs
	PMDB	
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	PB-3194/95
	PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)
	BLOCO PSDB/PPB	PI-2131/37
VAGO (4)	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
	PDT	
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIAO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2 VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTAVIO	PA	###		
LUDIO GOELHO	MS				2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323 5625
PT/PPS (4)									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(4) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA GEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1. CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1. INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/04/2002



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS